Julio Cesar Ferreira Santos

Cidade Ltda.

**valorização do espaço e reprodução
da metrópole para megaeventos**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

JULIO CESAR FERREIRA SANTOS

Cidade Ltda.
valorização do espaço e reprodução
da metrópole para megaeventos

São Paulo
2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Cidade Ltda.
valorização do espaço e reprodução
da metrópole para megaeventos

Versão Corrigida

Julio Cesar Ferreira Santos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de Concentração: Geografia Humana.

De acordo,

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Fani Alessandri Carlos.

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S237c Santos, Julio Cesar Ferreira
Cidade Ltda.: valorização do espaço e reprodução da
metrópole para megaeventos. / Julio Cesar Ferreira
Santos ; orientadora Ana Fani Alessandri Carlos. -
São Paulo, 2016.
325 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. (Re)produção do espaço. 2. Valorização de
favelas. 3. Megaeventos. 4. Metrópole. 5.
Empresariamento urbano. I. Carlos, Ana Fani
Alessandri, orient. II. Título.

Dedico a minha mãe e
ao Professor Jorge Soares Marques.

Meus dois exemplos. Sem base não se edifica nada.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus inúmeros professores. Vivi duas universidades públicas: a UERJ (onde cursei graduação em Geografia) e a USP (onde cursei graduação em Filosofia e fiz mestrado e doutorado em Geografia Humana). Aos professores dessas instituições devo minha formação nos últimos 15 anos, moldando quem sou como pessoa e como profissional.

À professora Fani, pela atenção, liberdade, apoio e, principalmente, pela paciente orientação. Sou afortunado por ter sido orientado por uma brilhante intelectual que, sem esforço, ensina e convence. Encontrou em meus textos algumas centelhas de boas ideias e me estimulou a desenvolvê-las quando eu mesmo não havia notado qualquer potencial criativo ali. Suas correções foram aceitas e incorporadas com alegria, pois foram seguidas de entendimento e esclarecimento. Tê-la como orientadora desde 2006 – primeiramente no mestrado – me formou como professor-pesquisador e me permitiu acompanhar a trajetória de uma geógrafa generosa que luta por uma universidade que valoriza a reflexão e o pensamento teórico, sem preconceitos.

À professora Isabel, que ministrou uma disciplina fundamental para a organização das ideias iniciais deste estudo. Agradeço também por sua importante contribuição durante a leitura do meu relatório de qualificação e por aceitar compor a banca de avaliação desta tese.

À professora Rita, que tive a honra de acompanhar como representante discente no período em que, com muita competência, coordenou a Pós. Agradeço pela participação no exame de qualificação e por aceitar avaliar esta tese. Sua leitura do meu relatório me ajudou a reorganizar boa parte da tese.

Aos professores Jorge Luiz Barbosa e Vera Pallamin, por aceitarem avaliar esta tese e compor a banca ao lado das professoras Rita e Isabel.

À professora Aureanice. À pessoa que leu todos os meus principais trabalhos acadêmicos e sempre me estimulou a avançar e a não desistir diante de situações injustas. A professora que, com brilhantismo e naturalidade, abriu a janela para que eu pudesse ver além da Geografia.

Aos professores com os quais pude estudar o pensamento de Marx ao longo desses dez anos em São Paulo: primeiramente, ao excelente professor Grespan. Agradeço também à

professora Amélia e aos professores Safatle, Repa, Giannotti e Anselmo. As aulas, grupos de estudos e indicações bibliográficas foram fundamentais e indispensáveis.

Ao professor Fabbrini, pelas referências bibliográficas e por demonstrar como um filósofo articula teoria e prática pela perspectiva da Estética para levantar as questões relevantes que fundam o mundo contemporâneo.

Aos professores Ivan Cotrim e Eduardo Britto-Henriques pelas disciplinas da Pós que, ainda que atravessadas por uma longa greve, contribuíram para minha formação.

Ao professor Miguel Ângelo, pelas referências bibliográficas sobre industrialização e favelização no Rio. Além disso, por todo o apoio e estímulo durante a graduação em Geografia.

À professora Nuria, supervisora do estágio de doutorado na Universitat de Barcelona, pela recepção e orientação.

Aos professores e colegas do CNL, em Barcelona, por me ensinarem a cidade por meio do aprendizado de uma nova língua, o catalão. Moltes gràcies!

A Juan, Eva, Martí e Orlando, amigos que fiz em Barcelona e me ajudaram a entender um pouco melhor a Espanha e a Catalunha.

À Mariana, pela imprescindível amizade e companheirismo em Barcelona. Descobrimos juntos diferentes aspectos da cidade, nos apoiamos na solidão do “autoexílio” e refletimos sobre as mudanças pelas quais Barcelona, Europa e Brasil vêm passando neste momento crítico. Grande inteligência e sensibilidade para pensar os dramas das minorias políticas e sociais do mundo contemporâneo.

À Fabiana, pelo apoio em Barcelona, artigos e textos fundamentais em momentos importantes da pesquisa. Desde 2006, Fabiana é um anjo que me ajuda nos momentos em que não sei como proceder nos novos espaços acadêmicos em que chego. Está sempre um passo à minha frente nessa trajetória.

À Rosângela, funcionária da secretaria da Pós-Graduação, pela presteza e apoio nos momentos que poderiam ter se tornado extremamente estressantes. O modo seguro e calmo com que lida com as questões burocráticas transmite a necessária paz para a realização de um trabalho criativo.

À Antônia Soares, diretora do Museu da Favela do Cantagalo, responsável pela curadoria de ações educativas e por me ajudar a entender melhor aquela comunidade onde as pessoas sofrem tanto.

Ao Nikos Seretakis, membro do comitê central do KKE (Partido Comunista da Grécia), responsável pela Seção de Relações Internacionais. Tivemos uma conversa-entrevista quando estive em Atenas e a cargo comigo como formação política. Agradeço também à Janet Sanz Cid, “secretária” de Urbanismo e Ecologia de Barcelona e ao professor Montaner, “secretário” de Habitação da capital catalã, pelas ótimas e esclarecedoras entrevistas.

À Jimena e ao Marciel, meus irmãos que me acompanham nesta vida, ainda que a distância, e a tornam mais leve. Marciel, particularmente, por refletir comigo sobre quais seriam as três favelas mais expressivas para demonstrar o processo analisado nesta tese.

Ao André e à Caroline, pela edição da foto que tirei do Cantagalo e transformada em capa da tese. Ao Victor, pela edição dos mapas do estudo.

Ao CNPq, pela concessão de bolsa de Doutorado no Brasil.

À CAPES, pela concessão de bolsa para o estágio de Doutorado na Espanha.

XXX

Quando coloquei o “ponto final” na Tese, em meados de outubro, corri para a janela do meu quarto no CRUSP e gritei a plenos pulmões: “TERMINEI A TESEEEEE”. Em resposta, diversas vozes dos apartamentos vizinhos me saudaram e desejaram boa sorte, parabéns, um “aeeee” comemorativo e uma boa defesa. A essas vozes, colegas da USP, agradeço pelos votos. Foi muito emocionante. Com essa imagem, agradeço a esta Universidade pelo tanto que me ofereceu. A USP não é apenas uma escola onde os professores conhecem bem o que ensinam, mas também dominam o processo de construção daqueles conhecimentos. Um traço de sua excelência.

RESUMO

SANTOS, J. C. F. Cidade Ltda.: valorização do espaço e reprodução da metrópole para megaeventos. 325f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

No Rio de Janeiro, o processo de produção do espaço urbano para a realização de megaeventos encontra as favelas no meio do caminho. A construção das infraestruturas urbanas pelos capitalistas se dá na forma de intervenções do Estado no espaço, produzindo valorização e favelas são valorizadas nesse movimento. O Estado se organizou para removê-las do caminho em algumas áreas da cidade (zona norte e zona oeste) ou valorizá-las *diferencialmente* em outras (na zona sul). O processo de valorização implica em, do ponto de vista do capital, liberar e incorporar terras para que o setor imobiliário possa se realizar. Assim, a favela aparece nesse movimento como uma fronteira da valorização.

O objetivo da pesquisa é descobrir o lugar das favelas no processo de (re)produção do espaço no Rio de Janeiro. Há, de um lado, novos processos de mercadorização da cidade e, de outro, novos padrões de relação entre o Estado e os agentes econômicos e sociais, caracterizados pela exceção e pelo autoritarismo via militarização. O processo de “pacificação” de favelas se realiza por meio da militarização do espaço, atraindo a instalação de novas atividades econômicas formais reguladas pelo mercado, o estímulo ao turismo nas favelas, o fomento ao empreendedorismo e exploração comercial da cultura popular, a formalização tendencial de um mercado imobiliário com preços de aluguel e compra/venda inflacionados devido à especulação, etc. Algumas favelas da zona sul do Rio de Janeiro estão sendo transformadas em mercadorias dentro de um processo de valorização do espaço, produzindo expropriação de moradores em direção a outras áreas da cidade e a turistificação desses recortes.

Nesta investigação, a valorização de determinados espaços periféricos se apresenta como novo negócio na urbanização contemporânea, superação da “fronteira urbana” e (re)produção da centralidade. Esse processo de valorização do espaço de favelas em um determinado eixo da cidade está relacionado às transformações decorrentes das intervenções promovidas a propósito de megaeventos, nova estratégia para a reprodução de metrópoles colocadas à “venda” no mercado mundial.

Palavras-chave: (Re)produção do espaço; valorização de favelas; megaeventos; metrópole; empresariamento urbano.

ABSTRACT

SANTOS, J. C. F. City Ltd.: valorization of space and reproduction of the metropolis for mega events. 325p. Thesis (D.Sc) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

In Rio de Janeiro, production of urban space for the realization of mega events finds the favelas along the way. The construction of urban infrastructure by capitalists is showed up in the form of state interventions on space, producing valorization, and favelas are valued in this movement. Removal of favelas has been engineered by State expelling them from the valorization axis in some areas of the city (north zone and west zone) or valuing them *differentially* in another (south zone) in order to release and incorporate land for real estate. In the wake of this movement, favelas are considered as a frontier for valorization.

Our principle goal is to find which is the position of favelas in the process of (re)production of space in Rio de Janeiro. There is, on the one hand, a transformation of the city in a commodity and, on the other, new patterns of relationship between State and economic and social agents, characterized by exception and authoritarianism. The process of “pacification” of favelas is carried out through the militarization of space, attracting the new formal economic activities regulated by market, stimulating tourism in favelas, fostering entrepreneurship and commercial exploitation of popular culture, the tendency to legitimation of a real estate market in favelas with rental and buy/sell prices inflated due to speculation, etc. Some favelas of Rio de Janeiro’s south zone are being turned into goods within a process of spatial valorization, producing expropriation of residents toward other areas of the city and touristification on these places.

In this research, valorization of specific outskirts areas shows up as new business in contemporary urbanization, overcoming the “urban frontier” and (re)producing the centrality. This process of valorization of favelas on a specific city axis is related to changes resulting from interventions promoted in connection with mega events, a new strategy for reproduction of metropolises for “sale” on the world market.

Keywords: (re)production of space; valorization of favelas; mega events; metropolis; urban entrepreneurship

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Núcleos olímpicos e localização das favelas estudadas.....	11
Figura 2. Centralidades econômicas próximas às favelas estudadas.....	11
Figura 3. Protesto dos moradores do Santa Marta.....	19
Figura 4. Favela Santa Marta.....	29
Figura 5. Vista do alto do Santa Marta.....	30
Figura 6. Casas pintadas no Santa Marta.....	30
Figura 7. Morro do Cantagalo.....	31
Figura 8. Morro do Vidigal.....	32
Figura 9. Principais vias do Vidigal.....	33
Figura 10. Avenida João Goulart.....	34
Figura 11. Fachada da UPP Santa Marta.....	63
Figura 12. Folheto turístico do Santa Marta.....	66
Figura 13. Complexo Rubem Braga, Cantagalo.....	67
Figura 14. Encosta do morro do Cantagalo e a favela homônima.....	68
Figura 15. Obra do PAC no Cantagalo.....	69
Figura 16. Obra do PAC no Cantagalo.....	69
Figura 17. Sede da UPP na favela do Cantagalo, ao lado do Espaço Criança Esperança.....	70
Figura 18. Vista parcial da metrópole a partir do Vidigal.....	72
Figura 19. Casas para alugar no Vidigal.....	72
Figura 20. Casas para alugar no Vidigal.....	72
Figura 21. Mapa com a distribuição de atrações turísticas do Vidigal.....	73
Figura 22. Vista parcial do Vidigal, da zona sul e do mar.....	76
Figura 23. A favela do Vidigal ao fundo, vista a partir do bairro de Ipanema.....	77
Figura 24. Parque Sitiê, Vidigal.....	88
Figura 25. Parque Sitiê, Vidigal.....	88
Figura 26. A abertura dos Jogos Olímpicos vista a partir do morro da Mangueira.....	92
Figura 27. Favela-Bairro Vidigal.....	121
Figura 28. Favela-Bairro Vidigal.....	122
Figura 29. Favela-Bairro Vidigal.....	123
Figura 30. Favela-Bairro Vidigal.....	124
Figura 31. Uma imagem-síntese.....	126
Figura 32. As principais vias do Rio de Janeiro após as intervenções urbanas	214
Figura 33. Praça Mauá vista da cobertura do Museu de Arte do Rio (MAR)	215
Figura 34. Museu do Amanhã, Rio de Janeiro.....	220
Figura 35. Museu de Arte do Rio (MAR)	220
Figura 36. Museu d'Art Contemporani de Barcelona (MACBA)	222
Figura 37. Mercat Encants Nous.....	222
Figura 38. Um legado duradouro.....	232

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. O Rio de Janeiro dos Jogos da Exclusão.....	60
Mapa 2. Município do Rio de Janeiro: zoneamento industrial.....	106
Mapa 3. Município do Rio de Janeiro: taxas de aumento da população favelada 1950-1960.....	107
Mapa 4. Município do Rio de Janeiro: deslocamento das indústrias médias e grandes até 1965.....	115
Mapa 5. Município do Rio de Janeiro: distribuição das favelas (1960)	116
Mapa 6. Sistema de centros de comércio e serviços do Rio de Janeiro.....	210

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1. População, Domicílios, Habitantes por Domicílio, Área e Densidade Demográfica segundo a Comunidade na UPP Santa Marta e Município do Rio de Janeiro.....	42
Tabela 2. Total e percentual de Crianças, Jovens, Adultos e Idosos segundo a comunidade na UPP Santa Marta, R.A. Botafogo e Município do Rio de Janeiro – 2010.....	43
Tabela 3. Total e Percentual de Domicílios Particulares Permanentes por Condição de Ocupação segundo a comunidade na UPP Santa Marta, R.A. Botafogo e Município do Rio de Janeiro – 2010.....	44
Tabela 4. População, Domicílios, Habitantes por Domicílio, Área e Densidade Demográfica segundo as Comunidades na UPP Pavão-Pavãozinho / Cantagalo e Município do Rio de Janeiro.....	45
Tabela 5. Total e percentual de Crianças, Jovens, Adultos e Idosos segundo as comunidades na UPP Pavão-Pavãozinho / Cantagalo, R.A. Copacabana, R.A. Lagoa e Município do Rio de Janeiro – 2010.....	45
Tabela 6. Total e Percentual de Domicílios Particulares Permanentes por Condição de Ocupação segundo as comunidades na UPP Pavão-Pavãozinho / Cantagalo, R.A. Copacabana, R.A. Lagoa e Município do Rio de Janeiro – 2010.....	46
Tabela 7. População, Domicílios, Habitantes por Domicílio, Área e Densidade Demográfica segundo as Comunidades da UPP Vidigal e Chácara do Céu e Município do Rio de Janeiro.....	47
Tabela 8. Total e percentual de Crianças, Jovens, Adultos e Idosos segundo as comunidades da UPP Vidigal e Chácara do Céu, R.A. Lagoa e Município do Rio de Janeiro – 2010.....	48
Tabela 9. Total e Percentual de Domicílios Particulares Permanentes por Condição de Ocupação segundo as comunidades na UPP Vidigal e Chácara do Céu, R.A. Lagoa e Município do Rio de Janeiro – 2010.....	48
Tabela 10. Alteração do valor médio do aluguel na favela Santa Marta (2008-2010).....	64
Tabela 11. População residente em favelas no Rio de Janeiro.....	119
Gráfico 1. Origens dos moradores das favelas do Rio de Janeiro em 1970.....	119

SUMÁRIO

Advertência	01
Introdução	03
 PARTE 1 – O Lugar da Favela na Metrópole	 19
1.1. Paisagem urbana, morfologia espacial e lugar	20
1.2. A produção da favela	27
1.3. Estratégias espaciais para a homogeneização de <i>territórios</i> de favela	51
1.4. Gestão da violência e produção de mercado nas favelas	80
 PARTE 2 – Industrialização, Valorização do Espaço e Produção da	
 Metrópole	92
2.1. Produção e reprodução	94
2.2. Industrialização e produção da metrópole no Rio de Janeiro	99
2.3. A favelização e o papel do Estado	109
 PARTE 3 – (Re)produção do Espaço como Mercadoria e da Metrópole	
 para Megaeventos	126
3.1. Reprodução da metrópole e raridade do espaço	129
3.2. Uso e troca no espaço-mercadoria	139
3.3. Valorização do espaço ou <i>gentrification</i> na favela?	153
3.4. A reprodução da metrópole como negócio	177
3.5. Do espaço-mercadoria à cidade-mercadoria pela mediação do empresariamento urbano	189
3.6. O “modelo Barcelona” e o Rio de Janeiro	203
 Considerações Finais	233
Referências	236
Anexos	250

“Em um nível mais elevado, mestres e doutores são o que eu chamo de ‘tecnocratas’: ‘tecnocratas analíticos’ treinados para analisar problemas (*problem-solving*). Dizemos que eles são inteligentes porque são ‘*problem-solving*’, mas inteligência não é resolver problemas. A inteligência é a formulação de problemas. Inteligente é a pessoa que formula um problema, que o enuncia, o articula, coloca os termos, as relações e as combinações que apontam para uma questão. Aí está o inteligente. Aquele que se debruça sobre um problema já formulado para encontrar a solução adequada não é inteligente, a despeito do que afirmam. Assim, ‘tecnocratas analíticos’ são aqueles que desenvolvem técnicas para análise e cálculo, confundem pensar/refletir com calcular/analisar”.

Omar Aktouf – entrevista para o documentário “*L’encerclement - La démocratie dans les rets du néolibéralisme*”.

ADVERTÊNCIA

Vivemos uma exacerbada especialização que nos coloca um grande problema: como, a partir de disciplinas acadêmicas cada vez mais fragmentadas, podemos pensar uma realidade que se compõe como uma totalidade? Cada disciplina traz algo potente e cada disciplina é completamente impotente diante da possibilidade de se discutir a totalidade do mundo.

Penso que vivemos uma crise teórica e prática. Estamos diante de um mundo urbano onde as contradições se fazem cada vez mais gritantes e conflitos explodem pelo fato de que a vida cotidiana está se tornando insuportável. Justamente essa vida cotidiana e o modo como as pessoas a percebem e a vivem trazem problemas para o pesquisador. Aparentemente, cada um luta por aquilo que diz respeito a sua vida. Na realidade, o que cada um vive é um problema que transcende o indivíduo e o lugar para se colocar em uma dimensão cada vez mais ampla. O que todos concluem é que a desigualdade cada vez mais se aprofunda e a concentração da riqueza é um fato. O problema é que essa extremada concentração de riqueza vem acompanhada de uma extremada concentração de poder.

O espaço público como aquele da esfera pública é cada vez mais degradado porque a própria esfera pública chega a um momento em que ela quase inexiste. Por um lado, há uma realidade urbana que se coloca de forma contraditória e cheia de conflitos e, de outro lado, o fato de que a ciência extremamente especializada também enfrenta uma crise teórica muito grande. Essa crise teórica da produção do saber assume várias formas. A especialização é uma dessas formas. O produtivismo é outro mal de uma universidade que aposta na impotência do conhecimento. Há também os preconceitos e as intolerâncias que nos colocam cada vez mais distantes um do outro.

Diante de questões quase insolúveis, como construir uma compreensão sobre o mundo a partir da Geografia, uma ciência parcelar? A Geografia permitiria revelar uma problemática capaz de desvendar o mundo moderno? Considerando a transitoriedade do conhecimento, como pensar o mundo em constante transformação? Isto é absolutamente central na metrópole: pensar o futuro, um projeto para a sociedade. A tarefa é compreender para traçar e construir as linhas gerais de um projeto, que não é decisão da universidade, mas escolha da sociedade. O papel da universidade é contribuir para esse movimento de transformação do

mundo a fim de produzir uma compreensão da realidade ao lado da sociedade e não ao lado de um saber técnico, um saber que justifica a desigualdade e o mundo que vivemos. O saber técnico justifica e fundamenta as ações na cidade. Se queremos pensar um projeto de mudança, temos que pensar no papel que a universidade e o conhecimento têm no sentido de construir os fundamentos para que esses processos se realizem. A construção desse conhecimento é um momento importante para estabelecer o processo com o qual nos deparamos.

INTRODUÇÃO

A paisagem urbana do Rio de Janeiro escancara a morfologia de uma metrópole do capitalismo periférico em que a diferenciação entre suas partes constituintes é o primeiro momento da análise. Ir além da morfologia em busca dos conteúdos constituintes da forma urbana se faz necessário a fim de evidenciar as contradições que estruturam o movimento de reprodução da sociedade.

O estudo da produção do espaço não contempla a busca de recomposições e ambientes harmonizados, mas o desnudamento dos conflitos sociais de modo a evidenciar as contradições do espaço e as formas pelas quais o capital se reproduz hoje na metrópole e como ele – o capital – reproduz a metrópole no seu processo de autovalorização. A metrópole é a totalidade em tela, mediação entre mediações entre uma ordem próxima – aquela do lugar – e uma distante – a da mundialização.

O momento crítico do pensamento geográfico colocou a possibilidade de reflexão sobre os fundamentos do mundo contemporâneo e de oferecer explicações potentes. A superação da perspectiva da “organização do espaço” para a “produção do espaço” aponta para o espaço como condição, meio e produto das relações sociais de produção (CARLOS, 1987) e fundamental para a reprodução do capital hoje, importante conquista para a Geografia a partir das obras de Ana Fani Alessandri Carlos. O método dialético na análise geográfica permitiu estabelecer a passagem entre esses momentos em direção ao entendimento do espaço como produção social e, por isso, produto do trabalho social (CARLOS, 2011b). Nesse sentido, a compreensão das formas pelas quais o espaço é produzido como mercadoria estabeleceu uma estimulante e importante agenda de pesquisa que não se esgota.

Uma análise geográfica por meio das categorias marxistas questiona a respeito das contradições que surgem na reprodução do espaço e da metrópole hoje. A produção de uma totalidade presidida pelo capital impõe dificuldades para pensar a metrópole e os processos que a constituem. Em um primeiro momento, tudo é produzido como mercadoria e até mesmo fenômenos que aparentemente carecem de materialidade como produtos do trabalho social igualmente são mercadorias. A circulação do capital do lugar ao mundial passando pela metrópole e atravessando o nacional estabelece parâmetros para o acesso à propriedade

privada, que se generaliza pelo espaço e impõe condições à apropriação. Dessa forma, a **contradição entre uso e troca** é fundamental para estabelecer alguns nexos importantes para a compreensão da reprodução social. A contradição entre uso e troca é o fundamento prático da tríade homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço: a **homogeneização** como processo, promovida pela reprodução do capital, a **fragmentação** do espaço como produto em função da generalização da propriedade privada e, como finalidade, a **hierarquização** desses fragmentos a partir dos usos e rendas especializa os lugares dentro da mundialidade do processo e pretendem destituir esses espaços de história tornando-os simulacros de algo que passou.

A morfologia espacial do Rio de Janeiro revela as impossibilidades da apropriação por amplas parcelas da sociedade, que produzem lugares a partir de condições impostas à reprodução social. A exclusão constante, permanente e crescente dos trabalhadores em relação à propriedade privada é o processo de concentração da riqueza. A concentração caminha com a acumulação e, quanto mais se acumula, mais o capital exclui os trabalhadores da propriedade privada e os submete. O espaço como força produtiva também se torna uma impossibilidade de apropriação pelos trabalhadores, restringidos a determinados espaços da metrópole. Durante o auge da industrialização no Brasil, a exclusão dos trabalhadores em relação à propriedade os forçou a reproduzir suas vidas em espaços onde a propriedade não existia e o valor de uso predominava. Hoje, esses mesmos espaços são absorvidos e entram no circuito da mercadoria como o “novo”. Nesse processo, os trabalhadores agora são destituídos de sua não-propriedade no movimento da territorialização da propriedade e da reprodução de favelas como mercadorias, tornados novas centralidades. No Rio de Janeiro, esse processo é consequência da reprodução da metrópole como mercadoria para grandes negócios por meio de megaeventos internacionais. Esse é o tema deste trabalho.

O caráter superlativo do processo é reflexo dos tipos de capitais e do que está em jogo: a redistribuição da mais-valia mundial em momento de crise, que se arrasta desde a década de 1970. Coincidência (ou não), justamente o momento em que grandes eventos esportivos são transformados em grandes negócios que movimentam vultosos capitais e promovem grandes projetos e equipamentos urbanos nas metrópoles que os sediam, produzindo uma valorização do espaço. A tríade **valorização – desvalorização – revalorização** contribui para pensar os momentos da circulação do capital pela metrópole. O financiamento dos negócios pelo mercado financeiro e via endividamento público evidenciam a faceta financeira do processo e a transferência da mais-valia dos trabalhadores do país-sede do evento para a esfera mundial. Para que o processo se realize com tranquilidade, procedimentos coercitivos são aplicados

pelo Estado. No Rio de Janeiro, a “pacificação” de espaços insurgentes é usada como forma de disciplinarização de coletivos periféricos e de controle do espaço.

A concentração de capital e da propriedade primeiramente exclui os trabalhadores para, em seguida, inclui-los precariamente no processo. Os lugares da reprodução da vida na metrópole são incluídos numa ordem mundial como espaços mundiais ou globais, o que gera exclusão de amplas parcelas impossibilitadas de participar do mundial. Ao mesmo tempo em que se tornam mundiais, esses espaços são periféricos no sentido da exclusão de massas de trabalhadores que sustentam os megaeventos por meio da exploração do seu trabalho. **O par contraditório integração-desintegração** surge na análise para dar outra explicação à relação centro-periferia, para além da mera localização na metrópole. A periferia é colocada no centro da reprodução como estratégica para o capital em crise.

A urbanização contemporânea assinala novos problemas no contexto da reprodução socioespacial. Se partirmos da premissa que tal urbanização hoje se realiza tendendo ao mundial, a mundialidade do processo orienta novos padrões relativos à prática socioespacial de modo mais ou menos intenso em espaços específicos. A reprodução das relações socioespaciais recoloca dialeticamente as condições de reprodução da metrópole. LEFEBVRE (2001, p.46) escreve que “as transformações da cidade não são os resultados passivos da globalidade social, de suas modificações. A metrópole depende também e não menos essencialmente das relações de imediatez, das relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade”. A metrópole se coloca intermediária entre uma ordem distante – aquela das instituições sociais, principalmente o Estado, que se impõem na forma de poderes na realidade prático-sensível – e uma ordem próxima – aquela dos grupos sociais e dos indivíduos, mais ou menos organizados. A cidade como “mediação entre as mediações” contém a ordem próxima e está contida na ordem distante: abriga e estabelece o plano do vivido e, ao mesmo tempo, sustenta e projeta a normatividade da ordem distante. Novas relações e novos espaços são produzidos envolvendo embates entre tentativas de apropriação e de dominação, recolocando as possibilidades de realização do uso. A metrópole como campo de batalha é uma imagem possível dentre várias, considerando-se a perspectiva da luta pelo espaço e do direito à cidade.

O processo de investigação aqui exposto caminha entre o presente e o passado na busca dos fundamentos dos processos socioespaciais que se reproduzem hoje, passando entre o local e o mundial tendo a metrópole como mediação, de modo a buscar a totalidade referente à realidade analisada. Apresento alguns fundamentos a partir dos quais elaboro minhas reflexões, forjadas no bojo das contribuições de inúmeros pesquisadores e intelectuais

que compartilham do método dialético e, particularmente, daqueles que se debruçam sobre a realidade sob uma leitura marxista-lefebvriana. Parto dessas contribuições compreendendo um método de análise da realidade social que não é sistêmico, tampouco “aplicável”, mas dialético. Significa dizer que a análise da realidade social implica em ultrapassar a análise do fragmento espacial, por ele próprio, e da realidade fragmentada, compreendendo os processos que engendraram o mundo moderno e apontar o seu devir de modo a buscar os elementos constituintes de um “projeto” possível de transformação social.

A transformação da metrópole aparece como caótica, mas é plena de contradições. Deter-se na análise aparente ou apenas da forma escamotearia os processos. A reprodução da metrópole guarda, em diferentes níveis da realidade social, lógicas que alteram as formas e produzem novos conteúdos, o que implica, também, em mudanças no movimento da prática social. No que toca à vida urbana, as transformações sociais mais profundas vividas no capitalismo foram promovidas em função da adequação das cidades às necessidades da industrialização, que induziu a sociedade a uma urbanização regada e ritmada pelas necessidades da produção. Do ponto de vista do capital, tais adaptações e ajustes na vida urbana e na forma das metrópoles aparecem como naturais e dadas, colocando o planejamento como exigência. Essa “naturalização” das consequências da urbanização produzida pela industrialização é corroborada pelos urbanistas e tecnocratas preocupados com a administração e desenvolvimento da sociedade.

No momento atual deixamos de viver a sociedade industrial e passamos a viver a sociedade urbana em processo de constituição, uma virtualidade concreta no movimento da formação (LEFEBVRE, 2004). Dessa forma, as mudanças e transformações pelas quais as metrópoles passam hoje ocorrem no bojo de um movimento que aponta a passagem de uma economia industrial para uma economia terciária moderna, o que exige um desenvolvimento urbano baseado na produção de novos espaços para a realização do capital. Assim, cabe desvendar as estratégias e as lógicas que presidem a reprodução do espaço hoje e os termos em que tal reprodução se dá na passagem da hegemonia do capital industrial para o financeiro.

No Rio de Janeiro, o processo de produção do espaço urbano para a realização de megaeventos encontra as favelas no meio do caminho. A construção das infraestruturas urbanas pelos capitalistas se dá na forma de intervenções do Estado. Tais intervenções se realizam com processo de valorização e favelas são valorizadas nesse movimento. O Estado se organizou para removê-las do caminho em algumas áreas da metrópole (zona norte e zona oeste) ou valorizá-las *diferencialmente* em outras (na zona sul) porque o processo de

valorização implica em, do ponto de vista do capital, liberar e incorporar terras para que o setor imobiliário possa se realizar. Assim, a favela aparece nesse movimento como uma fronteira da valorização.

Ao longo do século XX, a metropolização no Rio de Janeiro implodiu a cidade original, agora transformada em “centro” de um tecido urbano que se expandiu em função das necessidades da industrialização e dos serviços atrelados a ela e às atividades da capital da República, produzindo centralidades novas. A urbanização das áreas rurais da cidade do Rio e das cidades vizinhas formou subúrbios (espaços onde residiam a classe trabalhadora) e a zona sul (local de residência das classes média e alta). Ao lado dos subúrbios e da zona sul, as favelas são resultado de processos contraditórios reproduzidos no movimento dessa mesma urbanização induzida pela industrialização que formou a metrópole.

A produção de centralidades e periferias no movimento da urbanização integrou porções do espaço e aprofundou contradições vindas da produção e do mundo do trabalho. Os conflitos do mundo do trabalho escaparam da esfera produtiva e passaram a se reproduzir por meio da reprodução do espaço, destacando-se a produção da moradia nesse processo. Esse movimento induziu às transformações na morfologia da cidade, incluindo a metamorfose de formas antigas, a produção de novas formas e a mudança nos usos por toda a metrópole. As centralidades concentram o poder econômico e, por vezes, o político, funcionando como lugares que preenchem as condições para a realização da troca. São lugares onde se articula a reprodução da riqueza na metrópole e absorvem socialmente essa riqueza por meio das infraestruturas voltadas à reprodução ampliada do capital e pela produção das representações de um modo de vida ideal a ser almejado pela sociedade por meio do consumo (RIBEIRO, 2012).

Em uma metrópole do capitalismo periférico, a produção das centralidades acontece ao lado da produção de lugares onde a precariedade, a escassez, a pobreza e a violência são visíveis na paisagem e drasticamente sentidas na vida cotidiana. A concentração da riqueza nas centralidades somada à restrição – de quem vive as periferias – ao acesso às áreas que concentram os equipamentos urbanos e as infraestruturas aponta para uma hierarquização no âmbito da metrópole, evidenciando-se por meio da diferenciação na paisagem urbana. Penso que a produção das centralidades e a produção das periferias, na prática, compõem o mesmo processo contraditório e desigual no âmbito da reprodução da metrópole e esse processo não é estanque ou imutável em relação à posição que os lugares ocupam na hierarquização imposta pelo capital. No Rio, ao mesmo tempo em que se constroem os bairros, se produzem as favelas. Há uma gênese em comum.

A integração e os rearranjos frequentes entre os fragmentos da metrópole indicam a sua reestruturação econômica como fundamental para a realização do capital. Nesse movimento, remoções e expulsões podem acometer tanto os proprietários de imóveis que habitam áreas reguladas pelo mercado imobiliário formal da metrópole quanto aqueles que vivem em espaços autoconstruídos e estão à margem da regularização via propriedade privada. Contudo, trata-se de uma falsa simetria: enquanto os proprietários têm seus direitos garantidos e indenizações pautadas pelas regras do mercado imobiliário, aqueles que ocupam as favelas que interessam ao Estado e aos capitalistas via de regra têm a questão habitacional convertida em questão policial. Um se baseia na constituição do bairro por meio do mercado imobiliário e outro pela autoconstrução da favela à margem da propriedade privada. As remoções realizadas violentamente pelo Estado são justificadas pela necessária mobilidade do capital no espaço da metrópole, solapando relações tradicionais de solidariedade, vizinhança, identidade ou pertencimento. Essa violência promovida pelo Estado em nome da reprodução econômica é justificada pela necessidade tida como incontestável da geração de empregos e do desenvolvimento. Na medida em que essa reestruturação espacial se realiza, políticas e estratégias são postas em prática e novas contradições são produzidas. No caso das centralidades econômicas mais antigas, por exemplo, a **contradição deterioração-revitalização** explicaria as mudanças na paisagem e nos usos redefinidos de modo a gerar desenvolvimento e riqueza ao superar a raridade do espaço e produzir novas oportunidades de negócios. No caso das favelas, a **contradição uso-troca** revela potência para explicar as transformações pelas quais esses fragmentos passam na zona sul do Rio de Janeiro. A particularidade da metrópole apresenta a valorização das favelas como o “novo”. Do ponto de vista da favela, parece que ela se valoriza porque há a intervenção do Estado no espaço, mas, do ponto de vista do capital, a favela é uma barreira porque o capital precisa de espaços liberados para o setor financeiro se reproduzir a partir de novos negócios.

O **objetivo** da pesquisa é revelar o lugar das favelas no processo de (re)produção do espaço no Rio de Janeiro. Há, de um lado, novos processos de mercadorização da metrópole e, de outro, novos padrões de relação entre o Estado e os agentes econômicos e sociais, caracterizados pela exceção e pelo autoritarismo via militarização. Pretendo alcançar esse objetivo através de três movimentos:

- 1) a reprodução da favela por meio da sua valorização hoje, bem como as estratégias e os negócios envolvidos nesse processo;
- 2) a produção da favela pela urbanização induzida pela industrialização (metropolização);

3) e o retorno ao momento atual para compreender a mercadorização da metrópole e o papel da militarização nesse processo. A presença do estudo de Barcelona na análise apoia-se em sua referência histórica como modelo de negócio para o Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, como um espaço de esperança de uma prática política democrática hoje para aqueles que constroem o *dissenso*.

A valorização do espaço em determinadas favelas, a presença de atividade turística e o germe da formação de um mercado formal de aluguel e de compra e venda de imóveis nessas periferias imediatas aos bairros da zona sul do Rio de Janeiro constituem um fenômeno novo na reprodução do espaço na metrópole e vêm gerando consequências na vida cotidiana dessas comunidades. A *territorialização* do mercado imobiliário na favela desafia a pensar novas lógicas na relação centro-periferia. Algumas questões se impõem para orientar a reflexão:

- A (re)produção das favelas no Rio de Janeiro pode ser vista como uma estratégia importante para garantir a acumulação do capital por meio da (re)produção de novas centralidades na periferia?
- Como programas de regularização da terra (concessão de titulações da terra na favela) e de “reurbanização” colaboraram para essa formalização e eventual reprodução da propriedade privada?

O trabalho de campo teve início buscando essa relação entre a centralidade e a periferia no processo de reprodução do espaço.

As três favelas escolhidas para a análise são: Morro de Santa Marta (entre os bairros de Botafogo e Laranjeiras); Cantagalo (entre Ipanema e Copacabana); e Vidigal (entre o Leblon e São Conrado). As três favelas localizam-se nos limites de bairros da zona sul do Rio de Janeiro e, historicamente, possuem relação de complementaridade econômica como fornecedoras de mão-de-obra barata para atividades no setor de serviços na própria zona sul (FRIDMAN, 1992). A morfologia das três favelas é distinta no que se refere à organização e aos modos pelos quais elas se expandiram pelas encostas dos morros em que se encontram. Em comum, são produtos da metropolização, produtos que revelam a impossibilidade de entrada de muitos no mercado formal de terras da cidade no século XX, produtos que refletem a inserção precária de uma parte relevante da sociedade na divisão do trabalho. A nova posição dos espaços dessas favelas na economia formal do Rio de Janeiro é o momento seguinte dentro da reprodução que me interessa diretamente. Observo que não estou preocupado em gerar uma generalização para as favelas do Rio a partir desses fragmentos. Os processos analisados nos três fragmentos se referem a particularidades e sua relação com a metrópole e o global, e eventualmente são reproduzidos em outras favelas cariocas. Não

pretendo uma explicação geral para a “Favela no Rio de Janeiro hoje”, pois qualquer tratamento que pretenda considerá-las homogêneas seria arbitrário e ficcional em função dos distintos agentes e processos envolvidos em cada caso. Elas se inserem em um movimento histórico de produção da metrópole e se diferenciam no movimento da reprodução.

As três favelas são objetos de investimentos voltados ao incentivo ao turismo, de controle social via militarização do espaço, de instalação de equipamentos urbanos, de obras de infraestrutura, de novos serviços públicos e privados. Contudo, o grau de integração de cada fragmento a essa dinâmica é distinto em cada caso. Enquanto o Vidigal exibe forte atividade turística e um mercado imobiliário dinâmico, o Santa Marta apresenta limitações para investimentos devido ao seu exíguo espaço físico. Ao mesmo tempo, acelerou-se a integração do Cantagalo ao conjunto de espaços turísticos da metrópole, processo intensificado no intervalo entre a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Essa aceleração sofreu reveses recentemente.

A Figura 1 apresenta os 4 núcleos olímpicos usados como referência pelo Estado para organizar e concentrar os investimentos em torno dos Jogos Olímpicos de 2016, principal megaevento sediado no Rio de Janeiro no intervalo 2007 – 2016¹ (do Panamericano aos Jogos Paralímpicos de Verão). Importante frisar a localização das 3 favelas citadas especificamente no núcleo de Copacabana, que compreende o centro irradiador de inovações pela zona sul. No que se refere às centralidades no contexto da metrópole, aquelas mais destacadas na proximidade das favelas correspondem aos bairros de Copacabana e Botafogo. De modo secundário, Ipanema e Leblon. A Figura 2, por sua vez, indica a relevância que cada centralidade possui na metrópole tendo como parâmetro o Centro. Explico na segunda parte da tese como se formaram as centralidades econômicas do Rio de Janeiro.

¹ MOLINA (2013) resgata o papel dos megaeventos no processo de produção do espaço no Rio de Janeiro desde 1908 e explica como essas iniciativas se associam a diferentes momentos da cidade. Sua intenção foi localizar essa estratégia observando o lugar dos megaeventos ao longo do processo de urbanização e sua relação com a modernidade e a modernização do espaço. Considero fértil a perspectiva do autor e verticalizo a análise no tocante à reprodução da centralidade por meio da articulação de contradições importantes à reprodução do capital.

Figura 1. Núcleos olímpicos, localização das favelas estudadas e a dispersão das centralidades econômicas pela metrópole. Fonte: Imagem da Empresa Olímpica Municipal do Rio de Janeiro (2012) manipulada por Victor Albuquerque. Sem escala.

Figura 2. A imagem acima destaca por meio dos círculos as centralidades econômicas localizadas nas áreas do Méier, Tijuca e São Cristóvão (parte superior da imagem), Centro do Rio, Estácio e Cidade Nova (o círculo maior) e zona sul (parte inferior do mapa). Fonte: IPP, 2014. Sem escala.

No tocante à Copa do Mundo de Futebol Masculino da FIFA e aos Jogos Olímpicos de Verão, principais megaeventos listados, há construções e adaptações de equipamentos esportivos (incluindo o estádio de futebol Maracanã e o Parque Olímpico da Barra da Tijuca), infraestrutura para mobilidade urbana (ampliação do Metrô, construção de vias expressas e corredores exclusivos para ônibus rápidos, reforma e concessão do aeroporto internacional à iniciativa privada) e projetos de intervenção social e ordem urbana (Unidades de Polícia Pacificadora, Choque de Ordem, Rio Mais Social – outrora “UPP Social”). Todas essas iniciativas implicam em consequências e impacto na vida cotidiana dos moradores da metrópole, particularmente daqueles que vivem nos núcleos olímpicos prioritários para o interesse econômico. Entre essas consequências imediatas, cito a especulação com o preço dos imóveis e as remoções, que apontam para situações de violação do direito à moradia decorrentes das obras públicas.

Desde que as candidaturas do Rio aos Jogos Olímpicos e do Brasil à Copa do Mundo se tornaram vitoriosas, os grandes veículos da imprensa, políticos, técnicos e analistas vêm ressaltando as oportunidades econômicas para os empresários do país, assim como a possibilidade de enfrentar os históricos problemas produzidos no interior do processo de metropolização, como o da mobilidade urbana e a valorização de espaços deteriorados, como os da área portuária e algumas áreas do Centro do Rio. O primeiro movimento da Prefeitura do Rio foi forjar a imagem e a ideia da “Cidade Olímpica” que, materialmente, inclui dezenas de projetos de intervenção por toda a metrópole e, ideologicamente, se reveste de uma verdadeira “missão civilizatória” para desenvolver espaços desvalorizados, “levar dignidade” até a população pobre e integrar a “cidade partida”. Assim, os megaeventos teriam como corolário mudanças no cotidiano da metrópole reunidas sob o signo do “legado olímpico”, qual seja, o discurso da redução da segregação e da desigualdade social por meio dos investimentos. A reestruturação econômica do Rio de Janeiro a propósito dos megaeventos produz a valorização do espaço em diferentes fragmentos da metrópole e encontra favelas no caminho.

O ambiente de negócios organizado pela Prefeitura do Rio vem registrando novas formas de elitização e mercadorização da metrópole concomitantemente às novas modalidades de relacionamento entre Estado, empresários e organizações sociais, apontando para o esvaziamento dos espaços de decisão coletiva/colegiada e a reafirmação da histórica função “cartorial” da Câmara de Vereadores diante das intenções do Executivo municipal. Decretos executivos e leis ordinárias foram promulgados pela Prefeitura ao lado de Medidas Provisórias, de leis que suspendiam artigos constitucionais por período de tempo

determinado, de portarias e de resoluções na esfera federal (Executivo e Legislativo com a anuência do Supremo Tribunal Federal) produzindo uma nova normatização a partir da exceção. O foco é facilitar a realização de Parcerias Público-Privadas, terceirizações, concessões na realização das obras. Os moradores das áreas impactadas pelas iniciativas são desrespeitados, não têm acesso às informações e não participam da tomada de decisões junto aos poderes estatais e realizadores de obras. Importa compreender o relacionamento intrincado entre a Prefeitura do Rio, o Governo do Estado, o Governo Federal (por meio da normatização e do bilionário financiamento público da Caixa Econômica Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) ao lado de grandes incorporadoras e construtoras que parecem produzir uma cartelização enquanto fornecedoras e prestadoras de serviços: a Andrade Gutierrez, a Odebrecht, a Camargo Corrêa, a OAS e a Carvalho Hosken. Cabe ressaltar também o papel da FIFA e do COI como articuladores do processo que conta com desrespeito às legislações urbanística, ambiental, trabalhista e de direitos humanos.

Nesse cenário, certamente distante de políticas públicas voltadas à mitigação das desigualdades sociais, as intervenções público-privadas adequam-se aos interesses imobiliários e oferecem ambiente de negócios a empreendedores, o que gera a mobilidade de populações pobres de áreas valorizadas ou em vias de valorização em função dos investimentos alocados. Na zona oeste, a Barra da Tijuca, o Recreio dos Bandeirantes, Jacarepaguá e Vargem Grande concentram a maioria das remoções e configuram as áreas de maior valorização imobiliária (AZEVEDO e FAULHABER, 2015). Trata-se de bairros localizados no eixo das intervenções e investimentos públicos em transportes (BRTs), habitação e serviços, redundando na produção de imóveis residenciais para as classes médias e imóveis comerciais compatíveis com a centralidade econômica reproduzida naquela área. No Centro e na área portuária, os investimentos em torno do “Porto Maravilha” e de novos museus de grifes estelares reforçam a lógica do Corredor Cultural² ao lado da disciplina imposta pelo Choque de Ordem. Na zona sul, a proliferação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP’s) engendra, igualmente, um ambiente para a realização de novos negócios nas principais favelas, reproduzindo e consolidando um mercado imobiliário após duas décadas de políticas públicas de “reurbanização”.

A análise envolve, prioritariamente e de modo articulado, dois pares contraditórios e duas tríades para explicar a reprodução do espaço sob a égide dos megaeventos (e da Cultura) na metrópole do Rio de Janeiro hoje: a **contradição uso-troca** com o fundamento na **tríade**

² Estudei o sentido do Corredor Cultural do Centro do Rio em minha Dissertação de Mestrado (SANTOS, 2010).

homogeneização – fragmentação – hierarquização e a contradição integração – desintegração inserida no processo histórico-geográfico **valorização – desvalorização – revalorização**. Penso, ainda, que esses movimentos têm potência para redefinir a **relação centro-periferia**. É nas contradições que se encontram os elementos para pensar os processos contemporâneos.

A tríade valorização do espaço – desvalorização do espaço – revalorização do espaço pode ser considerada na análise da (re)produção da favela para expor as estratégias do capital e do Estado ao mesmo tempo em que se revela a prática social daqueles que produziram originariamente aqueles espaços periféricos. Assim, desenvolvi minhas reflexões sobre a valorização de favelas no Rio de Janeiro a propósito de megaeventos a partir do processo de constituição da metrópole, compreendendo suas transformações recentes no contexto da superação da mesma industrialização que a gerou. Nesse sentido, colocam-se novas contradições na reprodução do espaço urbano, abrindo possibilidades para sua própria superação em direção ao “novo”.

Considero a produção das favelas como resultado do processo de reprodução do capital sob a égide da industrialização. Assim, as favelas aparecem no processo de metropolização como consequência da acumulação promovida pela industrialização, igualmente indutora das migrações internas de outros Estados do Brasil para a metrópole do Rio, bem como de áreas do antigo Estado do Rio de Janeiro para a metrópole homônima (antigo Estado da Guanabara). Em seu período de formação, a favela é reflexo da espoliação daqueles que sofriam diretamente com a crise de moradia que vai sendo forjada desde o final do século XIX (ABREU, 2014b; 2014c). O desenvolvimento da industrialização promoveu o crescimento econômico da então capital do Brasil, atraiu novos moradores para o Rio de Janeiro, ampliou o mercado imobiliário carioca com os loteamentos e parcelamentos do solo nas áreas rurais, bem como pela verticalização. A favela na zona sul concentrava mão-de-obra para a construção civil e o setor de serviços, cujo desenvolvimento e ampliação dependiam do dinamismo econômico sustentado pela industrialização. Assim, neste primeiro momento, a valorização do espaço promovida pela industrialização também contava com a autoprodução das favelas e a ocupação de terrenos como um desdobramento da acumulação de capital pela industrialização. A paisagem revelaria a desigualdade e a exploração do trabalhador da indústria e dos serviços e a precarização do trabalho realizado na metrópole, bem como o desemprego. Quando a metrópole não é só continente da atividade industrial – mas a urbanização propõe, enquanto tal, a presença da indústria –, a metrópole cresce, crescendo

também como negócio industrial: os subterrâneos produzidos, a verticalização, os viadutos, as favelas e tantos outros produtos da urbanização através do trabalho social.

Nesse sentido, no processo de urbanização que a industrialização induziu, as favelas são resultado da valorização promovida pela industrialização em função da característica necessidade de mão-de-obra barata. Se for assim, minha **hipótese** aponta para a produção da favela como mais uma contradição criada pela industrialização, pois o lugar é produzido como desdobramento/extensão da industrialização por meio de sua urbanização induzida e, ao mesmo tempo, lugar da autoprodução e reprodução da vida da classe trabalhadora. Trata-se de um espaço fora do mercado, já que não fora produzido como mercadoria, ainda que seja consequência da industrialização. Emerge aqui a contradição uso-troca. Atualmente, a valorização da favela reposiciona o lugar na reprodução da metrópole e revela a mesma contradição com maior potência. Algumas favelas da zona sul do Rio de Janeiro estão sendo transformadas em mercadorias dentro de um processo de valorização do espaço, produzindo expropriação de moradores em direção a outras áreas da metrópole e a turistificação desses recortes.

O momento de desvalorização do espaço corresponderia exatamente à perda de poder político e econômico do Rio de Janeiro ao ter a função de capital da República transferida para a recém-fundada Brasília (1960) e suas indústrias e bancos para outros Estados, de modo mais intenso o Estado de São Paulo. A fusão do Estado da Guanabara (sucessor do Distrito Federal) com o antigo Estado do Rio de Janeiro é tratada como “desastrosa e prejudicial para a cidade do Rio”, como costuma dizer a socióloga e deputada Aspásia Camargo. À decadência político-econômica seguiu-se o desemprego, que atingiu com maior impacto as favelas. Coincidindo com a crise econômica dos anos de 1980 e com os choques neoliberais da década de 1990, a visível expansão física das favelas pela metrópole resultou do crescimento populacional em função do empobrecimento (mais pessoas precisaram residir nas favelas). Os operadores do narcotráfico encontraram nas favelas um ambiente propício à reprodução de seus negócios de distribuição local e, no Rio, um entreposto para carrear a produção de drogas da América Latina em direção à Europa, consolidando um potente mercado e encontrando na organização das facções uma forma de gerenciar a distribuição. O tráfico de drogas é um importante momento da reprodução do capital hoje, ao lado do setor financeiro e do turismo (CARLOS, 2005).

Desde 2003, o crescimento econômico brasileiro ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) coincidiu com a expansão da liquidez dos mercados internacionais até a dívida se manifestar em 2007. A articulação entre os governos Federal, Estadual e Municipal

– inédita desde que o Rio fora capital do Brasil – estabeleceu uma agenda de investimentos e projetos para que a metrópole se tornasse o fragmento que responderia pela síntese do Brasil. Em outras palavras, o Rio de Janeiro seria a “vitrine” brasileira e a sua venda no mercado mundial de cidades seria estratégica para o Estado reposicionar o país no exterior em busca de investimentos estrangeiros. Assim, as candidaturas do Rio a diversos megaeventos foram anunciadas e a metrópole tornou-se laboratório para novas experiências sociais, como a “pacificação” das favelas, os investimentos em infraestrutura urbana, expansão da hotelaria, novos equipamentos esportivos e culturais, etc. As tentativas outrora frustradas de revitalização urbana na área portuária e no Centro agora surtiram efeito e até mesmo as favelas entraram no circuito de valorização do espaço.

O movimento de valorização – desvalorização – revalorização do espaço está submetido às inovações tecnológicas relacionadas a mobilidade/transportes, às oscilações políticas e econômicas conjunturais no Brasil e no mundo, bem como varia no tempo e no espaço em função da diferenciação promovida conforme o espaço é produzido como mercadoria. A articulação entre o mercado imobiliário e o Estado visa a definir as estratégias adequadas para reinserir os lugares no circuito da troca e, para isso, lançam mão da produção de imagens e ideologias a respeito dos lugares.

A reprodução do espaço é fundamental como possibilidade de reprodução do capital, das relações sociais de produção e de realização das estratégias do Estado resultando em uma prática plena de contradições. Além disso, o espaço é força produtiva capaz de realizar a acumulação de capital por meio de sua produção. Logo, a metrópole capitalista se expande por meio da reprodução econômica, política e espacial. Aparece aqui um **desdobramento da hipótese**: a valorização do espaço gera desdobramentos no plano local, produzindo ações políticas que se relacionam à dinâmica global, transformando as relações socioespaciais. Esse movimento revela a **contradição entre o local e o mundial**.

A urbanização da sociedade tende a uma urbanização total e é possível considerar as revitalizações urbanas e o que entendo como valorização *diferenciada* de favelas como formas de expansão da urbanização e processo em direção às fronteiras do sistema. No que se refere à escala metropolitana propriamente dita, fronteiras econômicas são contornadas através das políticas públicas voltadas à valorização do espaço e, neste contexto, à produção de novos espaços. Os megaeventos são estratégias indutoras de políticas públicas e investimentos públicos e privados que atendem a esses objetivos.

A revitalização urbana é parte de um par dialético (deterioração-revitalização) que se realiza no movimento da reprodução do espaço em função da valorização deste, mas não

possui os elementos explicativos para o caso das favelas. Da mesma forma, o fenômeno que se verifica hoje em determinadas favelas do Rio de Janeiro também é produzido devido à valorização do espaço. Os movimentos sociais urbanos do Rio chamam genericamente de “gentrificação”, o que me parece um equívoco conceitual. Dessa forma, é necessário dar um nome que reflita a aparência do fenômeno. Pensei em “*elitização de favelas*”, mas o termo parece esconder mais do que revelar. Neste momento, posso dizer que se trata de uma **valorização diferenciada da favela**, pois essa denominação implica uma comparação com a valorização que acontece nos bairros. Assim, trata-se de uma diferenciação contraditória no espaço da metrópole: a do bairro se assenta no mercado em que vigora a propriedade privada e a outra, em decorrência desse processo que se constitui por meio do mercado imobiliário com uma industrialização poupadora de mão-de-obra e com altas taxas de exploração do trabalho. No processo de formação da favela, essa população não pode pagar pelo mercado formal de terras e, portanto, sua estratégia de sobrevivência foi autoproduzir seus espaços. Essa autoprodução do espaço se chamou favela. Assim, a contradição é resolvida com a produção de uma nova. Não se trata da separação “cidade formal/informal” ao gosto dos sociólogos, mas mercado formal e mercado informal, pois o processo de constituição dos dois é o mesmo, o gerador deles é a industrialização poupadora de mão-de-obra e com altas taxas de exploração do trabalho que faz com que a cidade exploda em periferias (essa explosão é a autoconstrução), produto do mesmo processo. A análise da valorização diferenciada de favelas no movimento da relação entre centralidades e periferias na reestruturação do espaço da metrópole a propósito dos megaeventos mostra a produção da favela e da centralidade contraditoriamente. *A favela é sociologicamente periférica, mas central geograficamente.*

Qual visão de mundo fundamenta as políticas urbanas hegemônicas e como tal visão se manifesta no conteúdo dos discursos e imagens? Existe um discurso comum às políticas urbanas hoje e quais são seus fundamentos, gênese e tendências? Para responder a essas questões, pareceu-me inevitável aprofundar os estudos sobre o “modelo Barcelona”, afirmado como paradigma e principal referência da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em seu Planejamento Estratégico 2013-2016. Neste sentido, uma última questão surge: existe de fato um “modelo Barcelona” ainda hoje ou as novas estratégias urbanísticas vistas nos últimos 10 anos interromperam a continuidade das intervenções das décadas de 1980 e 1990, criando uma “deriva do modelo” (cf. BENACH, 2006)? O “modelo Barcelona” – originalmente calcado em megaeventos – teria se metamorfoseado e “derivado” em direção a outro formato em função da inclusão da Cultura como “indutora” das revitalizações?

Os Jogos Olímpicos tornaram-se a partir da década de 1980 um grande negócio atrelado à financeirização da economia, juntamente com a Copa do Mundo, forças motrizes da modernização capitalista em metrópoles que se pretendem vanguardistas ao reelaborar seu espaço urbano através da estetização do real, embaralhando arquitetura icônica do urbanismo contemporâneo e a vida. Responsáveis por catalisar as transformações, esses objetos aparecem como símbolos do reposicionamento das cidades e – por que não? – de países inteiros no mercado mundial através de uma lógica que parte do fragmento autonomizado convertido em síntese da metrópole e de todo um país. Neste sentido, a metrópole é vista como mediação entre espaços-tempos distintos: do global (as relações do capitalismo global em processo) ao local (as relações sociais no âmbito da *vida cotidiana*), articulação que se realiza através da reprodução da metrópole, da produção do *espaço social*.

Figura 3. *Protesto dos moradores do Santa Marta contra os impactos da Copa 2014. O registro está marcado na parte alta do morro, lugar de fácil observação de turistas e visitantes*
Fonte: foto do autor em julho de 2014.

PARTE 1

O Lugar da Favela na Metrpole

“Toda sociedade que comporta, de um lado, penúria e não-abundância, e de outro, predominância de uma classe (que possui e governa, que explora, que organiza, que toma para si a maior parte possível do resultado do trabalho social, seja através de um consumo suntuoso, seja através da acumulação, seja ainda através dessas duas formas de dominação), toda sociedade dessa ordem manteve-se pelo duplo meio da persuasão (ideologia) e da opressão (punições, leis e códigos, tribunais, violência preparada para não precisar se servir dela, violência aberta, tropas armadas, polícia etc). Toda sociedade de classes (e não se conhece ainda nenhum outro tipo) é uma sociedade repressiva”.

Henri Lefebvre. “A Vida Cotidiana no Mundo Moderno”.

1.1. Paisagem urbana, morfologia espacial e lugar

Entrevistado por Alexander Kluge no documentário “Notícias da Antiguidade Ideológica – Marx, Eisenstein, ‘O Capital’”³, o filósofo alemão Oskar Negt – proeminente comentador de Karl Marx –, oferece sua interpretação sobre como se deve ler “O Capital”. Para isso, Negt aponta a particularidade da edição alemã de 1932, publicada a partir da versão de 1872. Esta versão é conhecida como a “segunda edição alemã”, preparada por Marx. Karl Korsch escreveu o prefácio de 1932, considerada por Negt uma espécie de “manual de uso”, uma advertência preliminar sobre como ler “O Capital”⁴.

Korsch sugere uma ordem de leitura incomum, mas supostamente adequada a nossa maneira de pensar, de acordo com Negt: não começar pelo início proposto por Marx, mas pelo capítulo VIII do Livro I (“A Jornada de Trabalho”). O comentador marxista diz que essa opção de Korsch pretende tornar visível a fenomenologia das consequências do capital e toda a relação entre tempo de trabalho e tempo de vida, que nesse capítulo de Marx é amplamente tratada: lutas e conquistas do movimento operário, a jornada de 10 horas e a redução da jornada de trabalho. A nova proposta explica que, primeiramente, há que se obter uma impressão dos fenômenos e dos problemas do capitalismo que geram dor, observando a divisão da jornada de trabalho para, em seguida, entender melhor os demais capítulos de

³ “Nachrichten aus der ideologischen Antike – Marx, Eisenstein, ‘Das Kapital’” (Alemanha, 2008), dirigido por Alexander Kluge.

⁴ Como uma ressalva, Negt diz que o texto de Korsch já apresenta algo parecido com o nacional-socialismo, escrito em um momento de ruptura em meio ao movimento operário alemão. Houve uma greve na empresa de transportes de Berlim em que os comunistas se uniram aos nacional-socialistas.

Marx, que seriam de natureza mais sistemática, de acordo com Negt. Ao ler o capítulo VIII, entraríamos em todas as lutas: desde descrições de lutas pelas jornadas de 10 horas e 8 horas de trabalho até aquelas contrárias ao trabalho infantil. Significa que se está em uma situação mais empírica, partindo da prática social e das relações de classe e que se lê algo útil para a compreensão do capítulo I, particularmente sua última parte, sobre o fetichismo da mercadoria. Negt formula uma questão norteadora: como isso afeta a vida de pessoas reais?

Uma investigação geográfica que parte da paisagem urbana desigual da metrópole e da morfologia espacial diferenciada dos lugares no Rio de Janeiro encontra imediatamente sinais e pistas da desigualdade existente, revelando alguns elementos da problemática da urbanização contemporânea. Partir da realidade empírica também me permitiu, em um primeiro momento, defrontar-me com diferentes formas que compunham o imaginário de alguém que não cresceu em favelas e cultivou contato *periférico* com esses fragmentos da metrópole. Assim, partir da descrição também enseja de alguma forma o desfazimento de preconceitos e de estereótipos que são ideologicamente reproduzidos na cidade sobre as favelas⁵. A morfologia espacial é produzida pelas diferenças nas formas e modos de acesso aos espaços da vida por meio do uso. A descrição da morfologia é o início do percurso para a compreensão daquilo que se vê e se sente, das relações de sociabilidade entre os moradores das favelas, formas espaciais e os fluxos que animam esses fragmentos. Uma outra concepção do fenômeno investigado é possível ao se empreender um esforço descritivo.

Cabe uma advertência a respeito da consideração da morfologia espacial como primeiro momento da pesquisa. Afirma-se a importância da descrição fenomênica como ponto de partida da análise, como nível mais próximo para a compreensão da realidade urbana e da produção do espaço enquanto relações sociais imediatas. Contudo, não me limito à descrição, mas – ainda que insuficiente – a considero fundamental para a apreensão do visível e para a percepção das formas sensíveis. A pesquisa a partir daí buscou os conteúdos sociais inscritos no espaço, mas que não são imediatamente compreendidos. Para LEFEBVRE (2004, p.52), “a descrição não alcança determinadas relações sociais, aparentemente abstratas em relação ao dado e ao ‘vivido’, os quais parecem concretos, mas são apenas imediatos. Por exemplo, as relações de produção e de troca”.

⁵ “É interessante sublinhar que, atualmente, no repertório simbólico do Rio de Janeiro, o termo *favela* engloba diversos outros territórios (conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares, bairros periféricos, etc), não apenas aludindo à precariedade de equipamentos urbanos ou a estatutos de propriedade da terra/moradia específicos (que hoje são muito diversos nas diferentes localidades), mas sobretudo identificando-os pelo estigma da marginalidade, desordem e violência que os recobre, transformando seus moradores, os *favelados*, no arquétipo das ‘classes perigosas’” (LEITE, 2012, p.378).

O conceito não é uma representação, mas um tipo de movimento. O movimento do conceito é um processo através do qual procura-se subsumir a experiência, que apresenta uma resistência a essa subsunção, e de certa forma o conceito é obrigado a integrar essa resistência ao seu movimento. Na dialética, a negatividade impulsiona outras formas de saber. A consciência abandona sua certeza sensível e tenta passar outro tipo de saber baseado na percepção, na capacidade de predicar os elementos da percepção. A partir disso, constitui outras formas de consciência cognitiva.

A experiência negativa na relação do conceito com seu objeto serve como motor do desenvolvimento do conceito. As figuras associadas a esse conceito vão sendo superadas. Ao tentar realizar o conceito, a consciência descobre o seu fracasso porque algo lhe escapa e lhe aparece de forma negativa. Essa negatividade deve integrar o conceito por meio de uma transformação da consciência. Esse movimento é decisivo para Marx, de acordo com GRESPAN (1998). Ao tentar idealizar o conceito, produz-se uma contradição que serve como motor para passar para outra forma. Há situações em que integrar a negatividade não implica passar a outra forma, mas se estabilizar.

O materialismo do século XVIII apregoava que o real é a empiria, aquilo que se evidencia por meio da imediatez dos sentidos, a noção senso comum do real. O real não são os objetos tais como imediatamente se apresentam; não é a matéria e a forma como dados primeiramente acessados e informados, mas os processos que constituem o que se apresenta com a aparência de imediatez. Enfim, o real não são os dados do sensível. Para Marx, por exemplo, o real é o processo que fez com que pessoas passassem a autoconstruir suas casas em espaços externos ao regramento da propriedade privada com materiais baratos, improvisassem suas residências e um traçado de ruas ocupando encostas de uma cidade que se expandia e se metropolizava. Nesse caso, o real é a simbiose entre as casas e a montanha, o processo metabólico que se apropriou da natureza e produziu aí espaços de moradia pelo trabalho social. Esse processo, essa atividade é a base real da vida humana. Materialismo não é a presença imediata de objetos; materialismo é o reconhecimento de que a aparência da imediatez é resultado, um produto. Real é o processo que produz a aparência e não aquilo que se dá imediatamente. Não se trata de um materialismo das coisas ou da matéria, mas o materialismo da atividade, do movimento. Daí porque MARX e ENGELS (1984, p11) dirão logo no início de “A Ideologia Alemã”:

“O principal defeito de todo materialismo até aqui (incluído o de Feuerbach) consiste em que o objeto, a realidade, a sensibilidade, só é apreendido sob a forma de objeto ou de intuição, mas não como atividade humana sensível, como práxis, não subjetivamente. Eis porque, em oposição ao materialismo, o aspecto ativo foi

desenvolvido de maneira abstrata pelo idealismo que, naturalmente, desconhece a atividade real, sensível, como tal”.

No idealismo, a atividade do sujeito como condição de produção do real é atividade da consciência, que determina os seus objetos. Por isso ela é abstrata. No materialismo de Marx, aparece como atividade material de constituição do mundo. O materialismo até Marx concebia a matéria desprovida de tempo, incapaz de compreendê-la como atividade e movimento. Ao considerar a materialidade formada pela sedimentação de uma série de processos históricos, Marx elaborou uma crítica da ideologia orientada pela definição de “concreto” não como a simplicidade imediata daquilo que é captado pelos sentidos, mas:

“o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação” (MARX, 2011, p.54).

O concreto não são os elementos simples que formam todos os objetos e podem ser decompostos. O concreto é síntese e não o objeto de uma análise específica. É resultado e não ponto de partida, ainda que o seja para a intuição e para a representação, como ressalva Marx. Quando a intuição acredita que encontra um objeto e o representa, na verdade está tomando como ponto de partida o que é o processo final porque o concreto é resultado de uma atividade que sintetiza e unifica. Para KOSIK (2010, p.49), o

“princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha, portanto, uma função dupla, a única capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais. Esta recíproca conexão e mediação da parte e do todo significam a um só tempo: os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando são inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade”.

Assim, o concreto resulta de uma síntese operada pela reflexão, que reencontra no objeto sensível aquilo que não se percebe. A história revela a gênese do concreto e permite a reconstituição de sínteses passadas, registradas com incompletude na paisagem urbana.

A paisagem urbana da metrópole aparece como caótica e plural, plena de elementos contraditórios e diferenciados que inundam os sentidos. A tarefa é ultrapassar a paisagem como aspecto material e alcançar seus significados. A paisagem é produto herdado de um processo histórico de formação da metrópole. Ao mesmo tempo em que a paisagem é herança,

ela também é posta como condição para produções futuras. Uma justaposição de tempos que expõe a materialidade de diferentes usos, convivendo os antigos e os novos. Para SANTOS (2012, p. 103), a paisagem é um “conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Ela é o aparente, o visível, simultânea e contraditoriamente histórico e socialmente determinado. Como primeiro momento da análise, aponta para as formas que carregam conteúdos sociais. A paisagem é resultado da apropriação da natureza pela sociedade, dinâmica mediada pelo trabalho social. Ela reflete o nível de desenvolvimento das forças produtivas de determinada sociedade e a capacidade de superação dos obstáculos e de aproveitamento do potencial da natureza. Assim, “sob esta aparência estática se esconde e se revela todo o dinamismo inerente ao próprio processo de existência da paisagem, uma relação fundamentada em contradições; em que o ritmo das mudanças é dado pelo ritmo de desenvolvimento das relações sociais” (CARLOS, 1994, p.48).

Há ainda aquelas análises que se apropriam de dados objetivando conferir uma explicação para os processos de produção da metrópole e suas dinâmicas sem superar o nível de constatação que os dados apresentam. Essas análises não teriam potência para tocar nas contradições do espaço, o que acarretaria em uma leitura linear, sem perturbações e naturalidade dos fenômenos sociais. A morfologia espacial como primeiro momento ao lado da paisagem urbana tem potência para problematizar concepções ideologizadas quanto à relação entre centro e periferia, por exemplo, assim como o conceito de segregação socioespacial e a ideia de diferenciação espacial.

Considerando que, nesta investigação, elegi três diferentes favelas cariocas como objetos de estudo, a observação da paisagem implica em estabelecer relações entre os fragmentos e entre os fragmentos e a totalidade da metrópole. A paisagem não é apenas uma “fotografia” do espaço no tempo presente, mas a materialidade dos diferentes usos e sentidos do espaço com os movimentos da vida cotidiana. Nesse sentido, revela a reprodução da desigualdade na metrópole e o dinamismo da vida urbana.

A paisagem⁶ permite perceber a riqueza e a pobreza pela metrópole e os espaços de concentração dessas qualidades. Se a produção do espaço na cidade está fundada na

⁶ De acordo com MITCHELL (2000), há um grupo de geógrafos que consideram a paisagem em outros termos: como resultado formal e aparente da interação entre cultura e território. Cultura descreve o conjunto dos valores e conhecimentos que conferem sentido à vida e enformam as ações das pessoas, transformando os fenômenos cotidianos da vida material em símbolos significantes com valor e traduzindo-se em formas materiais concretas. As culturas são formadas pelas relações entre práticas, ideias, atitudes, objetos e imagens, e são elas que definem as identidades coletivas. A ideia de cultura como sistema de significação conduz à ideia de paisagem como texto/palimpsesto. A importância das questões políticas na chamada “Nova Geografia Cultural” conduz à ideia

desigualdade social, a identificação das formas que correspondem a essas qualidades, bem como os movimentos que as animam, contribui para compreender em detalhes os conteúdos da diferenciação que a morfologia espacial guarda.

A morfologia espacial revela o nível do lugar e, por isso mesmo, exhibe a desigualdade social em função do acesso diferenciado à riqueza que as classes sociais exprimem em um espaço intensamente hierarquizado. Se a paisagem urbana revela a desigualdade no âmbito da metrópole, a morfologia espacial detalha as formas, funções e estruturas produzidas pelas classes sociais ao longo do tempo em determinado lugar da metrópole. Esse acúmulo de momentos no espaço é instrumentalizado pela reprodução das relações de produção, tanto aquelas relacionadas à acumulação de capital quanto as relacionadas a resistências (RIBEIRO, 2012). No nível do lugar, a morfologia é composta pelas ruas, edifícios, usos do solo e os mecanismos de transformação das estruturas. Para CARLOS (2001, p.35),

“o lugar é, assim, a porção do espaço apropriável para a vida, revelando o plano da microescala: o bairro, a praça, a rua, o pequeno e restrito comércio que pipoca na metrópole, aproximando seus moradores, que podem ser mais do que pontos de troca de mercadorias, pois criam possibilidades de encontro e guardam uma significação como elementos de sociabilidade”.

As estratégias que compõem a reprodução da sociedade têm o lugar como um nível necessário para sua realização. O lugar é o nível da vida cotidiana e, ao mesmo tempo, objeto de políticas voltadas a sua homogeneização. A vida cotidiana está no privado, alheio ao Estado e à política. No lugar está o mundo do vivido, o privado, a vida da família ainda que invadida por determinações gerais. O lugar “se refere de forma indissociável ao vivido, ao plano do imediato” (CARLOS, 2007a, p.18). Os usos são as mediações entre os lugares e a metrópole, conferindo sentidos diferenciados dados pelos habitantes. Além dos usos dos habitantes, as políticas que atuam nos lugares, elaboradas em uma ordem distante, impõem lógicas diferentes às daquelas dos lugares, posto que sejam externas e impostas como necessidade da reprodução. As relações econômicas e as políticas estatais recolocam a política no nível do lugar. A política separa, cinde as relações entre o lugar e aquelas outras relativas ao Estado e aos seus espaços de representação.

da paisagem como instrumento de poder. Por exemplo, o reconhecimento de que a paisagem pode ser conscientemente produzida de forma a prosseguir os interesses dos grupos que se encontram no poder (paisagem como instrumento de poder). Consequentemente, as formas construídas e a organização do espaço não são apenas produções orgânicas dos modos de vida, mas instrumentos usados para materializar ideologias, valores e crenças. A paisagem, transmitindo mensagens que se leem, absorvem, mas não racionalizam, serve para “naturalizar” ideologias e produzir os consensos sociais que garantem certas posições de privilégio e dominação. A forma de dispor os elementos no espaço é um dispositivo para assegurar o controle e exercer poder.

Lugar como espaço social é lugar histórico. Para o capital e o Estado, o lugar é continente, espaço físico esvaziado de conteúdo que seria dado pelas relações sociais. Há limites dados para o lugar, que são os mesmos limites para a realização da vida. O processo homogeneização – fragmentação – hierarquização equivale um lugar a outros e os especializa na totalidade, parte de um todo que se pretende coerente. Dessa forma, o lugar está no mundo, assim como o mundo está no lugar e esse processo se dá por meio de mediações. A crítica da vida cotidiana aponta para o Estado como principal mediação: Estado e prática social relativa à vida cotidiana aparecem como uma contradição nesse movimento.

A vida privada integra e se submete às ordens da mundialidade no nível do político. As relações de solidariedade, complementaridade e vizinhança se redefinem em função dessas orientações da ordem global. Isso induz as pessoas a reações diversas que, invariavelmente, acabam subsumidas pelo mundo do consumo. No lugar surgem preocupações próprias de outros tipos de tempos. É onde aparece a possibilidade de ruptura e a diferenciação das partes em meio ao todo, o mundo. O desenvolvimento desigual gera o embate e a combinação entre as tentativas de homogeneizar e aquilo que se coloca como resistência em direção à diferenciação. A diferenciação do lugar refere-se a essa relação dos lugares com o mundo, como fragmentos com a totalidade.

Na superação da positividade em busca da negatividade, no limite do negativo de modo a transcender as diferenças entre as classes e alcançar a sociedade, temos o “homem privatizado”, reflexo do cotidiano programado, ligado passivamente às determinações da mundialidade, alheio à participação. Esse homem cindido é preenchido pelo mundial, que lhe dá sentido provisório no interior do mundo do consumo. O que seria o “novo” nesse contexto precário? Para LEFEBVRE (1967, p.378), “apostar nos resíduos por um ato poético inaugural, reuni-los em seguida na práxis, erguê-los contra os sistemas e as formas adquiridas, tirar deles novas formas, é o grande desafio. [...] A meta? O domínio (da palavra sobre o discurso, etc) quer dizer, a *apropriação*”.

As diferenças, hoje, vão além do mundo do trabalho e as desigualdades se referem à produção da vida do homem: os lugares são invadidos pelo mundo, se atualizam, redefinem o desenvolvimento desigual e as relações entre o político, o econômico e o social. A tese de CARLOS (2000, p.28) se apoia no par dialético entre o mundial e o local e defende que “o lugar tem uma dimensão explicativa e permite entender como se realiza, hoje, o processo de reprodução da sociedade [...] porque o lugar aparece como condição de realização da vida cotidiana, o que envolve uma articulação espaço-tempo através dos usos do lugar”. Diante da globalização contemporânea e da extensão da mundialidade do processo, o lugar segue sendo

o espaço de ligação entre as pessoas e o percebido, o mensurável, o palpável, o material, o objetivo. As relações sociais ganham materialidade inscrevendo-se no espaço da proximidade, balizadas pelos limites e possibilidades colocadas pela mundialização e pela imediatividade.

A manifestação dos particularismos, que têm o lugar como expressão socioespacial, é antipolítica (antiestatista), pois se coloca contra o controle administrado pelo Estado. Essa irredutibilidade do lugar no embate com o Estado também é reflexo da extensão do valor de troca, da mercadorização do espaço, produto de lutas que surgem de contradições no interior do processo de reprodução. Os pares uso/apropriação e dominação/subordinação revelam relações sociais que tendem a questionar a cidade como valor de troca (CARLOS, 1996). O Estado, por meio de suas estratégias hegemônicas, organiza as relações sociais através da produção do espaço submetendo o habitar ao mercado.

1.2. A produção da favela

As formas das favelas revelam a desigualdade de modo mais profundo na metrópole. A favela não é homogênea e registra níveis distintos de precariedade, igualmente possuindo particularidades e especificidades históricas e sociais. A favela sempre esteve pautada como um tema fundamental no Rio, mas de modo negativo: desde a carência, passando pela ilegalidade até a violência. Até a década de 1970, a “questão das favelas” tinha como solução a remoção, deslocando os moradores para locais distantes do lugar de trabalho e de suas relações sociais imediatas.

No Rio de Janeiro, as favelas em geral tiveram origem a partir da mesma lógica, mas o desenvolvimento subsequente registra variações diversas a respeito dessa estratégia para produção da habitação no espaço urbano. A favela é produto da impossibilidade de acesso ao mercado formal de terras na cidade, sujeitando trabalhadores a autoproduzir suas habitações em espaços não inseridos na formalidade jurídica da cidade, isto é, a da propriedade privada do solo urbano. Quem diz “cidade formal/informal” confunde cidade com mercado, como se fossem sinônimos. Basicamente, um espaço se assenta no mercado em que vigora a propriedade privada; um outro espaço é produzido em decorrência desse processo que se constitui por meio do mercado imobiliário, com uma industrialização poupadora de mão-de-obra e com altas taxas de exploração do trabalho. Essa população não pode pagar pelo mercado formal de terras (não se trata de “cidade formal”) e, portanto, a estratégia de sobrevivência adotada foi autoproduzir seus espaços. Essa autoprodução se chama favela, um

nome que surge da necessidade de segregar ao ser posicionada oposta ao bairro, do ponto de vista do mercado. Neste estudo, uso o nome “favela” para além dessa intenção segregacionista: em uma perspectiva dialética, meu intuito é construir uma reflexão que mostre a favela como negação do bairro (este sendo um espaço de realização do mercado) em função de uma exclusão prévia. Em outras palavras, a favela como espaço da não-propriedade privada. Sua absorção pelo mercado mediante a valorização do espaço e a tendencial entrada no mercado imobiliário formal do Rio, além dos fluxos turísticos, institui ali a propriedade privada e a torna mercadoria. O valor produzido pelo trabalho de gerações que construíram a favela é expresso agora como valor de troca no mercado em função de uma localização. Não se trata de “reunião” entre bairro e favela através de mecanismos de mercado, pressupondo igualdade na troca entre os agentes envolvidos. O que se constata é a reprodução da centralidade econômica na favela e o deslocamento de antigos moradores para outras áreas menos “valorizadas” da mesma comunidade ou para áreas periféricas da metrópole, incluindo os municípios vizinhos ao Rio na Baixada Fluminense.

A paisagem urbana evidencia as precárias circunstâncias com as quais os moradores das favelas tiveram que lidar ao longo das décadas. As políticas voltadas à “reurbanização” se chocam com uma forma consolidada, muito específica e resistente. Para esta investigação, elenquei três fragmentos que julguei ter potência para revelar as novas contradições do espaço produzidas pela reprodução do capital a partir da reprodução da metrópole no Rio de Janeiro. As favelas de Santa Marta (entre os bairros de Botafogo e Laranjeiras), Cantagalo (entre os bairros de Copacabana e Ipanema) e Vidigal (entre os bairros do Leblon e São Conrado) encontram-se em um eixo estratégico a partir da perspectiva da reprodução do espaço sob a égide dos megaeventos, um avassalador processo de dominação do espaço para a realização de negócios na metrópole. Outras poderiam também ser estudadas, como Chapéu Mangueira, por exemplo, mas escolhas mais restritivas se fizeram necessárias para a consecução da pesquisa. Temos aqui uma primeira determinação: uma localização, que tem uma centralidade. As favelas têm uma centralidade na zona sul do Rio e tendem a ser incorporadas à dinâmica imobiliária da metrópole e como mercadorias no circuito do turismo. A morfologia de cada comunidade apresenta especificidades e cabe aqui uma descrição inicial para explicitar a forma atual da favela seguida do seu processo de formação, de modo a demarcar a origem fundiária e as relações sociais que constituem cada comunidade.

A favela Santa Marta é formada apenas pelo morro Santa Marta. A comunidade não faz conurbação com nenhuma outra favela e foi produzida verticalmente na encosta do morro Dona Marta. Seu acesso se dá pela praça Corumbá, na rua São Clemente, em Botafogo. A

organização se dá por meio de escadarias, vielas e pontes/passadiços ligando a comunidade, com casas muito próximas umas das outras. É uma favela bem delimitada, cujo acesso se dá a pé, pelo plano inclinado ou pelo pico do morro, por uma rua que dá acesso à parte alta, onde se encontra hoje a sede da UPP.

Figura 4. Favela Santa Marta (perímetro em vermelho) e área da UPP (em azul).
Fonte: IPP, 2014.

Figuras 5 e 6. Vista do alto da favela a partir da estação 5 do plano inclinado e algumas casas pintadas, um ponto turístico mapeado. Fonte: autor, 2014.

O plano inclinado instalado apenas em 29 de maio de 2008 pelo Governo do Estado sobe a partir da base da favela, possui 5 paradas e alcança o alto do morro, próximo ao acesso à trilha para o mirante Dona Marta. As vielas da comunidade são extremamente estreitas e desniveladas; a favela possui relevante desigualdade no terreno, inclusive com casas vizinhas em diferentes patamares formando um interessante mosaico arquitetônico. A presença de casas coloridas é frequente e isso se deve à publicidade da empresa Coral Tintas, que vem colorindo gratuita e progressivamente a favela numa espécie de “Santorini arco-íris”, como uma turista observou.

Se o Santa Marta não faz limite com nenhuma outra favela, as favelas do Pavão-Pavãozinho e do Cantagalo – Pavão e Galo ou PPG, como são chamadas pelos moradores – constituem duas favelas conurbadas localizadas na encosta sul da serra de Copacabana-Botafofo, nos limites entre os bairros de Ipanema e Copacabana, bairros por onde são acessadas. O Cantagalo pode ser alcançado por acessos íngremes pelo morro na rua Saint Roman ou por elevador localizado na estação de metrô Cantagalo. Como apenas o elevador que atinge a cota intermediária da elevação está operacional, é preciso seguir caminhando para o alto pelas escadas e vielas da comunidade. O acesso pelo elevador encaminha o visitante a uma área íngreme da favela, com casas e bares acompanhando a irregularidade do terreno por becos e vielas estreitos. Percebe-se durante o deslocamento que o corpo é a medida para a abertura e o estabelecimento desses espaços. Os moradores costumam sentar em algum assento localizado ao lado da maioria das portas para conversar. A presença de grupos de moradores conversando animadamente é constante. Custa ao visitante aprender o caminho até a área do campinho, por exemplo, e, quando se aprende, descobre-se algum outro caminho mais curto. Há muitos atalhos e as orientações para se chegar a algum lugar são

várias, via de regra usando bares/biросcas como referência. O Cantagalo possui algumas vias abertas em ladeiras, o que garante melhor circulação. Nesses pontos, a favela é menos adensada e mais iluminada, onde o ar circula sem dificuldade. A desvantagem da área mais aberta é a existência de maior quantidade de entulho nesses pontos. Até 2014 via-se com alguma regularidade a presença de grupos de policiais militares da UPP percorrendo essas áreas abertas. Em 2016 não notei a presença de qualquer policial.

Figura 7. Mapa exibindo o morro do Cantagalo à esquerda e a favela Pavão-Pavãozinho, duas favelas conurbadas entre Ipanema e Copacabana. Em vermelho, os limites das favelas; em azul, o perímetro de ação da UPP. Fonte: IPP, 2014.

A favela do Vidigal se localiza em uma área da zona sul carioca entre os bairros do Leblon e São Conrado, defronte ao mar. Em termos de morfologia, a favela do Vidigal é o oposto da favela Santa Marta: a comunidade de Botafogo possui poucas ruas em função da exiguidade do espaço e por se localizar em uma encosta íngreme. Enquanto isso, o Vidigal é parte do bairro homônimo, possui uma população com renda média superior a de outras favelas da metrópole, assim como estabelecimentos comerciais e de serviços que a diferenciam no conjunto das favelas cariocas. O Vidigal era considerado um bairro favelizado

e registra a existência de edifícios e casas que destoam da paisagem urbana típica de uma favela.

Figura 8. Mapa apresentando o perímetro da UPP Vidigal-Chácara do Céu em azul e a favela do Vidigal em vermelho. Fonte: IPP, 2014.

Basicamente, o Vidigal é majoritariamente formado por uma área favelizada, um pequeno grupo de mansões em ruas abertas na encosta do maciço defronte à zona sul do Rio e um trecho da avenida João Goulart composto por edifícios residenciais. Morador da favela e porteiro de um edifício da “área dos prédios”, Seu Tarcísio relatou o caráter diferenciado dessas formas que coexistem na favela: os edifícios são legalizados no que se refere aos títulos de propriedade por serem considerados exteriores ao antigo perímetro da favela e são transacionados pelo mercado imobiliário carioca formal. Na encosta do maciço defronte à zona sul, há ruas com algumas casas voltadas a moradores de alta renda, incluindo mansões

com elevador. A imagem abaixo pretende mostrar que a favela é cortada por diversas vias, ruas e uma avenida principal que segue em direção à parte mais elevada da favela, conhecida como “Arvrão”.

Figura 9. Principais vias públicas do Vidigal.

Fonte: imagem produzida pelo autor a partir de fotografia aérea do Google Earth, 2014. Sem escala.

Há no Vidigal os seguintes edifícios institucionais de órgãos públicos: um posto de saúde; um posto dos Correios; uma escola municipal – Djalma Maranhão; uma escola estadual – Almirante Tamandaré; uma creche comunitária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. A favela conta com muitos restaurantes ao longo de toda a avenida João Goulart e serviços de utilidade para a população, configurando um subcentro comercial parcial. A presença de órgãos do Estado marca uma diferença importante quanto às outras duas favelas estudadas.

Da primeira vez que subi caminhando pela via principal do Vidigal, a avenida João Goulart, observei a existência de churrasqueiras pelas ruas e botequins/biroskas da favela. O cheiro de churrasco era presente em toda a sua extensão naquele sábado. Essa avenida principal está repleta de restaurantes populares e alguns especializados, como um japonês. Também existem muitas farmácias e lojas de utilidades. Todo o eixo principal da favela possui comércio. As residências encontram-se nas vielas que se abrem a partir desse eixo principal, incluindo também a própria João Goulart. Não notei a existência de agências bancárias, mas havia diversos caixas eletrônicos nos estabelecimentos de utilidades. A favela

conta com um sistema de transportes privado e informal: mototaxi ou vans/peruas. O valor do mototaxi varia de acordo com a percepção do motoqueiro sobre o potencial cliente: caso o motoqueiro suponha se tratar de turista, o valor aumenta consideravelmente. Já o transporte por van/perua possui preço fixado em R\$2,00 por trecho (subida ou descida). A estreita avenida João Goulart exige destreza ao volante para que dois veículos e uma moto passem ao mesmo tempo e em sentidos diferentes ao lado de veículos estacionados na via.

Figura 10. Avenida João Goulart em julho de 2014, época da Copa de Mundo da FIFA.
Fonte: autor, 2014.

A valorização no Vidigal mostrou-se intensa. A parte alta da favela, conhecida como Arvrão, registra preços inéditos. A primeira imobiliária do Vidigal avalia que, entre 2012 e 2014, não se encontrava uma casa de um quarto por menos de R\$ 150 mil (antes da valorização o mesmo imóvel custaria R\$40.000,00). E entre 2011 e 2012, a empresa vendeu cerca de 40 imóveis na favela para novos moradores de fora do Vidigal. Os novos consumidores desejam a vista para o mar, necessária para estabelecer o preço elevado. De acordo com José Nélcio Pereira da Silva, o Gerônimo, quem vende suas casas por esses preços consegue se manter na favela, em casas maiores, ainda que em uma localização menos valorizada do que a anterior. Também há casos de moradores que adquiriram mais de um imóvel na favela após a compra de sua residência original e passaram a cobrar aluguel de inquilinos. Gerônimo afirma que, com as negociações imobiliárias aquecidas, o valor médio do metro quadrado no Vidigal chega a custar R\$ 6.400, enquanto no bairro da Gávea é de cerca de R\$ 13 mil. Sobre o crescimento de moradores estrangeiros na favela, o morador alemão André Koller chama atenção para o fato de que há muitos imóveis sendo alugados por

moradores antigos:

“Não era muito comum alugar espaço, não tinha essa cultura de aluguel aqui. Tinha uma moça que colocou um cartaz que aluga só pra estrangeiro e aí gerou a maior polêmica, teve reunião e ela falou que o estrangeiro paga mais pelo espaço. Eles culparam os gringos para aumentar o preço dos morros, tanto que tem morador que não acha lugar pra morar e se muda pra Baixada. Por um lado, o gringo já tá sacaneado por pagar mais e depois ele é culpado por pagar mais, mas quem são donos dos imóveis são moradores, nascidos e criados aqui. No final são moradores alugando pra moradores. É fácil culpar os gringos porque é mais visível, né?”.

Se atualmente o Vidigal é reconhecido como um lugar valorizado pelo mercado imobiliário, no passado a comunidade recebeu ataques e tentativas de remoção, seguidas de resistência. Após investigar a origem do nome da favela e não lograr êxito, encontrei uma explicação em um trabalho sem referência bibliográfica ligado à Pontifícia Universidade Católica do Rio que, por sua vez, baseou-se em um *site*⁷ ligado à organização não-governamental Viva Rio.

Havia, durante o Primeiro Império (1822-1831), um major e cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro chamado Miguel Nunes Vidigal. Devido a seu prestígio, recebeu muitos presentes e doações ao longo da vida. Um deles teria sido uma grande extensão de terra aos pés do Morro Dois Irmãos, onde hoje se localiza a favela. A doação teria sido feita por monges beneditinos por volta de 1820. Essa seria a origem do nome Vidigal que primeiramente batizou a praia e depois a favela.

O proprietário seguinte foi o engenheiro João Dantas, que comprou o terreno em 1886 e pretendia construir ali o ponto de partida de uma linha de ferro em direção ao litoral sul fluminense. Assim como o Barão de Mauá no Segundo Império, João Dantas teria gasto todo seu patrimônio no projeto que acabou não se concretizando. Contudo, a obra teria servido como base para a construção da atual avenida Niemeyer, avenida à beira-mar que liga os bairros de Leblon e São Conrado. Em 1911, a instalação do Ginásio Anglo-Brasileiro foi o primeiro passo para o aparecimento de um pequeno aglomerado de barracos. O segundo veio em 1922, com a abertura da avenida Niemeyer.

A ocupação do morro começou em 1941. Já nos anos 50, havia, segundo o Censo, 1.274 moradores. Os primeiros barracos foram construídos abaixo da Avenida Niemeyer até a

⁷ <http://www.favelamemoria.com.br> , acessado em 19/03/2014. Site encontrado pelo autor do texto disponível em www.maxwell.vrac.puc-rio.br

praia do Vidigal, onde hoje se localiza o Hotel Sheraton, um dos hotéis cinco estrelas mais luxuosos da cidade. No ano seguinte, a avenida Niemeyer foi estendida e iniciaram-se as ocupações na parte superior da via, no início da antiga estrada do Tambá e atual avenida João Goulart, que corta todo o Vidigal, se inicia na avenida Niemeyer e sobe até o ponto mais alto da favela.

No início da década de 1950, os primeiros moradores que haviam se instalado na parte baixa foram removidos para a parte situada acima da avenida Niemeyer. Em 1958, a comunidade foi ameaçada de despejo pela primeira vez, por parte da Empresa Melhoramentos do Brasil. Formou-se uma comissão de moradores que conseguiu impedir o despejo. Nas décadas de 1950 e 1960, junto à urbanização dos bairros do Leblon e Ipanema, gerando necessidade de mão-de-obra, aconteceu grande crescimento demográfico do local.

No início de 1967, o proprietário de um dos terrenos no qual a favela estava instalada entrou na Justiça com uma ação de reintegração de posse. Os moradores passaram a ser proibidos de fazer melhorias em suas moradias, além de ser impedidos de construir novas casas. Nesse mesmo ano, foi criada a Associação de Moradores do Vidigal. Sua primeira conquista foi a permissão da Região Administrativa para consertar as casas. Porém, em contrapartida, a própria associação deveria fiscalizar para que novas residências não fossem construídas. Por essa razão e, também pelo pouco apoio da comunidade, a associação teve sua atuação esvaziada. Não se pode esquecer que nessa época o Brasil vivia uma ditadura militar. Muitos presidentes de associações foram presos ou desapareceram na medida em que se recusavam a apoiar as remoções e entravam em enfrentamento com o Governo ditatorial.

Em 1968 foi iniciada a construção do Hotel Sheraton. A companhia que administrava o hotel ainda tentou privatizar a pequena praia, situada embaixo do local onde está o hotel, mas os moradores ganharam na Justiça o direito de frequentá-la. Após alguns anos de tranquilidade, no final dos anos 1970, o risco voltou a rondar a comunidade quando parte do terreno foi vendida à empresa *Rio Towers* para a construção de outro hotel de luxo na área. Em dezembro de 1977, os moradores foram surpreendidos por equipes da prefeitura enviadas a fim de derrubar os primeiros barracos e levar as famílias para Antares – na longínqua zona oeste do Rio –, um dos conjuntos habitacionais financiados pelo BNH durante a ditadura militar. A associação de moradores agiu energicamente junto ao advogado Aloísio Teixeira e conseguiu uma ordem judicial que adiou as remoções. Esse adiamento serviu para que os moradores fossem procurar e conseguissem apoio da Pastoral de Favelas da Igreja Católica. O

Colégio Stella Maris cedeu espaço físico para as reuniões e oferecendo assistência financeira para os custos do processo.

O argumento utilizado pela Prefeitura para as remoções seria o alto risco de desabamentos no local; os moradores, entretanto, descobriram o projeto de construção de um hotel. Quando o projeto veio a público, os moradores ganharam apoio político e popular contra as remoções. Advogados, jornalistas, diversos grupos ligados à Igreja, artistas e cantores apoiaram os moradores. O cantor Sérgio Ricardo, que na época morava na favela, participou da resistência, assim como Gal Costa e Ney Matogrosso, que fez um show beneficente no pátio do Stella Maris para ajudar a associação. Após a reunião dos dirigentes da associação de moradores com os advogados da Pastoral de Favelas, os moradores garantiram assistência jurídica e a proteção judicial para manter suas casas. Conseguiu-se assim, sustar as remoções contrariando o prefeito Marcos Tamoio e o governador Faria Lima, que eram favoráveis a elas. Alguns moradores que não quiseram entrar com a ação contra a remoção foram removidos para Antares.

Em meados de 1978 foi aprovado o decreto de desapropriação para fins sociais, assinado pelo recém-empossado governador Chagas Freitas, colocando um fim à disputa e afastando o perigo de novas tentativas de remoção. Dois anos depois, o papa João Paulo II fez uma visita ao Vidigal, onde realizou um sermão enfatizando o compromisso da Igreja com os pobres e chamando atenção dos ricos para as desigualdades sociais, tão visíveis no Rio de Janeiro. Devido à visita papal, o Vidigal recebeu algumas obras de melhorias.

Durante a década de 1980, as favelas do Rio de Janeiro conheceram um outro problema: o crescimento do tráfico de drogas. No Vidigal não foi diferente. A facção criminosa Comando Vermelho se instalou na favela, impondo sua ordem. Os moradores passaram a conviver um período de violência que perdurou até a “pacificação”, ficando no violento fogo cruzado entre traficantes e policiais. A violência era resultado do confronto entre polícia e traficantes.

Se no Vidigal e no Santa Marta já se registram importantes fluxos turísticos, no Cantagalo ainda há alguma defasagem nesse processo, do ponto de vista do capital. De alguma forma, o tratamento que Cantagalo e Pavão-Pavãozinho receberam do Estado influenciam essa dinâmica. A história de ocupação do morro do Cantagalo remonta ao início do século XX, à ocupação da orla litorânea do Rio de Janeiro, e se relaciona ao surgimento

dos bairros de Copacabana, seguido de Ipanema e do Leblon. A criação desses bairros refere-se à ressignificação da proximidade com o mar, vista a partir do século XX como símbolo de status social e marca de despojamento. Copacabana era a “Princesinha do Mar” e Ipanema se estabeleceu como um dos bairros mais valorizados da cidade a partir da década de 1960.

Os novos bairros precisavam de mão-de-obra para a construção civil, serviços domésticos, hotelaria, etc. Dessa forma, uma população pobre se instala em terrenos públicos pertencentes ao Estado da Guanabara nas franjas da serra de Copacabana-Botafogo, onde, desde um primeiro momento, encontra vantagens quanto ao transporte público, mas nenhuma infraestrutura de serviços públicos (água, esgoto ou luz). Na década de 1960, ao contrário do que aconteceu em outras favelas da zona sul, a política de remoção realizada pelo governador Carlos Lacerda não foi empreendida nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, que receberam obras de “reurbanização” com melhorias em suas escadarias e no abastecimento de água. Em 1984, no primeiro mandato de Leonel Brizola no Governo do Estado do Rio de Janeiro (1983-1987), obras de “reurbanização” foram realizadas, destacando-se a abertura da estrada do Cantagalo e a instalação de um plano inclinado no Pavão-Pavãozinho. Estas comunidades não foram objeto de projetos e intervenções pelo programa Favela-Bairro, embora sua população se enquadrasse dentro do número de domicílios das favelas médias, contando hoje com o total de aproximadamente 28 mil moradores, em torno de 8 mil domicílios. A Prefeitura argumentava à época que a presença ostensiva de traficantes impedia a entrada dos técnicos e a realização de obras. Já as obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançadas pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2008 foram inauguradas em julho de 2010 pelo governador do Estado, Sérgio Cabral, e pelo prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. Essas obras se constituíram como a primeira intervenção de caráter amplo nestas comunidades.

A favela do Santa Marta, por sua vez, foi formada décadas após o início da ocupação do Vidigal e do Cantagalo, mas tem causa semelhante: necessidade de trabalhadores para a construção civil. De acordo com PARISSE (1969), a origem do nome da favela Santa Marta remonta à primeira metade do século XX, quando uma devota levou uma imagem da santa para o alto do morro. Na década de 1930, foi construída uma capela para abrigar a imagem. A favela tem pouco mais de 70 anos e foi ocupada da base até o topo de maneira heterogênea a partir de 1942.

O fragmento correspondente à favela Santa Marta era parte integrante da chácara de

Francisco José Teixeira Leite, Barão de Vassouras (1804-1884). O proprietário seguinte da chácara do Barão de Vassouras foi Abílio Cesar Borges (1824-1891), médico e educador, tendo fundado em Laranjeiras o Colégio Abílio, onde estudou Raul Pompéia (e inspirou seu livro “O Ateneu”). O Imperador D. Pedro II agraciou-o em 1881 com o título de Barão de Macaúbas. Quando morreu, sua imensa propriedade ficou fechada por alguns anos.

Os padres jesuítas fundaram em 1901 o Colégio Santo Inácio, que, no primeiro ano, funcionou numa casa na Rua Senador Vergueiro. Em 1903, alugaram (e depois compraram) a casa no 226 (antigo 132) da rua São Clemente, onde morou o comerciante Carlos Guilherme Gross. Em 1908, com o sucesso do colégio, ampliaram suas instalações comprando chácaras vizinhas, inclusive a que foi do Barão de Macaúbas. Tomadas por um capinzal, passaram a extraí-lo para venda, com o que ganharam alguns recursos. Em 1915, a Prefeitura mandou cortar todo o capinzal com receio de incêndios, passando então aquelas terras a serem usadas como local de recreio dos alunos.

Desde 1908 dirigia o colégio o padre José Maria Natuzzi que, preocupado com as instalações restritas da velha casa, ampliou-a a partir de 1909. Em 1915 é inaugurada a nova capela, porém em função da I Guerra Mundial as obras foram paralisadas. Em 1924 as obras foram recomeçadas, sob a direção do engenheiro arquiteto padre Camilo Armelini. Desde 1924, padre Natuzzi permitia que operários pobres e suas famílias estabelecessem moradia no Morro Dona Marta. Em 1929, com a queda dos preços do café no mercado mundial, muitos agricultores pobres do Vale do Paraíba migraram para o Rio. Padre Natuzzi acolheu a muitos, destinando-os ao Morro Dona Marta. Na mesma época, recrudesceram as obras do colégio e capela, sendo em 1931 inaugurado o novo altar de Santo Inácio e, em 1939, a ala esquerda do colégio. Padre Natuzzi inaugurou igualmente a favela do morro Dona Marta.

A primeira favela de Botafogo não fora produzida ali. Já o recenseamento de 1920 registrava a existência de 63 barracos no morro São João. Treze anos depois, São João estava deserto. Todos migraram para o Dona Marta atraídos pela oferta de trabalho nas obras do colégio e terras no morro oferecidas pelo padre Natuzzi. Como as obras duraram por quase trinta anos, havia emprego. Durante muitos anos viveu a população em paz, intocada pelos políticos, que não se interessavam por ela. Com o crescimento da vizinha Copacabana e da orla de Botafogo, surgiram muitos prédios altos e trabalho para muitos. Já em 1950, o censo realizado naquele ano registrava 1632 habitantes no Dona Marta, sendo 787 homens e 845 mulheres. 1355 eram maiores de cinco anos. Destes, 627 sabiam ler e escrever e 728 eram

analfabetos.

Em 1960, com a criação do Estado da Guanabara, o Governador Carlos Lacerda desenvolveu enorme campanha de erradicação de favelas. O objetivo não era propriamente dar melhores condições de vida aos moradores de favelas, e sim liberar os valorizados terrenos de encosta para especulação imobiliária, então em franca ascensão na zona sul. Em Botafogo, foram removidas as favelas do Pasmado e Macedo Sobrinho, sendo que, o sucessor de Lacerda, Negrão de Lima, eliminaria a da Catacumba, na Lagoa, onde hoje está o Parque Marcos Tamoio. Dona Marta não sucumbiu, haja vista sua estabilidade já consolidada no bairro e a propriedade dos terrenos, em mãos dos jesuítas e fora do processo especulativo. O governo chegou até a construir uma escola, inaugurada em outubro de 1968 pela Rainha Elizabeth II da Inglaterra, que visitou a favela. Entretanto, essa escola era de tão precária construção que, literalmente, só durou o tempo da visita da rainha. Valeu apenas o episódio para unir os moradores em defesa de suas casas e direitos, mostrando que não eram diferentes dos outros cariocas, atividade que prenunciou as associações de moradores. NUNES (1976) escreve que os moradores do Santa Marta não manifestavam interesse em deixar a favela porque moravam perto de onde trabalhavam, havia boa oferta de transporte público e não pagavam nada pela moradia, a não ser água e luz à associação de moradores, que mantinha o controle das despesas e as dividia com os moradores cadastrados. Todavia, os problemas com o lixo e as valas de esgoto revelavam a precariedade vivida pelos moradores, que a relativizavam em função das vantagens locais referentes às necessidades de trabalho.

Em 1977, após a fusão da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, o prefeito Marcos Tamoio não se referia mais a remoções, mas *reurbanização*. Entretanto, somente seu sucessor, o Prefeito Israel Klabin definiu bem o que isso significava em 1979: permitir os moradores nas favelas com infraestrutura, esgotos e demais serviços públicos. Em 1979, existiam no morro Dona Marta 2421 habitações, com população estimada de 12.105 habitantes, que se espalhavam por uma área de 55.540 m². Era a maior das oito favelas do bairro, acumulando 2/3 da população favelada de Botafogo, com média de 1.051 habitantes por hectare.

Em 1980, os moradores da favela Dona Marta se uniram e resolveram rebatizá-la como Santa Marta. A comunidade é famosa por ter sido palco do clipe *They Don't Care About Us* de Michael Jackson, em 1995. Na ocasião, a equipe de filmagem do videoclipe teve que pedir autorização para o chefe local do tráfico de drogas, Marcinho VP. Em 26 de junho de

2010, um ano após a morte do cantor Michael Jackson, foi inaugurada uma estátua em sua homenagem. O local escolhido para exibir o monumento foi a laje onde o cantor gravou seu videoclipe catorze anos antes. Hoje é um dos pontos turísticos do Santa Marta. Já sob o regime da “pacificação”, em 13 de novembro de 2009, o Santa Marta recebeu a visita da cantora norte-americana Madonna acompanhada do governador do Estado do Rio de Janeiro Sérgio Cabral e do prefeito Eduardo Paes. Em fevereiro de 2010, houve a gravação de um clipe da cantora Alicia Keys com Beyoncé. No mesmo ano, recebeu também parte das gravações da novela da Rede Globo “Escrito nas Estrelas”. A favela foi o palco principal das cenas do filme “Velozes e Furiosos 5”, gravadas em 2011. Todos esses fatos colaboram para compor a imagem do Santa Marta e atrair turistas.

A favela do morro Santa Marta está em uma Área de Especial Interesse Social instituída por lei no ano 2000 (ANEXO 1, Lei de AEIS 3135 de 05/12/2000). Além de ser uma AEIS, um decreto foi estabelecido em 2009 definindo as diretrizes para o ordenamento urbano do Santa Marta, o de Uso e Ocupação do Solo (ANEXO 2, Decreto de Uso e Ocupação do Solo 30.870 de 03/07/2009). Da mesma forma, o Morro Santa Marta possui um Decreto de Reconhecimento de Logradouros instituído no ano de 2010 (ANEXO 3, Decreto de Reconhecimento de Logradouros, 32.398 de 18/06/2010). Observa-se também que a favela passou por processo de “reurbanização” com recursos do Programa Estadual de Urbanização. Atualmente, o morro Santa Marta é classificado como “comunidade urbanizada”, uma nomenclatura usada pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) para designar formalmente “ex-favelas” a partir de índices sociais e não da paisagem da favela.

A regularização fundiária de parte da comunidade teve início em 2013 a partir da elaboração de três documentos voltados à demarcação urbanística, abrangendo área ocupada por 337 domicílios (equivalente a aproximadamente 1/3 do total de domicílios particulares). Foram outorgados 192 Termos Preliminares de Reconhecimento de Posse e Moradia. Os afetados aguardam a aprovação das plantas pelo poder público e consequente averbação e outorga dos Termos de Legitimação de Posse. De acordo com BONAMICHI (2016), os demais domicílios já passam por levantamentos físico e socioeconômico para ingressar no processo de regularização fundiária. Essa iniciativa da Prefeitura e do Estado do Rio de Janeiro (por meio do ITERJ, Instituto de Terras e Cartografia do Rio de Janeiro) foi viabilizada devido à aprovação de uma Emenda à Constituição estadual (EC 42) e à Lei Complementar 131, ambas de 2009. Esses instrumentos jurídicos permitem a alienação de propriedades públicas do Estado do Rio e a consequente regularização fundiária das terras

liberadas. Para MAGALHÃES (2013, p.12):

“pode-se afirmar ter sido estranhamente incomum a velocidade da aprovação dos dois diplomas legais que dão suporte ao projeto. A PEC nº 49/2009, que originou a Emenda Constitucional nº 46/2009, foi datada e protocolada em 01/09/2009, vindo a ser aprovada em 30/09, com apenas um voto contrário dos 70 deputados estaduais, sendo promulgada na mesma data, menos de um mês após o início de sua tramitação. Já o PLC nº 27/2009, que deu origem à Lei Complementar nº 131/2009, foi datado e protocolado em 12/08/2009, aprovado na sessão de 05/11/2009, sancionado no dia seguinte, e publicado em 09/11/2009, menos de três meses após a Mensagem do Governador que o remeteu à ALERJ”.

No Rio, a Prefeitura agrupa as favelas de acordo com a extensão física e tamanho populacional. Existem favelas pequenas, médias e grandes de modo a organizar políticas públicas específicas para cada tamanho de favela. A extensão física da favela Santa Marta é considerada média e a comunidade conta com 3908 habitantes distribuídos por 1176 domicílios, de acordo com o Censo 2010. Considerando o terreno acidentado em que se encontra e a concentração populacional, a densidade demográfica é relativamente alta:

Tabela 1. População, Domicílios, Habitantes por Domicílio, Área e Densidade Demográfica segundo a Comunidade na UPP Santa Marta e Município do Rio de Janeiro

<i>Comunidade</i>	<i>População (1)</i>	<i>Domicílios (1)</i>	<i>Habitantes por Domicílio</i>	<i>Área (m²) (2)</i>	<i>Densidade demográfica (hab/ha)</i>
<i>Morro Santa Marta</i>	3.908	1.176	3,32	53.706	727,7
<i>Rio de Janeiro (3)</i>	6.320.446	2.146.340	2,94	570.917.463	110,7

Fonte: (1) Instituto Pereira Passos, com base em IBGE, Censo Demográfico (2010)

(2) Instituto Pereira Passos (2010)

(3) Censo Demográfico IBGE (2010)

Desse universo de pouco mais de 3900 habitantes, o Santa Marta evidencia algo comum em qualquer favela do Rio de Janeiro: a maioria da população é de jovens de até 29 anos de idade somados às crianças e adolescentes (formam 57% do total), conforme a Tabela 2.

Tabela 2. Total e percentual de Crianças, Jovens, Adultos e Idosos segundo a comunidade na UPP Santa Marta, R.A. Botafogo e Município do Rio de Janeiro – 2010

Comunidade	Faixa Etária									
	0 a 14		15 a 29		30 a 64		65 +		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
<i>Morro Santa Marta</i>	1.022	26%	1.201	31%	1.477	38%	213	5%	3.913	100%
<i>R.A. Botafogo</i>	11%		21%		50%		17%		100%	
<i>Rio de Janeiro</i>	19%		24%		46%		10%		100%	

Fonte: Censo Demográfico
IBGE (2010)

De acordo com as declarações dos moradores durante o último recenseamento, quase 80% das residências da comunidade são próprios e o mercado de aluguel constitui uma parcela baixa no total de residências do Santa Marta (Tabela 3). Os demais dados do Censo 2010 também mostram que mais de 90% dos moradores do Santa Marta contam com saneamento básico satisfatório e energia fornecida pela concessionária pública oficial. Quase a totalidade dos moradores (98%) contam com água encanada e coleta de lixo satisfatórias. No que se refere aos serviços públicos, Zé Mário, presidente da associação de moradores, afirma que continua fazendo a mediação entre concessionárias e moradores, mas esse papel vem se reduzindo devido à entrada de empresas na favela. Os Correios ainda não distribuem correspondências casa a casa no terreno íngreme e irregular, função que cabe à associação. Light (a distribuidora de energia elétrica no Rio de Janeiro) e Cedae (a fornecedora de água e responsável pela coleta de esgoto) obviamente não utilizam qualquer mediação de terceiros e a “reurbanização” da favela regularizou a oferta desses serviços. Não se veem focos de esgoto a céu aberto e a comunidade conta com saneamento básico público. As escolas e centros de educação tecnológica encontram-se na base do Santa Marta. A favela conta com taxa de alfabetização entre adultos superior a 90% e a quase totalidade de crianças e adolescentes encontra-se frequentando a escola pública.

Tabela 3. Total e Percentual de Domicílios Particulares Permanentes por Condição de Ocupação segundo a comunidade na UPP Santa Marta, R.A. Botafogo e Município do Rio de Janeiro - 2010

Comunidade	Condição de Ocupação									
	Próprio		Alugado		Cedido		Outros		Total	
	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%
Morro Santa Marta	928	79%	219	19%	27	2%	2	0%	1.176	100%
R.A. Botafogo	64%		31%		5%		0%		100%	
Rio de Janeiro	73%		22%		4%		1%		100%	

Fonte: Censo Demográfico IBGE (2010)

A aprovação da Emenda Constitucional e da referida LC 131/09 – que regulamenta a EC 42 – igualmente permitiu intervenções na favela do Cantagalo, garantindo a doação pública de parte da área total da favela. Antes da Emenda, a Constituição estadual fluminense vedava a doação de terras públicas para casos de regularização fundiária, concedendo esse benefício apenas a pessoas jurídicas de direito público interno, órgãos da administração indireta ou fundações públicas. A Lei aprovada dispensa a regularização urbanística para fins de regularização fundiária de interesse social, o que evidencia um caráter casuístico em torno de uma concessão precarizada de títulos de posse da terra. De qualquer forma, esse novo arcabouço jurídico projeta esses assentamentos localizados em áreas de premente interesse econômico diretamente para o mercado imobiliário, o que aponta para mudanças futuras mais intensas no que se refere à forma e ao conteúdo social das favelas.

MAGALHÃES (2008) analisa a ideologia neoliberal por trás dessas ações do Estado e do então governador Sergio Cabral ao debruçar-se sobre os escritos do economista peruano Hernando de Soto, que defende a distribuição irrestrita de títulos de propriedade plena às populações faveladas a fim de lhes permitir acesso ao mercado como proprietários imobiliários. O “favelado como empreendedor de si mesmo” seria capaz de produzir seu próprio desenvolvimento econômico ao ingressar no circuito da troca. Essa ideologia incensa a propriedade privada como meio para promoção social e expõe os moradores das favelas à especulação imobiliária no lugar onde vivem.

A favela do Cantagalo também é uma AEIS (ANEXO 4, Lei de Área de Especial Interesse Social 3688 de 24/11/2003). Deve-se destacar que o Morro do Cantagalo possui um decreto de uso e ocupação do solo de 2010 (ANEXO 5, Decreto de uso e ocupação do solo no 33.015 de 05/11/2010), inexistente no Pavão-Pavãozinho. Observa-se também que as duas comunidades estão atualmente “reurbanizadas”, depois das obras do Programa de Aceleração

do Crescimento (PAC) na área. O Cantagalo possui oficialmente pouco mais de 4700 habitantes, de acordo com os dados do último recenseamento realizado pelo IBGE (2010):

Tabela 4. População, Domicílios, Habitantes por Domicílio, Área e Densidade Demográfica segundo as Comunidades na UPP Pavão-Pavãozinho / Cantagalo e Município do Rio de Janeiro

<i>Comunidades</i>	<i>População ⁽¹⁾</i>	<i>Domicílios ⁽¹⁾</i>	<i>Habitantes por Domicílio</i>	<i>Área (m²) ⁽²⁾</i>	<i>Densidade demográfica (hab/ha)</i>
Pavão-Pavãozinho	5.567	1.840	3,03	63.980	870,1
Morro do Cantagalo	4.771	1.428	3,34	63.974	745,8
Total	10.338	3.268	3,16	127.953	808,0
<i>Rio de Janeiro ⁽³⁾</i>	<i>6.320.446</i>	<i>2.146.340</i>	<i>2,94</i>	<i>570.917.463</i>	<i>110,7</i>

Fonte: (1) Instituto Pereira Passos, com base em IBGE, Censo Demográfico (2010)

(2) Instituto Pereira Passos (2010)

(3) Censo Demográfico IBGE (2010)

A população de jovens do Cantagalo predomina sobre o conjunto dos moradores da comunidade, sendo que 1/4 dos moradores são crianças e adolescentes e quase 1/3 da população possui idade entre 15 e 29 anos, totalizando quase 60% de moradores jovens. No Pavão-Pavãozinho a quantidade de jovens chega a ser ligeiramente maior do que no Cantagalo (Tabela 5). Em comparação com os bairros vizinhos, a porcentagem de jovens na população total cai pela metade.

Tabela 5. Total e percentual de Crianças, Jovens, Adultos e Idosos segundo as comunidades na UPP Pavão-Pavãozinho / Cantagalo, R.A. Copacabana, R.A. Lagoa e Município do Rio de Janeiro – 2010

<i>Comunidades</i>	<i>Faixa Etária</i>									
	<i>0 a 14</i>		<i>15 a 29</i>		<i>30 a 64</i>		<i>65 +</i>		<i>Total</i>	
	<i>Pessoas</i>	<i>%</i>	<i>Pessoas</i>	<i>%</i>	<i>Pessoas</i>	<i>%</i>	<i>Pessoas</i>	<i>%</i>	<i>Pessoas</i>	<i>%</i>
Pavão-Pavãozinho	1.382	25%	2.034	37%	2.001	36%	150	3%	5.567	100%
Morro do Cantagalo	1.359	28%	1.470	31%	1.791	38%	151	3%	4771	100%
Total	2.741	27%	3.504	34%	3.792	37%	301	3%	10.338	100%
<i>R.A. Copacabana</i>	9,6%		19,6%		48,0%		22,8%		100,0%	
<i>R.A. Lagoa</i>	12,9%		18,9%		50,5%		17,7%		100,0%	
<i>Rio de Janeiro</i>	19,4%		24,1%		46,0%		10,4%		100,0%	

Fonte: Censo Demográfico IBGE (2010)

De acordo com os dados do Censo 2010, pouco mais de 25% dos domicílios no Cantagalo são ocupados por moradores que os alugam de outros proprietários. Ao contrário do Santa Marta, existe um mercado de aluguel de imóveis mais dinâmico no Cantagalo. Em comum, a não mediação dos negócios pelo mercado imobiliário oficial do Rio: as transações são feitas pelos moradores via de regra informalmente⁸. Outros 68% das casas são ocupadas pelos proprietários. No tocante à oferta de serviços públicos a essas residências, os moradores do Cantagalo declararam que a quase totalidade das casas recebe atendimento adequado de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo (as taxas oscilam por volta dos 99%). Já no que se refere à distribuição de energia elétrica, aproximadamente 20% declararam utilizar eletricidade sem medidor oficial, enquanto outros 20% declararam usar “outras fontes de energia”. As fontes alternativas não foram especificadas para o IBGE, mas em conversas na favela muitos moradores revelaram lançar mão de conexões irregulares com frequência.

Tabela 6. Total e Percentual de Domicílios Particulares Permanentes por Condição de Ocupação segundo as comunidades na UPP Pavão-Pavãozinho / Cantagalo, R.A. Copacabana, R.A. Lagoa e Município do Rio de Janeiro - 2010

Comunidades	Condição de Ocupação									
	Próprio		Alugado		Cedido		Outros		Total	
	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%
Pavão-Pavãozinho	989	54%	815	44%	30	2%	6	0%	1.840	100%
Morro do Cantagalo	968	68%	377	26%	78	5%	5	0%	1.428	100%
Total	1.957	60%	1.192	36%	108	3%	11	0%	3.268	100%
<i>R.A. Copacabana</i>	61%		33%		6%		0%		100%	
<i>R.A. Lagoa</i>	72%		22%		6%		0%		100%	
<i>Rio de Janeiro</i>	73%		22%		4%		1%		100%	

Fonte: Censo Demográfico IBGE (2010)

Existe uma lei de AEIS que vige sobre o Vidigal, instituída em 1998 (ANEXO 6, Lei de Área de Especial Interesse Social 2704 de 08/12/1998). Além de compor uma AEIS, há um decreto com o reconhecimento de seus logradouros (ANEXO 7, Decreto de reconhecimento de logradouros no 18.322 de 18/01/2000). Da mesma forma, há um decreto que define as diretrizes para o ordenamento urbano do seu território, o de Uso e Ocupação do Solo

⁸ O urbanista Alfred AGACHE (apud VALLADARES, 2000, p.18) já percebera a existência de um mercado imobiliário informal nas favelas em 1930: “Alguns deles que fizeram bons negócios melhoram a sua habitação, alugam-na até, e estabelecem-se noutra parte, e eis que pequenos proprietários capitalistas que se instalaram repentinamente em terrenos que não lhes pertenciam, os quais ficariam surpreendidos se se lhes demonstrasse que não podem, em caso nenhum, reivindicar direitos de posseção”.

(ANEXO 8, Decreto de uso e ocupação do solo no 33.352 de 10/01/2011). Verifica-se também que o Vidigal é uma comunidade “reurbanizada” por já ter passado por processos de adaptação urbanística pelo programa Favela-Bairro. A maioria dos imóveis do Vidigal não tem escritura definitiva, assim como nas demais favelas. São terrenos do Estado, que ainda não concluiu a regularização fundiária, o que tende a ser acelerado diante dos novos instrumentos jurídicos à disposição. Segundo o ITERJ, já foram entregues 691 títulos de propriedade e outros mil sairão este ano — só recebem as famílias com renda mensal até cinco salários mínimos, e imóveis em áreas de risco ou de proteção ambiental não são passíveis de regularização.

O censo do IBGE (2010) revela que o Vidigal tem oficialmente uma população de 9.677 pessoas (a associação de moradores objeta e afirma existir 30 mil moradores). Essa população se divide em 3.234 domicílios, configurando uma densidade demográfica mais baixa em comparação às outras duas favelas estudadas (Tabela 7).

Tabela 7. População, Domicílios, Habitantes por Domicílio, Área e Densidade Demográfica segundo as Comunidades da UPP Vidigal e Chácara do Céu e Município do Rio de Janeiro

<i>Comunidades</i>	<i>População ⁽¹⁾</i>	<i>Domicílios ⁽¹⁾</i>	<i>Habitantes por Domicílio</i>	<i>Área (m²) ⁽²⁾</i>	<i>Densidade demográfica (hab/ha)</i>
Chácara do Céu	694	214	3,24	20.943	331,4
Vidigal	9.677	3.234	2,99	294.721	328,3
Total	10.371	3.448	3,01	315.665	328,5
Rio de Janeiro ⁽³⁾	6.320.446	2.146.340	2,94	570.917.463	110,7

Fonte: (1) Instituto Pereira Passos, com base em IBGE, Censo Demográfico (2010)

(2) Instituto Pereira Passos (2010)

(3) Censo Demográfico IBGE (2010)

A Tabela 8 repete a mesma informação obtida com os dois fragmentos anteriores: a população de pessoas abaixo de 30 anos de idade predomina e, no Vidigal, chega a 52% do total (número inferior aos 60% em média dos outros dois fragmentos).

Tabela 8. Total e percentual de Crianças, Jovens, Adultos e Idosos segundo as comunidades da UPP Vidigal e Chácara do Céu, R.A. Lagoa e Município do Rio de Janeiro – 2010

Comunidades	Faixa Etária									
	0 a 14		15 a 29		30 a 64		65 +		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Chácara do Céu	175	25%	151	22%	332	48%	36	5%	694	100%
Vidigal	2.388	25%	2.639	27%	4.189	43%	462	5%	9.678	100%
Total	2.563	25%	2.790	27%	4.521	44%	498	5%	10.372	100%
R.A. Lagoa	12,9%		18,9%		50,5%		17,7%		100,0%	
Rio de Janeiro	19,4%		24,1%		46,0%		10,4%		100,0%	

Fonte: Censo Demográfico IBGE (2010)

Dessas residências, 76% são imóveis ocupados pelos próprios proprietários, índice alto comparado aos dados da metrópole como um todo (73%), como se vê na Tabela 9. Comparando o Vidigal com outras favelas do Rio, ela se encontra melhor avaliada em termos de infraestrutura, já que a tem equivalente aos bairros. No quesito abastecimento de água, são 98,6% de habitações que contam com água encanada, a rede de esgoto atinge 98% dos domicílios e a coleta de lixo atende 100% do Vidigal. Números em geral muito próximos aos índices da metrópole como um todo.

Tabela 9. Total e Percentual de Domicílios Particulares Permanentes por Condição de Ocupação segundo as comunidades na UPP Vidigal e Chácara do Céu, R.A. Lagoa e Município do Rio de Janeiro - 2010

Comunidades	Condição de Ocupação									
	Próprio		Alugado		Cedido		Outros		Total	
	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%
Chácara do Céu	173	81%	40	19%	1	0%	0	0%	214	100%
Vidigal	2.466	76%	679	21%	87	3%	2	0%	3.234	100%
Total	2.639	77%	719	21%	88	3%	2	0%	3.448	100%
R.A. Lagoa	72%		22%		6%		0%		100%	
Rio de Janeiro	73%		22%		4%		1%		100%	

Fonte: Censo Demográfico IBGE (2010)

A despeito dos dados assinalarem um cenário favorável, há muito lixo acumulado pelas ruas e vielas do Vidigal, produzido em 1.150 dos 3.448 domicílios onde não é recolhido diretamente pela Comlurb (a empresa pública de coleta e tratamento do lixo), segundo os

números do IPP que o presidente da associação Marcelo da Silva apresentou. Mais da metade da população deposita o lixo em caçambas superlotadas que transbordam pelas ruas. Além do lixo, canais de esgoto entopem e vazam por excesso de capacidade da infraestrutura da favela, o asfalto da avenida João Goulart não aguenta o peso dos caminhões e se encontra deteriorado em muitos trechos, o abastecimento de água não chega com a mesma pressão nos andares superiores das casas e o trânsito é sentido com engarrafamentos de até 1h de duração, com muitos carros e 200 moto-táxis. Marcelo diz que o interesse dos empresários aparece, mas a Prefeitura não aprimora os serviços públicos e a infraestrutura fundamental. Para o presidente da Associação de Moradores do Vidigal, o censo do IBGE está subestimado e mais de 30 mil pessoas residem na favela, em vez das 10 mil oficiais. Marcelo crê que essa subnotificação contribui para um planejamento equivocado por parte do Estado. Uma página da internet⁹ da Agência de Notícias das Favelas (ANF) reúne muitas queixas e reclamações dos moradores do Vidigal em relação às mudanças promovidas em função da valorização. Na página, o morador e mototaxista Bianor comenta a situação das obras: “Tem muita obra, mas é pra eles mesmos [os gringos], é pra hostel. Morador não tem condição de fazer uma obra dessas. Se você olhar é tudo chapa de aço. Morador não tem condição de fazer isso, casa de morador é concreto, tijolo”.

MAGALHÃES (2012a; 2012b) analisa os impactos das mudanças jurídicas na regularização fundiária e na “reurbanização” de favelas do Rio nos últimos anos¹⁰. Para o autor, é possível estabelecer um paralelo entre a regulação estatal da Prefeitura e aquela contida nos formulários padronizados, utilizados pelas Associações de Moradores para as operações de compra e venda de imóveis. Esse paralelo demonstra uma predisposição da Prefeitura a simplificar os procedimentos, sumarizando as exigências e reduzindo-as, se comparadas àquelas aplicadas nos bairros do entorno das favelas. Pretende-se com isso, na opinião do autor, “a regulação mínima das relações jurídicas estabelecidas no âmbito da favela” (p.401).

Quanto ao aspecto da formalização da propriedade, MAGALHÃES (2012a) observa que o início do processo de regularização não redundou no estancamento dos mecanismos de formalização da propriedade, o que confirmei em trabalhos de campo. No âmbito do mercado

⁹ “Vidigal: Vidas e Memórias em Movimento” disponível em: <http://www.anf.org.br/vidigal-vidas-e-memorias-em-movimento-parte-i/> (acessado em 20/12/2015).

¹⁰ MAGALHÃES (2012b) analisa essa nova experiência jurídica nas favelas com a institucionalização da propriedade privada em duas comunidades que não se encontram no eixo fundamental de interesse dos megaeventos e tampouco são objeto de consumo turístico: a favela do Parque Royal (Ilha do Governador) e a comunidade da Quinta do Caju (esta última de discutível classificação como favela tendo em vista suas características). São favelas pequenas onde a formalização da propriedade é experimental.

imobiliário informal da favela ocorrem aquisições e garantia da posse de imóveis, já que a propriedade privada ainda não é legalizada de modo absoluto nas favelas estudadas. As aquisições ocorrem mediante compra, doação, empréstimo, locação, sucessão hereditária e uniões conjugais. A regulamentação municipal apenas chancela e confirma o que já se realiza há anos na favela, legitimando as formas de troca de imóveis tradicionalmente praticadas. De fato, há uma sobreposição de normas do Estado em relação ao modo como os moradores das favelas se organizam no mercado informal, reforçando-o e não estabelecendo uma substituição. O autor garante que

“Mesmo os imóveis construídos pela Prefeitura, que a princípio estariam sujeitos a um sistema de titulação exclusivamente estatal, não deixam de ser atraídos e englobados pelo sistema das instituições locais: em curto período de tempo, terminam por serem cadastrados na Associação de Moradores, que passa a controlar e intermediar suas transferências, concomitantemente aos sistemas de controle e registro mantidos pela Prefeitura” (MAGALHÃES, 2012a, p.406).

A principal preocupação dos moradores das favelas submetidas a essa nova legislação urbanística é a garantia da efetividade da posse dentro e fora da favela. O temor é que a sobreposição de normas possa gerar infiltrações na normatização tradicional nas favelas e desestabilizar as relações sociais em torno da compra e venda de imóveis no mercado imobiliário informal.

No Rio de Janeiro, a Prefeitura retomou um programa de remoções de favelas e, pelo conjunto das intervenções, pode-se estabelecer um padrão (AZEVEDO e FAULHABER, 2015): a tentativa de redistribuir os pobres pela metrópole, em geral na direção da zona oeste do Rio reforçando uma relação centro-periferia nos termos formais da localização (favelas nas periferias longínquas da metrópole e as centralidades para as classes de maiores rendas).

No Rio, uma sequência de demolições e remoções teve lugar após a promulgação do Decreto 34.522 de 2011, que definiu diretrizes para esses atos. De acordo com AZEVEDO e FAULHABER (2015), de janeiro de 2009 a dezembro de 2013, mais de 20 mil famílias foram removidas de suas residências (em torno de 67 mil pessoas), mais que o dobro das pessoas removidas por Carlos Lacerda (30 mil entre 1961 e 1965) e mais que o triplo das pessoas removidas por Pereira Passos (20 mil entre 1902 e 1906).

Em 2011, a Prefeitura estabeleceu o congelamento urbanístico de favelas em AEIS por meio do Decreto 33.648. O documento proíbe novas construções ou ampliações nas casas já existentes. De acordo com as leis e decretos anexos no final da tese, as proibições foram lentamente sendo implementadas por meio da regulação do uso do solo nas favelas da zona sul do Rio. Ao mesmo tempo em que a propriedade privada dos imóveis não é concedida aos

moradores, estes são impedidos de realizar quaisquer alterações em suas residências, sob pena de punição futura via negação de Habite-se ou de regularização fundiária.

Fato é que nenhuma das três favelas em tela nessa investigação ainda possui títulos de propriedade. As comunidades são Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) e os lotes não podem ser fundidos pela compra por um mesmo proprietário. Além disso, conta com restrições quanto ao uso dos imóveis e à possibilidade de ampliação de residências. A partir do momento em que as leis de AEIS foram promulgadas, as favelas deveriam se cristalizar, sob pena de não ter a regularização fundiária e o Habite-se da Prefeitura. A possibilidade de absorção das favelas pelo mercado imobiliário formal da metrópole é restringida em função da legislação urbanística em vigor. Dessa forma, ainda que se registrem preços elevados de imóveis à venda nas favelas, não haveria um interesse generalizado da classe média por não existir a institucionalização da propriedade privada. Isso não quer dizer que não exista valorização do espaço.

1.3. Estratégias espaciais para a homogeneização de *territórios* de favela

“A urbanização está entre os novos setores produtivos”, de acordo com DAMIANI (1999, p.119). Essa tese afirma que a urbanização, subsumida pelo econômico como um negócio, é realizada pela mediação do dinheiro e se tornou um setor lucrativo para a reprodução do capital. A urbanização como negócio mobiliza o espaço, a propriedade, e até mesmo relações sociais ainda apartadas do mundo da mercadoria. Mobiliza o que for preciso e desmobiliza as possibilidades de uso. Ao reproduzir a urbanização criticamente, o capital subsume fragmentos da metrópole, reconfigurando a morfologia e redefinindo funções. Incorpora-se uma quantidade maior de terrenos ao mercado imobiliário, muitos pertencentes a espaços considerados periféricos do ponto de vista locacional e/ou social. Áreas nas margens do Rio de Janeiro, próximas à Barra da Tijuca e ao Recreio dos Bandeirantes são reproduzidas como novos bairros para a classe média. Incorpora também as “margens” do Rio de Janeiro, no sentido que Vera TELLES (2010, p.29) emprega o termo para nomear certos *territórios*:

“não se trata de um fora do Estado e da lei, lugar de anomia, desordem, estado de natureza. São espaços produzidos pelos modos como as forças da ordem operam nesses lugares, práticas que produzem as figuras do *homo sacer* em situações entrelaçadas nas circunstâncias de vida e trabalho dos que habitam esses lugares. No entanto, são também lugares em que a presença do Estado circunscreve um campo de práticas e de contracondutas, no qual os sujeitos fazem (e elaboram) a experiência da lei, da autoridade, da ordem e seu inverso, em interação com outros modos de regulação, microrregulações, poderíamos dizer, ancoradas das condições práticas da

vida social. Personagem presente nesses territórios produzidos como ‘margem’ e, no intrincamento das relações e circuitos que aí se superpõem, ele é também parte ativa dos ordenamentos sociais que aí também vão se fazendo, nos modos sempre situados, relacionais, contextuais pelos quais os critérios de ordem e seu inverso são negociados”.

As diferentes formas de integração desses espaços periféricos redefinem relações sociais e políticas públicas envolvidas nesses fragmentos e destes com a totalidade da metrópole. Redefinem também o que se entende por periferia. A hierarquização do espaço separa os fragmentos entre centralidades e periferias, reorganizando as relações a fim de transformar o espaço inteiro em um negócio de modo ao valor de troca prevalecer sobre o valor de uso dentre as implicações possíveis.

A favela é “território do uso” mas, do ponto de vista do capital, é lugar da reprodução da força de trabalho. Por que a favela é território do uso? Porque o que predomina lá é o uso e não a troca na compra e venda do lugar. De que uso se trata? Não é exatamente o uso como “lugar da realização do indivíduo”, mas o uso como uma forma de ocupar fora do mercado de terras da cidade (valor de uso). Nossa reflexão vai ao encontro de RIBEIRO (2012, p.07) quando afirma que a favela “esteve e está orientada pelo **uso** da moradia, isto é, na perspectiva do **valor de uso**” (grifos da autora). Esse “território do uso” é espaço imediato, prático, vivido, mas também esmigalhado e vendido.

Para Lefebvre, o uso tem a dimensão poética, da apropriação, tem o sentido da realização do humano. A partir desse ponto de vista, a favela não realizaria o humano devido à precariedade. A favela é o território do uso, mas não de qualquer uso: o uso mediado por uma troca que não se realiza aí. Essa troca estaria no processo de reprodução da metrópole, exatamente o espaço-mercadoria. Não se trata aqui de categorizar como espaço da “cidade formal/informal”. Trata-se de uma metrópole articulada, cujo processo de uso está mediado pelo mercado e outro uso que não está mediado pelo mercado. Portanto, o que regula isso é o mercado.

A “pacificação” de favelas aparece justamente como a estratégia do capital para que a favela seja inserida no circuito da valorização como espaço-mercadoria. Se a favela é território do valor de uso, a “pacificação” visa “pacificar” para o mercado, ou seja, para que o valor embutido na morfologia espacial da favela se expresse como valor de troca no mercado. A UPP, ao ocupar uma favela, de fato se utiliza formalmente da palavra “território” para delimitar seu perímetro e impor sua burocratização sobre a vida cotidiana dos moradores. A característica do seu processo de produção envolve outra coisa, a violência, o que exige a militarização como estratégia de domínio do espaço para prepará-lo para a acumulação. O

“território da UPP” é um espaço abstrato, ideológico, homogêneo, global e estratégico. A oposição entre “território do uso” como valor de uso e “território da UPP” como valor de troca é uma expressão espacial da contradição uso-troca. A produção do espaço-mercadoria se expande atingindo as favelas.

O objetivo neste momento é analisar alguns sentidos da “pacificação” de favelas no Rio de Janeiro, considerando-a antes de mais nada como estratégia espacial da acumulação. A categoria “território” aparece frequentemente usada nos marcos da contradição. Nos casos estudados aqui, considera-se a categoria “território” fundamentalmente formal e instrumentalizada pelo Estado para delimitar e impor certo tipo de ordem nos espaços periféricos do Rio. Nesse sentido, segundo SACK (1986, p.50) “o território é definido pelo acesso diferencial do qual ele é objeto, por uma certa hierarquia social do qual ele é a representação e finalmente por um certo exercício do poder do qual ele é produto e um dos principais instrumentos”. A ideia de controle e de poder sobre o território é desenvolvida por SACK (1986), cuja definição de territorialidade versa acerca das iniciativas e das tentativas de uma instituição, um indivíduo ou de um grupo de indivíduos que, através de suas ações, controlam, influenciam pessoas, fenômenos e relações, sendo o espaço, portanto, um mediador da correlação de forças entre eles. Em sua análise, RAFFESTIN (1993, p.161) considera que

“falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis”.

Para HAESBAERT (1995), o território tem uma dupla face: é um espaço dominado ou apropriado com um sentido político, mas também apropriado simbolicamente, onde as relações sociais produzem ou fortalecem uma identidade utilizando-se do espaço como referência. Neste sentido, a dupla dimensão do território, cultural e político-disciplinar pode estar conjugada, reforçada ou ainda contradita, devendo ser analisada de acordo com as formas e a intensidade com que se apresenta a relação entre a dimensão material (político-econômica) e a dimensão imaterial (simbólico-cultural). Caminho entre esses entendimentos sobre a categoria de território.

Pretendo fazer comparações por contraste entre algumas favelas do Rio e o que acontece em bairros periféricos e nos centrais, posto que a militarização atinge a todos em níveis distintos. Trata-se de processos que produzem efeitos importantes nos *territórios* de

favela, mas cada qual possui suas especificidades quanto à história social da violência e à aplicação de dispositivos governamentais. A intenção é estabelecer alguns paralelos para conformar um mosaico da militarização da sociedade, do controle do espaço, da “guerra aos pobres” e da gestão da violência, enfim, a “*virada punitiva*” da qual nos fala o professor Paulo ARANTES (2014). Para MACHADO DA SILVA (2010, p.01),

“o que sustenta o entusiasmo acrítico com as UPPs é a esperança de uma cidade calma e serena, que é o outro lado do medo do vizinho que há décadas nos assola a todos. Infelizmente, esta expectativa é um mito inatingível que pode por a perder a própria experiência das UPPs”.

Em 18 de novembro de 2004, o jornal carioca O Globo publicava uma reportagem¹¹ (ANEXO 9) repleta de opiniões de leitores e de entrevistados saídos do seio da sociedade, pessoas comuns. Àquela época, um homem de 22 anos entrava sem ferimentos em uma delegacia de polícia após assaltar um casal de chilenos. As fotos do “fichamento” do homem mostravam uma pessoa com o rosto inchado. Foi linchado dentro da delegacia de polícia. Sobre isso, os leitores se dividiram e, de modo geral, o “medo da violência leva cariocas a botarem em xeque valores básicos do estado de direito”, dizia a manchete. Destaco um entrevistado, cuja opinião é recorrente: “as pessoas de bem já não aguentam mais [...] não sou a favor da justiça pelas próprias mãos, mas, às vezes, é preciso fazer vista grossa e deixar rolar. Temos de dar atenção às vítimas. Aos facínoras, é pau neles”.

O discurso do medo e a sensação de insegurança são comuns no Rio de Janeiro e aparecem como resultado de uma associação direta entre criminalidade e pobreza. A opinião pública aceitou e repete há décadas o repertório que constrói a imagem do Rio como uma “cidade violenta”. Parte dessa *sensação* se deve ao conflito entre as facções que controlam a distribuição de drogas ilícitas e o governo do Estado. Em 2006, pouco antes da posse do governador Sergio Cabral, o medo de atentados pela metrópole apareceu como impulsionador dos discursos ativos contra a criminalidade por meio de falas sustentadas pelas novas autoridades estaduais. Pouco mais de um ano depois, em 19 de novembro de 2008, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro instalava a primeira base daquilo que se tornaria conhecido como Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). A política de “pacificação” ganhou forte impulso em outubro de 2009, quando um helicóptero da Polícia foi abatido apenas duas semanas após o Rio ser escolhido sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Após a conquista do “território”, a Polícia se instala de modo permanente em algumas favelas localizadas em determinadas áreas do Rio, particularmente nas principais vias de acesso ao Rio e no eixo de

¹¹ ALVES, M. E. e MARQUEIRO, P. Com os nervos à flor a da pele. **Jornal O Globo**. 18/11/2004, p.15.

valorização espacial. A “pacificação” buscava fomentar a “integração” desses espaços, considerados à margem da cidade, em uma perspectiva de “resgate do território” pelo Estado contra o “poder paralelo”.

Hoje, passados quase 8 anos, o projeto é objeto de análises cujos resultados apontam para diferentes interpretações. A UPP tem como aparência a ideia de “policiamento de proximidade em comunidades” baseada na premissa de que o policial pode ser mais eficiente na sua missão de garantir a segurança da população caso seja mais presente e proativo na resolução dos problemas da comunidade em que está servindo (FERNANDES, 2015). Nesse sentido, a Polícia se pretende uma instituição que acompanha o dia a dia dos moradores e os escuta. Assim, diz a publicidade oficial, a referida política pública objetiva garantir a paz nos “territórios” em disputa com os traficantes, se possível dissuadindo os coletivos criminais sem confronto armado.

Entre os princípios gerais e a prática, uma grande diferença se instalou. Em entrevistas com os moradores de diferentes comunidades do Rio, MENEZES (2015, p.2) averiguou que, desde a disseminação da política pública, “houve uma espécie de desconsideração em relação a muitas das críticas formuladas pelos moradores por parte tanto da polícia, quanto do Governo, como da mídia e mesmo por parte de outras parcelas da população que não moram em favelas”.

A falta de comunicação é queixa entre os próprios policiais de patentes diferentes: os soldados não podem questionar oficiais, sendo que são os de mais baixa posição na hierarquia militar aqueles policiais que vivem o dia a dia nas favelas com bases da UPP. Os moradores, em geral, dizem que a presença dos policiais não reduziu a violência, mas mudou o seu caráter. Em vez de fogo cruzado entre policiais e traficantes, agora os moradores são vítimas de roubos, furtos, estupros dentro da comunidade. Quando os traficantes eram as “autoridades”, qualquer tipo de crime dessa ordem era enquadrado no código de conduta interno e quem cometeu o ato era enquadrado. Hoje, há queixas dos moradores quanto à eficiência policial nesse sentido e, aparentemente, “os policiais estão ali apenas para vigiar e controlar esta parcela da população que há décadas é, cotidianamente, criminalizada” (idem, p.3). A proximidade entre policiais e moradores varia em cada comunidade. No morro Santa Marta, por exemplo, a primeira favela a receber uma UPP, o processo já se encontra relativamente consolidado, como percebi nos trabalhos de campo. Em outras, como no Cantagalo, ainda há algum afastamento entre operadores do Estado e moradores. Evidentemente, esse afastamento é esperado, haja vista o tratamento histórico conferido pelas instituições policiais às periferias no Rio de Janeiro.

Fica patente a concepção que existe no governo do Estado do Rio de Janeiro a respeito do tratamento conferido às favelas. Retomando a velha tradição de criminalização da pobreza, em sua biografia, o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro José Mariano BELTRAME (2014, p.104) afirma que “o grande problema da cidade eram os territórios abandonados à própria sorte pelo Estado. O Rio, segundo o Instituto Pereira Passos, contabiliza mais de mil favelas, *numa prova de como o desleixo da história recai hoje sobre os ombros da polícia*” (grifo meu). Secretário desde o final de 2006, Beltrame narra no livro o passo a passo que lhe permitiu implantar a política de “pacificação”. O secretário escreve que: “a operação no Complexo do Alemão em 2007 [foi] como um balão de ensaio. Ela nos mostrou que era possível dobrar o tráfico, com suas armas de guerra, em qualquer ponto da cidade. Mas sabíamos também que precisávamos de algo mais perene” (idem, p.104).

Beltrame deparou-se com um quadro crítico na Secretaria estadual de Segurança Pública (SSP). A troca sucessiva de secretários, comandantes da PM e chefes da Polícia Civil sinalizava a inexistência de uma diretriz clara no governo estadual quanto ao tema. Beltrame atribui isso ao que ele chama de “politização” da SSP. Historicamente, secretários de Segurança não costumam ser longevos no Rio de Janeiro, processo interrompido pelos 10 anos de Beltrame à frente da pasta. Desde a década de 1990, a segurança pública tem sido um tema espinhoso na esfera pública, diante dos números alarmantes das taxas de criminalidade, com destaque para a de homicídios derivados da chamada “guerra às drogas” (CARVALHO, 2013). A presença de grupos armados com controle sobre espaços da metrópole, incluindo favelas próximas ou nas áreas valorizadas do Rio, é posto frente ao Estado que, ao longo de 30 anos, buscou enfrentar militarmente a questão, com consequências severas para os moradores das áreas afetadas pelos embates. Se o Estado pretendia fazer do Rio uma mercadoria à venda no mercado seria preciso intervir diretamente nos “territórios” dos narcotraficantes, que se utilizam desses espaços para a logística de distribuição de drogas ilícitas. A toada da “guerra às drogas” é o álibi usado pelo Estado para invadir militarmente as favelas e promover atos de violência generalizada contra moradores e coletivos criminais. A interpretação de que a violência tem gênese nas periferias merece ser problematizada.

O Mapa da Violência 2013 apresentou dados importantes a respeito da concentração das mortes no país entre os jovens e negros. No período 2001-2011, houve aumento da taxa de homicídios juvenis e o Rio de Janeiro apresentava o alarmante número de 58,0 homicídios a cada 100 mil jovens. A referência mundial considera 10 homicídios por 100 mil habitantes como um dado alarmante e epidêmico. No Rio, o número é extrapolado em 6 vezes (WASELFISZ, 2014). O relatório diz ainda que morrem menos brancos assassinados do que

negros, proporção que tendia ao aumento: em 2002, morreram proporcionalmente 42,9% mais negros em homicídios do que brancos; em 2011, a proporção aumentou para 153,4%. Entre os jovens de 15 a 24 anos, 71,6% mais negros foram assassinados em comparação com os brancos. Em 2011, o número passou para 237,4%. Visivelmente, os jovens negros são alvo da política de segurança pública, que associa criminalidade, pobreza e cor da pele. Evidentemente, também existe um recorte de classe nesses números: morrem mais pobres vitimados em homicídios. A sociedade brasileira parece aceitar com naturalidade o assassinato de certos grupos sociais e “até justifica a necessidade de uma determinada dose de violência silenciosa e difusa com os setores vulneráveis da sociedade” (WAISELFISZ, 2013, p.98).

A metrópole do Rio de Janeiro é produto da concentração da propriedade privada por uma elite político-econômica que fragmentou a cidade para sua venda aos pedaços pelo mercado imobiliário no século XX, resultando em uma urbanização que limitou o acesso dos trabalhadores ao solo urbano. A industrialização e o desenvolvimento do setor de serviços na cidade do Rio ensejaram a formação de uma massa de trabalhadores que se dirigiu aos espaços marginalizados em busca de lugares para a reprodução de suas vidas, distribuídos por toda a metrópole. Estavam colocadas as condições para a reprodução da segregação socioespacial, que recebeu impulso estatal na forma de tentativas de remoções entre as décadas de 1960 e 1970 ao lado de uma política de expansão das periferias em direção a áreas longínquas na zona oeste do Rio. A intenção do Estado estava clara: afastar os mais pobres das centralidades da metrópole. Já se percebia aí os reflexos da reestruturação produtiva e da transferência da capital para Brasília. Desde a década de 1970, sentiam-se as repercussões desse processo, com queda na oferta de empregos, redução da atividade econômica e empobrecimento crescente da população.

O crescimento econômico sustentado na produção industrial se manteve até a década de 1970. As contradições internas do sistema capitalista colocaram em xeque o modo como se reproduzia a economia mundial e a acumulação flexível aparece como forma de transformar a produção no mundo diante dos obstáculos para a valorização do valor. As crises da década de 1970 marcam o momento em que novas diretrizes para a reprodução do capital foram dispostas, impactando os custos com capital variável, o que gerou redução de gastos sociais do Estado, desemprego e precarização dos contratos de trabalho. A reprodução das cidades como negócio é posta como uma das estratégias para a reprodução do capital e, dessa forma, a produção do espaço urbano aparece como horizonte da acumulação em novos patamares. Nesse contexto, as metrópoles se tornam objeto de novos investimentos,

particularmente em infraestrutura urbana, como o setor de transportes. O Estado se insere como garantidor dos projetos (subsidiando e reduzindo riscos), ora como parceiro, ora estabelecendo concessões públicas a empresas privadas. O Estado articula os contratos, a regulamentação legal, a política fiscal, controla a mão-de-obra local e abre oportunidades de negócios pela metrópole (HARVEY, 2006).

No Brasil, o impacto da reestruturação produtiva e a crise da dívida da década de 1980 impuseram ao país a necessidade de aplicar reformas econômicas para adequar-se às novas regras de internacionalização do capital. No Rio, a pobreza aumentava e houve um novo surto de favelização como consequência. Do ponto de vista do capital, a favela era vista/percebida como depósito de excedentes populacionais, mão-de-obra não absorvida por uma economia em crise (VALLADARES, 2005), lugar da vida de trabalhadores precarizados, grande parte com empregos informais, moradias em áreas de risco e sem regularização fundiária. Os operadores do narcotráfico encontraram nas favelas um ambiente propício à reprodução de seus negócios de distribuição e como entreposto para carrear a produção de drogas da América Latina em direção à Europa, consolidando um potente mercado e encontrando na organização das facções uma forma de gerenciar a distribuição.

Desde que o Estado definiu o Rio como espaço para a realização de megaeventos internacionais, investimentos privados e públicos, além de fluxos turísticos massivos passaram a ser aguardados para efetivar as mudanças em uma metrópole cuja economia não crescia e, dizem os ideólogos, buscava uma nova vocação para fomentar o desenvolvimento. Em 2007 seria realizado o primeiro megaevento internacional de uma longa sequência, os Jogos Panamericanos do Rio, e, para isso, seria preciso criar um ambiente favorável aos negócios. Há décadas, a grande pretensão da elite política carioca era sediar os Jogos Olímpicos, objetivo alcançado em 02/10/2009. Dois anos antes, em 30/10/2007, o Brasil já havia sido escolhido para sediar a Copa do Mundo de Futebol masculino da FIFA. Para efetivar quaisquer mudanças estruturais, seria preciso realizar alterações na imagem da metrópole. Sucessivos prefeitos e governadores nos últimos anos tentaram reformular a imagem do Rio e superar as condições que mantinham a metrópole vista como empobrecida, deteriorada, em crise e sob o medo da violência de ordem criminal.

Os investimentos necessários para adequar a infraestrutura de transportes, hoteleira e de equipamentos esportivos colocavam no horizonte a mobilização de dinheiro e de espaços para revitalizações urbanas, reestruturação do sistema de transportes, incremento no ingresso de turistas, em suma, crescimento econômico e “capitalização” política dos promotores. A

“pacificação” de favelas se insere na chave das mudanças oferecidas para ajustar a metrópole para a realização de megaeventos e tem a militarização e o controle do espaço como meios.

No processo de adaptação do Rio de Janeiro às novas necessidades da acumulação, as favelas aparecem como obstáculo a ser transposto por remoção ou por valorização diferencial. Segundo AZEVEDO e FAULHABER (2015, p.48), “tanto os BRTs como o Parque Olímpico ou a revitalização da Zona Portuária são usados, moldados, justamente para viabilizar a retirada de uma favela. Não é que elas precisem sair porque o trajeto passa no meio. Não. O trajeto foi intencionalmente colocado em cima da favela”. O MAPA 1 a seguir cruza os dados referentes às remoções de população periférica, áreas de militarização como política pública e outros tipos de violências ao lado das intervenções urbanas no Rio. Grosso modo, as remoções atingem toda a metrópole devido às obras para a abertura das vias expressas olímpicas por onde os ônibus BRT passam. A militarização se estende por um eixo que tem início no aeroporto Tom Jobim e termina na zona sul, passando pelas vias expressas que conectam os núcleos olímpicos:

O RIO DE JANEIRO DOS JOGOS DA EXCLUSÃO

MAPA 1

Ao lado das centralidades, determinados fragmentos da metrópole aparecem como espaços preferenciais para investimento e, juntamente com outros espaços centrais, são elevados como uma alegada síntese da metrópole. Muitas favelas ocupam interstícios importantes por toda a centralidade econômica do Rio e, no contexto de estratégias projetadas para os megaeventos, novas formas de controle social são defendidas para garantir a reprodução econômica. BARREIRA (2013, pp. 89-90) esboça o percurso da aplicação da política pública:

“Em um primeiro momento, de forma apenas experimental, as ocupações se limitaram às pequenas favelas da zona sul. Em seguida, as UPPs chegaram à Cidade de Deus, considerada estratégica por dar acesso à Barra da Tijuca, bairro que lidera o ranking dos altos investimentos imobiliários. Em janeiro de 2010, algumas dessas experiências pioneiras nos morros Santa Marta e Cantagalo receberam ‘visitas’ de representantes do COI. Em abril do mesmo ano, a UPP chegou ao Centro e, pouco depois, começaram as ocupações na Tijuca e no entorno do estádio do Maracanã. Em 20 de junho de 2011, o jornal O Globo estampou na primeira página: “Com Mangureira ocupada, só falta Maré para a Copa”. A ocupação da favela da Mangureira, diz o jornal, fecha o cinturão em torno do Maracanã. O próximo desafio, acrescenta a reportagem, é o complexo de favelas da Maré, caminho obrigatório para quem desembarca no aeroporto internacional. [...] As favelas da Rocinha e do Vidigal [...] consolidaram a ocupação das favelas das áreas mais privilegiadas da cidade”.

O projeto de cidade que está em formação tem as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) como braço armado do Estado para levar a cabo a política pública. A política da “pacificação” se articula com as remoções e com a valorização de favelas, importantes espaços da metrópole próximos às áreas dos megaeventos, em torno da cadeia de hotéis do Rio, perto das principais avenidas e vias expressas usadas por turistas, e espaços vizinhos aos bairros de classes médias e de alta renda. Para BARREIRA (2013, p.89), a “pacificação” “se articula à expansão do sistema de vigilância estatal sobre as ‘comunidades’ com base no policiamento permanente e nos programas sociais de administração da pobreza, além de estimular processos de valorização imobiliária nas áreas abrangidas pelas UPPs”.

As favelas do Rio “pacificadas” aparecem como fronteiras urbanas para reprodução devido à formalização das atividades econômicas, para a dita eliminação ou redução do tráfico de drogas ilícitas, para a especulação com os preços de moradias superiores à média do mercado, e para a entrada dos serviços privados apoiados pela Polícia. Com a “pacificação”, o Comandante da UPP na realidade governa o “território da UPP”, define o horário de funcionamento dos estabelecimentos e o movimento dos moradores pelas ruas. As favelas valorizadas são tratadas como dormitórios dos trabalhadores que, por sua vez, são um inconveniente e seus espaços para o lazer e a festa são vigiados ou foram cassados pela UPP. Os moradores não têm mais o direito de ouvir suas músicas ou fazer festas e bailes, marcados

como antigos traços territoriais do narcotráfico. No Cantagalo, as festas estão proibidas pela UPP, inclusive os bailes funk, sob o argumento do horário e intensidade do som (igrejas evangélicas não têm restrições). A autorização para a realização de bailes fica a critério do comandante da UPP, que é evangélico e muito rígido e “pensa saber o que a juventude deve ou não fazer”, como me comentou uma moradora da comunidade.

A favela Santa Marta encontra-se atualmente ocupada pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que instalou, em 28 de Novembro de 2008, a 1ª UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) do Rio. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, os pontos de venda de droga que funcionavam no local foram, então, extintos. Os entrevistados com os quais conversei contrariam essa versão oficial e afirmam que os traficantes continuam comercializando drogas. Quase oito anos após a instalação da UPP, os moradores parecem adaptados à presença ostensiva da Polícia, que está distribuída por três pontos ao longo da encosta (base, centro e pico). De acordo com relatos de moradores, funcionários do plano inclinado e da empresa de coleta de lixo, o convívio da PM com os moradores era estável até 2014. Segundo Carlos José, morador, “a favela que mais chegou próxima de ser ‘pacificada’ foi a do morro Santa Marta, onde ficou desde 2008 sem trocas de tiros. Agora tá tendo de novo. Eu ouvi vários ano passado [2015] e esse ano”.

Em 2016, ouvi falas incrédulas sobre a UPP, minoritárias até 2014. Sobre a presença do tráfico, a despeito do que diz o Estado, um morador do Santa Marta afirma que “pacificação é maquiagem. Tráfico existe, guerra por controle existe, violência policial continua existindo”. Conversava com uma turista do Espírito Santo que me afirmava: “a última vez que estive no Rio fiz um tour pelo Vidigal e Rocinha. Tranquilidade pura!”. Ato contínuo, foi desmentida por um morador do Santa Marta, Mazinho Silva:

“Você subir morro só a passeio é mole. Quero ver subir todos os dias e achar todos os dias tranquilidade pura. Nossa, fez um tour na Rocinha e no Vidigal, viu polícia na entrada, claro. Pra quem vem de fora ver que é seguro. Você acha que eles não demarcam aonde a polícia pode ficar? Se não ficar, a bala come”.

Renan Rodrigues, morador do Cantagalo relata:

“Um amigo policial me disse uma vez: ‘não existe favela pacificada. A ideia de pacificação não passa nem perto do que realmente é. Tem polícia, sim. Mas paz, não. Continua tendo tráfico, disputa de território e mortes. A única diferença é que não é tão escancarado como estava’. Então, aí está sua ideia de ‘favela pacificada’”.

O temor dos moradores após a temporada de megaeventos também apareceu nas entrevistas. Eric Almeida adverte: “É pra turista ver. E digo mais: se preparem pra quando

passarem as Olimpíadas porque depois disso não vai haver grande incentivo pra enfeitar a cidade pra turista e mídia estrangeira. Aí sim o caos vai aumentar”. Marcela Calazans, moradora do Cantagalo, afirma que “o único morro seguro no Rio é o Tavares Bastos [no Catete], onde fica a sede do BOPE. O resto todos têm seu grau de perigo”.

Já Antônio Menezes, morador do Vidigal, afirma que “favela pacificada existe, a minha por exemplo. Não existe favela que não tenha mais tráfico. Todas têm, mas de um modo mais pacífico, sem confronto direto com a polícia. Só mudou o lugar da boca”. Sobre a polícia, Wellington de Freitas diz: “os policiais não têm moral mesmo. São piores que o tráfico. Roubam mais. Matam mais. E ainda por cima corrompem e são corrompidos por qualquer trocado”.

Figura 11. *Fachada do posto da UPP no Pé da Escada.*
Fonte: autor, 2014.

A UPP atua controlando e disciplinando o uso do espaço, organizando as atividades de caráter público através do policiamento e da restrição dos horários. As festas ocorrem na base da favela, chamada de “Pé da Escada” (onde fica uma base da UPP cf. Figura 11), como a Folia de Reis, o Carnaval, a Festa Junina, o Bloco de Rua “Pela Saco” e as procissões de São Sebastião e de São Jorge. No Santa Marta está localizada a escola de samba Mocidade Unida do Santa Marta, que possui autorização da UPP para ensaiar. Igrejas evangélicas neopentecostais pontuam toda a favela e tal religião predomina entre os moradores. Não há qualquer restrição para o volume elevado do som das igrejas.

De acordo com relatos, houve aumento no preço dos imóveis em função da instalação

da UPP Santa Marta. Um ano após a implantação da UPP, o valor de aluguel de alguns imóveis já estava o dobro do preço, afetando 19% do total de domicílios da favela (conforme dados da Tabela 2). De acordo com BONAMICHI (2016, p.35),

“enquanto no bairro de Botafogo foi registrada uma valorização percentual de cerca de 52,9% no valor médio do aluguel de seus imóveis, de janeiro de 2008 a março de 2010, alguns imóveis localizados no interior da favela Santa Marta já apresentavam uma valorização de 137% a 300% no mesmo período (antes e depois da implementação da Unidade de Polícia Pacificadora”.

A falta de espaço para a construção de imóveis maiores e a impossibilidade de ampliação das residências já existentes em função da legislação proibitiva – ou até mesmo a construção de edifícios para estabelecimentos comerciais – inviabilizou a fixação de estrangeiros (são residuais) ou moradores provenientes de outras áreas da zona sul ou até mesmo de outras áreas da metrópole. Durante uma das idas a campo, conheci Elaine, uma moça interessada em alugar uma quitinete devido à distância que precisa percorrer diariamente de Jacarepaguá, na zona oeste do Rio, até Botafogo, onde atualmente trabalha. Apesar de seu interesse, a associação de moradores não registrava nenhum anúncio de aluguel ou até mesmo para compra/venda de imóveis, o que é recorrente, de acordo com Carol, funcionária da associação e filha do presidente. A Tabela 10 apresenta a evolução dos preços do aluguel na favela Santa Marta. De acordo com os dados do IETS (2010), o preço do aluguel de um quarto e sala triplicou entre 2008 e 2010, por exemplo:

Tabela 10. Alteração do valor médio do aluguel na favela Santa Marta (2008-2010).

	PARTE ALTA			PARTE BAIXA		
	Antes da UPP (2008)	Depois da UPP (2010)	Aumento	Antes da UPP (2008)	Depois da UPP (2010)	Aumento
Quarto e sala	150,00	450,00	300%	230,00	400,00	174%
Dois quartos	430,00	570,00	133%	s/info	s/info	-

Fonte: IETS (2010) com base em informações da Secretaria de Governo.

Do alto do morro Santa Marta é possível ter uma das vistas mais interessantes do Pão de Açúcar e das praias do Rio de Janeiro. Aparentemente, a política de segurança pública foi complementada com uma política de turismo. A favela do Santa Marta como destino turístico

já é uma realidade e é organizada pela empresa local “Brazilidade”, que promete surpreender os turistas com bem mais do que a paisagem vista do alto do morro por meio de visitas guiadas: “a própria favela, sua história, sua gente, sua cultura”. Enfim, Paulo, o guia turístico, diz que a empresa vende “uma experiência, uma outra perspectiva do Rio”. Na entrada da favela localiza-se um ponto de informações turísticas pelo qual é possível contratar o serviço de guia turístico de um morador da favela e receber um folheto contendo a imagem aérea da favela com a localização dos principais “pontos de interesse turístico e curiosidades”. Cabe ressaltar que o folheto foi produzido com base na coleta de sugestões de moradores e engloba bem mais que pontos turísticos, mas tudo aquilo que faz parte da vida cotidiana da favela: escolas, igrejas, biblioteca, campo de futebol, etc. Importante destacar que o turismo comunitário no Santa Marta é reflexo da preocupação do Governo do Estado do Rio com a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Quem vem para o megaevento, poderá vir a conhecer a favela também. Segue a imagem do folheto na página seguinte:

O Governo do Estado do Rio de Janeiro investe na Copa e nas Olimpíadas trazendo a oportunidade de turismo comunitário.

O Rio de Janeiro sob um novo ponto de vista.

A Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 são um desafio para todos nós. É preciso que as comunidades com vocação turística também participem deste momento de crescimento por que passa o Brasil por causa dos grandes eventos esportivos. Com Rio Top Tour, as comunidades entram em campo mobilizando os moradores que desejam atuar no turismo em base comunitária, gerando riquezas para a comunidade.

Os horários das atrações apresentadas neste folheto serão informados pelos monitores de turismo locais, pois podem variar. Os moradores que atuam como monitores de turismo local estão uniformizados, são treinados para atendê-los e cobram uma pequena taxa pelo serviço.

Horário dos bondinhos: de seis à meia-noite. Por ser uma alternativa de transporte dos moradores, e não apenas turística, o bondinho necessita de intervalos para manutenção diários, normalmente na parte da tarde; informe-se com o guia local. Os intervalos são de dez em dez minutos, normalmente.

PONTOS DE INTERESSE TURÍSTICO E CURIOSIDADES,
FOLHETO ELABORADO COM SUGESTÕES DOS MORADORES

PARTE BAIXA (Estação 1)

01 PRAÇA CORUMBÁ	07 "PÉ DA ESCADA", ponto de encontro das atividades culturais (forró, percussão, samba, capoeira) e Posto Policial UPP
02 CETEP - Cursos Técnicos do Governo do Estado	08 IGREJAS EVANGÉLICAS
03 ESTAÇÃO 1	09 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES / ASSOCIAÇÃO DE COMERCIANTES
04 QUADRA da Escola de Samba Mocidade Unida do Santa Marta	
05 CASAS PINTADAS	
06 PRAÇA "CANTÃO", local onde se realizam atividades culturais e festas	

PARTE INTERMEDIÁRIA (Estações 2 e 3)

10 ESTAÇÃO 2	16 "COSTURANDO IDEIAIS", "Cooperativa de Costureiras"
11 MURO	17 "PEDRA DE COSME E DAMIÃO"
12 IGREJAS EVANGÉLICAS	18 SEGUNDA MINA (fonte d'água)
13 PRIMEIRA MINA (fonte d'água) e comércio	19 PEDRA DA SANTA E PEDRA DE XANGÓ
14 BIBLIOTECA	20 APARTAMENTOS COLORIDOS (chamados de "Jambalaya" pelos moradores)
15 ESTAÇÃO 3 (baldeação)	

PARTE ALTA (Estações 4 e 5)

21 ESTAÇÃO 4	29 CAPELA SANTA MARTA
22 POSTO POLICIAL UPP	30 TRILHA PARA O "Mirante Dona Marta" / VISTA CRISTO REDENTOR
23 ESPAÇO MICHAEL JACKSON	31 CAMPO DE FUTEBOL
24 CASA DE CULTURA DEDÉ	32 SEDE DA UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) / PROJETOS SOCIAIS / PROGRAMA RIO 2016
25 ARENA, quadra onde se realizam atividades culturais, festas, bonita vista	33 SAÍDA DA COMUNIDADE / BAIRRO DE LARANJEIRAS
26 IGREJAS EVANGÉLICAS	34 "PEDRAO", mirante natural com vista para a enseada de Botafogo
27 COMÉRCIO	
28 ESTAÇÃO 5	

DISQUE TURISMO | 0800-2822007 | SEG - SEX DAS 8H ÀS 20H

Figura 12. Folheto turístico oficial da favela Santa Marta.
Fonte: Secretaria de Esporte e Lazer do Governo do Estado do Rio, 2014.

Na favela do Cantagalo, diversas intervenções ocorreram nos últimos anos. Os projetos que deram origem às intervenções do PAC foram elaborados por técnicos do Governo do Estado do Rio de Janeiro para as empresas construtoras – neste caso a Construtora OAS. Nos vídeos divulgados por órgãos federais sobre as obras concluídas, ressalta-se a instalação de redes de esgoto e sua ligação às redes formais dos bairros, a

instalação de uma estação elevatória e novo reservatório de água, a regularização fundiária através do cadastramento de aproximadamente 4.500 famílias, as novas unidades habitacionais e, por fim, as melhorias de acessibilidade e mobilidade. A abertura de novas vias que alcançam o topo da favela e a implantação de elevador em duas torres, de 26 e 64 metros de altura, integradas à estação de metrô General Osório, consistem nas intervenções de maior importância, além do tratamento das escadarias existentes e a “reurbanização” dos espaços públicos com a implantação de pequenas praças ao longo dos percursos.

Aparentemente, o maior problema para a mobilidade dos habitantes do Cantagalo/Pavão-Pavãozinho está na elevação do local, com diferença de nível de mais de 100 metros, a partir das ruas íngremes de acesso. A ausência de um sistema viário contínuo é tratada no projeto de forma a conectar com os bairros. O Beco do Amor Perfeito, por exemplo, é um novo acesso implantado pelo lado de Copacabana, que rapidamente se transformou em uma das principais conexões de pedestres.

Entretanto, constata-se que muitas das intervenções apresentadas nos vídeos de divulgação oficiais não foram realizadas ou concluídas. Muitas ruas relevantes para a ligação da favela com as ruas existentes ainda devem ser implantadas e somente a primeira torre do elevador do Cantagalo – que liga a estação de metrô à cota intermediária da favela – funciona (o segundo elevador jamais entrou em atividade). A referida torre possui 2 elevadores panorâmicos com a capacidade de transportar 50 pessoas, por viagem. Não há custos para utilização e é frequentemente usada por turistas que visitam o chamado Mirante da Paz para desfrutar da vista. O mirante está localizado no topo da torre.

Figura 13. Uma das duas torres do Complexo Rubem Braga, construído pelo PAC para ligar por elevador a favela do Cantagalo ao bairro de Ipanema. Em uma das torres encontra-se o Mirante da Paz, que conta com vista para o mar. Fonte: autor, 2014.

Figura 14. *Encosta do morro do Cantagalo e a favela homônima.*
Fonte: autor, 2014.

Do ponto de vista dos moradores, o fato de os projetos do elevador e de “reurbanização” de largos e praças não estarem relacionados diretamente implica na chegada pela passarela por um caminho estreito, incapaz de comportar e guiar o fluxo de pessoas que o elevador recebe. Trata-se de uma torre isolada de grandes dimensões cujas funções, além daquela de facilitar a acessibilidade dos moradores, parece sinalizar para o estabelecimento de uma nova ordem nas relações entre a população da favela e do bairro. A existência de um mirante tem atraído inúmeros visitantes locais (moradores dos bairros vizinhos) e estrangeiros a conhecer a favela, pois a partir dele avista-se, com clareza e de longe, toda a multiplicidade e precariedade da favela, bem como os bairros próximos e o mar.

Para a abertura da via no alto do morro, remoções foram realizadas e os moradores desalojados passaram a receber aluguel social do Governo. Os moradores estão sem casa e com aluguel social e, ao mesmo tempo, há queixas na comunidade de falta de casas para comprar e alugar. O aluguel de uma casa com um quarto custa R\$650,00, enquanto o preço para venda oscila em torno dos R\$60.000,00, preços elevados para os moradores.

Figuras 15 e 16. *Abertura da avenida no alto do morro do Cantagalo no contexto das obras do PAC 2. As obras provocaram a remoção das famílias que viviam no trecho. Fonte: autor, 2014.*

Entrevistei a proprietária da pousada Favela Cantagalo, a mais antiga da comunidade. A pousada foi reaberta em 2010, após uma tentativa frustrada no passado devido à presença visível dos narcotraficantes, o que afastava interessados em se hospedar no estabelecimento hoteleiro. A área onde a pousada está predominava o tráfico, próximo a um dos acessos por escada à favela. De acordo com a proprietária, durante a Copa houve lotação na pousada, mas a projeção é de redução das reservas ao longo do ano (R\$170,00 a diária da suíte com café da manhã em dias normais. Para a Copa, o réveillon e o carnaval os preços são diferenciados, mais elevados). A pousada vem enfrentando recentemente a concorrência com casas dos moradores e dois hostels (“da Simone e da Deise”) instalados após a “pacificação”. A maioria dos clientes da pousada é estrangeira e, durante a Copa, a pousada não hospedou nenhum brasileiro. Além de um curto percurso do Museu da Favela (MUF), não existe circuito turístico no Cantagalo, folhetos e mapas ou qualquer outro serviço relacionado ao atendimento de turistas. Apesar disso, é comum os moradores citarem os mesmos lugares para visita quando perguntados sobre os pontos de interesse na favela para quem não é de lá: a praça, a igreja, o MUF, o elevador.

De acordo com conversas com moradores, com a “pacificação” aparentemente não houve aumento do trabalho social e atividades culturais na favela do Cantagalo. O Espaço Criança Esperança localiza-se ao lado da sede da UPP no Cantagalo. Esse projeto aparece no contexto de um agrupamento de iniciativas educacionais e culturais na favela, articulando instituições públicas, como o CIEP e a escola de educação tecnológica, e instituições privadas, até mesmo estrangeiras. A inserção desse projeto financiado com recursos de doações privadas se realiza por meio de um trabalho pedagógico de cunho assistencialista e

introduz a comunidade num circuito de ações articuladas por instituições externas à favela visando a melhorias em educação, cultura e formação profissional. O Espaço Criança Esperança é um polo educacional e cultural no Cantagalo e reúne ao redor instituições e iniciativas com esse mesmo cunho. A presença de crianças e adolescentes usando os espaços do Espaço Criança Esperança é constante e frequente ao longo de todo o dia. Ao mesmo tempo, jovens adultos entre 20 e 30 anos de idade ociosos são vistos pelas ruas da favela, sempre em pequenos grupos e conversando baixo.

Figura 17. *Sede da UPP na favela do Cantagalo, ao lado do Espaço Criança Esperança.
Fonte: autor, 2014.*

A presença dos policiais da UPP na comunidade gerou muita animosidade desde a instalação do policiamento comunitário no final de 2009. A repercussão da morte do “DG”, um dançarino da Rede Globo morador da favela, exigiu o fim da violência policial, o que foi confirmado pelos moradores em conversas em 2014. Em 2016, rajadas de tiros passaram a ser ouvidas em Copacabana e em Ipanema provenientes das duas favelas com certa frequência.

Quanto ao Vidigal, por sua localização privilegiada entre São Conrado e Leblon, por sua vista deslumbrante e pelo investimento público na “pacificação” das favelas cariocas, o Vidigal vem atraindo turistas e moradores com maior poder aquisitivo. As consequências vão desde engarrafamentos de 1h dentro do morro, muitas obras dentro da favela (tanto para

ampliação de casas quanto para novas construções), frequentes quedas de luz e crescente especulação imobiliária.

Os relatos dão conta de três momentos específicos em relação ao dinamismo econômico. O primeiro refere-se à instalação da UPP em janeiro de 2012, a 19ª do Rio. A ocupação da favela pela PM ocorreu no ano anterior e era vista com certa incredulidade pelos moradores. A incerteza sobre o que ocorreria com a favela fez com que muitos moradores se precipitassem e vendessem imóveis para jovens provenientes da zona sul, entre eles artistas de diferentes linguagens. O segundo momento compreende a chegada dos estrangeiros, que adquirem imóveis para estabelecimentos comerciais, como hotéis, restaurantes e hostels, com previsão ainda de um teatro e uma escola de moda. Dentre os estrangeiros, o mais famoso é o jogador de futebol inglês David Beckham, que comprou uma casa na rua 03, em uma área da favela próxima ao maciço, ao morro Dois Irmãos. De acordo com os relatos, a vista a partir do terreno é total para a Lagoa, Ipanema e Leblon. Os moradores afirmam que Beckham demolirá a modesta casa que se encontra no terreno para construir uma mansão, ainda que a lei de AEIS o impeça. Atualmente, o terceiro momento compreende uma queda nos preços dos imóveis e o fechamento de hostels e hotéis.

Em 2013, compraram casas no Vidigal a produtora de cinema Jackie De Botton (relatos dão conta da compra de duas casas por R\$ 340.000,00 cada), o casal Cello Macedo e Zazá Piareck (do Zazá Bistrô e Devassa), o artista plástico Vik Muniz, e o empresário e consultor Rene Abi Jaoudi. No mesmo ano foi aberto o hostel Favela Nova, com seis quartos, restaurante e clube de jazz, e o hotel Mirante do Arvrão, da sociedade entre o arquiteto Hélio Pellegrino e o empresário Antônio Rodrigues, dono do Belmonte. Esse hotel conta com cinco suítes, cinco quartos de camas múltiplas e um bar, e é maior investimento privado na favela. Além dos empreendedores, cresceu o número de moradores atraídos por aluguéis mais baratos que os dos bairros, como o músico pernambucano Otto.

A moradora Rosa Batista ressalta uma certa descaracterização da comunidade e o fato de que a infraestrutura do Vidigal não foi alterada e não acompanha o processo de aumento populacional: “Cada vez tem mais gente diferente vindo morar aqui. Tá havendo uma mudança de morador. Aqui era um lugar onde todo mundo se conhecia e agora é um mar de gente diferente, principalmente estrangeiros”. E acrescenta: “A infraestrutura é a mesma de 9 mil moradores, antes dessa moda! No posto de saúde tem umas 16 mil famílias cadastradas e a infraestrutura é a mesma!”.

Figura 18. Vista parcial da metrópole a partir do Vidigal. Fonte: André Koller, 2016.

Figuras 19 e 20. Proliferam pelo Vidigal anúncios de venda de casas ou de quartos para alugar por temporada. Fonte: autor, 2014 (F.19) e 2016 (F.20).

As imagens acima refletem algo que se repete por toda a favela: a presença de anúncios para venda de casas, aluguel de quartos ou de casas para temporadas. Os moradores afirmam um aumento da população do Vidigal após a “pacificação” (2012) graças à circulação de turistas e de novos moradores procedentes dos bairros da zona sul do Rio. No início, jovens alugavam casas ou partes de casas divididas (às vezes a família proprietária continuava morando na outra parte da residência, mas sem contato com o quarto posto para alugar, transformado em uma espécie de quitinete). Assim, moradores do Vidigal que faziam esse tipo de negociação permaneciam na favela morando ao lado do espaço cedido aos estrangeiros/turistas/pessoas provenientes de outras áreas da metrópole, como os bairros da

zona sul. Hoje, há relatos de moradores adquirindo duas casas com o dinheiro resultante da venda da casa original, uma espécie de exceção em meio aos moradores que não conseguem pagar alugueis e precisam se deslocar para outras favelas do Rio ou até mesmo outras cidades da região metropolitana. Há relatos de ex-moradores que passaram a viver em outras favelas, mas distantes do eixo preferencial dos megaeventos, ou até mesmo na rua. O turismo também incentivou os comerciantes a elevarem os preços de seus produtos, o que aumenta os custos para a permanência de quem é pobre e só tem a favela como possibilidade de moradia no Rio.

O mapa abaixo elenca desde pontos turísticos na favela até estabelecimentos comerciais e serviços úteis. Um ponto delicado são as edificações que estão sendo construídas em áreas de forte atividade turística, que podem atrapalhar a vista do Vidigal, um dos seus maiores atrativos. Algumas pessoas compraram terrenos próximos ao Mirante e o risco de elevação das construções existe em função da falta de vigilância a partir da regulamentação urbanística dos últimos anos.

Figura 21. Mapa com a distribuição de atrações turísticas e utilidades para quem visita o Vidigal como destino turístico. Fonte: vidigalo.com., 2014.

São recorrentes as queixas dos moradores acerca do aumento populacional e da forte presença de turistas no Vidigal, principalmente nos fins de semana. Os moradores alegam que os turistas realizam uma atividade de baixo custo e gastam pouco dinheiro na favela. Até mesmo os guias turísticos são exógenos à comunidade e, diante disso, moradores já se organizam para preencher essa lacuna. Os grupos de turistas que sobem a favela consomem pouco, de modo geral, e seguem para as atividades em trilhas abertas na floresta.

Os turistas que frequentam o Vidigal parecem ser diferentes daqueles que sobem a Rocinha, o Cantagalo e o Santa Marta, por exemplo. Nas favelas citadas, os turistas são adeptos do “Favela Tour” e fazem percursos caminhando ou em veículos (este último no caso da Rocinha). No Cantagalo, o tour está ligado à museificação da favela ao considerá-la “uma Galeria de Arte a céu aberto”, organizado pelo Museu da Favela (MUF): “A Galeria é composta por um interessante conjunto de obras de arte instalado no território desse museu vivo, retratando as memórias e a cultura local. Por meio de três portais de acesso, é possível conferir 27 telas de arte grafite/naïf executadas por vários artistas” (extraído da página do MUF).

Já no Vidigal, os turistas se interessam pelas trilhas do morro Dois Irmãos e pelas festas “alternativas” que ocorrem no Arvrão a preços elevados para os moradores do Vidigal. FREIRE-MEDEIROS (2006; 2007; 2010) examina criticamente o impacto do turismo em comunidades receptoras, apontando para seus efeitos nefastos: dependência econômica, corrosão de valores, alteração de práticas culturais, degradação ambiental. A autora aponta o surgimento de um “turismo da pobreza” baseado na experiência da pobreza e sua paisagem convertidas em mercadoria em nível global. Um fenômeno que acontece em diferentes lugares do mundo, como as *townships* da África do Sul e as *slums* da Ásia. A autora questiona como pode a pobreza ser o valor agregado à mercadoria no turismo? Para a autora, a produção de mercadoria se efetua por meio da comparação do objeto turístico com o entorno da favela, ou seja, a partir do morro é preciso ter acesso visual aos bairros da zona sul do Rio de Janeiro. Já na África do Sul, o atrativo é apenas a miséria, já que não existe esse diferencial quanto à paisagem e a sensação do contraste.

Além da venda do contraste na paisagem urbana, outro dispositivo usado pelos empreendedores turísticos é converter a favela em *trademark*, uma marca comercial para exportação. Para isso, valem-se da metonímia: a favela é a parte que explica o todo – sul global é pobre e a favela é a parte pela qual se entende o Brasil, país pobre. A narrativa da laje

é invocada: da laje, o turista vê São Conrado, Leblon, etc, e compara os bairros com os barracos. O entendimento seria tácito (“está vendo os bairros e as favelas? Entendeu???”). Há uma inversão interessante: por meio da favela se entende o Brasil e não por meio do Brasil se entende a favela. A favela é produtora de produtos muito particulares, como o samba, o carnaval, a feijoada. Vende-se a experiência da favela, porém é preciso “acomodar” a experiência para que a favela não pareça tão miserável de modo a não deprimir o turista, tampouco muito urbanizada para não frustrá-lo. Por fim, a autora ressalta a tradicional venda do discurso da resiliência e da criatividade dos pobres. Isso segue existindo na chave do empreendedorismo e não mais da sobrevivência em meio a um ambiente selvagem e inóspito. Vende-se, assim, que o pobre é feliz e usufrui de certo bem-estar porque faz funk, carnaval e samba.

Em recentes entrevistas (agosto de 2016, durante os Jogos Olímpicos), os moradores do Vidigal observavam uma mudança significativa na procura por imóveis na favela. Julia, advogada que atua na regularização cadastral dos moradores, aponta o ápice do aquecimento econômico a partir do final do primeiro ano da “pacificação” (2012) até a Copa de 2014. A advogada e outros moradores confirmam que há uma queda nos preços dos imóveis desde antes dos Jogos Olímpicos. O mesmo processo se verifica quanto aos hostels e hotéis. Armando, do Varandas do Vidigal, por exemplo, lembra que a favela já chegou a abrigar em torno de 20 hostels. Hoje o número oscila entre 10 e 15, a maioria na avenida João Goulart (a via principal), principalmente no ponto em que a avenida é contígua ao oceano e conta com vistas impressionantes. Os entrevistados acreditam que esse fato se deve à crise econômica pela qual passa o país e o Estado do Rio em particular. Desconfiam, ainda, que a empolgação dos consumidores do espaço do Vidigal era momentânea referente ao período dos megaeventos no Rio de Janeiro. Entretanto, no Arvrão parece que ainda não existe crise.

A área conhecida como “Arvrão” abriga uma pequena praça, um mirante com vista para as praias do Leblon e de Ipanema, além da Lagoa. O Arvrão tem crianças no chão e pipas no céu, caminhos sinuosos. E tijolos para as muitas obras de reformas, construções, adaptações e melhorias em casas, hotel, hostel, bar, restaurante. No passado, o Arvrão foi quartel-general dos traficantes e hoje é o ponto onde se localizam a maioria dos hostels, pousadas e o principal hotel, que cobra os maiores preços. O hotel Mirante do Arvrão chega a cobrar diárias de R\$500,00. Os turistas buscam hotéis que atendam ao seu poder aquisitivo. Assim, existe um acordo entre os estabelecimentos hoteleiros e os hóspedes que buscam uma experiência mais luxuosa são encaminhados para o referido hotel. O Mirante do Arvrão

também é o lugar em que ocorrem as festas mais badaladas do Alto Vidigal e algumas das mais procuradas da zona sul do Rio aos sábados à noite. A programação noturna é intensa e conta com festas nas lajes, no restaurante japonês Fênix, bares, nas performances dos grupos “Melanina Carioca” e “Nós do Morro” e em atividades promovidas pelo grupo “Solo Coletivo”.

Figura 22. Vista parcial da favela do Vidigal, da zona sul e do mar a partir do hotel Mirante do Arvrão. Fonte: autor, 2014.

A UPP se encontra em dois pontos do Vidigal: na parte intermediária do morro (no meio da comunidade, em um ponto interseccional estratégico ainda na avenida João Goulart) e no “Arvrão”, a parte mais alta da favela. As únicas festas permitidas no Vidigal são aquelas organizadas pelos hotéis e hostels, ou seja, para atender aos turistas e moradores dos bairros da zona sul. Os bailes funk e as festas populares estão suspensas pela UPP. Não há autorização para realização de atividades que reúnam grandes aglomerações de moradores no Vidigal. Os bailes funk eram os locais onde os traficantes manifestavam seu poder por meio da exibição de seu poder de fogo e da permissão para o comércio de entorpecentes. Relatos dos moradores dão conta da continuidade do tráfico de drogas no Vidigal sob nova forma de organização. Na favela ocupada pela UPP, o traficante pode portar arma, mas não pode atirar. A ausência do tiro é um mito consensual. Interessante perceber que, se antes os jovens da zona sul subiam o morro para comprar drogas com medo de “levar um esculacho” da polícia, agora eles são atraídos sob a proteção da UPP em festas realizadas com a anuência da PM. Um morador revela que:

“Tem festa que dura dias, a UPP não faz nada. Quem mora no entorno dessas festas passa sufoco. O Vidigal fica todo tumultuado de carro. Raríssimos eventos são feitos pra comunidade. Esses [no alto do morro] são realmente feitos pra não ter morador. Na festa paga acontece o que quiser, rola dias. Aí o morador faz um eventozinho na casa dele, na laje, alguém reclama e a UPP vai lá acabar. Os jovens não tem mais direito ao baile funk que é uma identidade do morador. Nosso bloco do Vidigal não pode ficar até mais tarde. O local é nosso, mas a gente não tem mais o direito de usufruir”.

Figura 23. A favela do Vidigal ao fundo, vista a partir do bairro de Ipanema.

Fonte: autor, 2016.

Uma questão deve ser colocada: a valorização é uma forma de superar o “problema das favelas” ou tão somente a existência dos favelados ao lado de bairros da elite? A valorização aparece como uma forma de deslocar os moradores das favelas por meio de um mecanismo de mercado. A suposta abertura destas áreas da metrópole para o mercado geraria uma onda de investimentos e a troca de conteúdo social pelo deslocamento. Estrategicamente, essa pode ser a expectativa do mercado, do Estado e dos vizinhos nos bairros ao lado.

Acredito que a UPP é essencial para compreender um novo nível de urbanismo de negócios ao estabelecer um perímetro militarizado onde a ordem é exigência, o que facilita a entrada de investimentos e consumidores. Sob o conflito entre a ordem e a desordem, ocorre a naturalização do fundamento econômico neoliberal no contexto de luta por um projeto de cidade, subsumindo-se os direitos humanos aos direitos dos consumidores, esvaziando-se os espaços de resistência popular, fomentando a valorização do espaço por meio de verdadeiros “cordões sanitários” de segurança pública, formando espaços militarizados.

No Rio de Janeiro, os direitos humanos aparecem como revolucionários em uma metrópole onde a repressão e o autoritarismo se superpõem à Constituição e aos interesses da sociedade. Onde as UPP's foram instaladas há um estado de exceção. As pessoas têm seus direitos constitucionais mais básicos desrespeitados no dia a dia. Nas comunidades ainda deflagradas devido ao conflito entre narcotraficantes e policiais, estes entram e saem das casas quando querem, atiram em quem querem, tudo sob a justificativa de que se está combatendo um inimigo maior, o narcotraficante. A lógica da “guerra ao terror” é replicada na “guerra às drogas” no Brasil, sendo que curiosamente a fórmula inversa é aplicada ao mundo pelo país que a elaborou, os Estados Unidos da América (COLLINS, 2014).

Um luminoso exemplo de violação de direitos na aplicação desta política pública refere-se à ocupação do complexo de favelas da Maré. A Justiça Militar do Rio expediu um mandado de busca e apreensão coletivo que permitia à Polícia entrar em todas as casas das favelas Nova Holanda e Parque União, em março de 2014. O direito vale pouco para os mais pobres; isso é prática policial em qualquer comunidade do Rio, mas agora recebeu chancela judicial. O Ministério Público militar justificou a requisição em função da “dificuldade de localizar endereços em meio ao aglomerado de casas erguidas em becos, sem numeração definida” (o MP militar parece ignorar que todas as ruas da Maré possuem CEP). A população do conjunto de favelas que compõem a Maré é de 130 mil moradores. O professor da UERJ e ex-secretário de Direitos Humanos do Estado do Rio Jorge da Silva fez um levantamento das leis violadas e publicou em sua página em uma rede social. De acordo com o professor, quanto às complicações legais, em qualquer das hipóteses autorizadas pela Constituição e lei complementar (Estado de Defesa, Art. 136 da Constituição Federal; Estado de Sítio, Art. 137; Intervenção Federal, Art. 34; e pedido do governo de Estado membro), o emprego das Forças Armadas deve ser precedido de ato formal do presidente da República, especificando as condições do emprego e as garantias constitucionais do Art. 5º, que estariam eventualmente suspensas. Com relação aos mandados de busca, tanto o Código de Processo Penal comum (CPP) quanto o Código de Processo Penal Militar (CPPM) vedam ao juiz, sob pena de abuso de poder, a expedição de mandados genéricos, coletivos (o bairro da Maré possui cerca de 40 mil domicílios). O CPP exige que o mandado indique, o mais precisamente possível, a casa em que será realizada a diligência, e o CPPM, além de exigir o mesmo, manda o executor exhibir e ler o mandado.

De forma a evidenciar o caráter monolítico do Estado quanto a esse tema, justamente um membro do Ministério Público, instituição incumbida da defesa da cidadania e dos interesses difusos e de coletividades, justifica a medida, sem decretação de “estado de defesa”

e suspensão de direitos fundamentais por ato presidencial. Tudo tratado como algo absolutamente normal. A ocupação do complexo da Maré é, sobretudo, a ocupação de um território suspeito. Se suspeito é o território, suspeitos tornam-se todos os que ali estão. A dignidade não lhes diz respeito, o estado de exceção é a regra que se faz necessária e toda violação é passível de relativização. O estado de exceção é regra para os suspeitos e os suspeitos estão nos territórios suspeitos. É preciso provar-se trabalhador, estudante, ambulante, dona de casa. Em territórios suspeitos, crianças podem não ser apenas crianças. Reaviva-se o velho mito das “classes perigosas” (BATISTA, 2011).

A autorização genérica para a entrada em qualquer casa seria cabível em hipótese de estado de sítio oficialmente declarado, momento de revogação de direitos por período determinado. O direito não é mais um limite e foi transposto para garantir a ocupação irregular – seria possível dizer “ilegal” neste cenário? – de um grupo de favelas localizado no eixo de deslocamento dos turistas entre o aeroporto internacional e as áreas de realização dos megaeventos¹². As medidas excepcionais aos poucos se tornam o “novo normal” (AGAMBEN, 2004). Trata-se de práticas políticas instauradas dentro da chamada “normalidade democrática” estabelecendo uma zona de indeterminação no direito entre o legal e o fora da lei. Pessoas morrem devido a isso. Para AGAMBEN (2004, pp.11-12),

“as medidas excepcionais encontram-se na situação paradoxal de medidas jurídicas que não podem ser compreendidas no plano do direito, e o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal. Por outro lado, se a exceção é o dispositivo original graças ao qual o direito se refere à vida e a inclui em si por meio de sua própria suspensão, uma teoria do estado de exceção é, então, condição preliminar para se definir a relação que liga e, ao mesmo tempo, abandona o vivente ao direito”.

Diante da crescente criminalização das massas que vivem em espaços periféricos, do desenvolvimento do discurso da violência urbana e dos instrumentos utilizados pelo Estado para o controle social através de leis e medidas de exceção a propósito de megaeventos, acredito que não se trata de um debate acerca da segurança pública, mas sobre um projeto de cidade: a cidade como negócio.

¹² Os negócios não se restringem aos megaeventos: logo após a ocupação policial, serviços já estavam presentes: barracas da Claro e da Sky eram vistas no território ocupado. A “pacificação” do consumo é concreta na medida em que BOPE e Tropa de Choque entram numa comunidade e, no mesmo dia, todas as concessionárias (Light, Sky, NET) vão de porta em porta dos moradores. É uma ação coordenada: essa regularização do consumo vem colada a uma ocupação militar de maneira inseparável.

1.4. Gestão da violência e produção de mercado nas favelas

O Rio de Janeiro se tornou um laboratório de práticas político-estatais coercitivas de *gestão punitiva da miséria* (WACQUANT, 2007), ao mesmo tempo em que circula uma quantidade incomum de capitais na metrópole em função da execução de novos projetos urbanos. Hoje uma “raridade” (cf. CARLOS, 2000) na metrópole, a segurança é oferecida como mercadoria. Para isso, o Estado administra a metrópole reproduzindo o discurso da insegurança e provocando conflitos bélicos com narcotraficantes, garantindo as condições materiais e ideológicas para que o medo da população mantenha sua perenidade. Essa estratégia cria uma lógica de emergência social-criminal permanente (ARANTES, 2013). Em conexão com uma *cultura do medo* disseminada em amplos setores da sociedade (ou talvez em razão dela), as mortes estão marcadas por uma clara seletividade econômico-étnico-espacial (BRITO e OLIVEIRA, 2013), o que significa dizer que quem mais morre no Brasil e, especificamente no Rio de Janeiro, é jovem, negro, pobre e morador de favela.

Com a transformação do Rio em “Cidade Olímpica” e os agenciamentos correspondentes a sua reprodução nos termos de uma “cidade como negócio”, a unificação das estratégias governamentais de gestão das favelas cariocas está em xeque. Antes, a gestão das favelas estava unificada sob esse “repertório bélico da metáfora da guerra” (LEITE, 2012) pela subsunção da gestão desses espaços ao campo das políticas de segurança pública. “Território” passara a ser a categoria por meio da qual se analisa esse quadro político: uma cidade fragmentada cujos pedaços de espaço estão em disputa mediante violências.

Aparentemente, não existe mais um modo unificado de gestão das favelas cariocas hoje. Elas parecem depender – ao menos por ora – do lugar estratégico dessas favelas no projeto de reestruturação da metrópole e do sucesso ou insucesso das formas de gestão que vêm sendo nelas experimentadas. A palavra “experimento” é chave em torno da gestão do conflito urbano, que ao mesmo tempo é conflito social, político, étnico-racial, religioso, moral e econômico e enseja formas ativas ou reativas de administração da vida cotidiana.

Não há apenas um modo de gestão das favelas como houve no passado, por exemplo, através do campo das políticas de segurança pública via militarização do espaço. Hoje há uma experimentação de formas de gestão. As UPPs – a política de “pacificação” de favelas – repercutem muito na metrópole, entre os moradores, na gestão da sua própria vida e também para fora, para a mídia, em outros experimentos, mas não atingem seu objetivo (estipulado pelo Governo do Estado do Rio). Uma pequena parte das favelas no Rio hoje são impactadas de alguma maneira por essa política de “pacificação”. Na maior parte das favelas, a lógica da

guerra, da execução, dos “autos de resistência”, das ilegalidades perpetradas pelo próprio Estado é o que continua vigendo sem qualquer tipo de interrupção seja pelos operadores diretos do Estado (Polícia), seja através de milícias organizadas nos diversos territórios. Hoje há apenas 42 UPPs, embora no discurso houvesse uma promessa de ampliação progressiva.

Em dezembro de 2008, o Estado implantou a primeira UPP, no morro Santa Marta. Com os vários problemas, hoje no Rio acredita-se que existe uma crise das UPPs e, mesmo nessas diferentes localidades consideradas pacificadas, o modo de gestão tem uma variação muito situacional. Penso precisamente em **desintegração**, na chave da contradição integração-desintegração, para tentar apreender o que muda e o que permanece em termos de regimes de gestão e de agenciamentos de diversos agentes de dentro e de fora nas favelas cariocas. Nesse sentido, as favelas são incluídas numa ordem territorial restritiva e controlada, o que gera exclusão de amplas parcelas impossibilitadas de participar plenamente da metrópole (a participação é diferenciada). Ao mesmo tempo em que são integrados precariamente à metrópole, esses espaços continuam periféricos no sentido da exclusão de massas de trabalhadores que sustentam os megaeventos por meio da exploração do seu trabalho.

O capital precisa impor novas integrações-desintegrações. Articular essas ordens em uma forma particular, histórica e concreta de controle social é o fato de que o capital está nessas experimentações colocando possibilidades de forma muito demarcada, baseado em uma mudança da identificação de classe para uma identificação baseada no mercado. Os próprios protagonistas subalternos e dominantes não se pensam como classes sociais. Essa é uma mudança muito marcada, mas é condição e possibilidade nesse horizonte ao qual me referi. Trata-se da transformação, que não está completa e pode não ocorrer, de um processo de identificação em que a categoria fundamental era a classe social. A entrada do capital nas favelas por meio da “pacificação” e dos serviços acessórios traz consigo a ideologia do favelado como um empreendedor, um “*self-made man*”: tudo depende das chances de mercado disponíveis aos indivíduos que, pelo esforço pessoal, avançam. “Empresário de si mesmo” é uma nova maneira do favelado se realizar subjetivamente como um capitalista latente: “*estou fazendo algo que gosto sem trabalhar para um patrão*”.

Há uma série de conflitos que são subconflitos internos e que têm a ver com as ambivalências da reconfiguração do processo de autoidentificação dos próprios agentes sociais. Por isso a contradição integração-desintegração é potente para pensar essa realidade, que inclusive recoloca os termos da relação centro-periferia. É disso que se trata e o horizonte que vivemos é o destino dessa experimentação. MACHADO DA SILVA (2002, p.224)

entende esse processo como uma “integração fragmentada”, pois a “integração” da favela à metrópole se deu às custas da “constituição de uma categoria social subalterna (do favelado)”, o que determina uma integração urbana “fragmentada e fortemente hierarquizada”.

Após os megaeventos, um novo debate: o que foi *legado* e o que foi *negado*? O que sobreviverá desse projeto e para quais localidades? O que a análise dos modos de governar as favelas sugere é que se articulam no Rio de Janeiro com uma variação situacional para cada território. Por essa angulação, entendo as formas específicas de gestão territorial, tentando captar as diferentes formas e processos pelos quais o poder vem se inscrevendo efetivamente nesses territórios.

Dois marcadores temporais importantes: a crise do Estado do Rio de Janeiro e a realização dos Jogos Olímpicos. Muitas questões estão surgindo neste recente contexto de crise econômica e de crise das UPPs. As formas de gestão estão em experimentação e, neste momento, cabe levantar perguntas para refletir sobre as rápidas mudanças atuais. Não tenho respostas para todas, mas penso que sejam importantes, sobretudo, para a construção contemporânea da ordem urbana no Rio de Janeiro:

- Como os discursos se transformam por meio das relações de poder que se inscrevem nos territórios? E quanto às práticas e estratégias que se desdobram nas várias implantações e recortes desses territórios?
- Como se busca produzir ordem para o território? A forma de produção de ordem no passado foi ultrapassada e não tem condições de se efetivar?
- Como se obtém o controle do território e por meio de quais tecnologias de segurança?
- Quais são as estratégias e práticas de disciplinarização das populações faveladas (sobre o corpo, o lazer, as reivindicações, etc)? Quais são as estratégias para lidar com o conflito social, seja pela repressão mais direta – remoção de segmentos favelados de certas áreas da cidade, remoção de favelas, asfixia das organizações de base, etc –, seja pela tentativa de produzir consentimentos através da inclusão produtiva de alguns grupos pela via do empreendedorismo e por uma reorientação dos projetos sociais?

A conjuntura mudou muito nos meses anteriores aos Jogos Olímpicos no Rio. A hipótese aqui aponta para um revigoramento, uma potencialização dessa retórica bélica no sentido da produção dessa guerra na metrópole, dessa “guerra aos pobres” como reforço dessas medidas de repressão. É preciso perseguir essas linhas e acompanhá-las porque há muitas possibilidades a se desdobrar. Enxergar o que nessa miríade de experimentações que existem no Rio, o que ali pode ser produtivo para acompanhar. O eixo central do argumento é: não é mais possível governar os pobres da mesma maneira e, para gerir essa metrópole na nova lógica produzida, há que gerir os pobres e seus territórios, inventando outras formas de integração em meio à falta de recursos públicos em período de crise econômica.

Esse momento lido como “crise das UPPs” e de retorno do tráfico parece ser a nova rotina. O que é lido como crise – confrontos, essas novas fronteiras que se deslocaram para dentro das favelas: tráfico ocupa até certo ponto, polícia a partir de tal área, e cada favela numa relação diferente entre a UPP local e o tráfico local – é a nova rotina que se constituiu. O tráfico não vai voltar à favela; de fato, ele nunca a deixou.

Quando se fala “ordem” remete-se ao Estado atuando e tentando atuar de formas diversas em relação, sobretudo, ao que é chamado de *violência urbana* articulado com todos os operadores existentes, valendo-se de diversas estratégias políticas para dizer que, por exemplo, do ponto de vista do Estado, milícias não são um problema. Áreas controladas por milícias no Rio produzem ordem e são ilhas de paz e tranquilidade. O suposto sucesso da pacificação não se refere à supressão ou ao controle do tráfico de drogas ilícitas, nem do tráfico de armas, nem de qualquer tipo de controle, monitoramento ou repressão a esses fluxos dentro e fora do território. A grande questão era exatamente um acordo por meio de várias mediações com os agentes desses coletivos criminais de maneira *que a ordem fosse mantida*.

Um discurso reproduzido pelo governador Cabral e pelo secretário Beltrame: “vamos recuperar a soberania do Estado para esses territórios”, incluindo uma performance com bandeira fincada no Alemão. A fuga dos traficantes pelo alto do morro simboliza a retomada e a soberania do Estado sobre os territórios de favela do Alemão. Progressivamente, o discurso foi sendo ajustado até que se afirmasse que nunca se tentou suprimir o tráfico de drogas ilícitas; o que se queria era suprimir, na verdade, o uso extensivo das armas, evidenciando-se no período pré-Olimpíadas que a grande questão é a violência. Progressivamente foram negociadas áreas de circulação, tanto de monitoramento da Polícia nas favelas (áreas em que se pode vender drogas e áreas interditadas ao comércio de drogas ilícitas) como uma tentativa de manter a ordem e manter sob controle as “dinâmicas de violência urbana”. Tentativa em cada localidade com bastante liberdade em relação tanto à coordenação geral das UPPs, à secretaria de Segurança Pública, ao Governo do Estado, de tentar produzir a ordem agenciando o que for possível.

A tentativa de produzir ordem a partir dos dispositivos de “pacificação” selecionou algumas localidades/favelas tendo em vista a realização dos megaeventos para produzir alguns “territórios seguros” na metrópole, mas não para os moradores. A lógica da produção da ordem é a lógica da produção de territórios seguros no Rio para os consumidores da metrópole, não apenas moradores. Também ocorreu uma diferenciação conforme o domínio de tal e qual território e do coletivo de crime organizado ao qual pertencia. Grande parte das UPPs foram instaladas em territórios controlados pelo Comando Vermelho (CV), enquanto

nas favelas sob os Amigos Dos Amigos (ADA) e nas do Terceiro Comando quase não se viu “pacificação”. Primeiramente, isso se deve à dimensão das favelas, sua localização, mas também ao dispositivo de governo situado e conflitivo que Estado e crime organizavam em cada localidade. De alguma maneira, as UPPs também foram e ainda são experimentação. O Batan é diferente do Alemão, que é diferente do Santa Marta, diferente do Chapéu Mangueira ou do Cantagalo.

Técnicos, políticos e profissionais de ong’s circulam e repetem a ideia de que é possível rebaixar o conflito social. Produzir “qualidade de vida” na metrópole passaria pela integração urbana desses territórios e pela “integração social” dos moradores. Um novo léxico passa a ser o da inclusão produtiva, que qualifica a informalidade como empreendedorismo e os agenciamentos bem sucedidos dos pobres e dos favelados. Entram nas favelas pacificadas para produzir consentimento – sem abrir mão da disciplinarização e da coerção – entre os moradores desses territórios a partir da ideia que são eles que devem gerir sua autossobrevivência se autofabricando como empreendedores. Reproduz-se uma estratégia através do empreendedorismo: não são apenas as metrópoles, mas também os moradores das áreas periféricas que se autofabricam como empreendedores. LEITE (2012, p.380) lembra que o tratamento conferido pelo Estado reafirmava que “a favela é representada como o território da não-cidadania, submetida a uma força concorrente a do Estado”. Mediante UPPs e empreendedorismo, a cidadania, então, seria agora a inserção no mercado de consumo e, a partir daí, o entendimento de que os serviços adquiridos no mercado substituem as políticas públicas como direitos dos cidadãos. Assim, estratégias governamentais e não-governamentais, ao lidar com um conflito social que não pode mais ser equacionado pelas promessas da cidadania, pelas políticas públicas urbanas e sociais horizontalizadas e universais, nem pela resolução da questão habitacional restringem-se a produzir consumidores. Vera Malaguti BATISTA (2011, p.156) é taxativa ao mencionar que “Zaffaroni analisou como o declínio do público e a ascensão do privado fizeram com que restasse ao Estado o poder de polícia”. Agora, na favela, ao Estado também cabe o papel de agenciador em nome do setor privado. Produção de mercado supõe gestão da violência e gestão dos pobres. BURGOS (2005) analisa como as igrejas evangélicas também são agentes ativos nessa dinâmica.

O secretário Beltrame afirma que a entrada das UPP’s Sociais nas favelas consideradas “pacificadas” vem a propósito de resgatar a dívida social que a cidade tem para com os moradores de favelas, que também construíram a cidade e que estiveram alijados dos serviços públicos (a UPP é o “braço” militar e as UPP’s sociais fazem o atendimento social nas

favelas). A retórica segue sendo essa, mas a operacionalização, na verdade, vem sendo inserir os moradores dessas favelas na qualidade de consumidores. No Santa Marta, ouvi que a regularização da energia elétrica começa com uma tarifa social nos dois primeiros meses e, em seguida, essa tarifa vai sendo ajustada ao preço de mercado. A ideia é: o favelado tem alguns meses (dois a três) para aprender a ser um cidadão que possa ser incluído sem o paternalismo de um Estado que já não pode mais arcar com o ônus de políticas públicas, gastos excessivos, etc. Então, para o favelado se inserir dessa maneira, teria a troca *financiada* pela própria Light (a concessionária de energia elétrica da cidade) de todos os eletrodomésticos por outros itens com baixo consumo de energia para que aprendam a se comportar nessa equação entre cidadão e consumidor em que o direito se contrabalança como um dever e que eles regulem seu próprio consumo de acordo com aquilo que ele pode pagar.

Todo esse movimento vem da ideia de identificar as potencialidades da favela e o que ela pode “vender” além da própria marca. FREIRE-MEDEIROS (2006) inaugurou esse campo de estudos, analisando a favela como marca. O Vidigal possui uma grande quantidade de bares, restaurantes e hostels. Essa favela fica defronte à orla marítima, entre o Leblon e São Conrado. São empreendimentos cuja marca é: uma favela relativamente tranquila, pequena, com o visual deslumbrante. Estimula-se a produção de alternativas de geração de renda, mas quem se beneficia são os que vêm de fora. É um programa *cult* no Rio ir a certos bares em favela, mas cuja marca (além do belo visual) é um certo exotismo para classes médias e turistas (tomar um chope no Arvrão ou ir a uma roda de samba). Significa um investimento de instituições estatais e para-estatais (privadas ou ong’s) para descobrir o que pode ser vendido e como pode ser vendido, valorizar essa marca e sobretudo formalizar essa atividade ou serviço.

No Vidigal, aponto três iniciativas que me parecem importantes para acrescentar qualidades ao processo de valorização nessa favela: a “estetização” da paisagem da favela, o projeto artístico “Nós do Morro” e o Parque Ecológico Sitiê.

A “estetização” da paisagem do Vidigal parte do princípio de que, por si só, a favela compõe um cartão-postal. É contígua ao morro Dois Irmãos e está na direção para a qual os espectadores do Arpoador miram ao aplaudir o pôr do sol a partir da praia ou da ponta rochosa. Além disso, o Vidigal tem uma praia quase particular. Conta com um passado de lutas contra as históricas remoções na metrópole e, desde os anos de 1970, é a preferida dos artistas. Localizada entre Leblon e São Conrado, possui a maior renda domiciliar entre as favelas do Rio: de acordo com o Instituto Pereira Passos (IPP), em 2010, eram R\$ 1.744,

enquanto na vizinha Rocinha, a média era de R\$ 1.291.

Os empresários Hélio Pellegrino e Antônio Rodrigues são considerados pioneiros no que se refere ao interesse de empreendedores pela área, com a proposta da abertura do hotel Mirante do Arvrão. Outro arquiteto que se dispôs a subir as ladeiras é Maurício Nóbrega, autor do projeto de um pequeno hotel de quatro suítes. As obras dependem de liberação da Prefeitura, de lenta deliberação. A legislação urbanística e os processos de autorização para empreendimentos e construções são complexos, criados para impedir o crescimento da favela. Fato é que as normas de ocupação não regulam a chegada de novos moradores não-favelados e empresários, tampouco contribuem para garantir a fixação dos antigos moradores. Os novos empreendedores defendem certo controle na entrada de novos moradores e empreendedores de modo a impedir a “descaracterização da favela”, como afirma Cello Macedo. Para o empresário, “o astral existe por causa dos moradores antigos, que recebem a gente super bem. Imagino o Vidigal uma espécie de vila mediterrânea daqui a uns anos”.

Essa opinião não é exclusiva de Cello Macedo. Já se fala no Vidigal como a “Positano brasileira”, em referência à cidade do sul da Itália. Há outros que associam a favela à ilha de Santorini, na Grécia (vilarejos à beira-mar onde a estética das construções é o atrativo principal). Cumpre registrar que a arquitetura característica das favelas, outrora rejeitada na metrópole, é valorizada no Vidigal. Os arquitetos envolvidos com as intervenções privadas se ocupam de produzir hotéis e casas que não “descaracterizem o estilo da favela, mas ao mesmo tempo desenvolvam uma personalidade própria sem destoar do entorno a fim de não quebrar a harmonia”, como afirma o arquiteto Maurício Nóbrega.

A produção artística na favela ganhou impulso com a criação do grupo de teatro “Nós do Morro”, pelo ator e jornalista Guti Fraga, em 1986. Guti formou várias gerações de atores (os mais famosos são Thiago Martins, Roberta Rodrigues e Jonathan Haagensen — que ainda moram no Vidigal). A existência do grupo na favela quando esta ainda era considerada “não-pacificada” chamava a atenção da mídia, em especial da Rede Globo de Televisão, que frequentemente contrata artistas formados pelo grupo. O “Nós do Morro” oferece cursos de formação nas áreas de teatro, para atores e técnicos de cinema, para roteiristas, diretores e técnicos, ampliando as possibilidades de inserção de crianças e jovens moradores do Vidigal.

Além da “estetização” da paisagem urbana e do projeto cultural “Nós do Morro”, o Vidigal também tem se destaca quanto ao espetáculo com o Parque Ecológico Sitiê. Até a

metade da década de 1980, a área do Sitiê era uma parte da Mata Atlântica e um sítio. Em 1986, seis famílias ocuparam a área e, em 2003, a prefeitura demoliu as casas e não removeu os entulhos. De acordo com Mauro Quintanilha (músico, morador do Vidigal e criador do Sitiê), “todo mundo jogava lixo aqui. Comprava geladeira nova e jogava a velha aqui, o fogão velho. Jogavam animal morto. Chegava o verão e era um mau cheiro muito forte e cheguei ao ponto de querer me mudar desse lugar”. Com apenas 0,25 m de espaço público por habitante numa área de terreno extremamente íngreme, não somente a limpeza como também a demanda por espaços públicos verdes para bem-estar, cultura e lazer era uma necessidade urgente. Mauro e Paulo Cesar de Almeida, seu amigo, retiraram 16 toneladas de ferro e entulho ao longo de 6 anos. Durante o dia, retiravam o lixo e os moradores atiravam novo entulho à noite. O trabalho parecia não ter fim até o início de um tratamento paisagístico no antigo lixão. Criou-se o Parque Sitiê, que revelou espaços aos quais as pessoas não chegavam porque o lixo obstaculizava a passagem. Surgiram, assim, diversos mirantes naturais para a zona sul e o Atlântico.

Marco Quintanilha passou a contar com o apoio dos moradores por meio da criação de uma horta com sementes doadas pelo Jardim Botânico do Rio. Distribuíram jaca, alface, couve, feijão, pimenta, rúcula, cheiro verde, temperos em geral. Tudo o que era plantado e colhido era doado a quem atirava lixo no parque. Assim, os moradores deixaram de atirar lixo na área e passaram a frequentar as oficinas criadas pelos organizadores. Seu Luiz é o cuidador da horta e trabalha na produção diariamente. Além de cuidar da horta, também realiza a manutenção do Sitiê. Enquanto caminha pelo parque, destaca as qualidades dos produtos, como o pimentão que “tá lindo depois dessas chuvas, olha como ele tá. Coisa linda, dá gosto de ver”.

Sitiê foi reconhecido como a primeira-agro-floresta do Rio de Janeiro em 2012. No mesmo ano, a equipe recebeu a adesão de dois arquitetos formados por Harvard após contatos durante a Rio+20. Ambos se mudaram para o Vidigal, onde residiram por 3 anos. Pedro Henrique de Cristo ressaltava a importância de mudar-se para o Vidigal em função da “legitimidade adquirida perante a comunidade para realizar as mudanças, vendo as dificuldades e as alegrias junto a todos”. O arquiteto tributa o sucesso do Parque à junção das expertises acadêmicas com a experiência prática dos moradores. O arquiteto tornou-se defensor da doação de títulos de propriedade para os moradores. Parece compartilhar da ideologia neoliberal de Hernando de Soto, que defende uma transformação social por meio da conversão dos pobres em proprietários privados e empreendedores para resolver problemas

locais. O arquiteto diz acreditar que “a mudança da cidade deve sair da sociedade civil para o poder público, e não o contrário. Se não querem ajudar, que não nos atrapalhem”. O arquiteto projeta um centro cultural no Sitiê integrado às escolas do morro. Por fim, critica o que chama de “remoção branca”, expulsão da população original por “investidores descompromissados com as questões sociais da comunidade”: “Pra mim, um exemplo do que pode acontecer é a partida do Seu José, do Arvrão: ele tinha uma banca de tapioca ao lado do hotel do Pellegrino e vendeu. Se tivesse tido apoio ao empreendedorismo local, seu José saberia que investir no negócio seria mais rentável”.

Dentre as oficinas organizadas no Parque Sitiê as mais concorridas são aquelas voltadas ao reaproveitamento de materiais descartados. Os alunos aprendem a transformar vasos sanitários abandonados em vasos de plantas, a produzir o corrimão da cerca de proteção artesanalmente a partir de aro de bicicleta. Havia muitos pneus jogados como lixo e foram convertidos em um muro de contenção de encosta com 386 itens. Nas oficinas, objetos retirados do lixo ganham novas formas como móveis. A matéria-prima vem do lixo e o custo se restringe aos materiais complementares, como pregos e ferramentas. Nas mesas feitas de aro de bicicleta, as crianças do Vidigal se divertem e aprendem educação ambiental. Os turistas preferem as trilhas abertas pelo Parque, que tem 8.500 m². Os moradores querem ampliar a iniciativa por meio da abertura de uma nova trilha. A abertura de trilhas igualmente tem a função de dar continuidade ao processo de limpeza da encosta do morro. Os limites entre Parque e mata atlântica não existem. Essa iniciativa de alguma forma é resposta a quem criminaliza as favelas agora na chave do ambientalismo (cf. RIBEIRO e OLINGER, 2012).

Figuras 24 e 25. *Fotografias do Parque Sitiê: corrimão feito com aros de bicicletas e muro de contenção produzido com pneus descartados. Fotos: autor, 2016.*

No Cantagalo, o Museu da Favela ocupa uma residência labiríntica localizada no interior da comunidade. Na primeira vez que me direcionei ao MUF, após perguntar como deveria fazer para chegar ao local, me perdi pelas vielas da comunidade até o momento em que pedi ajuda a um grupo de meninos. No instante em que perguntei pelo MUF, me disseram que poderiam me levar até o lugar e isso foi feito. Todos os meninos aproveitaram o destino para ficar no MUF realizando alguma atividade. Fui atendido pela Sra Antonia, diretora do museu, que confirmou minha impressão: as crianças ficam no estabelecimento o dia inteiro aproveitando os jogos e as atividades lá disponíveis. Existe atividade teatral realizada internamente ao MUF por jovens da favela. Além disso, o museu conta com voluntários que oferecem cursos e aulas a partir de suas expertises de modo a “manter as crianças ocupadas”, como disse a Sra Antonia. Penso que esse grupo de atividades lúdicas no MUF represente uma possibilidade de mediação para a apropriação do espaço não articulada com a lógica do consumo. O lúdico seria uma resistência (por meio da arte, do conhecimento e do corpo) à vida para o consumo da/na metrópole. Sendo assim, trata-se de um espaço produzido coletivamente na favela em torno do encontro, da reunião, do tempo improdutivo, da conversa e da brincadeira.

A concepção que a Sra Antonia tem do fragmento em que o Museu da Favela do Cantagalo se insere também merece atenção. Para ela, o Cantagalo inteiro é “museu-território”. O primeiro museu de favela do Rio é o Museu a Céu Aberto da Providência, inaugurado em 2005, idealizado pela arquiteta e urbanista Lu Petersen no contexto do Favela-Bairro e da revitalização da área portuária tentada pelo prefeito Cesar Maia. A intenção ao lançar o projeto do Museu a Céu Aberto da Providência era “patrimonializar” uma favela ao mesmo tempo em que se convertia em destino turístico. A museificação de uma favela pode se utilizar de diversos elementos provenientes da história daquela comunidade, como a etnicidade e a identidade do lugar. A museificação da favela visa a estimular a “vocaço turística” (URRY, 1996), no linguajar dos urbanistas, e promover o desenvolvimento da favela por meio do turismo usando-se de elementos endgenos comunidade. Existe por trs disso um certo ineditismo: o reconhecimento da favela no espao urbano carioca como forma permanente. Ao contrrio do Museu do morro da Providncia, o Museu da Favela do Cantagalo surge da iniciativa dos moradores ao lado de membros de organizaes no-governamentais e, para a Sra Antonia, a museificao de sua favela uma deciso da comunidade em torno da necessidade de reconhecimento da identidade do lugar. A fala da Sra Antonia denota a ideia do museu como uma espcie de “cuidado”, de ateno e afeto dos

interessados sobre a comunidade. Evidentemente, existe a intenção da patrimonialização como preservação da história do Cantagalo, em boa parte presente na forma de memória oral que por ora é registrada por meio da escrita e de imagens. Para a Sra Antonia, o MUF não é mera exposição de um patrimônio, mas, ao menos inicialmente, uma instituição capaz de irradiar para o resto do território da favela um conjunto de serviços, como oficinas, cursos, teatro e, claro, exposições. O Museu da Favela surge centralizado na instituição que se encontra sediada numa residência localizada em uma viela da favela, mas que tende a se irradiar e a se dispersar por esse *território* delimitado.

Enquanto no Santa Marta e no Vidigal a favela como destino turístico se consolida, no Cantagalo o processo ainda está no início. O Cantagalo pode se apoiar na patrimonialização por meio do MUF e do Espaço Criança Esperança para a constituição da favela como museu-território. Se o MUF hoje aparece no horizonte como um espaço produzido e apropriado na favela, a extensão do fenômeno e sua diluição no turismo pode degradar essa prática ao incluir o Cantagalo no circuito da troca, como acontece com o Vidigal, por exemplo. O MUF é uma relevante atividade empreendedora no setor cultural em território de favela hoje.

O Sebrae, ao chegar em algumas favelas do Rio imbuído da crença de que estimulará pequenas empresas, descobre uma miríade de pequenos negócios e atividades culturais que sempre existiram informalmente. Trata-se agora de uma questão diferente: de um lado, abrir o território de favela para negócios que vêm de fora (bancos, grandes marcas de lojas, grandes redes de lanchonetes, academias de ginástica, empreendedores turísticos); de outro lado, formalizar esses pequenos negócios pré-existentes à “pacificação”. Tudo isso depende de uma série de conjunções locais e outras situacionais (por exemplo, como está a convivência da UPP militar com os traficantes de drogas ilícitas naqueles territórios, se há uma estabilidade ou não para produzir e estimular certas possibilidades).

Diante do caráter econômico da “pacificação”, é possível refletir como o mercado produz ordem e como a ordem vai produzindo mercado. Nesse sentido, como se articulam as relações políticas e econômicas? A formalização é uma chave analítica possível. Formalizar significa conversão das potencialidades empreendedoras a partir da forma-empresa. Nessa forma de empresariamento a partir da forma-empresa são acionados alguns dos direitos sociais que antes eram acionados por meio da formalização via carteira de trabalho (assalariamento), do tipo previdência, seguro desemprego, etc. De acordo com reportagem do

UOL¹³, em 2015, “40% dos moradores de favelas querem abrir negócio próprio”. A carteira de trabalho era a diferença entre a vida e a morte diante do acosso policial. Ser empresário na favela atualiza isso. Entendo, nesses termos, a relação entre a produção de um mercado na favela e a gestão da violência.

¹³ UOL. 40% dos moradores de favelas querem abrir negócio próprio, diz estudo. In: **UOL Economia**, em 03 de março de 2015.

Figura 26. A abertura dos Jogos Olímpicos vista a partir do morro da Mangueira.
Fonte: divulgação O Globo.

PARTE 2

Industrialização, Valorização do Espaço e Produção da Metrópole

“E se ao menos essa ilusão da Cidade tornasse feliz a totalidade dos seres que a mantêm... Mas não! Só uma estreita e reluzente casta goza na Cidade os gozos especiais que ela cria. O resto, a escura, imensa plebe, só nela sofre, e com sofrimentos especiais que só nela existem! [...] Aí jaz, espalhada pela Cidade, como esterco vil que fecunda a Cidade. Os séculos rolam; e sempre imutáveis farrapos lhe cobrem o corpo, e sempre debaixo deles, através do longo dia, os homens labutarão e as mulheres chorarão. E com este labor e este pranto dos pobres, meu Príncipe, se edifica a abundância da Cidade!”

Eça de Queirós. “A Cidade e as Serras”.

A paisagem das favelas não é autoexplicativa e carece de mediações e do estudo de processos para o entendimento da urbanização. A paisagem possui os traços e os vestígios da produção do espaço em momentos distintos e uma investigação se faz necessária a fim de buscar os fundamentos que explicitem os termos dessas produções históricas no Rio de Janeiro. Após estabelecer a importância da localização e a relevância da paisagem urbana (como as formas aparecem), pretendo avançar quanto à compreensão da urbanização no Rio sob a perspectiva do espaço produzido como produção social.

A partir de agora, devo explicar como a favela aparece na produção da metrópole carioca e entender o lugar que ela ocupa como produto da industrialização (diretamente ou resultante da lógica da industrialização) no século XX no Rio de Janeiro. A hierarquia de lugares na metrópole não significa a soma dos mesmos compondo um todo, mas lugares produzidos de acordo com as determinações do movimento da totalidade da metrópole. A relação entre os lugares e a metrópole é de mútua implicação, uma relação dialética em que os conteúdos daqueles e desta são redefinidos. Nos lugares, a sociedade produz sua vida cotidiana atravessada por processos de ordem distante. Esse ambiente de disputas entre uma prática social que tem o uso como premissa e a força de processos hegemônicos produz a vida na metrópole e um espaço.

Esses processos que se realizaram no movimento de um tempo, produziram a favela num movimento de valorização do espaço (momento da industrialização), resultado de uma apropriação desigual do espaço. Essa valorização do espaço pode ser lida por meio da produção dos bairros concomitantemente às favelas, cujos terrenos não compunham a trama da troca, da realização do valor de troca. Esse uso não era mediado pela propriedade privada diretamente, mas contraditoriamente como seu espelho. Aqui encontro a propriedade privada

da riqueza no bojo da desigualdade social. No momento em que loteamentos eram realizados pelos sertões e antigas freguesias rurais do Rio de Janeiro tendo a infraestrutura de transportes como eixo, o espaço já era produzido como mercadoria através da venda de pedaços, que tinham a propriedade privada como fundamento. Afinal, “a propriedade privada é que aqui conta, determinando a forma social da mercadoria” (GRESPLAN, 2011, p.28). A favela era o espaço urbano da não-propriedade, ainda que resultado da reprodução desta dentro do processo de urbanização. Se antes a cidade era vendida aos pedaços, hoje ela é vendida inteiramente em um mercado mundial e a valorização das favelas muda a qualidade do processo.

A proposta é partir da perspectiva da produção do espaço, o que significa pensar a favela como a negação do bairro, faces da mesma moeda da urbanização em uma metrópole do capitalismo periférico. Neste sentido, descartam-se concepções plenas de boa vontade que defendem a “incorporação da cidade real à cidade legal”, por exemplo. A favela não é uma realidade paralela, mas parte de uma totalidade, comportando continuidades e descontinuidades no seu processo de constituição.

Antes de avançar em busca dos fundamentos que expliquem a produção da metrópole, cabe precisar os termos da produção e da reprodução.

2.1. Produção e reprodução

Primeiramente, o pressuposto é o de que os seres humanos possuem necessidades a satisfazer, algo inescapável a seres que manifestam vida, uma dimensão irreduzível relativa ao corpóreo. A atividade humana que transforma a natureza em produtos que satisfazem as necessidades dos seres humanos é o trabalho e, ao apropriar-se da natureza transformando-a, o ser humano (enquanto ser genérico) modifica a si próprio. Ao produzir seus meios de vida, os seres humanos produzem inicialmente sua vida material e, para isso, dependem dos meios de vida dispostos os quais devem ser reproduzidos (a produção conduz à reprodução). Para CARLOS (2011b), ao produzir suas vidas, os seres humanos estão produzindo um espaço e um modo de apropriação, resultado do trabalho social global. De fato, MARX e ENGELS (1984) ressaltam que se trata mais do que apenas produção de meios materiais, mas de um modo de vida. Os indivíduos são produtos dessa prática, ou seja, os seres humanos refletem aquilo que fazem porque se constituem dentro desses canais (o quê e como produzem). A produção pressupõe relações de produção fundamentais para todas as outras formas de

intercâmbio. O grau de desenvolvimento da produção em uma sociedade reflete o grau de desenvolvimento da divisão do trabalho, que produz distintos espaços e relações entre si. A divisão do trabalho separa campo e cidade e, na reprodução das relações entre essas partes, o campo é submetido como provedor de matérias-primas para as atividades que se realizam na cidade.

LEFEBVRE (2008, pp.46-47) assinala que o espaço social é produzido pela sociedade, comprovável teórica e sobretudo empiricamente, resultado da história, sendo consequência do trabalho e da divisão do trabalho. Se considerado como instrumento, meio e mediação, “o espaço vincula-se à reprodução da força de trabalho pelo consumo. [...] Em verdade, a aparente finalidade da sociedade, o consumo, se define pela reprodução da força de trabalho, ou seja, das condições do trabalho produtivo”. O espaço, então, reproduz as normas e os valores da sociedade, incluindo o seu valor de uso e o valor. Seria produzido, assim, como mercadoria. O filósofo francês afirma que, se isso for verdadeiro, o espaço está implicado unicamente com a reprodução dos meios de produção usados pela força de trabalho, sendo meramente um espaço funcional e instrumental ao capital. O autor assevera: a situação mudou, pois agora o capital precisa lidar com a reprodução das relações de produção, que “não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, [...] através do espaço inteiro” (LEFEBVRE, 2008, pp.47-48). Trata-se de “uma re-produção das condições em que as atividades produtoras de objetos ou de obras se re-produzem elas mesmas, re-começam, re-tomam seus elos constitutivos ou, ao contrário, se transformam por modificações graduais ou por saltos” (LEFEBVRE, 1991, p.24).

O que há de novo no espaço? Há a extensão da atividade produtiva diferindo da reprodução das relações de produção, a produção em um sentido mais amplo abarcando a totalidade do espaço, lugar dessa reprodução. LEFEBVRE (1973) explica que o conceito da produção e da reprodução das relações de produção resolve uma contradição no pensamento de Marx. As forças produtivas em choque com os limites das relações de produção fariam explodir tais limites em torno de uma crise geral, seguida da revolução realizada pela classe operária. Ao mesmo tempo, Marx pensava que a burguesia seguiria expandindo as forças produtivas até o limite, interno ao capitalismo. A superação da contradição se dá pela produção do espaço e a prática social entrou no período da reprodução das relações sociais de produção. Para LEFEBVRE (1973, p.23),

“o conceito da reprodução das relações de produção restitui ao conceito de ‘produção’ um conteúdo definido, um referencial prático. Ele permite compreender

a perda de sentido e de identidade no tocante ao conceito de ‘produção’ e talvez também a alguns outros conceitos e termos: trabalho, desejo, prática, etc”.

O capitalismo não é uma totalidade fechada, cuja estrutura acabada se sensibiliza apenas com mudanças quantitativas. Trata-se, na verdade, de um processo de desenvolvimento contraditório. Para Lefebvre, não se resume à produção estrita de coisas e objetos. Tende a sujeitar a natureza inteira, os diferentes lugares e tipos de propriedade, momentos da vida social incorporados à lógica da troca. Como formas de leitura possíveis desse movimento, pode-se analisar a industrialização e o desenvolvimento da técnica, evidenciando uma produtividade ilimitada; a importância do ócio e o controle dos desejos, necessidades dos consumidores e “lugares que ‘não valiam nada’ entram no circuito imobiliário com altos preços” (OLIVEIRA, 1999, p.190); os limites de uma racionalidade burocrática que organiza o consumo.

Lefebvre considera dois sentidos para o termo “produção”: um referente à produção de mercadorias e outro relativo à produção de relações sociais, ideologias, valores, costumes. A racionalidade homogeneizante gerada pela acumulação produz a mercadoria propriamente dita, bem como os modelos de comportamento indutores do consumo. Isso inclui o espaço, tanto no que se refere à produção de mercadorias quanto à própria produção da vida do homem. Em outras palavras, o processo de produção não se refere apenas à produção de coisas, o que não quer dizer que a reprodução das relações de produção não reproduzam o mundo como mercadoria e esferas da vida como possibilidades de negócio. A globalidade social é atingida na sua totalidade, no tocante a sua forma material e de seus significados. A reprodução da sociedade atinge outros níveis da prática social de forma sutil e o espaço, o tempo, o urbano e o cotidiano são colonizados pelo capital. No processo de reprodução do capital, esses momentos são metamorfoseados visando à “intercambialidade dos lugares e mesmo dos instantes (tempos), compondo o conjunto dos lugares da cotidianidade (trabalho, vida familiar, lazeres programados). O que exige uma centralização poderosa, logo uma relação: centro-periferia. A trocabilidade e intercambialidade tomam o comportamento do idêntico e do repetitivo” (LEFEBVRE, *mimeo*, p. 17). Esse é o caráter da **homogeneidade** do espaço reproduzido, sujeito à compra e venda. O espaço homogeneizado é funcionalizado, quantificável e quantificado, logo abstrato, “que só se torna concreto se incorporado no emprego prático, na construção que se cumpre no e pelos ‘lotes’. A contradição se aprofunda entre a funcionalidade, pretensamente assegurada pelo controle estatista, e o absurdo dos resultados” (LEFEBVRE, *mimeo*, p.17). Esse é o caráter da **fragmentação** do espaço reproduzido, que nega a homogeneização anterior quando se funcionaliza em fragmentos. O

espaço social reproduzido, que é trocado e vendido, especializado e funcionalizado, mercadoria que é, mantém o valor de uso ao mesmo tempo em que é apropriado e o valor de troca se reproduz no momento do intercâmbio. O uso não desaparece e amiúde serve como distinção para a diferenciação entre lugares. Trata-se do caráter da **hierarquização** do espaço reproduzido. Para LEFEBVRE (*mimeo*, p.17), “os lugares se dispõem desigualmente em relação aos centros, eles mesmos desiguais: dos centros comerciais aos centros de decisão. [...] os espaços se hierarquizam severamente, desde os centros de dominação até as periferias desfavorecidas, mas, todavia, mais fortemente controladas”. Os lugares na metrópole se hierarquizam representando espacialmente a hierarquia econômica e social. Novos conflitos, novas contradições aparecem na reprodução.

A racionalidade econômica invade e coloniza a complexidade das relações sociais e dos outros aspectos da realidade social: um espaço, um modo de vida, uma cultura, valores, conjunto de signos e significações entendidos pela sociedade. Ao lado da produção *stricto sensu*, a produção *lato sensu* do espaço revela a realização da vida cotidiana, o modo como se produz o espaço da vida e as apropriações em torno do uso que a sociedade realiza, para além da fábrica. O espaço se constitui como “produto, condição e meio da reprodução da sociedade” (CARLOS, 2011b, p.66). Em artigo de 2007, a autora situa o debate:

“[...] a extensão do capitalismo no espaço, ele próprio tornado mercadoria, faz da produção do espaço um pressuposto, condição e produto da reprodução social no mundo moderno; elemento definidor dos conteúdos da prática socioespacial, modificando as relações espaço-tempo da vida social, redefinindo antigas contradições e produzindo novas. É assim que à transformação do espaço se alia a necessidade de compreensão pela Geografia desse movimento/momento da realidade, posto que o dinamismo no qual está assentado o processo de conhecimento implica em profundas transformações no pensamento geográfico. Assim, a transformação do espaço exige a transformação da Geografia enquanto processo de superação, e esse processo requer uma explicação” (CARLOS, 2007b).

A produção do espaço traz como consequência a sua reprodução. Já não se trata mais do desvendamento do capitalismo por meio da reprodução dos meios de produção e da reprodução da força de trabalho, mas da reprodução das relações sociais de produção. De acordo com MARX (2004, p.p.138-139), “não são apenas as condições objetivas do processo de produção que se apresentam como resultado dele; o mesmo acontece com o caráter especificamente social das mesmas; as próprias relações de produção são produzidas, são resultado sem cessar renovado do processo”. A sociedade da forma como se constitui não apenas se reproduz produzindo novos produtos, mas produzindo relações sociais determinadas, de subordinação e de dominação. Tempos e espaços que refletiam as relações

de produção dominantes – ou preservavam relações tradicionais ou diferenciadas – cada vez mais devem ser observados:

“A reprodução das relações de produção implica tanto a extensão real como a ampliação do modo de produção e da sua base material. [...] o capitalismo constitui novos setores de produção e, por consequência, de exploração e de dominação; citem-se entre outros os seguintes setores: tempos livres, vida cotidiana, conhecimento e arte e, finalmente, a urbanização” (LEFEBVRE, 1972, pp.168-169).

A absorção do espaço pelo movimento da acumulação capitalista gera consequências políticas, econômicas e sobretudo sociais, já que o espaço é condição para a reprodução da sociedade. Lefebvre considera a reprodução de modo ampliado: o espaço não é produzido apenas do ponto de vista material, mas como um espaço social que comporta relações econômicas, sociais e políticas atravessadas pelo capital. Nesse sentido, a reprodução do espaço acontece por meio da produção de uma série de relações de produção envolvendo dominação, propriedade e resistências (RIBEIRO, 2012). A produção do espaço supõe a ação das “forças produtivas e das técnicas existentes, a iniciativa de grupos ou classes capazes de intervir a uma grande escala, a intervenção igualmente, de indivíduos capazes de conceber objetivos a essa escala, atuando num quadro institucional determinado, portadores inevitavelmente de ideologias e de representações, sobretudo espaciais” (LEFEBVRE, 2008, p.139).

Na obra de Lefebvre, a problemática espacial é decisiva à reprodução das relações sociais de produção, que considera o espaço social em sua tendência ao mundial. O espaço torna-se fundamental para explicar como o capitalismo encontrou margem para aparentemente superar contradições produzindo outras, assegurado pelo Estado. Para CARLOS (2011a), o espaço permitiria a “análise do mundo moderno na medida em que aparece como o mediato e o imediato, pertencendo a uma ordem próxima e distante: o lugar e o mundial. Da mesma forma, a mundialização distingue-se da vida cotidiana substituindo globalidade e totalidade como orientação”. A mundialidade do espaço implode a cidade que veio da história e explode a urbanização pelo espaço inteiro. Ao mesmo tempo, se realiza estrategicamente também pelo Estado, ligando-se ao espaço produzido mediada pela morfologia espacial. A ação do Estado atua sobre o espaço vivido por meio de relações de dominação envolvendo, nesse sentido, instituições, saberes, normatizações, interditos ou recomposições mínimas das condições dadas. O Estado controla e faz a gestão das relações sociais e das forças produtivas ao lado do capital.

A reprodução também diz respeito à produção de novos espaços através das relações sociais, em função da reprodução geral das condições dispostas na sociedade. A fim de

desvendar o processo de produção do espaço capitalista no Rio de Janeiro hoje, nossa análise focaliza a (re)produção das contradições. Assim,

“é preciso ter em mente que a reprodução ampliada do capital implica a reprodução ampliada das contradições que seu movimento incorpora e engendra. Trata-se, em verdade, do próprio movimento do mundo das mercadorias, no e pelo qual o espaço se torna objeto, não apenas de compra e venda (...), mas, sobretudo sua produção se torna objeto das estratégias que visam a impulsionar a acumulação de capital, e, portanto, tende a dominar a prática social” (MARTINS, 1999, p.29).

O processo de produção do espaço assinala a diferenciação no acesso à propriedade privada, reproduz novas formas espaciais e altera e/ou acrescenta conteúdos à cidade, modificando a prática socioespacial. Dessa forma, a racionalidade do capital possui como finalidade sua própria reprodução através da produção do espaço para a realização econômica e se autonomiza no contexto da reprodução, elevando a mercadoria à posição de relevância incontestável, restringindo os momentos da realização da vida do homem. Esse movimento reproduz as condições materiais e ideológicas para a reprodução do capital. Por isso, a análise da metrópole hoje exige a articulação entre o econômico, o político e o social, a fim de compreender as mediações que atravessam as relações voltadas à realização da vida humana, revelando um movimento essencialmente contraditório que aparece travestido como “natural”. Assim, é preciso realizar a crítica da vida cotidiana, que ressalta a reprodução das relações sociais. Para CARLOS (2011b, p.62),

“a noção de produção/reprodução e o deslocamento do enfoque eminentemente econômico da noção de acumulação permitiriam considerar o movimento que vai da acumulação à reprodução como questão social: a) ultrapassando a compreensão do indivíduo como força de trabalho; b) superando a ambiguidade da compreensão do espaço reduzido à ideia de meio ambiente; c) pensando as lutas da sociedade como lutas pelo espaço, envolvendo apropriação contra a propriedade; d) iluminando as representações construídas sobre o espaço”.

2.2. Industrialização e produção da metrópole no Rio de Janeiro

O excerto a seguir foi extraído de um curto artigo publicado por Pierre Deffontaines a respeito da morfologia física do Rio de Janeiro:

“Quando subimos ao Corcovado, de onde se domina toda a aglomeração [da cidade do Rio de Janeiro], somos surpreendidos pelo lugar que nela ocupa a montanha. Circundando o maciço, a metrópole atual tem nele seu centro geométrico e, em seu desenvolvimento, teve que vencer, a cada passo, o obstáculo por ele representado. Na verdade, quase a metade da superfície do [então] Distrito Federal é representada pela montanha e uma montanha hostil à ocupação humana. Sem dúvida, o Rio de Janeiro é um porto, uma cidade, uma cidade do litoral, mas ele também se destaca, desde logo, pela presença da montanha; serras e morros de encostas abruptas e acesso quase sempre difícil, muitas vezes constituindo paredões rochosos quase verticais” (DEFFONTAINES, 1959, p.30).

A passagem acima demonstra a admiração do antigo professor pela variedade de formas que compunham o quadro físico do Rio de Janeiro. A descrição é interessante, a despeito de considerar o maciço da Tijuca o centro geométrico da metrópole – há outros dois maciços no Rio e o da Tijuca é aquele ao redor do qual os bairros mais valorizados foram produzidos. Sem dúvida, revela sua concepção da cidade. Àquela época, os subúrbios ainda não estavam completamente consolidados e havia grandes loteamentos por toda parte. Atualmente, há quem repita as palavras de Deffontaines como ato falho ou simplesmente esboço de um preconceito a partir de uma representação comum do Rio produzida pelo turismo e pela imprensa. Ainda que de difícil presença humana, muitos dos morros observados pelo professor passaram a albergar a precariedade das favelas como forma de resistência aos interditos que a propriedade privada do solo urbano impunha à classe trabalhadora no Rio que se industrializava no século XX. Esses morros – juntamente com planícies, margens de rios, lagos e manguezais, pois a favela ocupa diferentes sítios – serão espaços periféricos da metrópole, não do ponto de vista da localização – posto que as favelas da zona sul e do Centro são contíguas às centralidades econômicas da metrópole. Essa periferia a qual me refiro é condição social periférica produzida pela indústria que se reproduz espacialmente.

Até o século XIX, o Rio de Janeiro era uma cidade acanhada e apertada entre quatro morros de baixa elevação (Castelo, Santo Antônio, São Bento e Conceição). Esses morros eram cercados, por um lado, por pântanos e brejos e, por outro, limitados pela baía de Guanabara. Em seu processo de produção, a cidade foi balizada por esses morros à medida que, literalmente, produzia-se espaço físico às custas de aterros e ressecamentos/drenagens de brejos e mangues ao longo de três séculos¹⁴. Em função disso, a cidade se desenvolveu basicamente em torno da Praça XV, onde se localizava o porto original. Ainda no primeiro quartel do século XIX, algumas tentativas de expansão da cidade foram levadas a cabo, como a criação da Cidade Nova pelo rei D. João VI, entre os morros do atual Catumbi e o canal do Mangue. A ocupação dessa e de outros arrabaldes próximos à cidade seria viabilizada com a futura infraestrutura de transportes (primeiramente, os ônibus de tração animal de 1840, já saturados duas décadas depois). Era preciso alternativas ao ônibus para que a cidade fosse ampliada (ROCHA, 1995). Nesta investigação, penso ser necessário neste momento recompor a história da expansão dos transportes urbanos, pois será por meio dos trilhos dos bondes e dos trens que a cidade se derramará pelos sertões e freguesias rurais. Com os bairros serão

¹⁴ Nos séculos XIX e XX, morros seriam arrasados e escavados, cursos d'água canalizados, túneis perfurados nos maciços, praias redesenhadas e o mar recuado com aterros.

produzidas favelas devido às condições impostas pelo Estado reformista do início do século XX e pelo capital industrial.

O professor Maurício Abreu lembra que a cidade, até o final daquele século, era composta em sua maioria por escravos e uma minoria dirigente e mercantil. As classes sociais, que coabitavam o espaço correspondente ao Centro e arrabaldes imediatos, se dispersaram a partir do desenvolvimento de uma rede de transportes, ainda que incipiente. Nesse sentido, a introdução do trem a vapor em meados de 1870 impulsionou a expansão do Rio de Janeiro em direção aos antigos sertões, futuros subúrbios. Foram deslocados por meio desse caminho os chamados “usos sujos” da cidade e as classes menos privilegiadas (ABREU, 2008). As classes mais abastadas seguiram o caminho das linhas de bonde em direção àquilo que se tornaria a zona sul por meio de uma concessão pública a uma empresa estadunidense, que definiu a urbanização em direção às áreas litorâneas ocupadas por chácaras e fazendas. ROCHA (1995) reconstitui a história dessas concessões públicas e a dificuldade dos empresários brasileiros para conseguir financiamento à criação de linhas de bonde. Os obstáculos que os brasileiros encontraram para conseguir empréstimos foi compensada pela entrada de capital estrangeiro, que dominou as linhas de bonde pela zona sul e pela área da Tijuca. Enquanto concessionárias de capital estrangeiro exploravam o setor de transportes, outras concessionárias assumiam o encargo de demolição de morros para geração de entulho com o qual seria possível aterrar pântanos e produzir espaço físico, inclusive para a instalação dos trilhos dos bondes. Essas concessionárias do ramo da construção civil também eram formadas por capital estrangeiro¹⁵. Nesse momento, o espaço era valorizado na Tijuca (zona ao norte da cidade que se tornava Centro) e na zona sul (zona ao sul do Centro), onde loteamentos amplos eram promovidos e uma certa uniformidade aplicada aos novos e caros bairros. Resultado disso, os loteamentos produziram pequenas unidades fundiárias.

Nos subúrbios, a expansão se deu de modo mais extensivo com um loteamento formado por terrenos amplos com uma casa no centro do lote e ruas sem calçamento. Esses loteamentos acompanharam as linhas de trem e se organizaram por núcleos ao redor de paróquias da Igreja Católica com o desmembramento de sítios e chácaras. A Estrada de Ferro Central do Brasil tinha como meta penetrar pelo interior dos sertões do Rio de Janeiro a fim de ligar as fazendas remanescentes ao porto, por onde a produção escoaria. Ao mesmo tempo, pessoas que não conseguiam arcar com a moradia na área central – muito menos na futura

¹⁵ Em minha Dissertação de Mestrado (SANTOS, 2010), pude investigar as negociações em torno da formação da concessionária para o desmorte do morro do Castelo. A articulação envolveu o então prefeito Carlos Sampaio, lobistas internacionais, banqueiros e engenheiros. A documentação pôde ser organizada e exposta graças ao excelente trabalho de arquivologia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

zona sul, termo que parece surgir no início do século XX – dirigiram-se aos novos loteamentos ao redor das estações de trem ou passaram a compartilhar residências multifamiliares no Centro devido ao preço alto da moradia e da baixa oferta de novas habitações, incluindo as populares oferecidas pelo Estado. De acordo com Fania Fridman, o processo de loteamento de grandes glebas no Rio de Janeiro tem início no período da introdução dos transportes por trilhos (1870 a 1890), momento em que a população da cidade dobra de tamanho (de 235.281 habitantes para 522.651). A autora afirma que “os grandes loteamentos foram realizados em terras rurais nos entornos das linhas férreas e seu empreendimento deveu-se apenas a seus proprietários sem a intermediação do Estado ou a presença de concessionárias de serviços públicos. Com a criação de vários bairros os subúrbios tornam-se locais de moradia” (FRIDMAN, 1994, p.576). A expulsão dos pobres do novo Centro – até então apenas “cidade” – devido à reforma urbana do início do século XX comandada pelo prefeito Pereira Passos, estimulou o parcelamento das terras nos subúrbios, sendo que boa parte desse contingente se dirigiu para os morros vizinhos ao Centro, adensando as primeiras favelas da cidade.

Ao final do século XIX, as linhas de bonde já estavam sobrecarregadas e, nos horários de pico, não conseguiam atender a demanda dos usuários. Os bondes movidos por tração animal se tornam um problema em uma cidade que crescia de modo acelerado. A eletrificação dos bondes é implementada no momento em que o sistema é expandido para as praias oceânicas. Novos bairros desde a Tijuca até o morro Dois Irmãos eram projetados considerando as linhas de bonde (BERNARDES, 1990). Corroborando essa afirmação, ROCHA (1995, p.32) assinala “como fator determinante da criação do bairro, o estabelecimento de uma linha de bonde, que seria a única garantia para uma ocupação efetiva”. A presença dos bondes valorizava o espaço, que era produzido por loteamentos e direcionados ao mercado. Muitas fábricas se distribuíram pela zona sul, do Flamengo à Gávea. Ao contrário das linhas de bondes abertas pela cidade, as linhas que percorriam as praias oceânicas receberam apoio da Prefeitura com a abertura e construção de novas avenidas, como a avenida Atlântica (Copacabana), aberta em 1906 pela administração Pereira Passos. As linhas até então eram abertas por concessionárias que tinham a obrigação de urbanizar os logradouros por onde passavam os carris, determinação frequentemente descumprida. Com aporte de capital estadunidense, os bondes do principal eixo da zona sul foram modernizados, implicando em maior valorização dos terrenos.

Os bondes eram o meio de transporte mais usado na cidade no último quartel do século XIX. Rocha exemplifica apresentando números de usuários de trens e bondes, evidenciando a participação destes no sistema que se formava. O autor menciona que

“em 1876, a recém-fundada Cia. de Vila Isabel transporta em seus carros 1.617.702 passageiros, apresentando uma média diária de 4.432 pas./dia. Nesse mesmo ano, a Estrada de Ferro D. Pedro II transporta 1.200.781 passageiros com uma média de 3.289 pas./dia, ou seja, apenas uma companhia de bonde transporta bem mais passageiros do que toda a estrada de ferro, incluindo-se os passageiros interurbanos. Vinte anos depois, esta mesma estrada de ferro transportará em vagões 5.257.683 passageiros, uma média de 14.404 pas./dia. As quatro principais companhias de carris reunidas transportam, neste mesmo ano, 72.900.484 passageiros, numa média de 199.727 pas./dia, ou seja, o total de passageiros que viajam de bonde é 13 vezes superior ao dos que viajam de trem” (ROCHA, 1995, p.38).

E conclui:

“O bonde é, sem dúvida alguma, o meio de transporte mais utilizado, embora seja seletivo devido ao elevado custo de sua passagem. Somente com a eletrificação tornar-se-á mais acessível às camadas menos favorecidas da população. Estas, por sua vez, não encontram no trem uma alternativa, pois esse veículo não possui uma estrutura eficaz para o transporte de passageiros e nem se encontra espalhado pela cidade, tendo seu itinerário bastante limitado. Basta ler Lima Barreto para perceber que seus personagens, quase todos pobres e trabalhadores, andavam a pé, por toda a cidade” (ROCHA, 1995, pp.38-39).

A produção do urbano no Rio de Janeiro sobre os trilhos de trens e bondes é problematizada por Carlos Nelson Pereira dos Santos, que vê a reprodução de uma relação centro-periferia preexistente, concebida no âmbito das relações entre as classes sociais e recolocada no momento em que as condições técnicas permitiram:

“Trem e bondes foram, sem dúvida, indutores do desenvolvimento urbano do Rio. Mas o caráter de massa destes meios de transporte tem de ser relativizado, como também devem ser relativizados os seus papéis frente ao ambiente urbano. É que trem, bondes e, mais tarde, ônibus (e os sistemas viários correspondentes) só vieram a ‘coisificar’ um sistema urbano preexistente, ou pelo menos um sistema de organização do espaço urbano, cujas premissas já estavam prontas em termos de representação ideológica do espaço e que apenas esperavam os meios de concretização. Em outras palavras, o bonde fez a zona sul porque as razões de ocupação seletiva da área já eram ‘realidade’... Já o trem veio responder a uma necessidade de localização de pessoas de baixa renda e de atividades menos nobres (indústria, por exemplo)” (SANTOS¹⁶ apud CARVALHO, 1995, p.129).

Considero essa ideia potente porque me permite pensar que a expansão do fenômeno urbano pelos arrabaldes e antigas freguesias rurais do Rio tão somente extrapolou uma coabitação forçosa que se verificava havia três séculos em um espaço reduzido e, agora, foi transplantada e reaplicada numa outra escala. Quero dizer que, se antes as classes dominantes coabitavam a cidade – agora Centro – com os trabalhadores moradores de cortiços e outras

¹⁶ SANTOS, Carlos Nelson Pereira dos. Transportes de Massa, Condicionadores ou Condicionados? In: *Revista da Administração Municipal*, 24 (144), set./out., 1977.

habitações populares, a partir do início do século XX essas classes coabitaram a zona sul. A localização e o relevo definiram a segregação: aos pobres caberiam as encostas dos morros e o monopólio da precariedade; às classes dominantes, os novos loteamentos infraestruturados e a propriedade da terra. Não é demais pensar que a mesma mentalidade colonial-escravocrata que significava as relações entre as classes foi de alguma forma reproduzida como relação social de produção na cidade industrial e fincou raízes na sociedade brasileira como uma questão racial e socioeconômica, concomitantemente. É importante ressaltar que, após o fim da escravidão (da mercadoria escrava), a terra passou a ser trocada como mercadoria¹⁷ em um mercado que se tornava mais robusto na medida em que as inovações industriais afetavam os transportes e os serviços urbanos. A passagem da propriedade sobre os negros para a propriedade da terra é um dos fatores de transformação econômica no Brasil naquela época.

No início do século XX, o Brasil vivenciou uma série de transformações econômicas de modo a viabilizar sua integração periférica em uma divisão internacional do trabalho forjada pela segunda revolução industrial. A província do Rio de Janeiro estava impactada pelas mudanças estruturais na economia brasileira – e na economia fluminense em particular – nas décadas anteriores. A desagregação de uma economia dependente do trabalho escravo, o esgotamento do solo e a competição da cafeicultura do Vale do Paraíba com a produção concentrada e eficiente do oeste paulista fomentaram uma liberação de capitais de vulto voltados a investimentos em infraestrutura (como as companhias de estrada de ferro e de navegação a vapor), o surgimento de manufaturas e a ampliação do comércio. O investimento em transportes redundou em ampliação do mercado consumidor e no fortalecimento de um mercado imobiliário que loteava antigas áreas rurais e espalhava o fenômeno urbano. Além disso, a industrialização encontrou no Rio ambiente propício para a produção fabril graças a diversos fatores: proximidade do mercado consumidor, da fonte de matérias-primas, acumulação de capitais liberados da produção agrário-exportadora e um grande exército industrial de reserva (grande massa de trabalhadores mal remunerados e subutilizados, migrantes internos de províncias do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, e existência de imigrantes recém-chegados à cidade). Por fim, a mudança na fonte energética: substituição da força hidráulica pela energia a vapor (CARVALHO, 1995, pp.119-121). Essas condições

¹⁷ “Com a decretação da Lei de Terras, em 1850, o Império cristaliza a propriedade privada nas mãos dos latifundiários e institui o mercado de terras. A terra torna-se mercadoria, posto que o escravo (a mercadoria primordial) estava para desaparecer. A Lei de Terras ainda garantiria a posse das glebas mesmo diante da abolição da escravidão, alijando os ex-escravos de qualquer acesso à propriedade, inexistindo dessa forma uma reforma agrária na origem do fato. De outra forma, a garantia da terra nas mãos dos senhores fazendeiros significava a manutenção da propriedade e, ao mesmo tempo, a base para uma nova lógica, voltada à exploração do trabalhador imigrante” (SANTOS, 2010, p.26).

permitiram o desenvolvimento acelerado das forças produtivas e colocaram a necessidade de produção de novos espaços para a reprodução do capital no Rio de Janeiro. Assim, a então capital brasileira deveria ser adaptada para adequar-se a essa nova posição do Brasil através da produção do espaço urbano e de políticas para garantir estabilidade na oferta de força de trabalho. O processo de industrialização no Rio de Janeiro exigiu a concentração de numerosa mão-de-obra e a produção de infraestrutura e novos serviços, o que impôs a produção de novos espaços urbanos.

A atividade industrial se distribuiu pela cidade de acordo com as condições técnicas e materiais de cada momento. Até o início do século XX, o Centro da cidade concentrou a produção, predominando pequenos estabelecimentos onde se fabricavam calçados, chapéus, confecções, bebidas e mobiliário (praticamente artesanato e com baixíssima mecanização). Também havia gráficas e metalurgias leves e fundições, além da indústria alimentar. Aos poucos, parte das indústrias se deslocou para São Cristóvão em função da boa infraestrutura e dos antigos casarões da época imperial, que reduziam custos com capital fixo; dentre as atividades, encontra-se particularmente a perfumaria, velas e indústria têxtil, já usando máquina a vapor. Também havia indústrias têxteis e alimentares dispersas, próximas a quedas d'água e afastadas da área central (em Laranjeiras, Gávea e Tijuca). As indústrias têxteis que usavam máquina a vapor instalavam-se às margens da estrada de ferro Central do Brasil e podiam ser encontradas até mesmo em bairros da zona oeste, como Bangu, em função da extensão da linha. Na década de 1940, a abertura da avenida Brasil representa outro momento de descentralização e expansão industrial no Rio, pois trata-se de um eixo rodoviário destinado à localização fabril com a construção de galpões e armazéns, além da presença de favelas (mão-de-obra farta, barata e espacialmente concentrada). A partir da década de 1960, o Estado atua via política de remoção de favelas na avenida Brasil de modo a instalar novas indústrias nos terrenos liberados (com o desaquecimento econômico do Rio de Janeiro, a partir da década de 1970 a avenida será refavelizada). Com a expansão das indústrias para a periferia metropolitana, distritos industriais foram criados pelos subúrbios acompanhando a avenida Brasil, como Fazenda Botafogo e Pavuna. Após a década de 1980, as indústrias se dispersam pela periferia metropolitana (ABREU, 2008). O cruzamento entre o MAPA 2 e o MAPA 3 demonstra como a expansão da industrialização pelos subúrbios do Rio foi acompanhada de intensa favelização, atentando para o período 1950/1960:

Mapa 2 MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: ZONEAMENTO INDUSTRIAL

Fonte: ABREU (2008, p. 102).

Mapa 3 MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: TAXAS DE AUMENTO DA POPULAÇÃO FAVELADA
(1950/1960)

Dentre as medidas voltadas à modernização do Rio de Janeiro no início do século XX, encontram-se a criação de um porto moderno para agilizar o processo de importação/exportação de mercadorias e a reforma do tecido urbano que ainda refletia a morfologia de uma cidade colonial. Além dessas medidas de cunho econômico, era preciso aplicar políticas sanitárias para estancar as mortes provocadas por epidemias, que afetavam quantitativamente a disponibilidade da força de trabalho (ABREU, 2014c). Higienismo e embelezamento seriam as estratégias usadas pelo Estado para a reforma urbanística de Pereira Passos, beneficiando um grupo de empresários da construção civil bem representados em cargos na Prefeitura e no Governo Federal. Pela primeira vez, o Estado atuaria sobre o espaço por meio de um grande projeto urbano. Até aquele momento, o Estado limitava-se a estimular ou proibir iniciativas de grupos privados. A ação de Pereira Passos “alterou substancialmente o padrão de evolução urbana que seria seguido pela cidade no século XX” (ABREU, 2008) e isso criou consequências no setor habitacional devido à valorização do espaço urbano decorrente da concentração de capitais no Rio. Não é meu interesse aqui detalhar as obras realizadas durante o período da gestão do presidente Rodrigues Alves e do prefeito Pereira Passos, tampouco analisar todos os interesses envolvidos. Para mais informações nesse sentido, duas boas referências são ABREU (1978) e BENCHIMOL (1992).

As freguesias centrais da cidade sofreram mudanças profundas com a abertura de novas ruas e a demolição de 1600 prédios. Essa intervenção produziu uma massa de 20 mil removidos obrigados a se mudar. A reforma urbanística agudizou um problema que já era crônico na cidade: o da habitação. Everardo BACKEUSER¹⁸ (apud ROCHA, 1995, pp.77-78) indica o destino dessa gente que estava empregada, porém altamente explorada com longas jornadas de trabalho e baixos salários:

“Ora, todas essas derrubadas e fechamentos, se vinham sanear a cidade, caso de fato vinham, por outro lado punham a população pobre em difíceis contingências. Que sucedeu?

Como não havia casas baratas em número suficiente, essa gente se foi aglomerando nas outras habitações ou então se mudou para os subúrbios. Todos os preços de casa se elevaram e então se viu que esta parte da população pagava relativamente muito mais caro o seu alojamento que as classes mais remediadas e morando em casas imundas e menos higiênicas.

Além disso, a lei municipal de 10 de fevereiro de 1903 proibia qualquer conserto, por menor que fosse, nos cortiços. Essa disposição era benéfica, pois em pouco tempo eles teriam ruído. Infelizmente não entendeu assim o Sr. Osvaldo Cruz, que, obtendo do prefeito a revogação temporária desta disposição, ordenou pequenos consertos de saneamento (...) para perdurarem no Rio essas habitações, porque é impossível saneá-las eficazmente, ficando sempre mais ou menos prejudiciais,

¹⁸ BACKEUSER, E. *Habitações Populares*. Relatório apresentando ao Exmo. Sr. Dr. J.J. Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906, p.106.

*porque é molto più facile costruire case nuove igieniche che reu lere saul quelle già construito*¹⁹ – Magrini.

A situação da classe pobre era, pois, das mais precárias, apesar de haver no Rio atualmente muito trabalho remunerado. Mas por isso mesmo, de todos os lugares circunvizinhos chegavam diariamente camponeses que trocavam o seu serviço na roça pelas ocupações de operário. Havia como que sucção pneumática em torno do Rio. A população pobre aumentava sem que aumentasse o número de casas”.

O declínio da produção cafeeira no interior da província do Rio de Janeiro gerou deslocamento da mão-de-obra para a capital, somando-se aos migrantes internos brasileiros e aos estrangeiros que chegavam ao Rio. Toda essa gente formou um exército industrial de reserva considerável para a indústria manter os salários reduzidos e aumentar a exploração pela ampliação do tempo de trabalho. Esse aumento populacional gerou a demanda por mais habitações, que não foi satisfeita. Surge um desequilíbrio no setor habitacional afetando os mais pobres, aviltando as condições de vida dos trabalhadores. A maior parte desse contingente passou a residir nas áreas centrais em habitações coletivas multifamiliares (cortiços, estalagens, avenidas de casas, casas de cômodos, vilas operárias e favelas). Ao mesmo tempo, essas formas de habitação popular também eram alvos da ação estatal por meio de decretos e leis que proibiam a abertura de novos tipos de moradia popular e a reforma das existentes. De acordo com CARVALHO (1995) e ABREU (2014a), essa regulamentação urbanística atuava sobre toda a construção civil, normatizando-a claramente para especulação, para que o mercado imobiliário aumentasse os preços dos lotes pela cidade e das moradias nas áreas centrais. A consequência prática para os trabalhadores era a inviabilidade da regularização das habitações populares nas áreas centrais e a dificuldade crescente para aquisição de lotes nos subúrbios. Além disso, naturalmente havia resistência da classe trabalhadora em deslocar-se para subúrbios distantes do lugar de trabalho. Estavam reunidas as condições para a produção das favelas no Rio de Janeiro.

2.3. A favelização e o papel do Estado

Sobre a origem das favelas, ABREU (2014a; 2014b) relata que as primeiras ocupações desse tipo datam do final do século XIX. Em 1897, soldados que voltavam de Canudos foram autorizados a ocupar provisoriamente os morros da Providência e de Santo Antônio, já que o convento que se localiza neste último morro não possuía instalações suficientes para o número de praças. Em seguida, outros casebres se somaram aos barracões construídos nesses morros.

¹⁹ “É bem mais fácil construir casas novas e higiênicas que reformar aquelas já construídas”.

ROCHA (1995) não acredita nessa versão historiográfica oficial e insere esse movimento na dinâmica da mobilidade do trabalho interregional, tributando a chegada dos ex-combatentes às oportunidades de emprego que a capital do país poderia proporcioná-los. Daí que muitos baianos se somaram ao comboio de soldados que retornavam ao Rio após o massacre de Canudos. O morro da Providência também passou a ser ocupado pelos moradores do famoso complexo de cortiços “Cabeça de Porco”, removido pelo Estado durante a reforma urbanística do início do século XX (ABREU, 2014c). Enquanto o morro de Santo Antônio teve seus barracos removidos em 1901, a ocupação no morro da Providência – também chamado apenas pelo nome “Favela” – seguiu crescente com a intensificação dos fluxos migratórios. Na década de 1910, o crescimento da indústria atraiu mais migrantes à cidade e, diante da carência de moradia, dirigiram-se ao demais morros da área central, que estavam desocupados porque eram usados por seus proprietários para especulação imobiliária e porque as técnicas de construção civil ainda não davam conta de sua colonização. Fato é que a nova

“classe média se deslocava cada vez mais em direção aos bairros da zona sul (Botafogo, Laranjeiras, Copacabana, Vila Ipanema) e à zona norte (Tijuca, Rio Comprido, Andaraí), levando consigo toda uma demanda que gerava empregos nos setores da construção civil e da prestação dos mais variados serviços. Havia aí também muitas outras encostas que poderiam ser rapidamente ocupadas” (ABREU, 2004a, p.73).

Ao mesmo tempo em que parte dos trabalhadores passava a ocupar os morros da cidade para autoproduzir suas habitações, outros tantos perderam suas moradias em estalagens e cortiços e foram forçados a viver em vilas operárias. VAZ (1985) e CARVALHO (1995) são excelentes fontes para conhecer mais sobre a vida nos cortiços e estalagens do Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX.

ROLNIK (2015, p.155) lembra um discurso que se tornou comum acerca das cidades que se industrializavam rapidamente. Esse discurso apegava-se à aparência do processo e atribuía as causas a pessoas apegadas a uma certa ruralidade, que não se adaptavam à cidade e reproduziam estilos de vida incompatíveis com a vida urbana e moderna. Essa perspectiva rejeita a pobreza e o pobre, e os considera fenômenos em si mesmos. De modo conveniente, escamoteia as reais causas para a produção de trabalhadores empobrecidos nas cidades industrializadas. Uma perspectiva dualista que opõe o moderno ao arcaico e esconde os mecanismos que garantem a acumulação do capital:

“a ideia da existência de um ‘outro’ sobrando nas cidades: as hordas de pobres desempregados ou trabalhando em regimes de informalidade, que subsistem em situações de precariedade habitacional. De acordo com essa visão, as cidades crescem mais rápido do que deveriam e não conseguem absorver todos os que para ela migram, gerando ‘inchamento’ em vez de crescimento. Ainda de acordo com essa narrativa, trata-se de um movimento migratório – do campo para a cidade, ou

de pequenas cidades para as metrópoles – que deveria ser evitado a qualquer custo, impedindo, assim, a produção desses verdadeiros monstros”.

Para se ter noção dos custos da vida no Rio de Janeiro do início do século XX, reproduzo uma passagem em que CARVALHO (1995, p.136) sintetiza as dificuldades para os trabalhadores acessarem a moradia. Carestia era palavra repetida e sofrimento sentido. As informações foram extraídas do mesmo relatório de Everardo Backeuser, referenciado na nota de pé de página 18 deste trabalho:

“Apesar da disponibilidade de trabalho em uma cidade que se encontrava em plena expansão de sua economia, a situação da classe dos trabalhadores era das mais precárias.

Assim é que, à época da administração de Pereira Passos, encontrávamos um pedreiro ganhando diárias de 7\$ a 9\$, um carpinteiro, de 8\$ a 10\$, um canteiro, de 9\$ a 12\$, um calceteiro, de 4\$ a 5\$, um servente, de 3\$ a 4\$, trabalhadores diversos, de 3\$ a 5\$.

Enquanto isso, não se encontrava alojamento por menos de 20\$ mensais, preço de um quarto em casa de cômodos, sendo que, a uma família que necessitasse de um alojamento maior, o de duas peças, por exemplo, cobravam 35\$ mensais.

Por uma casinha de cortiço pagava-se a quantia de 50\$ a 60\$ e as casas de avenidas, então, tornaram-se verdadeiro luxo, devendo-se pagar por elas a exorbitante quantia de 80\$ a 100\$”.

O processo de favelização tornou-se uma estratégia de resistência daqueles que chegavam ao Rio ou lá já estavam para trabalhar para a indústria e os serviços. Ocupações aconteciam e eventualmente expulsões eram efetuadas. Entretanto, as favelas cresciam mais rápido e, se a ocupação em determinado morro estivesse impedida, caminhava-se para outro (ABREU, 2014a). Os interditos impostos pelo Estado ao acesso à habitação pela classe trabalhadora em áreas próximas ao ambiente de trabalho são resultado da separação das classes sociais durante a produção do espaço urbano e a expansão da cidade para as freguesias mais distantes e os sertões. A valorização do espaço nas áreas centrais do Rio expulsou os moradores que ocupavam habitações populares e galvanizou a propriedade privada. Ao mesmo tempo em que o processo de industrialização produzia novos espaços para a reprodução do capital, também atraía migrantes para a cidade. Se o espaço urbano das áreas centrais estava interdito à moradia da classe trabalhadora, residir perto do ambiente de trabalho era um diferencial para a contratação. De modo não proposital, a favelização se tornou uma qualidade importante para a reprodução do capital.

A favelização no Rio de Janeiro teve início com a reforma urbanística do início do século XX que, por sua vez, é resultado da reestruturação a qual foram submetidos o Brasil e o Rio de Janeiro na passagem do século XIX para o XX determinando novas funções, o que exigia a supressão das antigas formas coloniais. Para acelerar o desenvolvimento das forças

produtivas, o Estado transformou suas próprias condições históricas e engendrou novas relações sociais no espaço. Para isso, produziu um espaço regulador e ordenador das relações; um espaço fragmentado pela reprodução da propriedade privada, pleno de interditos e normatizado para impedir a apropriação pelos trabalhadores. As relações sociais de produção foram reorganizadas em função dos novos espaços produzidos para a reprodução do capital. Os fragmentos de espaço urbano foram hierarquizados a partir dos usos e rendas. Associado às classes dominantes, o Estado conduziu as relações sociais inerentes ao processo de industrialização, bem como as relações de dominação resultantes. Nesse sentido, impôs sua racionalidade e instrumentalizou o espaço, produto ao mesmo tempo em que também é produtor. A cidade se tornou força produtiva no movimento do processo de industrialização. Apesar do controle estatal sobre o espaço por meio do urbanismo e em função da falta de opções às multidões de trabalhadores que chegavam ao Rio – bem como para aqueles que lá já se encontravam –, a produção da favela e sua precariedade aparecem como uma forma de negação do ideário moderno da Reforma Passos e de sua estética que procurava dar ares de “Paris dos Trópicos” ao Rio de Janeiro. A favela é o “contraponto da tentativa de controle total do espaço pelo Estado” (ABREU, 2014b, p.417).

Na década de 1920, já havia uma relevante favelização na zona sul. As primeiras favelas datam do início do século XIX. O Cantagalo, por exemplo, passou a ser ocupado a partir do momento em que o areal de Copacabana foi urbanizado. O morro onde as três ocupações se realizaram era propriedade do Estado do Rio de Janeiro até recentemente, quando uma emenda à Constituição estadual passou a permitir a alienação de propriedades públicas do Estado do Rio e a consequente regularização fundiária das terras liberadas, como visto anteriormente. Tanto o Cantagalo quanto o Pavão e o Pavãozinho (estas duas tão conurbadas que são consideradas uma única comunidade atualmente) foram produzidos como lugares da reprodução da vida da mão-de-obra que construiu Copacabana e, em seguida, ocupou-se de prestar serviços aos moradores e ao comércio do bairro. O Vidigal, por seu turno, teve seus primeiros barracos construídos na década de 1910 por trabalhadores que atuaram nas obras de abertura da avenida Niemeyer. Sua ocupação efetiva teve início em 1941, mas apenas na década seguinte houve aumento populacional com trabalhadores da construção civil que passaram a ocupar a parte baixa do morro a propósito das obras de urbanização do Leblon. Como o terreno onde se produziu a favela do Vidigal pertencia a um proprietário privado, tentativas de remoção foram realizadas, sem sucesso (1967 e 1977). Em 1978, o novo governador do Estado desapropriou a área para fins sociais. O último caso que nos interessa, o morro Santa Marta, teve sua encosta ocupada a partir da década de 1930, mas

apenas em 1942 já se via uma favela da base ao topo da elevação. A primeira favela de Botafogo foi produzida no morro São João, abandonado na década de 1930 devido às terras oferecidas pelos jesuítas no morro Santa Marta. O Colégio Santo Inácio, proprietário das terras, as ofereceu aos ex-trabalhadores rurais provenientes do Vale do Paraíba que atuavam em obras para a Igreja Católica naquela área.

A partir da década de 1930, com as mudanças na organização socioeconômica do Brasil, intensificou-se o papel do Estado, que tentou cooptar os trabalhadores por meio da construção de conjuntos habitacionais valendo-se do anseio coletivo pela posse da moradia. No Rio, a Prefeitura atuou beneficiando a construção civil. Na década de 1940, houve a produção de favelas pela zona sul do Rio, bem como nas zonas norte e oeste. De acordo com ABREU (2008), em 1948, o total de 105 favelas na cidade e seus 138.837 habitantes se distribuíam pelos subúrbios (44% das favelas e 43% dos favelados), pela zona sul (24% e 21% respectivamente) e no Centro e zona norte (22% e 30%). O autor informa ainda que essa população nas favelas era majoritariamente mão-de-obra da indústria (30%), da construção civil (20%) e dos serviços domésticos (20%). Essas duas últimas fontes de emprego concentravam-se na zona sul da cidade, enquanto a industrialização se realizava majoritariamente na área central – incluindo bairros da zona sul contíguos ao Centro – e nos subúrbios. Comércio (10%) e transportes (10%) também eram atividades realizadas pela mão-de-obra residente nas favelas. Funcionários públicos correspondiam a outros 6%. O censo de 1960 informava que 56,1% recebiam até 1 salário mínimo; 38,4% recebiam até 1,5 salário mínimo. Assim, conclui-se que 94,5% dos favelados viviam com pouco mais de 1 salário mínimo, o que desmonta a tese de que moradores de favelas são exclusivamente resultado da miséria no campo. Percebe-se que as condições salariais não permitiriam qualquer integração à cidade a não ser precariamente.

Os cálculos de FRIDMAN (1994) dão conta de 255,43 km²²⁰ loteados em toda a cidade do Rio entre 1938 e 1988, sendo que metade consolidada até 1942. O Código de Obras de 1937 estabeleceu uma zona industrial nos subúrbios, o que promoveu imediato loteamento dos terrenos das fábricas até então localizadas na zona sul. Teve início o deslocamento das plantas industriais para os bairros proletários da cidade, que experimentaram um grande crescimento populacional a partir da década de 1940 até 1960. Esse processo foi interrompido diante do parcelamento da zona oeste até o final da década de 1980 devido à grande disponibilidade de terras nas áreas mais distantes do Centro do Rio. De acordo com a autora,

²⁰ Esse número representa pouco mais de 20% da área total do Rio de Janeiro (1.261 km²).

“praticamente a totalidade das áreas parceladas localizavam-se nas regiões da Penha, Irajá, Jacarepaguá, Bangu, Campo Grande e Santa Cruz, isto é, subúrbios ao norte e ao oeste da cidade, onde predominam os usos agrícolas ou de moradias populares” (FRIDMAN, 1994, p.577). Essa movimentação reflete o encarecimento do solo promovido pelo mercado imobiliário nas áreas melhor servidas por infraestrutura ou amenidades naturais. Essas terras ficam destinadas aos indivíduos e empresas que possuem mais recursos. À medida que o preço da terra aumenta, as indústrias se veem obrigadas a desconcentrar suas atividades no espaço da cidade. Os terrenos industriais alcançam preços mais baixos em comparação com os residenciais por prescindirem de determinados custos de manutenção da vida. O deslocamento da produção industrial para os subúrbios do Rio coadunou-se com a intensificação dos loteamentos e o aumento da população nessas áreas, principalmente em função dos fluxos migratórios (ABREU, 2008). Contudo, para PARISSE (1969), apenas 12,3% desse migrantes seguiram para favelas; a maioria dirigiu-se aos loteamentos realizados nos municípios da área metropolitana em formação (onde a favelização também foi produzida com intensidade, particularmente nos municípios com áreas loteadas que não contavam com infraestrutura sanitária adequada). O MAPA 4 e o MAPA 5 mostram a localização das principais indústrias médias e favelas do Rio de Janeiro na década de 1960. Deve-se destacar o íntimo relacionamento entre industrialização, favelização e o sistema de transportes na cidade, particularmente o sistema de trens urbanos em direção aos subúrbios:

Mapa 4 MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: DESLOCAMENTO DAS INDÚSTRIAS MÉDIAS E GRANDES ATÉ 1965

Fonte: ABREU (2008, p.104).

Mapa 5 MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: DISTRIBUIÇÃO DAS FAVELAS (1960)

Nesta segunda parte da tese, pretendi apresentar o processo de produção de novos espaços no Rio de Janeiro induzido pela industrialização de modo a esclarecer que a favelização é um traço do processo de urbanização na cidade. Na terceira parte da tese, pretendo demonstrar que a favelização é um componente importante para o aumento da exploração do trabalho e da produção de excedente econômico.

Por fim, sumário os tratamentos que a favela recebeu no Rio ao longo do século XX. Não é meu objetivo aprofundar cada abordagem. Minha intenção é assinalar a existência de determinadas políticas e práticas que influenciaram o desenvolvimento desses lugares. VALLADARES (2000) afirma que a favela atravessou o século XX sob quatro perspectivas distintas:

I) A primeira delas refere-se à formação do mito da favela, idealizada, de origem literária por meio de Euclides da Cunha. Produz-se um imaginário positivo em torno da favela, relacionada a uma dualidade “litoral X sertão” e “cidade X favela”. Além disso, narra a trajetória daqueles que lutaram em Canudos sob a promessa de residências na capital após o fim da guerra e, descumprido o acordo, passaram a ocupar as encostas do morro onde havia uma planta conhecida como favela, hoje morro da Providência.

II) O segundo momento refere-se à percepção da favela como um problema social, negligenciado a despeito da visibilidade do fenômeno. O decreto 6000 do Código de Obras do Distrito Federal (1937) proibia que as favelas fossem registradas nas cartas oficiais do município, bem como a construção de moradias e melhorias públicas nas áreas favelizadas. As ações relacionadas às habitações populares resumiam-se à eliminação das favelas ou deslocamento dos pobres para longe. Em um documento de 1930, o urbanista Alfred Agache define a favela como uma verdadeira enfermidade:

“Construídas contra todos os preceitos de higiene, sem canalizações de água, sem esgotos, sem serviço de limpeza pública, sem ordem, com material heteróclito, as favelas constituem um perigo permanente de incêndio e infecções epidêmicas para todos os bairros através dos quais se infiltram. A sua lepra suja a vizinhança das praias e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza, despo os morros do seu enfeite verdejante e corrói até as margens da mata na encosta das serras” (AGACHE apud VALLADARES, 2000, p.17).

O documento preparado por Agache torna-se a base para o Código de Obras e revestiu todo o preconceito com as favelas e a aversão à pobreza (ou aos pobres?) com um verniz jurídico e institucional, estendendo esse tratamento aos espaços favelizados da cidade.

III) O terceiro momento refere-se ao enfrentamento da favela por meio de medidas concretas, como as remoções e a transferência das populações para os três Parques Proletários Provisórios e um programa de construção de moradias baratas por meio do Instituto de Aposentadorias e Pensões. Esses parques proletários eram localizados em áreas afastadas do Centro do Rio e a promessa de substituição das residências precárias provisórias nunca se completou, o que igualmente ensejou sua favelização. O período de intensificação das remoções foi de 1968 a 1975 a partir de violenta repressão da ditadura às lideranças comunitárias e a manifestação de incêndios em favelas pela metrópole. Havia ali um duplo sentido nas remoções: obliterar a favela e silenciar lideranças políticas populares contrárias ao regime militar. O Estado removeu 100.000 pessoas de suas casas no período e os transferiu para conjuntos habitacionais na periferia da metrópole na época, como a Vila Kennedy, o Quitungo e a Cidade de Deus.

IV) O quarto momento é o do reconhecimento das favelas no marco institucional por meio dos dados oficiais (o recenseamento de Favelas do Distrito Federal de 1948 e o Censo de 1950 oficialmente identificavam as favelas) e do fim da política de remoções. O período posterior à década de 1980 até o ano 2000 testemunhou o aumento da população favelada em 52%, coincidindo com um momento do empobrecimento da metrópole do Rio e da sociedade brasileira. O tráfico de drogas se territorializa em favelas e o discurso da ilegalidade dos espaços favelizados é transplantado para os indivíduos que os habitavam: o favelado como um criminoso em potencial, habitante da “cidade ilegal” em contraposição à cidade legal (imagem da “cidade partida” do jornalista Zuenir Ventura).

Na década de 1960, as favelas sofrem duro ataque de forças políticas de extrema direita que governavam o Estado da Guanabara. Trata-se do mesmo grupo político que apoiou o golpe de 1964 e passou a estar sob a guarda da ditadura que assalta o país naquele ano. Implementam-se políticas de remoções de favelas e deslocamento de seus moradores para conjuntos habitacionais em áreas da cidade afastadas do seu lugar do trabalho e com infraestrutura de transportes públicos precária. Em 1963 é formada a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara como resistência da população favelada às iniciativas estatais. Entre 1969 e 1975, cerca de um terço da população favelada fora removida para conjuntos habitacionais distantes produzindo novas periferias. Em 1975 o programa de erradicação de favelas foi encerrado e nada proposto em seu lugar.

No final da década de 1970 é criada uma Secretaria de Desenvolvimento Social cujos Programa de Educação Sanitária e Projeto Mutirão apoiaram e forneceram assistências técnica e social para a autoconstrução das residências. Até a década de 1970, a população favelada crescia no Rio de Janeiro e, de acordo com o Gráfico 1, 52% eram provenientes de fora da cidade do Rio (não há dados oficiais anteriores a 1948). A tabela a seguir evidencia o crescimento acelerado das favelas entre 1960 e 1970, em que o número de comunidades dobra e a população favelada triplica:

Tabela 11. *População residente em favelas no Rio de Janeiro.*

Ano	Número de favelas	Domicílios	Habitantes
1950	105	44.000	169.305
1960	147	69.680	335.696
1967	230	162.741	757.696
1970	300	185.000	1.000.000

Fonte: NUNES (1976).

Gráfico 1. Origens dos moradores das favelas do Rio de Janeiro em 1970.

Fonte: NUNES (1976).

Após a redemocratização e a Constituição de 1988, aparece o Plano Diretor do Rio de Janeiro em 1992, primeiro documento que considera a favela como integrante de uma totalidade e que a população lá residente não deve estar apartada do conjunto da metrópole. Esse documento apontou formas de ação do poder público quanto ao desenvolvimento urbano, incluindo aí a “reurbanização” de favelas (o programa Favela-Bairro da Prefeitura do Rio é produto desse momento). Há apenas duas décadas a separação ideológica entre as favelas e os bairros no Rio de Janeiro passou a ser considerada pelo Estado como um “problema a ser superado” e, a partir daí, aparecem novas estratégias para enfrentar, inclusive, a “periculosidade das favelas” – assim percebidas por aqueles que habitam os bairros.

A hipótese é que, até a década de 1990, o Estado via o crescimento das favelas como um efeito colateral residual *paralelo* à industrialização e até mesmo externo ao que se considera “urbano”. Para o urbanista Alfred AGACHE (apud VALLADARES, 2000, p.17), que desenvolveu o plano urbanístico do Rio de Janeiro subsequente às intervenções da Reforma Passos, a favela é uma espécie de cidade-satélite de formação espontânea que “escolheu” o alto dos morros, mas submetida a trâmites burocráticos que não se podem cumprir:

“Pode-se dizer que são o resultado de certas disposições nos regulamentos de construção e da indiferença manifestada até hoje pelos poderes públicos, relativamente as habitações da população pobre. Perante as dificuldades acumuladas para obter-se uma autorização de edificar – requerimentos e formalidades só alcançam o seu destino depois de muito tempo e taxas onerosas – o operário pobre fica descoroado e reúne-se aos sem-teto para levantar uma choupana com latas de querosene e caixas de embalagem nas vertentes dos morros próximos à cidade e inocuados, onde não se lhes reclamam impostos nem autorizações”.

Com foco sobre favelas de médio porte (500 a 2500 domicílios, 40% das favelas do Rio), o programa Favela-Bairro (1994-2008) tinha como missão atuar sobre o espaço público e “integrar a favela à cidade, dotando-a de infraestrutura urbana, serviços, equipamentos públicos e políticas sociais. Discutido passo a passo com a comunidade, respeitando a história, a cultura e as peculiaridades de cada área”. O projeto era realizado pela Prefeitura do Rio e financiado parcialmente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, que emprestou US\$ 360 milhões. A Prefeitura ingressou outros US\$ 240 milhões. Dentre as ações do programa, constavam: abertura e pavimentação de ruas; implantação de redes de água, esgoto e drenagem; a construção de creches, praças, áreas de esporte e lazer; canalização de rios; reassentamento de famílias que se encontrassem em áreas de risco; contenção e reflorestamento de encostas; contenção da expansão da favela; reconhecimento e regularização de logradouros; políticas sociais para atendimento a desempregados, mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade. A regularização fundiária também compunha as iniciativas paralelas do Favela Bairro por meio de instrumentos jurídicos como o Usucapião Urbano, a Concessão do Direito Real de Uso, o Termo de Doação (áreas municipais) e a Transferência da Propriedade por acordo entre proprietário e ocupantes. A primeira fase do programa atuou em 38 favelas; a segunda, em outras 62). Das três favelas estudadas nesta investigação apenas o Vidigal sofreu a ação do Favela-Bairro com a instalação de infraestrutura que influencia o processo de valorização do espaço naquela favela hoje. Nas próximas páginas apresento fotografias de algumas intervenções:

Vidigal

Antes (Before)

Pavimentação de rua

Pavement of street

Depois (After)

Figura 27. Pavimentação de rua no Vidigal dentro do Favela-Bairro. Fonte: Divulgação PMRJ.

Vidigal

Antes (Before)

Contenção e pavimentação de rua

Pavement of streets and hills contention

Depois (After)

Figura 28. Obra de contenção de encosta e pavimentação de rua no Vidigal dentro do Favela-Bairro. Fonte: Divulgação PMRJ.

Vidigal

Antes (Before)

Construção de creche, vila olímpica, praça e quiosques para geração de renda

Construction of nursery, olympic villa, square and small businesses for creation of income

Depois (After)

Figura 29. Construção de creche e vila olímpica no Vidigal dentro do Favela-Bairro.
Fonte: Divulgação PMRJ.

Vidigal

Antes (Before)

Av. Niemeyer - Criação de acessos, implantação de passarela e calçada

Av. Niemeyer - Developing of new access ways, implantation of a passage and construction of the walk-side

Depois (After)

Figura 30. Obras de infraestrutura urbana no Vidigal dentro do Favela-Bairro.
Fonte: Divulgação PMRJ.

Com dificuldades para pagar os projetos do programa Favela-Bairro, a iniciativa entra em crise no período 2005 a 2008. Com a mudança de governo municipal (Cesar Maia substituído por Eduardo Paes), o Favela-Bairro²¹ é rebatizado como Morar Carioca.

²¹ Para maiores informações sobre o Favela-Bairro, os trabalhos de BURGOS (1998), ALVITO (2001) e FRANCO (2011) contextualizam o programa e apresentam em detalhes o que representou nas comunidades que receberam as intervenções.

Figura 31. *Uma imagem-síntese.*
Fonte: divulgação Folha de S.Paulo, 03/08/2016.

PARTE 3

(Re)produção do Espaço como Mercadoria e da Metrpole para Megaeventos

“Duas almas habitam no meu peito,
uma da outra separar-se anseiam:
uma com órgãos materiais se aferra
amorosa e ardente ao mundo físico;
outra quer insofrida remontar-se de
sua excelsa origem às alturas”.

Goethe. “Fausto”.

O processo de reestruturação produtiva realizado a partir da década de 1970 – também conhecido como acumulação flexível –, vem promovendo novas articulações econômicas e políticas entre o Estado e o capital em torno da produção do espaço urbano. Esse processo significa uma radicalização da forma mercadoria em vários domínios sociais e produtivos, estabelecendo novas “fronteiras” para a acumulação na metrópole.

A favela mudou de lugar no processo de produção do espaço (o lugar da favela mudou no processo de reprodução da metrópole) e esse novo movimento acontece por meio dos megaeventos como um novo negócio urbano. Contudo, sua realização requereu a produção de “outra cidade” porque o Rio está edificado e tornou-se preciso reconstruí-lo para uma nova fase do capital financeiro. É esse novo movimento que produz essa cidade para essa nova fase do capital que estou entendendo por meio do megaevento. O megaevento é o mote, mas era preciso um processo de produção que culminasse no megaevento. É nesse movimento, o processo de produção do megaevento que exige a produção de uma “nova cidade” que estou desvendando por meio da transformação da favela.

A partir de agora, analiso o processo de transformação da metrópole do Rio. Esse processo de transformação tem um lugar, uma localização, um espaço-tempo, ou seja, está dentro de um contexto. Tal contexto explica o processo de transformação. Estamos no século XXI e o contexto está nele: o de crise do capital. O que essa crise que aparece no século XXI e está posta desde o século XIX nos traz? Segundo HARVEY (2004), Lefebvre assinala uma ideia: a partir de determinado momento da história, o processo de acumulação do capital diante dos limites de sua reprodução produz a crise e se supera por meio da produção do espaço. Todavia, Lefebvre não explica como isso se reproduz. Harvey caminha em direção a uma “Geografia da Acumulação” e a explica por meio de um “ajuste espacial” (expansão geográfica) através das relações internacionais entre países. Portanto, estaríamos diante de um novo imperialismo. Para CARLOS (2011a, p.101), “a acumulação, tendo o espaço como elemento determinante, realiza-se também em outras escalas espaciais, fundamentalmente na

escala da cidade e da metrópole, além do plano global apontado por Harvey”. Esse processo de reprodução ocorre no plano do lugar e no plano da metrópole. Hoje, para o capital se reproduzir nesse momento crítico, ele o faz produzindo espaço da metrópole.

O regime fordista entra em crise e há a seguinte situação: um aumento de uma massa de capital-dinheiro que precisa ser aplicada; uma parte vai para a especulação. Essa parte se separa do processo de produção e fica no processo de circulação especulativo, mas o capital para continuar se reproduzindo precisa de uma base material. Há uma parte especulativa que fica na circulação e uma parte real. Este momento – o do capital aplicado – está no sistema financeiro, que não encontra mais aplicação na indústria. O processo de reprodução sai da indústria e toma o espaço. Trata-se da produção do espaço para superar a crise da acumulação.

Estamos diante de uma nova produção e, portanto, de uma nova mercadoria. O espaço já é uma mercadoria sem esse processo porque a produção social do espaço sob o capitalismo o produz como mercadoria. Neste momento, o processo de produção do espaço se realiza para fazer com que todo o ciclo do capital possa se realizar. O espaço é momento da produção, da circulação, distribuição e troca (CARLOS, 2015). E, em cada um dos momentos, o espaço urbano é (re)produzido para que esse processo aconteça (esse processo também produz a moradia). No Brasil, estamos hoje diante de uma industrialização periférica. Significa dizer que ela se faz com altas taxas de exploração do trabalho, portanto com salários baixos, e se faz como poupadora de mão-de-obra, o que significa que sua possibilidade de englobar essa população trabalhadora é menor desde que ela surgiu.

Este movimento se dá no momento do processo da mundialização. A acumulação deixa o espaço específico da fábrica, toma toda a cidade e o capital investido na produção da cidade é internacional. Se o capital é internacional, a mais-valia será distribuída no âmbito do mercado mundial. O megaevento passa a ser uma nova mercadoria porque ele é o novo lugar para a realização da acumulação. No que a cidade se transforma? Ela é o não-uso. No debate sobre a produção do espaço do megaevento entra a lógica do capital no espaço pela mediação do Estado. A tríade **valorização – desvalorização – revalorização** contribui para pensar os momentos da circulação do capital pela metrópole. O financiamento dos negócios pelo mercado financeiro e via endividamento público evidenciam a faceta financeira do processo e a transferência da mais-valia dos trabalhadores do país-sede do evento para a esfera mundial. De acordo com (LEFEBVRE, *mimeo*, p.20),

“Existe hoje mundialização da produção dos ciclos percorridos pelos produtos. [...] Os investimentos e o capital produtivo se acumulam na escala mundial. As firmas ditas supranacionais refletem este crescimento, enquanto as relações de produção (e

de propriedade) permanecem fixas à escala nacional. [...] A relação ‘capital-força de trabalho’ mudou de escala. O que implica uma mundialização do mercado de capitais (logo das transferências de mais-valia)”.

Este processo como um todo aparece em primeiro lugar no mundo em Baltimore. Todavia é Barcelona que se torna paradigmático e o prefeito do Rio diz que o projeto tem Barcelona como paradigma. As transformações na capital catalã são a experiência que serve como modelo para a formulação dessas políticas atualmente vendidas por meio de consultorias, sendo a Prefeitura do Rio de Janeiro um desses clientes. Há a produção de um discurso hegemônico em torno da pauta de intervenções urbanísticas de modo a reafirmar a cidade como espaço de consumo relegando o uso a resíduo – para AGAMBEN (2005) talvez se trate da “impossibilidade do uso”. Para SÁNCHEZ (2003, p.499), ao requalificar a imagem, os projetos de intervenção agregam a seus objetivos “a transformação de algumas áreas em ‘novas centralidades’, fragmentos urbanos transformados em nós de atividades e fluxos – empresariais, comerciais, de serviços – somados aos espaços da chamada ‘oferta cultural’, museus e centros de lazer”. Megaeventos e Cultura aparecem no Rio de Janeiro como estratégias para a reprodução.

3.1. Reprodução da metrópole e raridade do espaço

Na perspectiva da produção do espaço, as favelas são produtos contraditórios da produção da própria metrópole em seu sentido mais amplo. O espaço na favela é produzido de acordo com as relações constituídas nos diversos momentos da vida cotidiana apontando para a produção do lugar como reprodução da vida em meio a uma crise de moradia engendrada no cerne da industrialização. São produzidas historicamente por relações imediatas, fruto de cooperação e identificação entre iguais. Resultam de uma relação espaço-temporal que não integra completamente o lugar à lógica do tempo produtivo, o que permitiu a produção de identidades dos moradores que também passam a ser produzidas como uma identidade do lugar. Esse é um primeiro momento – o da produção da favela.

Interessa agora descortinar a problemática das favelas na metrópole hoje, o que indica a necessidade de considerar as intervenções urbanísticas e de controle do espaço das favelas, bem como as formas de integração precária. A dominação política e a valorização do espaço nas favelas neste momento são reveladas pela reprodução do espaço como processos práticos. As políticas públicas para “reurbanização” de favelas, a regularização fundiária, a precarização do emprego, a violenta “pacificação” e a burocratização interna – que pretende

reduzir os conteúdos desses lugares à lógica do homogêneo e subordinar a vida social ao conjunto – se somam na década de 1990 ao tráfico de drogas, que se territorializou em muitas favelas cariocas em um processo contínuo e intenso desde a década de 1970. O conflito entre o tráfico de drogas e o Estado representa a crise da reprodução da favela e da própria metrópole como totalidade.

O objetivo mais amplo de organizar uma compreensão sobre os termos contemporâneos da reprodução do espaço na metrópole no Rio de Janeiro envolve considerar que a produção do Rio como metrópole lançou suas bases no momento da intensificação da atividade da produção industrial. Neste sentido, a industrialização exerceu em geral um papel importante, pois fez com que o Brasil, ao longo do século XX, se transformasse rapidamente de um país predominantemente agrário em um país virtualmente urbano, trazendo inúmeras transformações quantitativas, entre as quais se destaca o acelerado processo de crescimento populacional nas grandes metrópoles²². A indústria potencializou o crescimento quantitativo e a expansão do Rio de Janeiro devido a um processo de concentração de capital e centralização que pressupõe – seja em termos de aglomeração da força de trabalho – a necessidade de escoamento das matérias-primas para o centro produtor que ela mesma acaba por se converter, ou pela proximidade em relação ao mercado consumidor. As transformações quantitativas trazidas pela industrialização conduzem a mudanças qualitativas profundas para cidade. Segundo LEFEBVRE (2001, p.7 e p.21),

“a prodigiosa expansão das trocas, da economia monetária, da produção mercantil, do ‘mundo da mercadoria’ que vai resultar da industrialização implica uma mudança radical [...] A indústria e o processo de industrialização assaltam e saqueiam a realidade urbana pré-existente até destruí-la pela prática e pela ideologia [...] A industrialização se comporta como um poder negativo da realidade urbana: o social urbano é negado pelo econômico industrial [...] A realidade urbana, na e por sua própria destruição, faz-se reconhecer como realidade socioeconômica”.

A industrialização produziu uma nova divisão do trabalho que desenvolveu o mundo da mercadoria (produção de mais mercadorias, consumidores, meios e relações de produção). A cidade produzida pela industrialização passou a ser bem mais que centro produtor e consumidor, mas espaço de reprodução da sociedade capitalista em termos de trocas, valores, hábitos e padrões de consumo. O Estado organizou o processo de metropolização, visto como “caótico”, mas, segundo uma lógica de produção do espaço que atendia aos interesses das

²² As mudanças quantitativas por si só já expressavam transformações mais profundas de cunho qualitativo, como as transformações nas relações de trabalho – que passam do regime escravista ao trabalho livre e ao assalariamento – e nas relações de propriedade – com a expropriação no campo causada pela Lei de Terras de 1850, que desvinculava a propriedade de sua posse passando a vinculá-la a um título –, que sinalizavam a instauração da relação capitalista como aquela relação de produção que viria a ser hegemônica no país.

classes dominantes, garantia a acumulação de capital e a reprodução da propriedade privada. Com a consolidação da industrialização e da urbanização por ela induzida, a força de trabalho urbana cresceu aceleradamente ao longo do século XX (especialmente aquela com baixa qualificação profissional) e tornou-se uma questão a ser solucionada, vista como um entrave à continuação do processo de modernização. E claramente a associação imediata entre a periferia – lugar da moradia da classe trabalhadora – e o atraso foi defendida.

As contradições que aparecem no lugar do trabalho se somam àquelas relativas à moradia, à produção do ambiente construído e à prestação de serviços públicos estatais. LEFEBVRE (2001) localiza esse processo na implosão-explosão da cidade constituída no ritmo da história, cuja explosão se apresenta por meio da extensão desmesurada e da expansão de periferias. A cidade industrial se urbaniza e concentra pessoas; implode o centro, reproduzindo-o formalmente como mais um bairro da cidade e como “centro histórico”. A metrópole é engendrada a partir dessa cidade fragmentada e estilhaçada, por lugares hierarquizados. Anteriormente indutora da urbanização, a indústria passa a ser por ela induzida.

Se a dinâmica da economia metropolitana antes se baseava na lógica da produção industrial hoje passa a apoiar-se na economia terciária, mais precisamente os setores de serviços, comércio, finanças, turismo e tráfico de drogas (CARLOS, 2000). A passagem de uma economia hegemonicamente industrial para uma presidida pela financeirização impõe novas necessidades dentro da reprodução da metrópole, implicando a produção de novos espaços para a realização da acumulação. No Rio de Janeiro, as funções do Centro se dispersaram pela cidade formando aquilo que se convencionou chamar “subcentros comerciais” (CORREA, 1989). A formação desses núcleos desconcentrou a atividade econômica pela metrópole ao produzir novas centralidades. A produção de novos espaços para a reprodução da economia terciária tem os bairros de Copacabana, Botafogo, Barra da Tijuca, Jacarepaguá, Bangu, Madureira, Méier, Tijuca, dentre outros, como nós e pontos de rearticulação do espaço da metrópole. A abertura de novas vias expressas, bem como linhas de trens urbanos e metrô, aparece como meio de permitir a ampliação da circulação dos fluxos entre esses pontos e o Centro original, ainda relevante economicamente no conjunto da metrópole.

Diante de dificuldades de um sistema viário que se tornava complexo e para garantir a eficiente articulação da cidade, surgiu na década de 1970, inclusive, a ideia de “transferir” as funções de Centro para a Barra da Tijuca, nova fronteira urbana da metrópole localizada próximo à baixada de Jacarepaguá, ponto central geométrico da metrópole. A função

estratégica da centralidade deveria ser preservada a despeito dos óbices históricos colocados pela reprodução em uma metrópole da periferia do capitalismo. A tentativa de fazer da Barra o novo Centro do Rio nunca foi completamente abandonada e se viu reforçada recentemente no bojo dos projetos relativos a megaeventos, que irradiam inovações urbanísticas a partir daquela área da cidade.

O Centro do Rio tornou-se um obstáculo à reprodução da centralidade econômica devido à densa ocupação do espaço. O processo de produção do Centro incorporou antigas áreas alagadas, pantanosas e demoliu morros de modo a abrir novos horizontes para a produção de espaços por meio da criação física de novos terrenos, loteando-os. Desde o início da ocupação da cidade – quando seus limites se confundiam com o que hoje é chamado de Centro –, a superação dos obstáculos físicos gerou importantes oportunidades de negócios para empreendedores ligados à antiga nobreza imperial (proprietária de terras da então capital) e à nova burguesia industrial nascente (ABREU, 2008).

Ao longo do século XX, a abertura de novas vias e a rápida edificação do espaço do Centro do Rio ocorreu em meio a um intenso processo de fragmentação e venda de parcelas dentro de um mercado de terras e imóveis que se desenvolvia aceleradamente. Enquanto isso, a zona sul, originalmente produzida como espaço de moradia, gradualmente passou a receber funções comerciais e de serviços complementares ao Centro; os morros da zona sul e do Centro foram ocupados em função desse processo de desenvolvimento econômico e da exclusão dos trabalhadores da propriedade privada; nos subúrbios e antigas áreas rurais, o loteamento de terrenos e a produção de novos bairros pelos trabalhadores acompanhando as linhas de trens urbanos como eixos para a organização das novas comunidades. Esse processo pode ser compreendido pela imagem da implosão-explosão, como dito anteriormente. A industrialização separou ao longo do século XX no espaço os lugares da moradia e os do trabalho. A indústria esgarçou o tecido socioespacial ao dissociar casa e trabalho. Se antes tudo se reunia no mesmo espaço (quando a cidade se confundia com o Centro), a indústria aumentou as distâncias e superou as fronteiras colocadas pela reprodução ao criar espaços específicos para o trabalho e para a moradia.

Do ponto de vista do capital, as favelas ocupavam um “limbo” no que se refere à produção do mercado imobiliário formal do Rio de Janeiro, já que se formaram pela autoprodução consequente à migração campo-cidade e em meio a uma crise habitacional que se engendrou lado a lado às tentativas do Estado de deslocar esses moradores para áreas dos subúrbios mais longínquos em relação às áreas centrais. Na verdade, a favela é o contraditório no processo de urbanização periférica.

As transformações mais profundas vividas nas cidades no modo de produção capitalista foram fruto do processo de adequação das cidades ao ritmo, sentido e necessidades do desenvolvimento urbano-industrial (SEABRA, 2003). Porém, no momento atual, no qual, segundo Lefebvre, deixamos de viver a sociedade industrial e passamos a viver a sociedade urbana em constante processo de constituição, esse processo de “adequação” aparece como um movimento da passagem de uma economia industrial para uma economia terciária moderna que exige um desenvolvimento voltado para a produção de espaços que permitam a realização dos serviços contemporâneos. Esse processo não é evolutivo, mas contraditório, marcado por rupturas, cisões, continuidades e descontinuidades. E possui uma materialidade concreta que ganha existência na vida cotidiana.

A metrópole pode ser considerada uma totalidade contraditória de diferentes e variados espaços-tempos formados por processos socioespaciais fundados em desigualdade e que reproduzem novas contradições no espaço urbano. Essas relações se realizam em um determinado tempo histórico e em um determinado espaço, ambos imbricados à reprodução do modo de produção capitalista, ao processo de reprodução do espaço urbano e ao processo de metropolização. A metrópole não é a “evolução” da cidade ou uma “sobreposição”, mas ainda é a cidade no movimento da constante reprodução que ganha novos sentidos no âmbito da reprodução geral da sociedade (CARLOS, 2000).

Assim, seria limitado compreender a metrópole apenas como continente de aglomerações de milhões de pessoas ou uma extensa área urbana, lugar onde se localizam as forças produtivas. A metrópole revela processos no movimento da formação capazes de nos permitir compreender em perspectiva a problemática urbana e as novas tendências, incluindo o movimento da sociedade urbana no mundo moderno. A metrópole reúne e é o lugar da alta tecnologia, da ciência, das técnicas, dos novos padrões, das modas, dos hábitos, dos valores da sociedade capitalista. A partir da metrópole se pode construir um entendimento sobre as tensões sociais e sobre os processos contraditórios intrínsecos ao capitalismo. E é a partir dela e nela que se pode compreender a formação do urbano como tendência mundial:

“a metrópole tem uma especificidade concedida pela história de uma relação com a sociedade em seu conjunto, que contempla temporalidades diferenciadas que se revelam em uma ordem próxima, no plano das relações entre pessoas e grupos. As metamorfoses se referem a uma ordem distante, que se mostra no plano de um espaço mais abrangente, uma vez que o lugar se integra com as totalidades mais amplas, revelando a sociedade urbana em constituição, com seus valores, comportamentos, seu modo de vida [...] Sem se reduzir a esse plano, interfere na ordem próxima, em que estão relações de imediatez [...] ligadas a um modo de viver, de habitar, de modular a vida cotidiana – que iluminam o plano do lugar” (CARLOS, 2001, p.214).

Na metrópole, a valorização do espaço pode ser tomada como expressão do conteúdo histórico da ocupação, em que se combinam um processo geral de valorização com as particularidades de cada localização específica. A produção de novos espaços para a reprodução do capital nos coloca a orientação da urbanização capitalista em busca da universalização de um processo. O capital se impõe reproduzindo a metrópole para investir dinheiro e não para as pessoas morarem. As possibilidades de ocupação do espaço se redefinem em função do acesso à terra urbana. A metropolização e a generalização da urbanização criam obstáculos à reprodução na medida em que se produz uma nova contradição: “aquela que se refere à diferença entre a antiga possibilidade de ocupar áreas como lugares de expansão da mancha urbana (com o parcelamento de antigas chácaras ou fazendas, como o caso de muitos bairros na metrópole) e sua impossibilidade diante da escassez” (CARLOS, 2000, pp.13-14). A generalização da propriedade privada do solo urbano passa a limitar a expansão econômica capitalista, produzindo o espaço como “raridade”, no dizer de Carlos. Considerando que as novas necessidades impostas pela reprodução econômica baseada no setor terciário exigem novos espaços para sua realização, o espaço entra em contradição com as necessidades do desenvolvimento do capital. A “raridade” é produto do processo histórico de produção do espaço e condição à reprodução do espaço relativa à centralidade.

Há uma contradição entre um espaço produzido enquanto valor de uso e o espaço produzido como valor de troca. O modo como a metrópole é reproduzida hoje estabelece uma disputa entre aqueles que querem se apropriar do espaço para a realização da vida e os que atuam no sentido de homogeneizá-lo para a reprodução do capital. Reproduzido como mercadoria, o espaço é fragmentado e vendido aos pedaços no mercado imobiliário, um processo de troca que se utiliza do valor de uso como um atributo estético, funcional e locacional para a venda da mercadoria espaço. Essa tese é decisiva para a compreensão dos objetivos dessa investigação, pois a consideramos para o entendimento do processo de valorização de favelas em um determinado eixo na metrópole do Rio de Janeiro hoje.

A subdivisão em pequenas propriedades ao longo do século XX representou uma incontável quantidade de negócios por toda a cidade, principalmente onde os terrenos se tornaram menores e mais numerosos: o Centro e a zona sul do Rio. De bons negócios realizados no passado, a extrema fragmentação e o adensamento urbano resultante dos investimentos imobiliários redundaram em obstáculos aos investimentos futuros nessas áreas.

Desde 1992, a partir do Plano Diretor, a Prefeitura do Rio vem estabelecendo Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC's). A função desse instrumento legal é preservar o

patrimônio arquitetônico e cultural da metrópole por meio do tombamento ou preservação ou tutela de imóveis residenciais e comerciais localizados em áreas de interesse público (definido pela Prefeitura). Independentemente do valor individual do imóvel, a APAC aplica um congelamento em qualquer possibilidade de alteração estrutural ou aparente nos imóveis tombados, permitindo apenas a restauração de acordo com o desenho registrado. Os imóveis de “valor excepcional” são tombados; os que caracterizam o conjunto arquitetônico são preservados; os demais são tutelados. De modo geral, a Prefeitura defende que a APAC protege a identidade do bairro e preserva a “ambiência urbana”. A abrangência desse instrumento de preservação cultural é ampla atingindo trechos importantes de bairros cujas propriedades são valiosas no mercado. Dentre as áreas atingidas, encontram-se o Corredor Cultural do Centro, Santa Teresa, Urca, Copacabana, Cosme Velho, Laranjeiras, Leblon, Jardim Botânico, Botafogo, Ipanema. Um imóvel em APAC sofre, “não raro, desvalorização”²³. Pois quem compra não pode modificá-lo. E costuma pagar caro pela sua recuperação. No Leblon e Ipanema, há 400 imóveis em APACs que vivem essa situação”, de acordo com um conselheiro do Conselho Regional de Corretores Imobiliários do Rio de Janeiro. A diretora de uma imobiliária afirma na mesma reportagem que “mesmo no Leblon, a casa tombada sofre uma desvalorização de cerca de 30% frente a um apartamento de alto luxo na Delfim Moreira, que chega a custar R\$ 30.000.000,00”. Dessa forma, as APAC’s representam garantia pública de inalteração da paisagem dos bairros afetados e, ao mesmo tempo, indisponibilidade do terreno para construção futura. Os imóveis próximos às APACs não atingidos experimentam valorização às custas das perdas de outros proprietários. Especulação imobiliária.

Ainda que as APACs restringissem os investimentos imobiliários em partes da zona sul, do Centro e alguns outros bairros, isso não significou obstáculo aos negócios imobiliários na metrópole, posto que o eixo de expansão de novos imóveis residenciais há décadas dirige-se para a zona oeste (Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes)²⁴, plena de grandes terrenos a lotear. Proprietários de imóveis atingidos pelas APACs se ressentem do ônus para manter seus imóveis, mas fato é que o conjunto de proprietários do entorno se vale da preservação urbanística para manter suas propriedades valorizadas. Ao Estado interessa manter a valorização crescente nessas áreas enquanto novos espaços residenciais são produzidos no

²³ “O que explica a diferença de preços entre um casarão histórico em Botafogo e uma residência de...”. Reportagem do jornal O Globo, de 23/02/2011. Acessado em 20/08/2016.

²⁴ “Mercado imobiliário cria bairro e dá novo nome ao final do Recreio”. Reportagem do jornal O Globo, de 25/03/2013. <http://oglobo.globo.com/economia/imoveis/mercado-imobiliario-cria-bairro-da-novo-nome-ao-final-do-recreio-8497543#ixzz4LJYk8yvJ> Acessado em 20/08/2016.

extremo oeste da metrópole. No que se refere aos imóveis comerciais e aos destinados ao sistema financeiro, a abertura da área portuária (agora “Porto Maravilha”) após recente reforma urbanística e as inovações quanto à legislação de uso do solo garantem ampla oferta de terrenos para negócios (SARUE, 2015), por exemplo.

Contudo, na mesma zona sul do Rio, o Estado também atua de outras formas para garantir a valorização intervindo em determinadas áreas para, em primeiro lugar, homogeneizá-las por meio da aplicação de novas legislações que garantam a reprodução da propriedade privada e a circulação de novos consumidores do espaço. Estou me referindo a algumas favelas da zona sul que se valorizaram nos últimos anos. A política pública de “pacificação” garante a circulação dos novos frequentadores dessas comunidades e a legislação tende a se flexibilizar para permitir a compra e venda com títulos de escritura dos imóveis das favelas. Já há em vista novas estratégias para regradar as desapropriações e permitir o remembramento dos terrenos para a construção de imóveis maiores. Essa mudança quanto ao mercado imobiliário das favelas é resultado da fragmentação do espaço. O Estado intervém por meio de seus instrumentos legais e de instituições provedoras de serviços públicos, “liberando” essas favelas para que experimentem o crescimento econômico, integrando-as ao circuito como mercadorias à venda na metrópole. O ambiente construído “exótico” das favelas, a cultura popular característica, e o apelo da natureza criam os argumentos discursivos decisivos à venda do lugar. A “vista para a praia” e o “verde” ao redor das favelas servem como chamarizes para turistas e novos moradores de classe média. Natureza, cultura e vista para o mar são valores de uso de uma nova mercadoria reproduzida a partir das favelas. Trata-se da reprodução do espaço, que reelabora os conteúdos e a morfologia dos lugares. A elevação de preços dos imóveis na favela descola-se completamente dos custos de produção da casa ao incorporar essa “capitalização simbólica” em torno desses novos valores de uso.

A segregação socioespacial pode ser analisada por meio de uma tríade importante que ajuda a compreender a reprodução da centralidade na favela enquanto periferia. A tríade homogeneização – fragmentação – hierarquização tem potência para revelar a extensão da segregação. As estratégias do Estado e do capital apontam para a integração/incorporação dos espaços das favelas ao circuito da troca, o que exige a homogeneização para a devida adaptação à racionalidade capitalista (no caso das favelas e da violência urbana, “pacificar” as comunidades é sinônimo para “civilizar”). Uma questão importante que aparece em meio à valorização do espaço (e por causa dela) se refere à política de “pacificação” de favelas. A “pacificação” surge como estratégia “civilizatória” do capital por meio da suspensão do controle do espaço antes exercido pelos traficantes e da imposição da normatividade estatal

realizada pela militarização do espaço. A homogeneização é realizada por meio de estratégias exógenas às favelas, subsumindo-as à lógica da reprodução capitalista do espaço. A fragmentação espacial é resultado dessas ações homogeneizantes que, contraditoriamente, dividem o espaço em parcelas ainda menores (vendidas como solo urbano e localização, beneficiando o turismo, inclusive), tornadas mercadorias, o que restringe o uso (CARLOS, 2000). Os espaços das favelas são hierarquizados conforme as determinações baseadas em objetivos igualmente externos a elas. No caso em tela, a realização dos megaeventos estabelece um eixo prioritário de investimentos e supera a favela como fronteira urbana, o que garante a atribuição de funções próprias ligadas ao mundo do consumo, do turismo e dos novos serviços. Do ponto de vista do capital, a absorção desses espaços ao circuito da troca se dá pela mediação do dinheiro que, por sua vez, exclui aqueles que não têm condições de manter suas residências na realização do processo de territorialização do mercado imobiliário formal nas favelas (Vidigal é exemplar nesse sentido) ou simplesmente são removidas pelo Estado devido a projetos urbanísticos estratégicos (como as obras do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC II – na favela do Cantagalo). Essa integração, que é precária, estiliza aquilo que surgiu da explosão da cidade, a favela/periferia, aprofundando a contradição uso-troca. Revela-se o sentido do espaço hoje diante da especialização dos lugares da metrópole para a reprodução do capital. Esse processo é concomitante ao da valorização do espaço e responde pela produção de novas morfologias espaciais que impõem novas práticas sociais.

Essas favelas assumem, então, novas posições como espaço-mercadoria na hierarquia de lugares da metrópole. Essas qualidades (verde, ar, montanha, natureza, mar, cultura popular, *originalidade*, etc) são as novas “raridades” da metrópole, vendidas através da reprodução do espaço das favelas, valorizadas no movimento de constituição de um mercado imobiliário “formal” e da turistificação. Em uma metrópole com taxas de criminalidade elevadas, a “pacificação” de favelas reproduz a própria segurança pública (comprada individualmente) como raridade, repondo os termos da valorização do espaço na periferia. A segurança como raridade era vendida como exclusividade de condomínios fechados – também mercadorias produzidas na periferia da metrópole – até então. Essas qualidades são valorizadas em função de uma experiência urbana degradada que exige a produção de “oásis” urbanos. A raridade é uma contradição do espaço na metrópole contemporânea e coloca a possibilidade de valorização do capital por meio de sua superação. Esse processo revela a contradição entre uso e troca: entre as necessidades para a reprodução da vida dos moradores e a apropriação privada do espaço para a realização econômica. Os lugares vistos como raros

pelo mercado são readaptados e refuncionalizados no movimento da mobilidade da atividade econômica e de sua reprodução como mercadoria.

Há outro aspecto a ser ressaltado a partir da reprodução do espaço da metrópole. Diante da complexidade da problemática urbana e dos novos negócios urbanos, aparentemente a relação centro-periferia também tem seus conteúdos modificados. Para compreender as novas formas de produção do espaço no Rio de Janeiro, torna-se necessário deslocar a concepção tradicional de centro-periferia, pois, naquela metrópole, a periferia supera a mera localização. No seu processo de formação, o Rio teve seus bairros constituídos simultaneamente às comunidades periféricas produzidas em morros, em áreas de baixada e marginais à baía de Guanabara. Em função da morfologia do Rio de Janeiro, essas formações citadas se distribuem por toda a metrópole. A grave questão habitacional engendrou a ocupação das áreas onde a propriedade privada não existia ou era usada para especulação. A reprodução de centralidades (subcentros comerciais) na segunda metade do século XX e a distribuição dos conteúdos da periferia estão distribuídos de forma tão dispersa pela metrópole que o termo “periferia”, comumente associado à localização distante das centralidades, não faz sentido prático para os moradores do Rio de Janeiro: por toda parte existem centralidades (comerciais), assim como periferias (bairros favelados). Essa é a “metrópole polinucleada” (CARLOS, 2000, p.187) que se ergue sobre os escombros do processo de urbanização resultante da industrialização-fragmentação.

Centralidade “diz respeito à constituição de lugares enquanto pontos de acumulação e atração de fluxos, centro mental e social que se define pela reunião e pelo encontro” (CARLOS, 2000, p.187). As favelas que estudo têm uma localização. Não se trata de quaisquer favelas, mas algumas específicas. E por que essas? Porque essas favelas, do ponto de vista da localização, são próximas a bairros centrais (zona sul) – centralidade importante. No plano da metrópole, a favela compõe o que é periferia. É preciso deslocar a noção de centro e periferia de uma noção espacial-locacional que aparta centro da periferia para uma noção de conteúdo. A favela está em meio a bairros centrais, mas ela não é centro. A favela é periferia reproduzida como centralidade para a acumulação neste momento ou a centralidade original absorve a periferia e se (re)produz como uma nova centralidade? No que se refere à reprodução hoje, constata-se que novos espaços de consumo estão sendo reproduzidos onde antes havia comunidades periféricas, assim como bairros elitizados são construídos em pontos distantes do Centro e mesmo da zona sul da metrópole. Em comum: a proximidade do mar, maior valor de uso da mercadoria Rio de Janeiro.

3.2. Uso e troca no espaço-mercadoria

A reprodução da sociedade inclui a reprodução do capital e da vida de modo conflituoso e articulado no espaço da metrópole. A ampliação e maior complexidade das necessidades envolvem o mundo das mercadorias que, ao extrapolar o processo produtivo como condição para sua reprodução, invade e redefine a vida, bem como o lugar de realização dos indivíduos (CARLOS, 2011a). A produção da cidade capitalista como produção de mercadorias (como valor de troca) conflita com o sentido da produção da cidade pela sociedade, que a quer como valor de uso. A racionalidade da acumulação se estende pelas teias da reprodução do espaço que, por sua vez, é produzido como condição e meio para a reprodução da vida, mas entra no circuito da troca efetivando-se como propriedade privada tendo o dinheiro como mediação. Assim, a contradição entre a produção social do espaço e a apropriação privada do espaço é fundamento da reprodução socioespacial porque

“numa sociedade fundada sobre a troca e apropriação do espaço, ele próprio produzido enquanto mercadoria liga-se, cada vez mais à forma mercadoria servindo às necessidades da acumulação através das mudanças/readaptações de usos e funções dos lugares que também se reproduzem sob a lei do reproduzível, a partir de estratégias da reprodução num determinado momento da história do capitalismo que se estende cada vez mais ao espaço global, criando novos setores de atividade como extensão das atividades produtivas. Cada vez mais o espaço, produzido enquanto mercadoria, entra no circuito da troca atraindo capitais que migram de um setor da economia para outro de modo a viabilizar a reprodução. Nesse, as possibilidades de ocupar o espaço são sempre crescentes, o que explica a emergência de uma nova lógica associada a uma nova forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação, fragmentando e tornando os espaços trocáveis a partir de operações que se realizam no mercado. Deste modo, o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reproduzível” (CARLOS, 2000, pp.06-07).

Os discursos em torno da absorção de novas áreas ao mercado imobiliário dentro do processo de reprodução do espaço evidenciam que o espaço construído, a cultura e a natureza aparecem como valores de uso para a produção de novas mercadorias, principalmente aquelas que se valem do apelo ao natural e ao verde. Escreve LEFEBVRE (2008, p.123):

“Vê-se chegar o momento em que o ar será filtrado acima das aglomerações, ao redor das cidades. De fato, ela já é um produto industrial no ‘ar condicionado’. Do mesmo modo para a luz. Cada vez mais será preciso produzir esses bens. Esse vasto fenômeno, as novas raridades, é ainda mal conhecido. Fenômenos importantes, mas superficiais (poluição, deterioração do ‘meio ambiente’ e da natureza), mascaram modificações ainda mais graves. Os ‘elementos’ perdem sua natureza”.

E acrescenta: “Os ‘elementos’, com seus envoltórios espaciais, ganham, portanto, valor (de troca e de uso). Eles entram nos circuitos das trocas: produção – repartição – distribuição. Eles integram as riquezas e, por conseguinte, dependem da economia política”

(LEFEBVRE, 2008, p.123). Não se trata de uma economia política da produção *stricto sensu*, em geral, mas uma que se ocupa do espaço como um todo, envolvendo a reprodução das relações de produção. A valorização e a acumulação de capital, “a partir de um certo ponto crítico, este resultado tende a obter-se pelo e no espaço [...] Fragmentos de espaço e atividades sociais se coordenam não sem conflito. Que ocasião, o espaço! Ele se vende e se compra. Ele estende o mundo da mercadoria” (LEFEBVRE, *mimeo*, p.19).

A forma mercadoria é unidade contraditória de duas propriedades opostas: valor de uso e valor. Toda mercadoria é formada por essas duas propriedades. Naturalmente determinado, o valor de uso é tudo aquilo que a mercadoria possui em função de sua propriedade material para satisfazer uma necessidade humana, uma carência humana. Não importa se a necessidade é orgânica ou não: a utilidade não importa. O valor de uso é uma significação, um status que a coisa tem em função de responder à utilidade dada. É valorada ou não em função disso. O que significa o trabalho humano em relação ao valor de uso? Significa o esforço concentrado de disponibilizar e potencializar essas propriedades naturais. O trabalho humano não cria; ele transforma as coisas, a matéria. Essas propriedades materiais são trabalhadas para satisfazer melhor as necessidades humanas ou para alcançar novas possibilidades de satisfação humana.

Resultado do trabalho social, o valor, por sua vez, é uma significação que consiste na sua avaliação quantitativa por meio de outras mercadorias. Toda mercadoria se apresenta como detentora de valor para ser trocada visando à autovalorização do valor. Não há mercadoria sem essa característica. Um produto destinado para não ser trocado não é uma mercadoria. As mercadorias produzidas têm, como elementos fundamentais, seu valor, ou seja, seu tempo calculado de trabalho. Seja tempo direto na produção, seja tempo pressuposto para o desenvolvimento tecnológico necessário para que certos produtos pudessem ser produzidos. O valor de troca é essa expressão de quantidade que deve ser satisfeita para que haja a troca. Marx se vale dessa gênese até chegar ao dinheiro. Evidentemente, a forma desenvolvida é a do dinheiro como circulante (substitui a forma equivalente simples pela universal). O dinheiro encobre o que se passa no mundo das mercadorias. Nesse mundo, as mercadorias são trocadas uma pelas outras continuamente, mas nos iludimos pelo fetichismo do dinheiro e acreditamos que é o equivalente geral que realiza isso. A mercadoria expressa o seu valor na forma de uma outra que foi substituída pelo dinheiro. Daí surge a forma preço. Escreve Marx:

“A oposição interna entre valor de uso e valor, oculta na mercadoria, é, portanto, representada por meio de uma oposição externa, isto é, por meio da relação de duas mercadorias, na qual uma delas, cujo valor deve ser expresso, funciona diretamente

apenas como valor de uso; a outra, ao contrário, na qual o valor é expresso, vale diretamente apenas como valor de troca. A forma simples de valor de uma mercadoria é, por conseguinte, a forma simples de manifestação da antítese entre valor de uso e valor, nela contida” (MARX, 1988a, p. 63).

Cada uma das mercadorias possui a oposição interna de valor de uso e valor, mas, quando elas se relacionam, a expressão faz com que uma projete seu valor na outra (uma informa o valor da outra, como se alguma delas não tivesse valor). Quando se torna o equivalente, o dinheiro parece não ter valor de uso, como se o valor de uso dele fosse mera expressão do valor das outras mercadorias. A mercadoria equivalente, assim, aparece como “puro valor”, enquanto a mercadoria envolvida na troca aparece como “puro valor de uso”. Ambas continuam possuindo oposição interna, mas essa oposição interna vai se expressar na oposição externa. Toda essa lógica da seção 3 do Livro I de “O Capital” tem como objetivo mostrar que, no mundo fetichista – em que as mercadorias se relacionam umas com as outras e as pessoas as obedecem –, a relação entre as pessoas é mediada pelas coisas e são as coisas conversando umas com as outras. As oposições internas se projetam em oposições externas como se o dinheiro fosse a encarnação geral do valor das mercadorias; como se o dinheiro fosse o valor e as mercadorias não tivessem valor. Assim, elas não teriam valor porque se encontram com o dinheiro, ou seja, elas não teriam valor, apenas preço. Quando se introduz a forma de equivalente geral, o valor de troca das mercadorias que se expressam em dinheiro é o fundamento da forma preço. Em outras palavras: como se as mercadorias tivessem preço porque elas são confrontadas com o dinheiro e em si elas não tivessem valor. As mercadorias são produtos e passam a ter preço no momento da troca desse produto por dinheiro.

No caso da valorização do espaço em favelas do Rio, as habitações populares produzidas ao longo dos anos pelo trabalho dos moradores aparecem como produtos produzidos fora do circuito (sem valor de troca) e, por isso, não seriam mercadorias. Sendo uma produção realizada para satisfazer a necessidade imediata do produtor – morar –, a habitação popular não seria mercadoria porque não fora produzida para ser trocada e teria apenas valor de uso. Ainda que não tivessem sido produzidas para a troca, essas habitações são resultado do trabalho da classe trabalhadora que ali reproduziu sua vida. Ainda que o valor de uso das habitações predomine, há trabalho ali embutido: valor, mas não há valor de troca. Afirma MARX (1988a, p.53):

“Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso”.

Aqui se opõem a metrópole produzida como espaço produtivo – condição para a acumulação – e como espaço improdutivo – possibilidade de viver os usos sem mediações do mercado e imposições da propriedade privada. Para CARLOS (2011a, p.99), “aqui a lei do valor cria/redefine os horizontes reais e concretos da realização da vida e redefine também o acesso ao solo urbano como uma das formas da riqueza, criando as condições segundo as quais sua própria existência ganha forma-conteúdo da mercadoria”. Quando a favela é incorporada como mercadoria ao mercado, as habitações passam a ter preço no momento em que o dinheiro lhes aparece. Não importa se o produto não for trocado, se não produziu o produto para trocar ou trata-se de uma troca eventual/casual ou até mesmo se se trata de uma troca reiterada: no momento em que um produto é confrontado com o dinheiro, o valor aparece. É possível perceber que o capital cria uma aparência de que as mercadorias seriam apenas produtos que possuem somente valor de uso – não teriam valor – e quem confere o valor aos produtos é o dinheiro, como se apenas existisse o preço. Neste momento, esse valor de troca aparece como preço: a expressão das mercadorias na forma equivalente geral. E, novamente, é como se as mercadorias não tivessem valor. A oposição interna delas é projetada na outra como se possuísem apenas valor de uso e preço, este dado pelo dinheiro e não por elas mesmas. Isso se deve à mística inventada em torno da absorção da favela pelos ritmos da vida das classes dominantes e dos turistas, não mais apenas como lugar onde a força de trabalho reside. Se o valor não existe, perde-se o fundamento de sua produção pelo trabalho! No limite, a relação é orientada exclusivamente pela oferta e procura, como se, por exemplo, a favela fosse absorvida pela reprodução hoje porque o mercado está aquecido em função dos megaeventos realizados no Rio de Janeiro. Essa é a aparência do fenômeno.

De acordo com o exposto, o preço estaria no encontro entre a demanda e a oferta no mercado. Essa é a produção da aparência: o valor está por trás do preço e escondido na forma mais simples, como se as mercadorias não fossem mercadorias, portanto, não tivessem valor, apenas valor de uso. E, fundamentalmente, como se o valor de troca não existisse e apenas o preço. MARX (1988a, p.93) escreve que “a mercadoria é realmente valor de uso, a sua existência como valor aparece apenas idealmente no preço, que a relaciona com o ouro [o equivalente geral, no caso, o dinheiro]”. Essa aparência é uma fantasmagoria: o visível é produzido como uma forma distorcida do invisível. O invisível é a oposição interna que toda mercadoria tem entre valor de uso e valor. Ao se expressar como valor de troca, mostra como a oposição interna se expressa em uma oposição externa (valor de uso e valor de troca) e, finalmente, chega à forma dinheiro, onde o valor se esconde. Isso é gerado pelo próprio movimento das coisas.

A mercadoria na forma relativa é aquela que será trocada, produzida para ser trocada e não consumida pelo seu próprio produtor. A mercadoria é não-valor de uso para o produtor e valor de uso para outros. Para o produtor, a mercadoria é simplesmente valor de troca. O produtor projeta esse valor da mercadoria nos valores de uso que deseja adquirir, trocando a mercadoria que ele produziu por outras (por dinheiro, por exemplo). As mercadorias estão em posições diferentes, assim como as pessoas. Quem produz uma mercadoria para trocar pelas mercadorias de outros produtores está na posição de quem quer trocar e não consumir a própria mercadoria e, para esse produtor, os outros estão na posição de compradores ou de possuidores das mercadorias que o produtor quer. MARX (1988a, p.49) assevera que

“uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, com seu produto, satisfaz a própria necessidade gera valor de uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor de uso, mas produzi-lo para outros, dar origem a valor de uso social. [...] O produto, para se tornar mercadoria, tem de ser transferido a quem vai servir como valor de uso por meio de troca. Finalmente, nenhuma coisa pode ser valor se não é objeto útil. Se não é útil, tampouco o será o trabalho nela contido, o qual não conta como trabalho e, por isso, não cria nenhum valor”.

As mercadorias aparecem como valores de uso quando se defrontam, mas, na realidade, o valor de uma mercadoria se expressa no valor das outras e, assim, tem-se o valor de troca. O valor da mercadoria do produtor aparece nessa relação projetando-se no valor de outra mercadoria. Quando essa outra mercadoria é o equivalente geral (dinheiro), ainda assim existe valor. As duas mercadorias continuam sendo unidades de oposições internas entre valor de uso e valor. A forma equivalente expressa o valor criando um valor de troca com todas as outras mercadorias. Quando a forma equivalente é introduzida, parece que o valor de todas as mercadorias só existe expressado no valor dela e, portanto, parece que há algo nela, no valor de uso da mercadoria que, mesmo sendo equivalente, não deixa de ter valor de uso (não deixa de ter uma qualidade intrínseca). Parece que se trata de uma qualidade específica que responde por ela ter se tornado um equivalente. Está aí o fetiche: no valor de uso dessa mercadoria já parece estar incorporado o sentido de valor de troca ou equivalente do valor de todas as outras mercadorias. Assim, “uma mercadoria não parece tornar-se dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, parecem todas expressar seus valores nela porque ela é dinheiro” (MARX, 1988a, p.84). Não existe mercadoria sem a oposição interna e a tensão entre valor de uso e valor de troca, pois, na falta de um, não se pode falar em mercadoria. O valor de uso se realiza para as pessoas sem troca por meio da relação direta entre a coisa e a pessoa, enquanto o valor só se realiza através da troca, isto é, por meio de um processo social, da circulação.

O que permite a troca? Para Marx, valores de uso são incomensuráveis em função de sua ligação com as propriedades singulares das coisas. O que permite é o que há em comum entre duas mercadorias distintas: são produtos do trabalho. O valor de troca está em oposição ao valor de uso porque ele não se pauta em nenhuma circunstância pelo valor de uso. São duas propriedades antagônicas no mesmo objeto e compõem a forma mercadoria. O valor de troca não se pauta pelo valor de uso e este não se pauta por aquele. Não se comunicam, mas coexistem e têm naturezas opostas porque o valor de troca é absolutamente quantitativo. O valor de uso expressa qualidade. O mesmo vale para os trabalhos envolvidos nisso. O trabalho que produz valor de uso é o trabalho de um indivíduo ou mais particulares visando um fim: o valor de uso de um objeto. Assim é o trabalho do alfaiate, por exemplo: um trabalho concreto porque não desliga todas as particularidades da atividade necessária para a produção do valor de uso “casaco”. O trabalho, do ponto de vista do valor de troca, é o oposto do trabalho concreto: trabalho abstrato. A questão do que permite realizar a troca tem a ver com algo igual: o fato de ser produto do trabalho, mas não enquanto trabalho concreto, útil. O tempo necessário para a produção das mercadorias produzidas é o que está em questão. A medição só é possível na medida em que há uma abstração de toda a concretude de todos os trabalhos concretos e de todos os produtos no seu aspecto de valor de uso. Só assim seria possível medir o trabalho pelo tempo médio social necessário para a produção da mercadoria em questão. O que determina a grandeza envolvida no valor de troca é a grandeza do trabalho humano abstrato. O que vem a ser isso? O mero dispêndio de força de trabalho gasto, produtivo, do cérebro, músculos e nervos (uma gelatina de trabalho humano, cf. MARX, 1988a). Essa é a representação possível do trabalho humano abstrato e compõe a essência da mercadoria: o valor.

A mercadoria pertence a uma divisão social do trabalho. Ela cada vez mais se particulariza, se socializa pela troca, mas, ao mesmo tempo, no momento em que é produzida, a mercadoria tem um valor contido em si que só poderá se expressar como valor de troca. A condição de sociabilidade (relações sociais de troca) é a das próprias mercadorias, ou seja, sua permutabilidade. A capacidade de troca delas está garantida pelo fato de que todas as mercadorias são expressão do trabalho abstrato, que lhes permite ser universalmente permutáveis. Elas estão em igualação enquanto produtos de trabalho abstrato humano e isso lhes permite a sociabilidade. No ato da produção, essa sociabilidade virtual ainda não é determinante. Há um processo crescente de diferenciação e a condição da especialização é a dependência dos produtores em relação ao mercado, onde encontrarão os valores de uso de que precisam e não produziram. Dessa forma, “o fato de um valor de uso aparecer como

matéria-prima, meio de trabalho ou produto, depende totalmente de sua função determinada no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, e com a mudança dessa posição variam essas determinações” (MARX, 1988a, p.145). Se os produtores não puderem igualar seu produto com as demais mercadorias, não conseguirão diferenciar seus produtos na divisão do trabalho (se não puder igualar, não pode diferenciar). Se o produtor produziu algo que ninguém quer comprar não obterá as mercadorias detentoras de valor de uso de que precisa. Se sua mercadoria não é igualável, simplesmente não será produzida.

A diferenciação de sua mercadoria pressupõe **igualação** e esta pressupõe **diferenciação**. Quanto mais o produtor acredita que igualará suas mercadorias no mercado, mais o produtor se especializará. Quanto mais se especializa, mais o produtor necessita da igualação. O mercado é o espaço da igualação dos trabalhos abstratos. Ao mesmo tempo, preside a diferenciação dos trabalhos concretos. A diferença pressupõe a igualdade e vice-versa. A igualdade acontece em função da diferença. Quanto mais as coisas se diferenciam, mais se reforçam os laços de mercado e uma mútua dependência. Igualdade e diferença são condições mútuas. MARX (1988a, pp.79-80) escreve que:

“As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar. [...] Para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. [...]

O que distingue sobretudo o possuidor de mercadoria desta última é que para ela cada outro corpo de mercadoria conta apenas como forma de manifestação de seu próprio valor. Igualitária e cínica nata, a mercadoria está sempre disposta a trocar não só a alma, como também o corpo, com qualquer outra mercadoria. [...] Sua mercadoria [a do produtor] não tem para ele nenhum valor de uso direto. Do contrário, não a levaria ao mercado. Ela tem valor de uso para outros. Para ele, ela tem diretamente apenas valor de uso de ser valor de uso para outros. Para ele, ela tem diretamente apenas valor de uso de ser portadora do valor de troca e, portanto, meio de troca”.

A troca de mercadorias está inserida no mundo do capitalismo e, nesse mundo, valor não é uma propriedade física das coisas. Valor é uma relação social, uma forma de sociabilidade. Um objeto não tem intrinsecamente uma forma de sociabilidade ao menos que o objeto como mercadoria seja o portador das relações sociais, presidindo a sociabilidade dos produtores de duas mercadorias que serão trocadas entre si. Justamente porque a relação entre dois produtores é feita por meio de seus produtos que há algo aparentemente intrínseco a cada produto, ao valor de uso de cada produto. Isso é resultado do fetiche. Como o valor de uso é o intermediário/meio, ele serve como mediação para as relações sociais. Aparentemente, a

permutabilidade é intrínseca ao valor de uso de um objeto, como se tudo pudesse ser trocado em função da utilidade que possui. Mais: como se tudo pudesse ser apropriado privadamente por outros tendo como mediação o dinheiro, que tudo compra. Esse tipo de reviravolta se manifesta hoje em lugares onde a precariedade é um traço historicamente visível e sentido na prática. Em determinadas favelas, a “estetização da pobreza” (cf. FREIRE-MEDEIROS, 2007) justifica a entrada de turistas para consumo do espaço; em outras, a favela eventualmente possui uma vista deslumbrante para as praias do Rio e, em torno disso, todo um circuito é articulado, incluindo a compra e venda das habitações populares.

Na verdade, essa permutabilidade depende das relações sociais que se travam por meio da troca entre as mercadorias. Se os objetos fossem feitos para não ser trocados, mas usados pelos produtores, não haveria nada que lhes garantisse a permutabilidade? Em si, o valor de uso não tem uma permutabilidade intrínseca. Já o valor é uma relação social de troca de coisas. Se a favela é valorizada hoje, significa que: 1) ela foi produzida dentro do processo de valorização do espaço promovido pela industrialização; 2) ela tem valor porque foi produzida pelo trabalho social (darei sequência a esse argumento no próximo subcapítulo, sobre a valorização do espaço).

O fetiche naturalizou a ilusão de que a sociabilidade desaparece na troca das coisas e parece que estamos trocando os objetos por causa deles mesmos e não em função de nossas necessidades. O fetiche é a unidade de valor de troca e valor de uso na forma social. Não está apenas no valor de uso ou apenas no valor de troca, mas na unidade entre eles. Uma mercadoria é mercadoria porque se trata de um corpo distinto de qualquer outro, mas, ao mesmo tempo, tem essa “alma” que lhe permite ser trocada por qualquer outra enquanto mercadoria. Por que isso é uma “alma”? Qual é a essência que distingue uma mercadoria de uma não-mercadoria? A mercadoria é permutável, possui trabalho abstrato contido em si, tem valor. Seu corpo é o valor de uso e sua alma é o valor de troca, a expressão do valor. Percebe-se o fetiche pelo fato de a permutabilidade aparecer como propriedade da coisa em si. É necessário que haja o valor e, ao mesmo tempo, esse trabalho abstrato se confunde com o valor de uso. A mercadoria usada como equivalente geral (o dinheiro) tem valor de uso (um corpo) e é o receptáculo da alma de todas as outras mercadorias. O fetiche do dinheiro explica o fato de que o corpo de uma mercadoria especial parece expressar a “alma geral” no mundo das mercadorias quando, na verdade, essa “alma geral” escolhe aquele corpo para se expressar. Parece ser o contrário, ou seja, uma qualidade intrínseca aquele corpo que o determina como sendo corpo da expressão. É uma relação social de todas as mercadorias que escolhe aquele corpo como sendo a sua forma. No momento em que escolhe – se ela se

expressa em todas –, na prática parece ser o corpo porque aquela mercadoria (expressão de todas as outras) tem valor de uso (corpo). Essa sistematização se encontra ao final do capítulo 2 do Livro I de “O Capital” e esclarece o fetiche do dinheiro. Marx deduz o dinheiro a partir da mercadoria e deduz o fetiche do dinheiro a partir do fetiche da mercadoria. Assim, “o enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante” (MARX, 1988a, p.85).

Há uma confusão comum que faz pensar que o valor de uso cria valor de troca e que, portanto, o valor de troca aumenta ou diminui conforme o valor de uso. Essa abordagem vem da economia política burguesa, que toma as coisas como elas aparentam ser. Marx lembra no Livro III de “O Capital” que toda ciência seria supérflua se a natureza das coisas correspondesse a sua aparência. Essa colocação desqualifica a abordagem que afirma que o valor de troca das mercadorias vem do seu valor de uso. Muitas vezes, o capitalismo explora os valores de uso criando “valores de uso de fantasia” para servir como lastro, como suporte “material” para precificações que nada tem a ver com o valor. Marx dá o exemplo do vinho, retomado por HARVEY (2005). Podemos pensar a valorização de favelas no Rio sob esse prisma.

O trabalho de produção do vinho é igual em um vinho cuja garrafa custa R\$50,00 e em um vinho de R\$5.000,00. É o mesmo trabalho: plantar as uvas, regá-las, cuidar, protegê-las de pragas, colhê-las, amassá-las, deixá-las fermentar. Por que um vinho custa R\$50,00 e outro R\$5.000,00? De onde vem essa distinção? É fantasia? Em parte. Parcialmente, há uma diferença. Um conhecedor distingue vários gostos e retrogostos. Há algo no valor de uso que é qualitativamente diferente e, a partir dessa qualidade, desse valor de uso, o preço oscila. O preço oscila sobre determinações outras. Os valores de um vinho de R\$50,00 ou o de um vinho de R\$5.000,00 são iguais. O valor é o mesmo porque a quantidade de trabalho socialmente necessária para produzir esses vinhos é a mesma. O que provoca a variação no preço? É o *terroir*, ou seja, o vinho de R\$5.000,00 tem esses vários gostos porque o terreno tem uma certa química melhor, a área é exposta ao sol durante certa época do ano, houve pouca chuva e a fruta concentrou mais açúcar, etc.

O terreno muda de preço se for destinado ao cultivo de vinho. Se for usado para construção de uma casa na cidade, por exemplo, pode ser que esse terreno excelente para plantar vinho seja péssimo para construção porque não tem insolação ou há pouco vento. São utilidades diferentes para as mesmas qualidades. As garrafas de vinho do exemplo possuem o mesmo valor, mas preços diferentes do mesmo valor. Há coisas que sequer têm valor, como a “vista para o mar” que as favelas aqui estudadas possuem ou mesmo a terra onde elas se

assentam. Alguém constrói uma casa na praia e essa casa tem vista para o mar no terreno comprado. Outra pessoa constrói sua casa em outro terreno a 2 km da praia e sem vista para o mar. Os terrenos litorâneos mais distantes do mar são mais baratos do que os que ficam defronte à água. Quem está perto da praia quer ficar próximo ao mar. Quem produziu o “perto do mar”? A questão guarda um sentido demiúrgico. Não tem valor. A vista para o mar, a distância ou a proximidade do mar não tem valor nenhum porque não há trabalho embutido nisso, mas terá preço. Como podemos entender que algo tem preço diferente do valor e algo tem preço quando sequer tem valor? O ar puro, a mata virgem, os gramados naturais, o solo: tudo isso tem preço, mas não tem valor. Se acomodarem o ar em garrafas para sua venda ou se produzirem infraestrutura urbana para um terreno abrigar uma casa ou edifício, essas mercadorias passam a ter valor dentro de um mercado. A reunião dessas qualidades em outro exemplo: alguém que compra uma casa de campo longe da metrópole para respirar ar limpo/puro paga mais caro por essa mercadoria. Na produção da cidade, a natureza adquire a condição de matéria-prima.

O trabalho não é a única fonte de valor de uso no processo de produção da riqueza material. Assim também o é a natureza. Ao produzir, o ser humano atua como a natureza, ou seja, muda as formas das matérias. O trabalho não é a única fonte dos valores de uso; a natureza também e essa é uma distinção importante. Apesar de o trabalho produzir valor de uso, não há uma relação única, mas uma relação entre ser humano e natureza. Esse era um dos erros apontados por MARX (2012, p.23) no Programa de Gotha, que começa criticando:

“O trabalho é a fonte de toda riqueza e toda cultura, e como o trabalho útil só é possível na sociedade e por meio da sociedade, o fruto do trabalho pertence inteiramente, com igual direito, a todos os membros da sociedade’.
[...] O trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!), tanto quanto o é o trabalho, que é apenas a exterioridade de uma força natural, da força de trabalho humana”.

O valor de troca, então, é uma realidade puramente social. Somente o trabalho é fonte de valor de troca. Sendo uma realidade social, o valor tem como fonte o trabalho, mas o valor de uso também tem como fonte a natureza. Quando Marx diz que existe uma determinação quantitativa no valor de uso, ou seja, na qualidade, isso tem a ver com o trabalho relacionado à natureza. Quando diz que há uma determinação qualitativa na quantidade, no valor de troca – o valor será variação quantitativa de uma qualidade única, homogênea: o tempo de trabalho –, trata-se de uma realidade social porque socialmente é possível calcular o tempo necessário para produzir uma mercadoria.

Marx diz que o preço²⁵ apenas acidentalmente coincide com o valor da mercadoria. Muitas vezes, o preço vale mais ou menos do que o valor da mercadoria e a correspondência entre preço e valor é uma coincidência:

“O preço é a denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria. Por isso, a equivalência da mercadoria e do quantum de dinheiro, cuja denominação é o preço dela, é uma tautologia, como a expressão relativa de valor de uma mercadoria por si é sempre expressão da equivalência de duas mercadorias. [...] A grandeza de valor da mercadoria expressa uma relação necessária imanente a seu processo de formação com o tempo de trabalho social. Com a transformação da grandeza de valor em preço, essa relação necessária aparece como relação de troca de uma mercadoria com a mercadoria monetária, que existe fora dela.

[...]

A forma preço, porém, não só admite a possibilidade de incongruência quantitativa entre grandeza de valor e preço, isto é, entre a grandeza de valor e sua própria expressão monetária, mas pode encerrar uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixa de todo de ser expressão do valor, embora dinheiro seja apenas a forma valor das mercadorias. [...] uma coisa pode, formalmente, ter um preço sem ter um valor. A expressão de preço torna-se aqui imaginária, como certas grandezas.” (MARX, 1988a, pp.91-92).

A troca só é possível por causa da abstração que achata todos os trabalhos concretos envolvidos em mero dispêndio de força de trabalho medido pelo tempo. Quando trocamos mercadorias, apenas trocamos o tempo de trabalho necessário para a produção das mercadorias (trocamos tempo por tempo). Não se trata do tempo do relógio, mas de um tempo quantificável, um tempo especializado, um tempo que já se tornou coisa que pode ser repartida. Não se refere a um tempo exatamente como duração absoluta. É possível experimentar o tempo com durações diferentes (um minuto que parece durar 1 hora e 1 hora que parece durar 1 minuto). Essa experiência cotidiana com o tempo é absolutamente anulada pois o tempo se torna ele mesmo objetivo porque coisificado e, nesse sentido, quantificável. Essa quantificação temporal só é possível pela redução de toda concretude ao elemento comum como substância constitutiva do valor. O valor é a essência ou ao menos uma das determinações essenciais da forma mercadoria enquanto resultado de uma cristalização, dessa objetivação da substância chamada trabalho abstrato:

“Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho,

²⁵ Marx está preocupado no início do Livro I de “O Capital” com o estabelecimento das médias para entender, a partir do Livro III, como se dão os desvios. Ao final da seção III do capítulo 1, Marx diz que preço é a expressão do valor de troca de qualquer mercadoria em ouro (a mercadoria usada como equivalente geral). No Livro III, ele mostra as formas variantes de preço e como uma mercadoria de 10 passa a custar 30. Marx explica esse fato, mas para entender o desvio, antes é necessário entender como acontece a forma social.

desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato.

Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força do trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores – valores mercantis.

Na própria relação de troca das mercadorias, seu valor de troca apareceu-nos como algo totalmente independente de seu valor de uso. Abstraindo-se agora, *realmente*, o valor de uso dos produtos do trabalho, obtém-se seu valor total como há pouco ele foi definido. O que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor. O prosseguimento da investigação nos trará de volta ao valor de troca, como a maneira necessária de expressão ou forma de manifestação do valor, o qual deve ser, por agora, considerado independente dessa forma” (MARX, 1988a, p.47). [grifo meu]

Se o valor é essência, o valor de troca é a expressão fenomênica do valor, a forma de expressão como forma do valor, como ela aparece no corpo da outra. A forma pela qual o valor se manifesta na relação entre as mercadorias é índice dessa essência e na forma simples do valor temos a equação: x de vinho = y de casaco (uma mercadoria se torna expressão do valor da outra). O fundamento do fetichismo é essa substância que se essencializa com o valor (“objetividade fantasmagórica”, de acordo com Marx). Em última instância, valor é trabalho humano abstrato que se condensou e é aquilo igual em todas as mercadorias, mas com grandezas diferentes. Cada mercadoria participa de modo diferente, em termos quantitativos, da essência comum a todas elas (trabalho abstrato). O trabalho abstrato, para Marx, é mais fundamental que o próprio valor porque o trabalho abstrato é a substância que constitui a essência do valor. O trabalho constitui o valor.

Marx está extraindo as consequências da economia política burguesa, mas dá um passo a mais: se a teoria burguesa estabelece que os produtos do trabalho são trocados por equivalentes, essa equivalência só é possível porque há uma igualdade. Dizia que os valores de uso são incomensuráveis porque são absolutamente qualitativos/concretos e porque não há nada em comum com outra mercadoria. Os valores de troca são quantitativos, mas só podem ter expressões quantitativas na mesma base de um igual (devem ter qualidade também). A quantificação só é possível na base de uma uniformização, dada com trabalho humano abstrato, de forma que as grandezas variam conforme o tempo de trabalho. Aliás, valores de troca também se baseiam em qualidade, mas em uma única (no trabalho, mero dispêndio de sangue, nervos, músculos, cérebro, etc), uma gelatina que se cristaliza nas coisas, fundamenta essas coisas como mercadorias e, no entanto, são absolutamente impossíveis de serem vistas e

apenas se manifestam quando há troca. Daí a contradição: o valor de uso da mercadoria se torna expressão do valor da outra, ou seja, algo absolutamente qualitativo se torna expressão de algo absolutamente quantitativo na outra mercadoria porque tem o igual. O trabalho abstrato seria uma maneira de interpretar e efetivar a troca: toda a atividade intelectual dos produtores que torna inteligível o ato de troca como troca de equivalentes. Significa que os agentes generalizaram todos os seus produtos e de algum modo quantificam, calculam esses produtos em função do tempo de trabalho. Se levar em conta apenas o tempo, abstraio tudo o que é qualitativo para manter apenas o dispêndio. Uma mercadoria, para ser produzida, necessita de outras como meios de produção e a cada vez os agentes sociais estão fazendo esse cálculo.

O cálculo ganha uma forma objetiva porque já ocorreu uma abstração objetiva; ela não é mais subjetiva. Como ela passou para a mercadoria, o próprio objeto está pressupondo uma abstração de todos os trabalhos. Mesmo que os agentes tenham realizado um cálculo subjetivo e exato do tempo de trabalho, esse cálculo passa a depender do que a coisa diz de si mesma tão logo entre no processo produtivo de longo alcance. No desenvolvimento das relações de troca, a abstração cognitiva passa então a ser uma abstração real, que organiza os dados cognitivos dos produtores. Tudo como se o valor de troca fosse uma linguagem que comunica os produtores sem que precisem gastar o verbo (o dinheiro o fará com máxima eficiência). A expressão “objetividade fantasmagórica” indica já por si mesma que a abstração se dá no nível do objeto e não do sujeito, que é irrelevante nas suas capacidades para esse tipo de operação. Está no nível do objeto e não no nível subjetivo, de uma representação como condição de inteligibilidade. Esta tem, no máximo, papel marginal cada vez mais condicionado pela abstração real. Por isso, Marx diz que se abstrai “realmente”. É em outro texto que isso ganha uma expressão mais forte. Marx está pensando em uma abstração ontológica, que existe e não é algo que os agentes apenas ajudam nas suas operações de troca:

“para medir os valores de troca das mercadorias e o tempo de trabalho contido nelas, os diversos trabalhos devem estar reduzidos a trabalhos sem diferença, uniformes, simples. Em suma, a trabalho que é qualitativamente o mesmo e, por isso, se diferencia apenas quantitativamente. Essa redução aparece como abstração, mas uma abstração que é situada diariamente no processo social de produção. A resolução de todas as mercadorias em tempo de trabalho não é uma abstração maior nem tampouco menos real do que a de todos os corpos orgânicos. O trabalho que é medido desta maneira, isto é, tem um tempo, parece não com o trabalho de diferentes sujeitos, mas, ao contrário, os indivíduos diversos que trabalham aparecem como meros órgãos de trabalho. Ou seja, o trabalho, tal como se apresenta em valores de troca, poderia expressar-se como um trabalho humano geral. Essa abstração do trabalho humano geral existe. Um trabalho médio que qualquer indivíduo médio numa sociedade dada pode executar. Um gasto produtivo de determinados músculos, nervos, cérebro, etc” (MARX, 1982, pp.143-144).

Marx quer dar ênfase ao caráter ontológico dessa abstração, como se isso fosse possível. Como se a realidade pensasse, como nota o professor Ruy FAUSTO (1993). É como se tivéssemos uma ordem do ser que é sujeito, que é pensamento. Sob esse ponto de vista, Marx realiza toda a pretensão do idealismo: a identidade entre ser e pensar. Há um ser que pensa e opera uma abstração do seu próprio ser. Não se trata apenas de tomar todos os trabalhos úteis, concretos, como mero trabalho na forma do dispêndio fisiológico, em sentido biológico.

A troca pode ser igual ou desigual. A valorização pressupõe uma certa desigualdade como elemento fundamental para seu processo se realizar. O que é espoliado no processo de autovalorização do capital é preocupação de Marx. Todos os trabalhos qualitativamente diferentes serão analisados e avaliados a partir de um princípio geral: quanto valor é capaz de produzir, independente do que o trabalhador faça, do que ele produza, qual serviço é garantido. A questão fundamental que organiza a vida econômica é: como é possível esse produto, ao ser produzido, produzir alguma valorização?

“A mercadoria é valor de uso: trigo, linho, diamante, máquina, etc., mas como mercadoria ela não é, ao mesmo tempo, valor de uso. Fosse ela valor de uso para seu possuidor, isto é, fosse ela imediatamente meio para a satisfação de suas próprias necessidades, não seria mercadoria [...] Toda mercadoria deve obter sua existência como valor de troca através de alienação de seu valor de uso, isto é, de sua existência originária” (MARX, 1982, p.40).

Consumo significa redução do objeto a uma função utilitária. Há uma relação unidimensional com o objeto. Uso significa relacionar o objeto a uma função longe de ser ligada à valorização, utilitária, mas pode-se investir na sua própria singularidade do objeto, constitui-lo na sua própria singularidade, que não circula. Consumo só poderá significar uma conformação instrumental de tal ordem guiando a relação sujeito-objeto que qualquer possibilidade de reconhecimento do objeto, da singularidade dos sujeitos consumidores e produtores, estaria bloqueada, pois o consumo sempre será direcionado a um valor imaterial que só se realiza quando o sujeito é capaz de passar por e anular todas as determinações singulares (AGAMBEN, 2005).

Mercadoria não é apenas um produto que se possa trocar. Ela é um produto produzido para permitir que o dinheiro aplicado na sua produção possa se transformar em uma quantidade maior de dinheiro. Há produção de riqueza quando a mercadoria circula e, nessa circulação, mais dinheiro é conseguido além daquele investido inicialmente. Há um processo de valorização quando se vende uma mercadoria por um preço maior do que o custo de sua produção.

A mercadoria é um momento do processo de valorização. O que o capitalismo de fato faz é generalizar a forma mercadoria: tudo pode ser mercadoria. Ele consegue realizar isso porque a própria fonte produtora das mercadorias é ela própria uma mercadoria: a força de trabalho. Em função disso, surge a possibilidade de criar mais-valia.

3.3. Valorização do espaço ou *gentrification* na favela?

Para Marx, a mercadorização é o destino de toda e qualquer produção social no capitalismo. A sua função social é, antes de mais nada, a possibilidade de valorização econômica. A produção do espaço como mercadoria e estratégia para a autoprodução do valor é o processo que explica a submissão de atributos espaciais à lógica do mercado. No Caderno I dos “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, MARX (2006) aborda o problema da propriedade fundiária e insiste que há um processo pelo qual essa propriedade se submete ao capital. Essa submissão é importante porque a propriedade fundiária tem na sua estrutura uma espécie de mística. Tal mística inscreve/insere sujeitos em uma certa identidade específica: o proprietário daquela terra adapta-se àquela área que, de uma certa maneira, tem uma qualidade que lhe é própria, que não é mera quantidade, não é algo que se possa trocar imediatamente. A terra vai cristalizando narrativas, histórias, relações sociais. O proprietário se *apropria* da terra e cria laços de pertencimento. O capitalismo se impõe quando a propriedade fundiária perde a sua especificidade e se torna homogênea. Ela a perde quando se torna simplesmente um ativo no processo de autovalorização do capital. Toda propriedade fundiária tornou-se um ativo de rentabilização, antes de mais nada. Esse processo através do qual o enraizamento comunitário vai sendo destruído pela transformação da função da propriedade fundiária é imanente ao capitalismo. Para Marx, por mais brutal que possa parecer, isso tem um lado positivo, numa perspectiva revolucionária: os sujeitos perdem a sua crença no enraizamento imanente com a terra, deixando de ser os sujeitos desse lugar.

MARX (2006) descreve esse processo através do qual o capital, cujo processo de valorização é a produção efetiva da riqueza nas sociedades capitalistas, se sobrepõe à propriedade fundiária transformando-a em uma mercadoria. Um processo pelo qual o capital vai aos poucos submetendo tanto o trabalho quanto a propriedade fundiária. Ele submete a propriedade fundiária no sentido de “a terra como terra, a renda da terra como renda da terra perderam sua qualidade social distintiva, e converteram-se em capital e juro que nada dizem, ou antes, que apenas sugam dinheiro” (p.94). Dentro desse processo em que a propriedade

fundiária é deslocada na sua centralidade no processo econômico em prol da burguesia, há uma modificação social importante que é a terra não ser mais a fonte da riqueza. A terra é a expressão do capital acumulado.

A urbanização arrancou a terra do domínio da propriedade fundiária tradicional. Homogeneizou o espaço e o fragmentou, produziu pedaços de espaço que se podem mobilizar no mercado. A mobilização do espaço se estende ao espaço inteiro (LEFEBVRE, 2008). O espaço urbano produzido como mercadoria se expressa em um valor de troca, ainda que o preço não coincida com o valor do espaço, diferentemente da terra, que não tem valor. O espaço urbano não é mero reflexo dos processos de acumulação e reprodução de classe, mas estratégico para a reprodução do capital hoje. Produto do trabalho social e detentor de valor, o espaço como mercadoria entra no circuito como um produto especial. Na sociedade capitalista, o valor assume uma posição fundamental para a reprodução: além de manter sua existência real como valor, transforma-se em capital. O valor que se transforma em capital circula de modo diferente. Certamente, o valor embutido nas habitações populares na favela não é capital, ainda que constitua condição para a reprodução da força de trabalho em termos práticos. Capital é o valor que se metamorfoseia em um processo produtivo, adquirindo formas distintas de acordo com o momento na produção (dinheiro, mercadoria ou processo de trabalho, por exemplo). O capital alcança o final do processo produtivo valorizando-se, produzindo mais-valia.

No capítulo VI do Livro I de “O Capital”, Marx reflete sobre o problema da origem da valorização do valor, de que modo o valor se valoriza e como a força de trabalho cria mais-valia para o capitalista. O trabalho social produz valor; é necessário saber como, a partir de um valor (capital), surge um novo valor. É importante entender também como as forças produtivas se reconfiguram espacialmente de modo a permitir a acumulação de capital. A urbanização produzida a partir da industrialização – e que a superou no seu processo de constituição – reestruturou o processo produtivo e mudou a posição de centralidades e do que era considerado periférico. A localização é um atributo do espaço fundamental para a sua reprodução como mercadoria. No Rio de Janeiro, a fragmentação espacial por meio de loteamentos na primeira metade do século XX acompanhou uma lógica de distribuição das indústrias pela metrópole acompanhando o sistema de transportes públicos. Do ponto de vista do capital, as melhores localizações eram aquelas referentes à proximidade dos eixos de transportes para recepção de matérias-primas, escoamento da produção e, fundamentalmente, a proximidade com os lugares da reprodução da vida dos trabalhadores. Os salários baixos não permitiam aos trabalhadores mais pobres a possibilidade de pagamento dos custos diários

de transportes, extremamente caros, particularmente antes da eletrificação. ROCHA (1995) afirma que, inclusive, era muito comum haver massas de trabalhadores se deslocando pela cidade todos os dias por grandes extensões devido à falta de dinheiro para a condução. Fato é que a favelização aparece como uma forma brutal de redução dos custos da reprodução da vida da classe trabalhadora em função de sua localização contígua ao espaço do trabalho, dentre outras vantagens.

A produção do espaço urbano do Rio de Janeiro durante a industrialização se deu a partir de uma divisão social do trabalho que distribuiu as forças produtivas para permitir uma fluidez quanto à produção, à circulação, ao consumo por meio da integração dos lugares numa lógica produtiva. Essa divisão social do trabalho, que integra diferentes espaços considerando a lógica produtiva e os diferentes elementos que formam o capital, produz uma hierarquização espacial e uma integração espacial entre os fragmentos que compõem o todo da metrópole. Antes de avançar sobre a valorização do espaço é preciso construir uma fundamentação maior dentro da crítica da economia política. Minha intenção é demonstrar como a favelização aparece como estratégia importante para a reprodução do capital no século XX e sua posição hoje dentro de um processo de valorização.

Sobre a mais-valia, a explicação de Marx demonstra como o trabalho dos trabalhadores contratados produz um valor superior ao valor que foi entregue pelos capitalistas na forma de salário como pagamento pela força de trabalho. A mais-valia é o valor produzido pelo trabalhador além do valor de sua própria força de trabalho. É o descompasso entre o processo de produção e o que se paga pela força de trabalho, e entre o processo de circulação de mercadorias e o tipo de valor que a força de trabalho é capaz de produzir. Em outras palavras, um processo fundamental de produção de uma diferença entre aquilo que é pago enquanto condições de produção e aquilo que é efetivamente produzido enquanto possibilidade de circulação. A composição do lucro do capitalista se aproveita da mais-valia apropriada como parte da riqueza social, do excedente produzido pelos trabalhadores. O lucro é a aparência da mais-valia, como ela se manifesta, mas não se explica a produção da mais-valia apenas observando o tamanho do valor que se encontra representado no lucro. Marx não explicava o lucro do capitalista apenas como uma transferência de valor incorporado a uma mercadoria e trocado em seguida; interessava-se em compreender a produção de um excedente econômico embutido desde a produção. Essa forma de relação é possível em função da propriedade privada dos meios de produção.

Excluídos os trabalhadores do controle da propriedade, os capitalistas submetem a força de trabalho e a compram como mercadoria em troca de um salário para sua reprodução,

que deverá custear alimentação, habitação, vestuário, transportes e demais custos dos trabalhadores. O produto do trabalho dos trabalhadores é, então, propriedade privada de quem pagou pelo uso de sua força de trabalho, de quem trocou o produto por um salário que perpetua o trabalhador em sua condição de pobreza porque tem a função básica de permitir a autoconservação da mão-de-obra. O salário é marcado por uma experiência de pobreza e, quanto maior a produção, maior a experiência de pobreza porque maior será o desenvolvimento das necessidades, sendo que o desenvolvimento exponencial da produção não é acompanhado pelo desenvolvimento dos salários. A distinção entre aquilo que aparece como universo de necessidades e aquilo que os trabalhadores são capazes de realizar aumenta com o desenvolvimento da riqueza social, que permite a Marx lembrar que o salário é uma forma de espoliação mesmo quando cresce. Essa crítica exige uma teoria da justiça social ligada à reflexão sobre as causas da desigualdade e da miséria dos trabalhadores. Essa crítica ilumina o descompasso entre o processo de produção e o que é pago por ele.

Do ponto de vista da circulação do capital, a força de trabalho tem caráter ambíguo: faz parte do capital circulante se seu valor circula. Além disso, confunde-se com matérias-primas, energia e todas as outras partes do capital constante que transferem o valor para o produto, ao contrário das instalações, máquinas e outras partes – o capital fixo –, que transferem o valor para o produto aos poucos. Com isso, dá-se a ocultação da origem da mais-valia porque a força de trabalho não aparece como uma forma do capital na esfera da produção, mas conforme ela se dá na esfera da circulação. A força de trabalho é aquilo que Marx chama de capital variável. A oposição fundamental é entre capital constante e capital variável. O ponto fundamental do Livro I está na relação entre capital e força de trabalho, no modo como esta trabalha para aquele. Para Marx,

“como o acréscimo de novo valor ao objeto de trabalho e a conservação dos valores antigos no produto são dois resultados totalmente diferentes que o trabalhador alcança ao mesmo tempo, embora trabalhe uma só vez durante esse tempo, essa dualidade do resultado só pode explicar-se, evidentemente, pela dualidade de seu próprio trabalho. No mesmo instante, o trabalho, em uma condição tem de gerar valor e em outra condição deve conservar ou transferir valor” (MARX, 1988a, p.157).

A força de trabalho, como qualquer mercadoria, tem valor de uso e valor. O valor da força de trabalho é aquilo que ela precisa receber para conservar a sua capacidade de trabalhar, para se reproduzir (equivale ao pagamento mediante salário, por exemplo, estabelecido no mercado de trabalho). O valor que a força de trabalho produz para o capitalista é outro. De onde surge essa variação no valor do produto? Aparece no momento em que a força de trabalho é posta para ser usada/consumida. O capitalista consome a força de

trabalho como qualquer mercadoria: o trabalho (a capacidade de trabalho) é o valor de uso da mercadoria força de trabalho. O vendedor da força de trabalho realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. O trabalho se reduziu à condição para o processo de valorização do capital.

Ao consumir a força de trabalho, o trabalhador produz novo valor transferindo para um produto esse valor que equivale ao seu trabalho. Ao mesmo tempo, na dimensão útil do trabalho do trabalhador, na dimensão abstrata de seu trabalho, está criando uma quantidade nova de valor. Assim, “o trabalhador acrescenta ao objeto do trabalho novo valor, por meio do acréscimo de determinado quantum de trabalho, abstraindo o conteúdo determinado, a finalidade e o caráter técnico do trabalho” (MARX, 1988a, p. 157). O trabalhador trabalhou por 8h? Produziu 8h de valor naquele produto. Se, dessas 8h, 2h ou 4h correspondem ao equivalente da força de trabalho do trabalhador, no momento não importa. O que importa é a produção naquelas 8h de um produto cujo valor agregado corresponde a 8h de trabalho. Nesse processo, transfere valor da matéria-prima para o produto ao destruir a forma concreta da figura útil do algodão, por exemplo, criando uma nova figura útil do fio de algodão numa indústria têxtil. MARX (1988a, p.160) escreve que “isso demonstra convincentemente que um meio de produção nunca transfere mais valor ao produto do que perde no processo de trabalho pela destruição de seu próprio valor de uso”. A matéria-prima tem um valor, o valor do trabalho anterior, por exemplo, o de colher o algodão. O capitalista o revendeu a quem o transformará em fio, a ser produzido por outros trabalhadores. Esse trabalho do trabalhador desperta o valor que estava adormecido/morto/parado, ressuscitado quando se torna fio. O trabalho vivo do trabalhador destrói o valor de uso do algodão e o transforma/repassa o valor de uso anterior para o fio. Essa dupla dimensão da força de trabalho passa a ser fundamental. A força de trabalho como mercadoria tem valor de uso e valor e, ao mesmo tempo, como todo trabalho (capítulo I, seção II), tem uma dupla dimensão: a do trabalho abstrato e a do trabalho útil ou concreto. A dimensão abstrata do trabalho agrega novo valor ao produto. A dimensão concreta do trabalho é aquela que destrói o algodão e constrói ou cria o fio a partir da matéria anterior.

O par conceitual valor de uso e valor ou a dimensão abstrata e a dimensão concreta/útil do trabalho reaparecem para explicar o movimento pelo qual, na sua dimensão concreta ou útil, o trabalho repassa o valor do meio de produção para o produto. Na sua dimensão abstrata, produz novo valor. Essa dimensão abstrata define a força de trabalho como capital variável. Varia porque produz $10n$ e recebe $2n$, por exemplo. O valor varia porque a

força de trabalho não trabalha apenas o tempo equivalente à reposição do equivalente ao seu valor; trabalha mais tempo e gratuitamente para o capitalista.

A forma geral da mais-valia é a absoluta. A partir dela já é possível entender a exploração do trabalho. Refere-se ao aumento da jornada de trabalho sobre o tempo exigido para a produção de mercadorias. Se o trabalhador necessita de 4h para reproduzir sua força de trabalho, na jornada de 8h há um prolongamento que obriga o trabalhador a trabalhar mais tempo gratuitamente para o capitalista. A mais-valia relativa é uma forma mais específica, derivada da mais-valia absoluta. É a mais-valia absoluta que contém a diferença entre o valor da força de trabalho (a mercadoria vendida pelo trabalhador) e o valor do produto que a força de trabalho produz para o capitalista. Ao obrigar o trabalhador a trabalhar mais tempo do que o necessário para a produção de uma mercadoria, surge um elemento importante para a passagem à mais-valia relativa: o componente do aumento da produtividade. Esse aumento refere-se à capacidade do trabalhador em produzir mais valores de uso em uma dada quantidade de tempo igual. Como a unidade de tempo é a mesma, o valor é o mesmo porque é medido pelo tempo socialmente necessário. Se o trabalhador gasta em média 8h para produzir determinada mercadoria, esse será o valor dela. Se nessas mesmas 8h o trabalhador produz duas vezes mais, então o valor é o mesmo nas duas mercadorias, mas isso se distribui em mais valores de uso, nos dois produtos. O capitalismo consegue aumentar a quantidade de valores de uso reproduzindo a riqueza. Riqueza é a primeira palavra que aparece na primeira frase de “O Capital”. Quantidade de valores de uso, a riqueza não é a categoria fundamental na análise de Marx porque é produzida em qualquer forma de sociedade (FAUSTO, 1993). A sociedade capitalista produz muita riqueza aumentando a produtividade do trabalho. Aqui aparece a mais-valia relativa. Nos “Grundrisse”, MARX (2011, p.332) afirma que:

“A criação de mais-valor absoluto pelo capital – mais trabalho objetivado – tem por condição a ampliação do círculo da circulação, e ampliação constante. O mais-valor criado em um ponto requer a criação do mais-valor em outro ponto, pelo qual possa se trocar; mesmo que, de início, seja só produção de mais ouro e prata, mais dinheiro, de maneira que, se o mais-valor não pode ser reconvertido imediatamente em capital, na forma do dinheiro ele existe como possibilidade de capital novo. Por essa razão, uma condição da produção baseada no capital é a produção de um círculo sempre ampliado da circulação, seja o círculo diretamente ampliado ou sejam criados nele mais pontos como pontos de produção. Se a circulação aparecia de início como magnitude dada, aqui ela aparece como magnitude movida e expandida pela própria produção. Em seguida, ela própria já aparece como um momento da produção. O capital, portanto, da mesma maneira que, por um lado, tem a tendência de criar continuamente mais trabalho excedente, tem a tendência complementar, por outro, de criar mais pontos de troca; i.e., considerado aqui do ponto de vista do mais-valor absoluto ou do trabalho excedente, de causar mais trabalho excedente como complemento para si mesmo; no fundo, de propagar a produção baseada no capital ou o modo de produção que lhe corresponde. A tendência de criar o mercado mundial está imediatamente dada no próprio conceito do capital. Cada limite aparece como barreira a ser superada. De início, o capital tem

a tendência de submeter cada momento da própria produção à troca, e de abolir a produção de valores de uso imediatos que não entram na troca, i.e., justamente a tendência de por a produção baseada no capital no lugar de modos de produção anteriores, do seu ponto de vista, espontâneos e naturais”.

O trabalhador não é proprietário dos meios de produção e o proprietário de fato tem interesse em fazer os não-proprietários produzir mais, aumentando a produtividade do trabalho. Para isso, o aprimoramento dos meios técnicos/tecnológicos é fundamental. A ciência aplicada permite maior produtividade da força de trabalho, mas isso envolve custos. Inevitavelmente, há uma queda na produção porque a força de trabalho não consegue repor a energia dispendida (GRESPLAN, 1998). Repassam-se esses custos à sociedade por meio dos impostos recolhidos pelo Estado. O governo, por exemplo, cuida da saúde, transportes, educação. Se não puder repassar os custos, o capitalista deduz dos salários e as pessoas se acostumam com menos. A favelização no Rio foi a resposta que os trabalhadores deram à brutal exploração da mais-valia e à ausência do governo como promotor de políticas sociais (o espaço do *habitar* aparece como secundário nas políticas públicas). Os custos são repassados à sociedade para garantir o funcionamento do mercado. Marx, no capítulo XXIII do Livro I, explica que o trabalhador possibilita ao capitalista o aumento da produtividade do trabalho porque passa a usar máquinas e equipamentos mais complexos. Assim, o trabalhador permite ao próprio capitalista substituir a mão-de-obra pela máquina. O trabalhador produz muito mais mercadorias e o capitalista pode até mesmo demitir trabalhadores, mantendo ou aumentando a produção de valores de uso. O capitalista consegue fazer isso com cada vez menos mão-de-obra empregada. Isso está por trás da lei geral da acumulação capitalista.

A organicidade da qual Marx fala no início do capítulo XXIII refere-se à relação entre um componente técnico e um componente de valor (dois elementos). O capital total é igual ao capital constante e ao capital variável:

“A composição do capital tem de ser compreendida em duplo sentido. Da perspectiva do valor, ela é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários. Da perspectiva da matéria, como ela funciona no processo de produção, cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego” (MARX, 1988b, p.178).

Marx faz distinção entre composição técnica e composição de valor porque quer explicar casos como, por exemplo, os salários se mantêm iguais, mas aumenta a quantidade trabalhadores empregados: aumenta a composição técnica porque há mais trabalhadores empregados, mas o valor individual dos salários dos trabalhadores permanece o mesmo.

Portanto, a composição de valor aumenta em função da quantidade maior de trabalhadores. Se os valores das máquinas e dos salários não mudam, a composição orgânica do capital se alterou pela contratação de novos trabalhadores. A construção civil, por exemplo, usa menos máquinas do que outros ramos industriais, ou seja, usa mais trabalho vivo. A composição técnica na construção civil privilegia mão-de-obra em vez de equipamentos, em comparação com outras áreas. LEFEBVRE (2008, pp.133-134) escreve que os massivos investimentos e a introdução das técnicas modernas “não levaram essa indústria à posição das indústrias de ponta. Já se sabe que a mão-de-obra continua tendo uma grande importância (enorme capital variável). Daí a produção massiva de mais-valia e o efeito importante já reconhecido: contra a baixa (tendencial) da taxa de lucro”.

Marx descreve que, por uns trabalharem demais e existir um sobretrabalho, o capitalista consegue não contratar ou até mesmo demitir trabalhadores. Existe uma relação de complementação porque uns trabalham demais e outros não têm trabalho e, se uns não têm trabalho, outros trabalham demais:

“O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva” (MARX, 1988b, p. 194).

Há uma relação entre emprego, quantidade de gente trabalhando (propriamente composição material e técnica) e a questão de calcular esses fatores nos salários (tanto o individual quanto a massa salarial multiplicada pela quantidade de gente trabalhando). A composição técnica refere-se à quantidade de gente trabalhando e o número de horas trabalhadas (se trabalhadores fazem sobretrabalho isso aumenta a composição técnica de quem está trabalhando). A composição orgânica resulta da multiplicação entre composição técnica pelo valor da força de trabalho (salários). Meios de produção são as matérias-primas, meios de energia e as máquinas, equipamentos, edifícios, espaço físico. Quando as variações de valor caminham ao lado das variações técnicas, Marx denomina isso como “orgânico”.

A mais-valia relativa se configura também quando o progresso técnico atinge os setores que produzem os meios de consumo dos trabalhadores e, com isso, barateia a força de trabalho. Em tese, o trabalhador precisa trabalhar menos tempo para pagar pelo seu sustento. O aumento técnico acontece independentemente do setor. Todos os capitalistas querem reduzir o tempo de trabalho e querem inovações tecnológicas. Quando estas se generalizam e acontecem no setor que fornece os bens de consumo dos trabalhadores, então o custo da força

de trabalho é reduzido. Os preços dos produtos consumidos pelos trabalhadores caem e, com menos horas de trabalho, em tese o trabalhador compra o necessário a sua reprodução. O resto do tempo trabalhado pelos trabalhadores é apropriado pelo capitalista como mais-valia relativa. Trata-se de um aprimoramento técnico para aumentar a produtividade e reduzir o tempo de trabalho para realizar atividades produtivas. Proporcionalmente, o salário pode ser reduzido porque a força de trabalho compra mais com menos dinheiro. O barateamento dos elementos que compõem os bens de consumo dos trabalhadores é uma estratégia fundamental para o capital e não apenas o aumento da produtividade em geral. O progresso técnico permite, quando necessário – por exemplo, quando os salários sobem e o exército de reserva cai, – adotar inovações para demitir trabalhadores.

Os métodos de produção permitem ao capital continuar a excluir cada vez mais trabalhadores da propriedade dos meios de produção. Tudo vai sendo sugado pela força da acumulação de capital, concentrando em escala crescente. O capital em geral

“é uma concentração maior ou menor de meios de produção com comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores. Toda acumulação torna-se meio de nova acumulação. Ela amplia, com a massa multiplicada da riqueza, que funciona como capital, sua concentração nas mãos de capitalistas individuais e, portanto, a base da produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas” (MARX, 1988b, p.187).

Se o capital se reproduz em escala crescente, cria uma mão-de-obra cada vez maior, contando com um exército de reserva. Cria cada vez mais mecanismos para excluir pessoas. Não está criando simplesmente uma população maior, mas uma população trabalhadora maior, ou seja, gente que não é proprietária dos meios de produção. Ao se ampliar, ele amplia o número de pessoas não proprietárias dos meios de produção, subordinadas em uma relação qualitativa.

O mecanismo de concentração é o da relação entre capital e trabalho. Cada vez mais, o capital vai excluindo os trabalhadores e, quanto mais forte é o capital e se acumula, mais se concentra e força tem para excluir trabalhadores. O mecanismo de exclusão é reforçado pela concentração. Na **concentração**, existe a relação básica de exclusão da força de trabalho da propriedade dos meios de produção. Uma vez que o sistema capitalista repousa nesse poder de exclusão e nessa força excludente, ele extrapola e expande essa força excludente para todas as relações sociais, inclusive a relação entre os próprios capitalistas uns com os outros (concorrência):

“A concentração inicial de capital em algumas mãos oferece os meios para o desenvolvimento da divisão do trabalho, para a produção de maior quantidade de produtos excedentes em cada investimento e para maior concentração do capital

através da acumulação. Esta é a própria concentração onde cada capital cresce pelo reinvestimento de quantidades da mais-valia como capital” (SMITH, 1988, p.177).

A força de concorrência é a exclusão de um capital por outro. Os capitalistas dentro de um setor procuram enfraquecer e eliminar os rivais, eventualmente levando-os à falência, ganhando os mercados. Quando vão à falência, seus negócios são comprados por outros capitalistas. Ocorre uma redistribuição da propriedade do capital e as empresas se ampliam e alargam seu segmento de mercado. Esse processo de concorrência fica mais agudizado nas crises econômicas porque, em crise, sobem os custos e os lucros caem. Na crise, a taxa de lucro cai e apenas grandes empresas conseguem manter sua capitalização diante de custos altos e lucros em queda. As empresas maiores compram as menores. Esse processo é chamado de **centralização**. Baseado nessa força excludente, o capital expande a indústria “numa mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido por muitas mãos. É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração” (MARX, 1988b, p.187). Assim, “a centralização complementa a obra da acumulação” (idem, p.188). Em síntese, concentração é a exclusão do trabalhador da propriedade privada dos meios de produção seguida da centralização da propriedade nas mãos de poucos capitalistas via concorrência. Na concentração os capitalistas expropriam os trabalhadores; na centralização, os capitalistas expropriam uns aos outros. A lógica constitutiva do capitalismo é a exclusão e a expropriação.

O capitalismo produz o conflito de forma sistêmica e não apenas uma oposição: trabalhador contra trabalhador na formação do exército de reserva; capitalista contra capitalista na concorrência; capitalista contra trabalhador na produção. Um sistema que se constrói e vai se superando pelo conflito, sem qualquer tentativa real de harmonia. Um sistema baseado no conflito social. O antagonismo é o resultado social e político dessa lógica da exclusão, que é a lógica de base da relação dialética entre exclusão e inclusão. O capitalista exclui o trabalhador da propriedade dos meios de produção para contratá-lo como empregado e inclui-lo no processo de produção de maneira subordinada. O capitalista inclui após excluir: somente pode contratar o trabalhador para trabalhar como empregado se o trabalhador não detiver a propriedade dos meios de produção. A exclusão é condição da inclusão e a inclusão é condição da exclusão. Quanto mais o capitalista exclui o trabalhador, mais contrata trabalhadores e se torna capaz de continuar excluindo em escala crescente. Uma força centrífuga (excludente) e outra centrípeta (inclusiva) animam o capital, que tem ambas as forças dentro dele competindo (GRESPLAN, 1998). É a concentração de propriedade, por um lado, e a perda de propriedade, por outro. Para SMITH (1988, p.182), “no nível dos capitais individuais, a concentração e a centralização do capital oferecem o impulso central para a

diferenciação geográfica. Este processo opera de diferentes formas em escalas espaciais diferentes”. A diferenciação geográfica resulta, então, de uma divisão social do trabalho em diferentes escalas. Na escala metropolitana, a concentração da propriedade privada é balizadora para a produção dos lugares de acordo com a sua posse e a função social atribuída, delimitando a apropriação e o uso do espaço. A localização das classes sociais é condicionada por uma exacerbada fragmentação do espaço, que o torna raro nos lugares mais valorizados da metrópole. O acesso ao solo urbano é, assim, diferenciado em função da classe social, determinada pelo nível de renda. O valor do solo urbano é produzido a partir do trabalho social realizado de modo a garantir as condições para que esta ou aquela classe social ali se reproduza: os terrenos mais valorizados são aqueles com a melhor localização, infraestrutura de serviços urbanos, existência de malha de transportes ou de transportes públicos eficientes, amenidades naturais, etc. Todos os investimentos públicos e privados realizados ao longo do tempo para qualificar o solo urbano e o trabalho social realizado para produzir essas qualidades criam os valores dos terrenos, cujos preços oscilarão em função de dinâmicas de mercado. A produção do mercado imobiliário pode ser compreendida na chave da espacialização da forma lógica da mercadoria e do valor. De acordo com LEFEBVRE (2008, p.126),

“o espaço deve receber um valor de troca (mesmo aproximativo, mesmo se os preços de afastam dos ‘valores’). Ora, a troca implica e supõe intercambialidade. A cambialidade de um lugar, que faz dele uma mercadoria análoga a uma quantidade de açúcar ou de aço, exige que ele seja comparável a outros lugares, e mesmo a todos os lugares do mesmo gênero. O valor de troca, Marx o mostrou para os produtos-coisas, se exprime em dinheiro. Cada lugar cambiável figura, então, no encadeamento da oferta e da procura; os preços não podem perder todo vínculo com o ‘custo de produção’, ou seja, no vocabulário marxista, com o tempo de trabalho social médio necessário”.

Significa dizer que a produção do espaço urbano se realiza de modo a garantir às classes dominantes os terrenos mais valorizados em função do trabalho e do capital investidos para sua valorização. Não existe um valor intrínseco ao solo enquanto tal: o valor é produzido através da sua produção como mercadoria em função dos investimentos precedentes e da destinação ao mercado. A propriedade privada é o fundamento desse processo e determina o modo como o capital reproduzirá o espaço urbano e como o Estado oferecerá equipamentos sociais e infraestrutura urbana. Dessa forma, centralidades e periferias são produzidas pela metrópole, reflexo de uma divisão social do espaço urbano. Nesses termos, a desigualdade é a marca dessa sociedade e da urbanização brasileira. Um sociedade que pratica a segregação, como diria LEFEBVRE (2001).

O espaço entra no circuito da mercadoria e transforma-se, pela troca, em instrumento de sujeição daqueles que detêm apenas sua força de trabalho para vender e se introduzir no mundo do consumo. Os conflitos do mundo do trabalho escaparam da esfera produtiva e passaram a se reproduzir por meio da reprodução, destacando-se a produção da moradia nesse processo. A propósito de garantir as condições de valorização, o espaço torna-se alvo de ações estratégicas da reprodução das relações de produção e novas contradições do espaço são produzidas materializando e reproduzindo a contradição entre capital e trabalho em outros patamares. O espaço – em escala cada vez mais ampliada, condição para a reprodução do capital dentro da lógica da acumulação – revela os mecanismos de sua real produção através das mediações de poder e controle para que continue no circuito da mercadoria.

O crescimento populacional no Rio, a exclusão dos trabalhadores da propriedade do solo urbano, o descaso do Estado quanto à moradia e à regulação do uso do solo e a questão habitacional²⁶ daí resultante compõem a problemática. A favela é a negação da propriedade privada para os trabalhadores no que se refere à habitação e à reprodução da vida. A concentração da propriedade privada nos bairros da metrópole, sob controle dos proprietários, aumenta a dependência dos trabalhadores por terrenos fora da formalidade da propriedade. A exclusão dos trabalhadores da propriedade privada do solo urbano ensejou as favelas, autoconstruídas com salários e ganhos de seus moradores, sem financiamento e frequentemente mediadas por relações cooperativas de sociabilidade (mutirões), o que reduziu ainda mais o custo da construção. Nas favelas estudadas no Rio de Janeiro, esse custo englobou em seu tempo matérias-primas adquiridas no mercado.

O favelado não é um Robinson Crusoe²⁷. As habitações populares das favelas aqui estudadas não são exatamente produtos produzidos fora do capitalismo. Essas habitações foram construídas com outras mercadorias compradas pelos trabalhadores, construídas no seu tempo livre e, quase sempre, com ajuda de vizinhos e parentes. MARTINS (2010, p.14) ressalta que “a construção do imóvel realizada em anos e em diferentes etapas fazia parte do aumento da própria jornada de trabalho ou da subemprego de conhecido e parentes”. Excetuando as choupanas, barracas e casebres das favelas nas suas origens²⁸ (início do século

²⁶ Um déficit habitacional amparado em uma necessidade imediata de construção de novas moradias para a mitigação de problemas sociais específicos ao campo da habitação popular.

²⁷ Robinson Crusoe é o próprio burguês. Como ele produz para si mesmo, não há mercadoria, não há fetichismo. Robinson Crusoe é o protoburguês (sou livre apenas quando estou isolado). É livre quando não tem nenhuma relação com ninguém. Essa é a concepção burguesa de liberdade. Toda a operação de Marx é mostrar que – porque ele tem essa concepção de liberdade – o resultado é a não-liberdade, mas a total dependência em relação às coisas.

²⁸ Em seu já citado relatório ao ministro da Justiça, Everardo Backeuser (apud ROCHA, 1995) mostrou conhecer muito bem a realidade das favelas cariocas do início do século XX. Em certo trecho, o autor menciona que, no

XX), construídas com material que a própria natureza lhes oferecia nos morros onde foram erguidas, as habitações populares das favelas hoje valorizadas foram produzidas com materiais de construção adquiridos no mercado e embutem a exploração da mais-valia dos trabalhadores que as produziram:

“O que se consome dos meios de produção é seu valor de uso, pelo consumo do qual o trabalho forma produtos. Seu valor não é, de fato, consumido, nem pode, portanto, ser reproduzido. Ele é conservado, não porque uma operação ocorre com ele mesmo no processo de trabalho, mas porque o valor de uso, em que existia originalmente na verdade desaparece, mas desaparece apenas em outro valor de uso. O valor dos meios de produção reaparece, por isso, no valor do produto, mas, falando exatamente, ele não é reproduzido. O que é produzido é o novo valor de uso, em que reaparece o antigo valor de troca” (MARX, 1988a, p.162).

Se o morador da favela vai ao mercado comprar materiais de construção, sua casa é produto da transformação daquelas mercadorias em um novo produto, ainda que este não seja destinado originalmente para a troca. Aparentemente, os termos desse tipo de trabalho se assemelham ao que Marx descreve como “trabalho improdutivo”²⁹. O filósofo assinala, ainda, que, do ponto de vista do capital, não importa se esses produtos servem como matérias-primas a um novo produto destinado ao consumo individual ou ao mercado. Na verdade, importa mais o fato de que o “fogo do trabalho” é quem anima o trabalho morto contido nas mercadorias que servem de base para outras mercadorias. O capital é um vampiro: o trabalho morto suga o trabalho vivo:

“O fato de um valor de uso aparecer como matéria-prima, meio de trabalho ou produto, depende totalmente de sua função determinada no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, e com a mudança dessa posição variam essas determinações.

Ao entrar em novos processos de trabalho como meios de produção, os produtos perdem, por isso, o caráter de produto. Eles só funcionam agora como fatores objetivos do trabalho vivo. O fiandeiro trata o fuso apenas como meio com o qual fia o linho como objeto que fia. Com efeito, não se pode ficar sem material de fiar e sem fuso. A existência desses produtos é portanto pressuposta ao começar a fiar. Mas nesse processo mesmo importa tão pouco que o linho e o fio sejam produtos de trabalhos passados, como no ato de alimentação interessa que o pão seja produto dos trabalhos passados, do camponês, do moleiro, do padeiro, etc. Ao contrário, se os meios de produção fazem valer, no processo de trabalho, seu caráter como produtos de trabalho passado, isso acontece somente por intermédio de seus defeitos.

início, muitos trabalhadores que se encontravam sem qualquer meio para suprir sua necessidade habitacional através do aluguel ao menos de um quarto, subiam os morros e, albergados pela proteção que galhos de árvores e suas copas proporcionavam, estiravam ali algum tecido ou reuniam pedaços de madeira para montar uma cabana em comunhão com a natureza.

²⁹ Trabalho improdutivo não é um trabalho que cria mercadorias, seja na agricultura, na indústria ou na produção de habitações. Trabalho produtivo é o que gera mais-valia: “A diferença entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo é importante com respeito à acumulação, já que só a troca por trabalho produtivo constitui condição da reconversão da mais-valia em capital” (MARX, 2004, p.120). No Livro I de “O Capital”, MARX (1988a, p.101) acrescenta: “[...] o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. [...] Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital”.

[...]

O trabalho vivo deve apoderar-se dessas coisas, despertá-las dentre os mortos, transformá-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos. Lambidas pelo fogo do trabalho, apropriadas por ele como seus corpos, animadas a exercer as funções de sua concepção e vocação, é verdade que serão também consumidas, porém de um modo orientado a um fim, como elementos constituintes de novos valores de uso, de novos produtos, aptos a incorporar-se ao consumo individual como meios de subsistência ou a um novo processo de trabalho como meios de produção.

Se, portanto, produtos existentes são não só resultados, mas também condições de existência do processo de trabalho, por outro lado é sua introdução nele, isto é, seu contato com trabalho vivo, o único meio de conservar e realizar esses produtos de trabalho passado como valores de uso.

O trabalho gasta seus elementos naturais, seu objeto e seu meio, os devora e é, portanto, processo de consumo” (MARX, 1988a, pp.145-146).

O que é uma matéria-prima, meio de trabalho ou produto? Em qualquer situação, a forma mercadoria é presente, mas adquire qualidade diferente a partir da posição ou função que ocupa dentro do processo. A posição social é mediada pelo produto. A produção das favelas nos morros durante a industrialização do Rio de Janeiro significou duplamente a ausência de política habitacional estatal para a classe trabalhadora e um alívio para o Estado diante do imprevisto dos trabalhadores ao autoproduzir suas casas sem qualquer apoio público. Assim, o Estado continuou a direcionar os gastos do orçamento público para outros setores e atividades que não a produção de moradia popular. Da mesma forma, os industriais e demais empresários viram na favelização uma estratégia para redução de custos: por não precisar pagar aluguel, o salário pago aos trabalhadores poderia ser menor, já que não haveria essa pressão trabalhista nas expectativas futuras de reajustes. No caso das favelas situadas perto do lugar onde se trabalha até mesmo os custos de transportes foram deduzidos dos salários. A questão já havia sido formulada por Chico de OLIVEIRA (2003, p.32) em sua “Crítica à Razão Dualista”:

“uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o mutirão. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não-pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de economia natural dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho. [...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução das relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para fins de expansão do próprio novo”.

Extrapolando o argumento: a favela é uma tecnologia que congrega o precário e o novo, uma inovação produzida pela industrialização para aumentar a mais-valia relativa dos trabalhadores com baixo custo de reprodução da força de trabalho ao mesmo tempo em que o acesso à moradia era “viabilizado” sem aumentos salariais. Pensando no caso paulistano, KOWARICK (1979, p.61) parece concordar quando afirma que:

“a solução mais importante do ponto de vista quantitativo na cidade de São Paulo é a autoconstrução, esta magnífica fórmula que o capitalismo dependente deflagrou para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, compatibilizando uma alta taxa de acumulação com salários crescentemente deteriorados”.

No caso do Rio de Janeiro, durante o processo de industrialização, a favela pode ser vista como um fator de estabilidade. ABREU (2014d, p.441) explicita o caráter estratégico do uso da favela como dispositivo para redução de custos com a reprodução da força de trabalho:

“após a reforma urbana, e atingida a meta de controle das epidemias, o governo transferiu à força de trabalho grande parte dos custos de sua reprodução, mas foi obrigado a aceitar, ainda que jamais tenha admitido isso explicitamente, a permanência da favela na cidade. Garantia-se assim o mínimo de estabilidade social necessário ao processo de acumulação. Ademais, **tudo indica que a permanência das favelas não esbarrava nos interesses do capital**. Este, ao contrário, podia delas se beneficiar, já que representavam uma importante reserva de mão-de-obra para a indústria, para as atividades de construção civil e para a prestação de serviços, inclusive domésticos” [grifo meu].

BONDUKI (2004) assinala que essa autoprodução das habitações populares possui um caráter não-capitalista porque a moradia não faz parte do processo de produção de mercadorias de modo convencional, tampouco conta com a instituição da propriedade privada a lhe garantir estatutos e regras de ocupação do solo urbano. O mercado local de aluguel e compra e venda de moradias nas favelas se constituiu à parte da regulação capitalista generalizada do mercado imobiliário da metrópole. Como visto, não quer dizer que as favelas vivam realidades paralelas e excluídas da metrópole. O processo de industrialização constituiu as favelas como “territórios do uso” para além da propriedade privada e da regulação do mercado imobiliário. Ao mesmo tempo, as favelas eram repositórios da força de trabalho barata da cidade do Rio para a indústria e os serviços. Este período se estende do início do século XX até a década de 1980, quando a questão habitacional se afasta dos termos postos pela industrialização em função da urbanização surgida desse processo e que o superou.

A incorporação da favela como modalidade de uso do solo no Rio de Janeiro reflete determinada ação necessária à reprodução do capital, mas, antes disso, de sobrevivência da classe trabalhadora na então capital do país. Para viver, o ser humano precisa ocupar um

espaço para suprir suas necessidades e produzir, dessa forma, um lugar (CARLOS, 1987). A cidade que se realizava colocava as condições para a produção da mais-valia, diferenciando os espaços em função das necessidades postas pela industrialização. Os morros passaram a ser em grande medida o lugar da vida da classe trabalhadora, a mesma que produziu a favela e o bairro. O bairro, que aparece como negação à favela nos termos de uma contradição do espaço, é produto do trabalho social da classe trabalhadora, sendo que mediado pela indústria da construção civil. A favela é autoconstrução imediata dos trabalhadores com seu espaço. De modo ambíguo, a favela é produto da lógica da industrialização e de suas necessidades de reprodução e, ao mesmo tempo, resultado do tempo livre “não-produtivo” – ou melhor – não economicizado dos trabalhadores, da cooperação do coletivo na autoconstrução. É, assim, complementar aos espaços produtivos, pois é espaço de residência, descanso, recomposição, reprodução da classe trabalhadora, “território do uso”. O bairro, como trabalho morto (acumulado), é retirado e distanciado dos trabalhadores que o construíram. É produto social, criação de valor alienada de quem o produziu, produzido desde o início para outros que não os seus produtores, sendo os imóveis do bairro mercadorias desde a origem. A favela não é complementar ao bairro como um fragmento que apenas se soma a outro. A complementaridade se dá na totalidade da metrópole de modo contraditório: a favela é subsumida à cidade. Não se trata de uma oposição, mas uma negação em função de uma exclusão, uma contradição porque envolve diferentes subjetividades. O capital é o sujeito que se diz excluindo a favela e, sendo a metrópole a expressão da reprodução do capital, a favela aparece subsumida no interior da cidade-mercadoria.

A urbanização implodiu a cidade original – convertida em Centro – e ocupou os morros e antigas áreas rurais produzindo novas centralidades ao lado de novas periferias. A metrópole é resultado dessa erupção urbana que se espalha e se estende incorporando ainda hoje novas áreas e rincões dos maciços, contanto que tenha “vista para o mar”.

Os problemas da indústria escaparam da fábrica e tomaram o espaço inteiro tornando a reprodução do espaço urbano estratégica para a reprodução do capital. O espaço ele mesmo é reproduzido como força produtiva. Antes, a indústria respondia como elemento que atraía a mão-de-obra para a cidade, que se instalava em lotes sem infraestrutura urbana ou autoconstruía a habitação. A reprodução da metrópole, por sua vez, valoriza algumas favelas no Rio absorvendo-as como mercadorias à venda para o turismo e um aquecido mercado imobiliário, ou seja, uma nova mercadoria habitacional a partir da reprodução da periferia. Para OLIVEIRA (2003, p.69), esse capitalismo que cresce por “elaboração de periferias” possui uma especificidade particular: “reproduzir e criar uma larga periferia onde

predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema”. A favela hoje apropriada pelo turismo e pelo mercado imobiliário é mercadorizada e reapresentada no conjunto das mercadorias que compõem o espaço urbano e nos marcos da própria cidade-síntese como produto no mercado mundial de cidades. Para CARLOS (2000, p.32):

“A predominância do valor de troca como extensão do mundo da mercadoria se revela enquanto produto de lutas surgindo a partir de relações sociais contraditórias criadas e aprofundadas pelo desenvolvimento do processo de reprodução lato sensu, onde as batalhas se resolvem pelo jogo político das forças sociais. Nesse sentido, o espaço aparece como obra histórica que produz, continuamente, a partir das contradições inerentes à sociedade, produzidas a partir de relações sociais assentadas em relações de dominação-subordinação / uso-apropriação, que produzem conflitos inevitáveis que tendem a questionar o entendimento da cidade exclusivamente enquanto valor de troca e, consequentemente, as formas de parcelamento e mercantilização do solo urbano. Por outro lado, a reprodução das relações sociais se processa agora pela lógica de ações políticas e pelo controle sobre a técnica e o saber. A presença contraditória do Estado no espaço, fundada numa estratégia que se quer hegemônica organiza as relações sociais e de produção através da produção do espaço, enquanto ação planificadora onde o espaço do ‘habitar’ aparece como algo secundário”.

A valorização da favela e sua reapresentação enquanto extensão exótica da Zona Sul amplia o mercado e induz uma demanda que não existia. E, nesse sentido, o Estado atua de modo fundamental para articular políticas, arranjos e acordos no interior da classe capitalista para desfazer obstáculos à reprodução. Os megaeventos, por exemplo, aparecem nessa chave analítica. Considerar as favelas como espaços desvalorizados no movimento da superação da urbanização induzida pela industrialização conduz a considerá-las como parte da desvalorização de arranjos capitalistas localizados e a posterior entrada desses fragmentos no circuito da troca e no ciclo da acumulação. Isso aproximaria de modo equivocado a valorização de favelas à contradição deterioração-revitalização.

A contradição uso-troca e a tríade homogeneização – fragmentação – hierarquização revelam potência para explicar o processo de valorização do espaço nas favelas do Rio de Janeiro. Nesta investigação, desconfio da pertinência do conceito de *gentrification* para explicar as transformações pelas quais as favelas localizadas no eixo dos megaeventos vêm passando. Penso que o conceito de *gentrification* mostra-se mais adequado à realidade de centros de metrópoles e centralidades econômicas tradicionais/originais no contexto da metrópole onde, por sua vez, se reproduz a contradição deterioração – revitalização.

A contradição deterioração – revitalização é o primado do valor de troca na metrópole e tem a tríade valorização – desvalorização – revalorização como fundamento³⁰ e movimento. A contradição deterioração – revitalização evidencia o processo de superação da fronteira urbana (nos termos de SMITH, 1988, 1996a, 1996b). Articulada pelo Estado, a revitalização urbana realiza-se no plano do pensamento abstrato como ideologia; como prática social, realiza-se através da estratégia em movimento em direção à produção de um espaço que nega o anterior. A *gentrification* em favelas careceria de entendimento a respeito de capitalização anterior das áreas que ora se valorizam. Nesse sentido, alguns mecanismos fundamentais da *gentrification*, como o diferencial de renda, não aparecem à análise porque a favela é espaço formado à margem da propriedade privada, não-capitalística (cf. OLIVEIRA, 2003) e sem mercado imobiliário formal.

Segundo SMITH (2007), a desvalorização do capital e a constituição do diferencial de renda (*rent gap*) explicariam parcialmente a possibilidade de reinvestimento através de *gentrification*. Considerando o valor em termos de unidade de produção e troca, capital e mercadorias encontram obstáculos à realização, pois os capitalistas não encontram no mercado margem necessária à circulação. Isso significa que ocorre a reprodução da raridade do espaço devido às grandes quantidades de capital fixo que tem vida longa. Para realizar o valor do capital fixo, de acordo com HARVEY (1990), o capitalista se vê obrigado a estimular novas necessidades sociais e novos desejos por meio de estratégias. Em um período de expansão econômica, valorizam-se espaços e centralidades são reproduzidas, enquanto desvaloriza-se o capital investido em outro lugar. A valorização do capital para a produção de novos espaços induz à desvalorização de espaços, que pode ser seguida da deterioração. Para SMITH (2007), a revitalização através da *gentrification* (retorno dos investimentos com reabilitação dos imóveis já existentes) aparece no sistema como uma fronteira econômica, transferindo capitais das indústrias (superprodução e aumento da mais-valia absorvida na

³⁰ Estudei a contradição deterioração – revitalização e a tríade valorização – desvalorização – revalorização na Dissertação de Mestrado (SANTOS, 2010). Naquele momento, analisei o processo de revitalização urbana no centro do Rio de Janeiro motivado por um discurso compreendido como um “álibi cultural”: investimentos públicos em equipamentos associados à Cultura induziriam a uma onda de inovações e empreendimentos públicos e privados voltados à criação de um Corredor Cultural ligando os principais núcleos do Centro do Rio. Esse Corredor Cultural combinava empreendimentos imobiliários privados e políticas públicas voltadas à “revitalização” do Centro após o esvaziamento econômico e a deterioração da área nos últimos 40 anos. A compreensão das transformações ocorridas particularmente na Lapa me interessava para o entendimento da contradição deterioração – revitalização no movimento da tríade valorização (momento da formação do bairro da Lapa) – desvalorização (momento da industrialização do Rio de Janeiro, implosão do Centro e extensão da cidade por meio de avenidas que transformariam a Lapa em área de passagem de automóveis, uma “zona periférica do Centro”) – revalorização (Lapa como marca registrada e núcleo irradiador das inovações baseadas na ideologia culturalista). No que se refere à *gentrification* no Centro do Rio, verificou-se que as condições práticas para sua realização estavam dadas no movimento explicado acima.

reprodução da força de trabalho) para a produção de novos espaços. Smith realiza suas reflexões com base nestes termos econômicos, inclusive a partir das contribuições de Harvey.

No local, o setor imobiliário possui um longo período de maturação. Em outras palavras, o capital imobilizado sob a forma de imóveis urbanos devolve lenta e gradualmente a seu proprietário o capital que nele foi investido (obviamente a velocidade em que isso ocorre varia dependendo da natureza do empreendimento e da dinâmica da economia local). O capital fixo não pode ser destruído, pelo menos enquanto o capital investido não tiver sido recuperado, sob pena de resultar em prejuízo para o capitalista. A deterioração física dos imóveis pode ser explicada pelo fato de que o preço do terreno é maior que o preço do imóvel. Consequentemente, aquele valor aumenta por causa da escassez crescente de espaços. Logo, para o capitalista não importa a condição do imóvel, mas a propriedade do terreno. Assim sendo, o processo que precede a *gentrification* é a necessária desvalorização do capital investido.

A depreciação produz as condições econômicas objetivas que tornam a revalorização do capital uma resposta racional do mercado. É nesse ponto que deve ser considerado o *rent gap*, ou seja, a diferença entre o nível potencial de renda do solo de um local e a renda do solo atualmente obtida, capitalizada através do uso da terra naquele momento. Sem o *rent gap* não há margem para o reinvestimento e, consequentemente, não há *gentrification*, pois a diferença entre os dois níveis de renda anteriormente referidos deve ser grande o suficiente para que os empresários possam comprar a baixo custo os imóveis deteriorados, reformá-los (ou demolí-los) e lucrar com a renovação da área. Assim, de acordo com o *rent gap*, a *gentrification* não é processo “natural”, mas, ao contrário, resultado esperado do processo de acumulação de capital e da reprodução do espaço nas grandes metrópoles. Diante da generalização da propriedade privada no espaço e da consolidação de uma paisagem construída pelo capital como coleção de valores de uso balizadores da acumulação, torna-se fundamental a realização do capital por meio da reprodução do espaço. Isso garante a realização de relações que permitem a circulação do capital imobilizado, desfazendo restrições físicas à reprodução econômica. Assim, o capital não-realizado se destaca e é justamente por meio do entendimento da distinção entre destruição de capital, apreciação-depreciação, desvalorização (HARVEY, 1990) e deterioração (HARVEY, 1985) que se encontra o processo de valorização e a particularidade da produção do espaço-mercadoria produzido sob o discurso da revitalização. Compreender como os capitalistas e o Estado atuam no sentido de superar as barreiras à realização do capital está posto aqui, incluindo a construção dos discursos.

SMITH atesta que a *gentrification* é “mais um retorno do capital do que das pessoas ao centro da cidade” (1996b, p.70), uma “revitalização da taxa de lucro ao invés de uma revitalização do Centro da cidade” (1996b, p.88). Nos termos postos por Neil Smith, esse processo não se realiza nas favelas em vias de valorização hoje no Rio de Janeiro. Em outro texto, SMITH (2009, p.136) associa a *gentrification* a um movimento de equalização do capital e afirma que:

“o capital sai primeiro do entorno urbano existente, edificado, em busca de uma maior margem de benefícios que possa estar em outra parte e, uma vez que tenha saído da cidade, uma vez que se realizou um desinvestimento em moradia e em edificações de todo tipo, esse movimento do capital estabelece perversa e paradoxalmente as condições de seu próprio reinvestimento. O subdesenvolvimento de certos bairros urbanos ocasionado pelo desinvestimento é a condição prévia e necessária para que se produza todo o contrário, ou seja, o reinvestimento que define a *gentrification*”.

A revitalização urbana é parte de um par dialético (deterioração-revitalização) que se realiza no movimento da reprodução do espaço em função da valorização deste, mas me parece não possuir os elementos explicativos para o caso das favelas. O fenômeno que se verifica hoje em determinadas favelas do Rio de Janeiro também é produzido devido à valorização do espaço. Neste momento, posso dizer que se trata de uma **valorização diferenciada da favela**, pois essa denominação implica uma comparação com a valorização que acontece nos bairros. Assim, trata-se de uma diferenciação contraditória no espaço da metrópole: a do bairro se assenta no mercado em que vigora a propriedade privada e a outra, em decorrência desse processo que se constitui por meio do mercado imobiliário com uma industrialização poupadora de mão-de-obra e com altas taxas de exploração do trabalho. Essa noção pode contribuir para o debate sobre novas formas de segregação socioespacial e sobre as mudanças de conteúdo na relação centro-periferia diante da criação de novos espaços de valorização na metrópole.

A mundialização, produto do desenvolvimento e da expansão da acumulação capitalista, tem em seu cerne um movimento contínuo de valorização e desvalorização, o que implica em constante transformação dos lugares mediante a urbanização. A homogeneização promovida pelo Estado é condição para construir uma “unidade na diversidade” do capitalismo global. Relativamente à produção material, tratou-se sempre de criar novos produtos que encadeiam novas necessidades e de aprofundar indefinidamente a divisão do trabalho social.

A redução da mais-valia global realizada na indústria é inversamente proporcional ao crescimento da proporção realizada na especulação e na produção do imobiliário. SOJA

(1993, p.120) assume que o setor financeiro está diretamente implicado “na manipulação do meio-ambiente construído, na extração da renda urbana, no estabelecimento dos valores da terra e na organização do espaço urbano para consumo coletivo, facilitados, na totalidade dos casos, pelo Estado local e nacional”. Sendo assim, a proporção de mais-valia absorvida na reprodução da força de trabalho e das relações sociais de produção em uma sociedade que tende à urbanização total tornou-se maior do que em qualquer outro momento na história, contando, também, com o desvio do capital para atividades não-produtivas e para o “terreno urbano do consumo coletivo como local fundamental para a realização do valor e para uma luta de classes cada vez mais especializada” (SOJA, 1993, p.121).

No capítulo 1 de “O Capital” está escrito: “o valor de uso não é aquilo que se ama ou se quer por si mesmo” – o que se quer é o valor. O valor de uso é um meio e não a finalidade da produção. Quando as duas características são confundidas aceita-se o discurso capitalista que afirma produzir mercadorias para satisfazer as necessidades da população e dando empregos. Agora está mais claro: sequer a mercadoria em si mesma, pois é apenas um meio para o capitalista explorar a mais-valia. Por isso que, quando se chega ao capital financeiro, não é preciso mais passar pela mercadoria, pois não há mais $D - M - D'$; há $D - D'$. O dinheiro inicial compra mercadorias. Das mercadorias se extrai a mais-valia. As mercadorias têm em si a força de trabalho e os meios de produção. A força de trabalho usando os meios de produção produz outra mercadoria que tem mais-valia. Essa mercadoria vendida cria dinheiro com mais-valia. Há a troca de equivalentes (o dinheiro compra mercadorias exatamente no valor do dinheiro) e essas mercadorias que já tinham uma mais-valia são trocadas pelo equivalente. A troca de equivalentes é mantida (princípio fundamental), mas criou-se um produto, uma nova mercadoria. Quando a reprodução do capital se imiscui pelas tramas do capital financeiro, qual será a mercadoria ou produto? Nada. Portanto, há um dinheiro inicial que cria um dinheiro maior por meio da taxa de juros. A forma mercadoria está dispensada. O valor para o pagamento dos juros sai da mais-valia dos trabalhadores, podendo o dinheiro emprestado ser devolvido aos bancos. O valor para o pagamento de juros será pago por meio da produção, envolvendo trabalhadores. Em algum lugar se gera mais-valia para pagar os juros. E, se isso não ocorrer, os bancos entram em falência. Uma crise aparece como financeira, mas, de fato, na produção não se produziu a mais-valia para o pagamento dos juros dos bancos.

Quando o capitalismo se configura como financeiro, esse processo é rebatido a ponto de não haver mais a passagem do dinheiro à mercadoria. Há a passagem de dinheiro a uma quantidade maior de dinheiro através da autovalorização ($D - D'$). Esse é o eixo geral:

tentativa de compreender a forma mercadoria, o que significa uma sociedade que se organiza a partir da produção da forma mercadoria até chegar à situação no interior da qual a própria dinâmica de produção da mercadoria se secundariza em prol da dinâmica de autovalorização do capital. No capitalismo hoje o processo de autovalorização do capital fornece a lógica de racionalização de todas as esferas sociais de valores (o que não quer dizer que todas as esferas estejam submetidas aos interesses econômicos). O capitalismo impõe uma racionalidade que consiste em analisar todos os processos sob a figura da medida e do cálculo (GRESPLAN, 1998), que permite que todos os processos se estabeleçam através de uma dinâmica de equivalências. Essa dinâmica é absorvida por todas as outras esferas. Daí porque a temática do fetichismo ainda é importante como modelo de dominação e como modelo fundamental de determinação social do valor.

A discussão sobre mais-valia é decisiva para Marx porque é a maneira como desmonta a ideia de que a economia se fundamenta no interior de um processo de trocas entre equivalentes, que produz o conceito de justiça social e legitima todo o processo de desenvolvimento descrito pela economia política. A produção de riqueza nunca seria aceita no interior da vida social se ela não fosse moralmente legitimada a partir de um critério de justiça social.

Em um recente manifesto publicado, o professor Vladimir SAFATLE (2016) reflete sobre o neoliberalismo e como a adesão a ele não é uma mera questão de adesão a um sistema econômico mais racional. A adesão ao neoliberalismo é moral e tenta se justificar moralmente. Por exemplo, defende que é imoral as pessoas não aceitarem se submeter a riscos, que elas procurem um Estado-providência numa relação maternal de amparo em vez de assumir a sua própria maturidade, sua necessidade de inovação como um sujeito autônomo pleno de direitos. É o tipo de discurso que lê crises econômicas sob a ótica moral. Se esse é de fato o eixo central de todo esse embate, então há de se perguntar se de fato o capitalismo realiza exigência de justiça social em seu funcionamento. A discussão sobre a mais-valia não é apenas como se espolia o trabalhador, mas também é um debate sobre como a moral é o princípio da troca justa no interior do capitalismo. É uma maneira de retirar a solidariedade dos sujeitos, que creem que sua espoliação é justificada por seu menor envolvimento ou adesão.

Os processos de espoliação talvez não se realizassem se não fossem lidos pelos espoliados como resultado de uma injunção moral. Não é possível compreender a resiliência do capitalismo através de uma dinâmica que reduz o poder de sua própria superação. No Rio, o poder se sustenta por coerção; não consegue mais se sustentar de modo a realizar

expectativas de justiça. Marx mostra como o sistema é injusto e por isso usa uma forma de escrita peculiar: na Seção III do Livro I, por exemplo, faz sua apresentação e depois passa a uma descrição inesgotável de várias leis, situações, processos concretos, com uma função retórica voltada a fazer o leitor se sentir sufocado perante tanta injustiça. Pela repetição contínua, teríamos um álbum de retratos da miséria se não fosse o resultado de uma exposição anterior que consiste em dizer que não apenas esse processo é logicamente injusto, como se repete continuamente a todo momento com os discursos mais absurdos.

Somadas às contradições fundamentais vindas da industrialização, as novas contradições do espaço se afirmam. O capital financeiro se torna a força dominante na sociedade e os conflitos urbanos decorrentes da ação especulativa desse capital com a propriedade da terra se generalizam pelo espaço urbano, conflito antes instalado no chão de fábrica. A análise da metrópole exige o desvendamento das contradições que surgem do conflito entre o processo de realização da acumulação e a realização da vida do homem. Nesse sentido, percorre-se um caminho que elabora uma crítica à produção da metrópole subordinada à lógica da valorização do espaço e da realização da acumulação capitalista por meio da reprodução do espaço, pois este se reproduz reproduzindo contradições já existentes e criando novas.

Hoje, vive-se um contexto de crise mundial, principalmente nos países do centro do capitalismo envolvidos nas tramas do imobiliário financeirizado. A crise instalada após uma descontrolada concessão de créditos imobiliários seguida de forte endividamento público e privado fomentou um ajuste espacial com consequências sociais comparáveis àquelas vistas na crise de 1929 (HARVEY, 2011).

HARVEY dedica boa parte do último capítulo de sua obra mais densa, “*The Limits to Capital*” (1990), para refletir sobre algumas ideias acerca do ajuste espacial em tempo de crise. Ele conclui que os mesmos instrumentos que colocaram a possibilidade de expansão e acumulação do capital em primeiro lugar, a caminho da crise, agora ficam no caminho de qualquer solução espacial interna para a crise. Assim, aparentemente, exige-se a reestruturação do processo de produção, envolvendo uma desvalorização racional e um reinvestimento. Apresenta-se uma impossibilidade nesses termos, pois permite-se apenas uma desvalorização parcial; já a pretensa desvalorização racional é inviável perante a apropriação privada do espaço. Contudo, a desvalorização é um necessário momento para a realização do capital. Quais seriam os instrumentos para a desvalorização que, não sendo racional, precisa ocorrer de qualquer forma? Harvey insinua algumas respostas ainda no terceiro capítulo de “*The Limits to Capital*” (1990): “destruição do capital” (perda física dos valores de uso);

“apreciação-depreciação do capital” (especulação com os preços dos bens); “desvalorização do capital” (perda de tempo de trabalho socialmente necessário sob a forma material sem destruí-la). Podemos ainda incluir a “deterioração do capital” como expressão de uma (re)formação contínua do capital, movimento visível na paisagem urbana (HARVEY, 1985). Não podemos entender o valor e, portanto, a totalidade do capitalismo a não ser que entendamos a relação entre valorização, desvalorização e revalorização. Esse movimento sempre depende da localização (HARVEY, 1990).

Guerras e crises aparecem como medidas drásticas voltadas à realização das estratégias assinaladas. As crises, por exemplo, alastram-se globalmente transformando tendências canibais do capital em modos de desvalorização e deterioração assegurados, tragando o espaço diretamente para o centro da reprodução crítica. Ao longo da história, registram-se crises econômicas cujos mecanismos internos repetem-se, variando o contexto, os ativos envolvidos e produtos. A formação das chamadas “bolhas”, baseadas na especulação sobre os ativos, fundamenta-se em expectativas de aumento de preços futuros graças a inovações tecnológicas ou produtos imobiliários que prometem expansão dos lucros. Muitos dos maiores *booms* que antecederam as recessões mais arrasadoras dos últimos séculos andaram *pari passu* às inovações financeiras para garantir investimentos em ativos especulativos (ROUBINI e MIHN, 2010).

Independentemente de como um *boom* se inicia, alguns ativos tornam-se foco de interesse especulativo. Hoje, a produção de ativos imobiliários é uma das formas mais comuns de formação de bolhas. À medida que o crédito se torna mais barato e abundante é fácil ter acesso ao desejado ativo, graças à garantia de os consumidores consumirem além de suas possibilidades. Com o crescimento da economia, há um aumento da renda e as empresas aumentam seus lucros. A essa altura a bolha torna-se uma força de mudanças econômicas que estimula o crescimento e assume novos e mais arriscados empreendimentos a fim de garantir a contínua reprodução do capital. Diversos produtos imobiliários e equipamentos urbanos são lançados neste contexto de expansão econômica com duplo papel, ideológico e prático: fomento direto através da produção de novos espaços; símbolos de um momento tido como positivo que apontam para um futuro próspero. Diversas políticas públicas aparecem aqui na forma de revitalizações urbanas e projetos de infraestrutura urbana e regional. Cabe ao geógrafo explicitar os conflitos que revelem as contradições pelas quais a sociedade se reproduz limitada e balizada por políticas espaciais orquestradas pelo Estado em nome do capital.

3.4. A reprodução da metrópole como negócio

Em 2008, com o estouro da bolha dos títulos *subprime* dos Estados Unidos, houve renovado interesse pela esquerda a respeito dos debates e conceitos concernentes à seção V do Livro III de “O Capital” (MARX, 1988c; 1988d), particularmente capital portador de juros e capital fictício. Penso que a referida seção também possui potência para explicar o processo de produção do espaço urbano para a realização de megaeventos no Rio de Janeiro.

CARLOS (2015, p.45) assinala que, “do ponto de vista da acumulação, a metrópole aparece como localização e suporte das relações sociais de produção (e de propriedade), mas em seu fundamento é condição e meio da concretização do ciclo de rotação do capital”. Para isso, o capital recria e reelabora os conteúdos e as formas na metrópole de modo a permitir as condições para a produção, circulação, distribuição, troca e consumo das mercadorias. Assim, continua a autora, “os lugares da metrópole também se configuram como lugares da infraestrutura necessária ao desenvolvimento de cada atividade, em particular, de modo a entrever uma equação favorável à realização do lucro” (idem, p.45). As frações do capital se articulam, cada qual realizando suas próprias funções nos circuitos em direção à acumulação e sua repetição, “caso o valor deva se perpetuar e valorizar como valor-capital” (GRESPLAN, 1998, p.145). Para manter a continuidade e a repetição das rotações, o capital se divide em uma parte alocada no processo de produção e outra no de circulação, assumindo as formas de capital produtivo na primeira parte e de capital-mercadoria e capital-dinheiro na segunda. Cada forma assume funções diferentes no processo de autovalorização do capital. Esse movimento subsume também “as relações sociais a partir deste [processo de trabalho] (dentro e fora da fábrica, pois domina a estruturação de classes da sociedade” (CARLOS, 2015, p.45).

Espacialmente, o capital atua nivelando e exigindo a equalização das condições de produção e do nível de desenvolvimento das forças produtivas. Esse movimento é uma contratendência a um movimento de diferenciação geográfica ao lado de uma equalização da taxa de lucro. O capital circula de modo cíclico “com o movimento resultante do capital entre os setores, daqueles com uma baixa taxa de lucros para aqueles com uma taxa de lucro mais alta” (SMITH, 1988, p.168). Equalização é o nome que se dá à compensação entre perdas e ganhos. A equalização dos capitais industriais está relacionada diretamente à formação da taxa de lucro. Os capitais em equalização animam um movimento pelo qual os capitais migram entre setores da produção e entre regiões do mundo em busca de maiores lucros. Como resultado dessa mobilidade de capitais, há desinvestimento em um ramo com baixa

lucratividade em preferência de outro e, com isso, se estabelece uma taxa média de lucro (equalização). Esse processo leva em consideração não apenas os capitais industriais, mas também outras frações do capital, como os lucros mercantis/comerciais. MARX (1988c, p.241) escreve que:

“Ao considerar pela primeira vez a taxa geral ou média de lucro (Seção II desde livro) ainda não tínhamos esta última diante de nós em sua figura definitiva, pois a equalização aparecia apenas como equalização dos capitais industriais investidos nas diversas esferas. Isso foi completado na seção anterior [IV], em que a participação do capital comercial nessa equalização e o lucro mercantil foram discutidos”.

“Industrial” é uma noção ampla e não se remete apenas ao que se conhece por indústria, *stricto sensu*. Marx chama de industrial toda forma de capital produtora de mais-valia. Refere-se a todos os setores em que existe a produção de mercadorias e serviços sob relações de assalariamento, ou seja, com exploração de mão-de-obra assalariada e, conseqüentemente, criação de mais-valia. Merece nota o fato de que também existem os capitais investidos na área comercial e que, historicamente, se desdobraram a partir do capital industrial, via de regra com fins de equalização. Capitalistas envolvidos na área da produção delegam os negócios de comercialização para um grupo especial de capitalistas (atacadistas, varejistas, etc). Da produção ao consumo final, registra-se um custo elevado e um dispêndio de dinheiro que não vale a pena para o capitalista industrial ou para o agricultor. Assim, esse capital mercantil também entra no movimento da equalização. Contudo, se capitais investidos na produção percebem que no ramo da comercialização conta com taxas de lucro maiores e sustentáveis em um hipotético longo prazo, uma migração de capitais ocorre entre setores, levando em conta a lucratividade da atividade mercantil dentro desse movimento geral da produção. Por isso, MARX (1988c, p.241) afirma que “a taxa geral de lucro e o lucro médio se apresentavam agora em limites mais estreitos do que antes” porque agora o lucro médio deve levar em conta a lucratividade do setor comercial e os capitalistas do setor industrial dividem, assim, os seus lucros. E completa:

“No prosseguimento da exposição não se deve perder de vista que, daqui por diante, ao falar da taxa geral de lucro ou do lucro médio, nos referimos à última versão, isto é, à figura definitiva da taxa média. Uma vez que esta é agora a mesma para o capital industrial e para o mercantil, já não é necessário, à medida que se trata somente desse lucro médio, fazer distinção entre lucro industrial e lucro comercial. Quer o capital seja investido industrialmente na esfera da produção, quer mercantilmente na esfera da circulação, ele proporciona *pro rata* de sua grandeza o mesmo lucro médio” (MARX, *idem*).

Isto é, considera a equalização não apenas dentre os capitais produtivos (envolvidos na produção de mercadorias), mas também os capitais comerciais envolvidos na circulação de

mercadorias. A porcentagem do lucro geral que o capitalista embolsará será dada a ele em função do processo de concorrência e de equalização. Considera não apenas a grandeza do capital variável, mas do capital total (incluindo o capital constante). Por isso, empresas muito grandes e com uma grande massa de capital constante absorvem uma grande parte do capital médio da sociedade pela concorrência: os setores com a taxa de lucro menor migram para setores onde a taxa de lucro é maior até conseguirem essa distribuição. Esses elementos são necessários para a fundamentação a respeito da produção do espaço urbano no Rio para megaeventos e os tipos de empresas que atuam como agentes econômicos ao lado do Estado, que cria as condições para a realização da acumulação por meio de políticas públicas e a distribuição da mais-valia global entre frações distintas do capital. Para SMITH (1988, p.201),

“enquanto a escala urbana é o produto de um processo de diferenciação executado através da centralização do capital, a escala internacional é puramente um produto da tendência para a igualização.[...] Da mesma forma que a necessidade de acumulação implica a centralização do capital responsável pela formação de uma escala urbana distinta, a mesma necessidade leva à igualização de uma escala global de produção).

Vejamos o caso da produção do espaço para o Parque Olímpico da Barra da Tijuca. Trata-se da principal área de jogos das Olimpíadas e recebeu 14 modalidades olímpicas e 9 paraolímpicas, dentre outras instalações e equipamentos para serviços e atendimento aos Jogos. A área do Parque Olímpico foi construída por uma Parceria Público-Privada premiada com a concessão por 15 anos do usufruto do espaço. A única proposta apresentada – e vencedora – foi a do Consórcio Rio Mais, composto pelas construtoras Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken. A Carvalho Hosken é justamente a principal proprietária de terras na áreas alocada para o Parque Olímpico e se beneficiou da enorme valorização do terreno. De acordo com a 5ª Matriz de Responsabilidades, no Parque Olímpico foram gastos R\$5.955.000.000,00, sendo R\$4.119.500,00 oriundos do setor privado via financiamento. Desse valor total, apenas R\$2.909.500.000,00 foram destinados à construção da Vila Olímpica da Barra, com aportes da Prefeitura do Rio. Os proprietários de terras se beneficiaram da valorização e receberam R\$850.000.000,00. A terra pública alienada é subvalorizada e garante maiores ganhos aos concessionários/construtoras. De acordo com ALVAREZ (2015, p.72):

“A propriedade imobiliária, no capitalismo, não é em si capital, mas pelo monopólio de sua posse, através da forma jurídica da propriedade, possibilita a capitalização de parte da mais-valia geral, o que confere aos seus detentores não apenas a possibilidade do uso, mas a de absorver parte da riqueza social através da troca, liberando esse capital imobilizado para entrar no circuito geral de valorização”.

As construtoras concentraram parte considerável do capital variável com salários baixos, onde a mais-valia foi produzida durante a construção das infraestruturas e dos equipamentos. A exploração do trabalho era tamanha que uma greve foi deflagrada pelos operários em abril de 2014 por melhores salários. A greve durou duas semanas e foi sufocada violentamente pelo Estado. As construtoras absorvem uma menor quantidade da mais-valia produzida no processo e procuram compensar isso tornando-se concessionárias dos equipamentos urbanos e dos serviços públicos após a construção. Via de regra, o contrato atrela a construção com a “manutenção” e exploração comercial. Outra forma de aumentar os ganhos das construtoras é através da venda de 75% da área do Parque Olímpico após os Jogos como empreendimento residencial para a alta renda. A legislação beneficiou o processo, aumentando o potencial construtivo e facilitando a instalação das infraestruturas públicas. Bancos privados e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiam o processo³¹. A eles caberá uma parte da mais-valia na forma dos juros atrelados à importância originalmente emprestada. A participação de recursos públicos coroa o “roubo”, pois referem-se a capitais provenientes do pagamento de impostos os quais em boa medida foram constituídos pelas contribuições da sociedade. O apelo ao fundo público é mais uma forma de acessar a mais-valia dos trabalhadores (OLIVEIRA, 1998).

Os megaeventos foram produzidos no Rio de Janeiro diante de vultosos investimentos públicos e privados. Ao Estado coube a maior parte dos custos. A Prefeitura do Rio aportou R\$ 10,4 bilhões, principalmente por meio de investimentos nas obras dos BRTs (R\$6 bi), injetou R\$1,2 bi em um modesto sistema de veículo leve sobre trilhos no Centro, colaborou com R\$700 milhões no Porto Maravilha, uma concessão pública como nunca se viu antes no Brasil (SARUE, 2015) e investiu R\$2,5 bi na Vila Olímpica, como já mencionado. O Porto Maravilha é a jóia da coroa da reforma urbanística na metrópole e custou R\$7,6 bi, a cargo do Consórcio Porto Novo (OAS e Odebrecht), responsável pelas obras e serviços “públicos” na Zona Portuária. A empresa Rio Mais, integrada pela Odebrecht, Andrade Gutierrez e

³¹ “A inexistência de condições financeiras adequadas pode inviabilizar o investimento e sacrificar o crescimento. Situações como essa levaram vários países a criar sistemas públicos de financiamento do desenvolvimento para viabilizar os investimentos. Esse foi o caso brasileiro. Como o país sempre conviveu com taxas inflacionárias relativamente elevadas, e as captações bancárias concentravam-se no curto prazo, as instituições financeiras privadas não conseguiram desenvolver mecanismos de financiamento de longo prazo [ou não quiseram?]. Com isso, a forma encontrada para suprir a demanda de crédito para investimento foi a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de uma série de outras instituições financeiras públicas (Caixa Econômica Federal – CEF –, por exemplo) que operavam com base em recursos de fundos de poupança compulsória, como, por exemplo, FGTS, PIS-Pasep, etc., que visavam garantir a existência de um *funding* estável de recursos para o financiamento de longo prazo. Além dos recursos externos em que os prazos eram mais longos e os custos menores do que no sistema financeiro privado nacional” (GREMAUD et. al., 2011, p.165)

Carvalho Hosken, construiu na área do antigo Autódromo e em torno da Vila dos Atletas, conhecida como Ilha Pura. O VLT Centro ainda não foi concluído. As quatro empreiteiras que participam de todas as obras desde a Copa do Mundo (Odebrecht, OAS, Andrade Gutierrez e Camargo Correa) estão juntas no Consórcio VLT Carioca, responsável pela obra. A via Transolímpica (R\$1,6 bi) também conta com as quatro construtoras consorciadas em torno da obra. A Transcarioca (R\$1,8 bi) foi dividida em dois trechos: Barra-Penha a cargo da Andrade Gutierrez; Penha-Aeroporto com a OAS. O Aeroporto do Galeão foi reformado pela Odebrecht, que ganhou a licitação e a concessão para explorar o aeroporto privatizado. O custo estava orçado em R\$5,7 bi, com 70% financiados pelo BNDES.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro – que declarou estado de calamidade pública antes da realização dos Jogos Olímpicos por insolvência financeira – investiu R\$7,5 bi na expansão do metrô em direção à Barra da Tijuca e despejou R\$1,2 bi em mais uma reforma do Maracanã, feita pela Odebrecht e pela Andrade Gutierrez (com R\$400 milhões financiados pelo BNDES). A linha 4 do metrô do Rio foi realizada pelo Consórcio Construtor Rio Barra, liderado pela Odebrecht. A operação está com a Ivepar, composta por OAS e fundos de pensão de estatais. Há suspeitas de cartelização entre as quatro construtoras na divisão das obras e dos contratos entre si. Além dessas quatro empresas, que praticamente dominaram o negócio megaevento, outras tantas partilharam dos recursos investidos: Queiroz Galvão, Carvalho Hosken, Brookfield, Cyrela, Rossi, João Fortes, Carioca Nielsen, Delta, Globo e o finado Grupo X, de Eike Batista. São essas as empresas que comandam a produção do imobiliário e do espaço no Rio de Janeiro.

Para CARLOS (2015), a produção do espaço urbano é condição, meio e produto da realização do ciclo do capital para reprodução do capital. O ciclo de rotação inclui dois momentos de circulação: o primeiro momento envolve a compra de força de trabalho no mercado, as matérias-primas e meios de produção. Esses mercados se realizam espacialmente através de centralidades e periferias, lugares do trabalho, lugares da reprodução da vida, compondo uma totalidade que compreende a metrópole, articulada por um sistema de transportes para a fluidez dos fluxos e das relações que aí se realizam. Esse momento produtivo envolve a criação de mais-valia. O outro momento da rotação do capital refere-se à realização da troca com a ida da mercadoria ao mercado e consumida. Lugar de encontro dos consumidores, o espaço de consumo é onde a mais-valia é realizada quando a mercadoria é trocada por dinheiro. Entre os dois momentos da circulação está um momento de produção: o capital ultrapassa o espaço da fábrica e a lógica da reprodução submete a metrópole “como ampliação do processo industrial pela generalização da troca” (CARLOS, 2015, p.48). O

espaço é vendido aos pedaços. Ao abordarmos a dimensão espacial implicada na reprodução, delineamos um entendimento preliminar sobre o próprio espaço, na medida em que este é entendido como processo, movimento, e não apenas como o plano mais superficial da localização, embora continue sendo uma noção importante. Assim, caminhamos para a superação da discussão em torno da **organização do espaço** para o debate que envolve a **produção do espaço**, em que a espacialização aparece como um momento central da realização das relações sociais que se materializam como relações espaciais. Partimos, portanto, da ideia de que a reprodução da sociedade é imediatamente produção do espaço em vários níveis. Essas ideias provêm do pensamento de CARLOS (2000, 2005, 2011a, 2015).

A hierarquização de um espaço extremamente fragmentado é realizada considerando as necessidades da divisão social do trabalho, que integra esses espaços diferencialmente a partir das funções que cada um ocupará na dinâmica da metrópole naquele momento. A metrópole aparece como espaço para a acumulação do capital e, nesse movimento, o próprio espaço é produzido como mercadoria.

Segundo CARLOS (2015), a produção do espaço como mercadoria se realiza através da produção da habitação e através da produção da metrópole pelo trabalho social presente que se acumula com o trabalho morto que se encontra consolidado na forma urbana. Corroborando essa assertiva, ABRAMO (2007) confirma que o uso do solo residencial corresponde a mais de 80% de uma metrópole. E tem uma relevância fundamental para a definição sobre o que é uma cidade e suas características. Essa materialidade é o suporte do valor de troca do espaço, comportando não apenas as mercadorias à disposição no mercado imobiliário, mas também as infraestruturas dispostas para a circulação de fluxos. A mais-valia que se extrai quando o espaço entra no circuito e é vendido e comprado provém do trabalho social da sociedade. Na metrópole reproduzida como negócio, o capital financeiro também tem um papel importante.

A mais-valia contida na mercadoria é potencial no processo produtivo e efetivamente se realiza pelo consumo. Não é simplesmente na venda da mercadoria que aparece a criação de mais-valia ($M - D$). A função primordial do capital financeiro não é facilitar o consumo das pessoas. Sua função primordial dentro da lógica do capitalismo é financiar a produção de mais-valia, contribuindo para que esta seja criada. O próprio capital financeiro não produz mais-valia, mas fornece os meios para que o capital produtivo a produza. A dificuldade é

entender como o crédito, os juros e o financiamento se encaixam no mundo da produção e da circulação³².

No sistema capitalista, tudo pode assumir a forma de mercadoria. Por exemplo, a força de trabalho que produz mercadorias é ela mesma uma mercadoria. Até mesmo o capital poderá adotar a forma de mercadoria, mas não qualquer capital. Esse dinheiro, ao mesmo tempo em que é mercadoria, também é capital:

“Dinheiro – considerado aqui como expressão autônoma de uma soma de valor, exista ela de fato em dinheiro ou em mercadorias – pode na base da produção capitalista ser transformado em capital e, em virtude dessa transformação, passar de um valor dado para um valor que se valoriza a si mesmo, que se multiplica. Produz lucro, isto é, capacita o capitalista a extrair dos trabalhadores determinado quantum de trabalho não-pago, mais-produto e mais-valia, e apropriar-se dele. Assim, adquire, além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste aqui justamente no lucro que, uma vez transformado em capital, produz. Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção de lucro, torna-se mercadoria, mas uma mercadoria *sui generis*. Ou, o que dá no mesmo, o capital enquanto capital se torna mercadoria” (MARX, 1988c, p.241).

Os juros são mais uma forma de distribuição da mais-valia. Primeiramente, o excedente é distribuído entre os capitalistas industriais. Em seguida, pelos capitalistas comerciais. Depois, a massa de mais-valia será distribuída entre os capitalistas financeiros na forma de juros. Por fim, o pagamento de impostos ao Estado. Acrescido o capital financeiro no processo produtivo, é necessário que “antes de tudo, observemos a circulação peculiar do capital portador de juros. Teremos então de examinar em segunda instância a maneira especial como é vendida essa mercadoria, a saber, como é emprestada em vez de ser entregue de uma vez por todas” (MARX, 1988c, p.242).

$$D - M \dots M' - D'$$

Nesse movimento, o capital, no processo de circulação, funciona como capital mercadoria e capital monetário (dinheiro). O capitalista tem dinheiro e, com ele, compra mercadorias (força de trabalho e meios de produção). Essa mercadoria produz mais-valia que, por sua vez, ao ser vendida, gerará mais dinheiro. Compra força de trabalho e matérias-primas

³² Na arquitetura do Livro III de “O Capital”, Marx expõe a seção sobre a renda da terra (seção VI) após o capital financeiro (seção V) porque o próprio uso da propriedade imobiliária de modo produtivo dependerá de financiamento. Em alguns momentos, Marx fala da agricultura, ou melhor, da terra agrícola. Apesar disso, Marx dá alguns exemplos da especulação imobiliária na Londres do século XIX. Um dos pontos fortes do capitalismo inglês já em meados do século XIX era a construção imobiliária e, para construir, era preciso financiar parcialmente a compra de um imóvel (associação entre a construção civil e o sistema de crédito com o redesenho das grandes cidades). Não é possível entender o uso capitalista da terra sem entender como se estrutura o sistema de crédito capitalista.

para vender o produto dessa produção (vender mais caro porque está embutida uma mais-valia que a força de trabalho produziu para ele). Agora:

$$D - \underline{D - M - D'} - D'$$

Acima temos outro desdobramento porque o proprietário de dinheiro empresta D para o capitalista, que compra força de trabalho e meios de produção. Em seguida, produz mercadoria com mais-valia e a vende. Devolve uma parte desse dinheiro para quem o emprestou, com uma taxa de juros: “vimos (Livro Segundo, capítulo 1) e relembremos brevemente que o capital, no processo de circulação, funciona como capital mercadoria e capital monetário. Mas, em ambas as formas, não é capital como tal que se torna mercadoria” (MARX, 1988c, p.243).

Na esfera da produção, a força de trabalho reproduz o seu próprio valor acrescido de uma mais-valia (ambos embutidos em uma mercadoria). O capital potencial produz como produto uma mercadoria com mais-valia e, após o consumo da mercadoria e realização da mais-valia, esse capital (dinheiro inicial) terá conseguido realizar todo o percurso e cumpriu seu potencial de virar capital.

A situação peculiar: forma de circulação em que não há compra e venda, mas empréstimo de dinheiro para retomá-lo. Não há compra e venda, não há troca. O banqueiro não deixa de ser proprietário do dinheiro emprestado para o industrial produzir e, por isso, receberá o dinheiro de volta com juros. Na circulação existe compra e venda, pois, quando uma mercadoria é vendida, já não se é proprietário. Existe uma relação de propriedade que está embutida. A maior parte da propriedade do capitalista ele a tem em capital constante e é raro o setor em que o capital variável seja a maior parte. Quando se somam capital constante com o capital variável, perde-se a ideia de que na origem da mais-valia ou do valor está o trabalho e parece que as relações de mais-valia estão não só no trabalho, mas no *montante da propriedade*. O capitalista calcula o lucro sobre o excedente que a força de trabalho cria, mas também sobre todos os seus custos. O capitalista que empresta o dinheiro continua proprietário o tempo inteiro e pode cobrar de volta o montante. A mercadoria é emprestada e não vendida. Significa que, para o banqueiro ela não perde valor de uso como em uma transação comercial. Escreve MARX (1988c, p.251):

“Nunca se deve esquecer que aqui o capital enquanto capital é mercadoria ou que a mercadoria de que se trata é capital. Todas as relações que aqui aparecem seriam, portanto, irracionais do ponto de vista da mercadoria simples, ou também do ponto de vista do capital, à medida que funciona em seu processo de reprodução como capital-mercadoria. Empréstimo e tomar emprestado, em vez de vender e comprar, é

aqui uma diferença que decorre da natureza específica da mercadoria-capital. Do mesmo modo que o que se paga aqui é juro, em vez de preço da mercadoria”.

A distinção entre os tipos de dinheiro é puramente funcional, social; depende do uso dado ao dinheiro. Se o dinheiro recebido é usado como salário para compra de mercadorias ($M - D - M$), o dinheiro está na forma simples. Se um capitalista investe em um negócio, trata-se de capital-dinheiro. Se um banqueiro empresta dinheiro, trata-se de dinheiro-capital, uma mercadoria emprestada para criar mais dinheiro na forma de juros. Dependerá da função social do dinheiro. A mesma substância adota formas diferentes.

Quando Marx se refere ao capital em si está abordando o capital produtivo, aquele que produz mais-valia. O capital financeiro permite que o processo aconteça, mas não produz mais-valia e por isso o dinheiro é emprestado aos capitalistas industriais. O capital financeiro é mercadoria e capital, mas é uma potencialidade que talvez não se realize. Já o capital industrial possui o conteúdo de capital porque será investido na esfera produtiva e contratará trabalhadores para produzir um produto “prehe de mais-valia”, como diz Marx. O setor da construção civil emprega grande quantidade de força de trabalho para a produção de infraestruturas urbanas e produtos imobiliários. Na construção civil aplicada à realização dos megaeventos, a taxa de exploração do trabalho é elevada, com casos análogos à escravidão. Mortes são registradas em todos os canteiros de obras de megaeventos esportivos pelo mundo. No Rio não foi diferente.

Sendo preço a expressão monetária do valor por meio de um equivalente geral, o capital a juros não é trocado por nada e não tem sua propriedade alienada. Por ele próprio ser dinheiro, tampouco não se expressa monetariamente em outro dinheiro. Os juros como preço do capital, na verdade, representam quanto da mais-valia resta para o banco. Daí o processo de distribuição, afinal, o capital a juros não gera valor e não tem preço. O dinheiro com o qual o capitalista industrial paga o banqueiro pelo empréstimo usufruído sai da mais-valia dos trabalhadores. Os juros não são criação de valor novo. A forma essencial dos juros é apropriação de uma parte da mais-valia e, por isso, é preciso haver produção real. Mesmo o capital fictício possuirá alguma base real (por exemplo, a especulação com o preço do petróleo ou dos imóveis). É preciso haver uma mais-valia que pague pela especulação. O capital fictício é uma projeção do valor futuro a partir de uma taxa de juros variável sobre um valor presente. Toda a especulação/ficção do mercado financeiro é realizada com base na projeção de valor futuro sobre o valor presente.

A exploração propriamente dita está na produção. O banqueiro não está exatamente explorando o capitalista industrial. Na verdade, este explora os trabalhadores e o banqueiro

apenas se apropria de uma parte da mais-valia por meio de uma fatia do lucro geral do capitalista industrial, que cabe a banqueiro por contrato. A base da exploração está na força de trabalho. As propostas revolucionárias de eliminação da taxa de juros e a formação de bancos populares não possuem o condão de acabar com a exploração capitalista sobre os trabalhadores, diria Marx. Acabaria com a exploração relativa do banqueiro sobre o capitalista industrial (relativa porque ambos dividem a mais-valia contida na taxa de lucro). Entretanto, no capitalismo, a abolição do financiamento via sistema financeiro colocaria em xeque a reprodução do capital: como seriam construídas ferrovias, portos, enfim, grandes massas de capital mobilizadas sem investimento bancário? As fortunas individuais dos capitalistas não são necessariamente para investimento direto na produção. Para a construção de infraestrutura é necessário consórcios entre diferentes formas de captação de capital.

Os investimentos públicos e os ativos do Estado servem como lastro para dar em troca como garantia pelos empréstimos. A privatização de estatais, por exemplo, é parte do processo garantidor de novos empréstimos. A dívida pública é lastreada pelas propriedades do Estado, que entram na contabilidade como ativos. Os títulos públicos são lastreados nos ativos do Estado e na possibilidade de cortes nos “custos” públicos com direitos previdenciários e trabalhistas, ou seja, com capital variável. Em alguns casos, até mesmo partes do território também são garantia em momentos extremos (o caso atual da Grécia revela a sordidez do processo, em que ilhas gregas são alienadas pelo Estado para saldar parte da dívida impagável).

Os economistas dizem que “juro é o preço do dinheiro”. Para Marx, preço é uma expressão do valor. Se essa mercadoria – o dinheiro emprestado no começo, D – que sequer é vendida, mas emprestada, se ela não é produzida pelo trabalho humano, não tem valor. O dinheiro resultante da produção tem valor porque equivale ao valor de todas as mercadorias na produção. O dinheiro do empréstimo não tem valor, apenas potencialidade para produzir mais-valia. Escreve Marx que “o preço se reduz aqui a sua forma puramente abstrata e sem conteúdo, ou seja, ele é determinada soma de dinheiro paga por qualquer coisa que, de uma maneira ou de outra, figura como valor de uso; enquanto, segundo seu conceito, o preço é igual ao valor expresso em dinheiro desse valor de uso” (MARX, 1988c, p.252). Por mais que o preço se desvie do valor por causa da oferta e da demanda ou pela equalização na concorrência, no final será preciso buscar o valor. O preço de coisas que não tem valor porque não são produtos do trabalho humano é irracional porque é forma sem conteúdo. O conteúdo são as formas sociais típicas; no caso do capitalismo, o assalariamento, em que a força de trabalho produz valor e mais-valia. Quando os preços se relacionam a valor criado pela força

de trabalho, o processo é racional porque se refere a uma forma com conteúdo. Quando o preço remunera a propriedade – o dinheiro – e não o trabalho, então trata-se de um preço sem valor, uma forma sem conteúdo.

Um aspecto derivado seria a precificação do valor de uso do capital mercadoria, que não tem valor porque não é produzido pelo trabalho, mas tem valor de uso, que se torna o lastro. Sem valor de uso não há especulação. Ainda que seja um título de dívida privada ou pública, o título remete a algum ativo, a um valor de uso. A seção VI sobre a renda da terra explicita o caráter da pura propriedade. No capítulo 1, Marx diz que a renda da terra *stricto sensu* não remunera as benfeitorias que o trabalho humano produz na terra (pontes, cercas, adubação da terra, etc). A renda da terra remunera a “terra nua”, ou seja, sem trabalho humano: pura propriedade da terra, sem valor. Vamos supor que existam dois terrenos em área urbana; um de frente para o mar e outro a 1 km da linha de praia. O terreno à beira mar é mais caro porque tem vista para o mar. Ambos os terrenos possuem casas edificadas e são alugados conjuntamente com os imóveis. Se alugo uma casa distante da praia, ainda que seja idêntica àquela à beira mar, ela terá um preço muito inferior a que possui vista para o mar. Não há trabalho humano definindo o “perto do mar”. No terreno à beira mar, o preço é ficticiamente aumentado, um preço a mais que não remunera o trabalho de construir a casa, mas o fato de o terreno estar à beira mar, que é o lastro para esse preço. É o valor de uso precificado.

A infraestrutura do terreno e aquela ao redor e abaixo da casa, no subsolo, é trabalho humano, mas não do proprietário do terreno, que está se aproveitando de uma infraestrutura já existente. O valor da propriedade não é determinado apenas pelo trabalho vivo, mas pelo trabalho das gerações anteriores que produziram a infraestrutura. As gerações passadas de cujo trabalho o proprietário se apropria de alguma maneira. Entretanto, o fato de estar à beira mar não envolve o trabalho de gerações passadas. A localização é o valor de uso que determina o preço. A diferença entre os preços da mesma casa produzida em dois terrenos diferentes é dada não pelo trabalho humano, portanto, não tem valor. A precificação é dada sobre um valor de uso (“respirar a brisa marinha”, “ter a vista eterna porque ninguém construirá na sua frente”, “não precisar caminhar para chegar à praia”). Conclui-se que *algo pode ter preço e não ter valor porque é apropriável privadamente*. Qualquer coisa que possa se apropriada privadamente, monopolizável, excludente, pode ser mercadoria e não necessariamente produto do trabalho humano. Assim, mercadoria é qualquer coisa que possa ser propriedade privada. Importa ser apropriável e não necessariamente produto do trabalho humano.

GRESPAN (2011), em um artigo muito interessante para pensar a distribuição da mais-valia global entre setores diferentes – o que remete à produção do espaço para megaeventos – afirma que, no Livro III de “O Capital”, há um descolamento progressivo do princípio da propriedade: cada vez mais, a mais-valia está sendo distribuída para os proprietários. Nas primeiras três seções, a equalização pelo capital industrial assinala quem se apropria de uma parte maior da mais-valia, ou seja, o proprietário que tiver mais capital constante. No setor automobilístico, o capital constante é grande e o variável é pequeno em função do grau de modernização, mas se apropria de uma parte enorme da mais-valia social. Já o setor da construção civil o capital variável é muito grande e o constante, pequeno. Produz grande parte da mais-valia global, mas se apropria de uma parte menor desta porque a massa global de propriedade é pequena.

De acordo com GRESPAN (2011), o primeiro parágrafo do capítulo 21 do Livro III mostra que na equalização do capital produtivo já vale o princípio da propriedade privada, destacando-se do princípio do trabalho. Setores com maior composição orgânica do capital tem um capital constante maior que o capital variável e, portanto, se apropriam de pedaços maiores da mais-valia global. Já na seção IV, nota-se que o capital comercial não produz mais-valia. No entanto, ele tem direito a participar da equalização. Na seção V, o capital a juros também não produz mais-valia, mas, devido aos juros e à propriedade do dinheiro, tem direito a se apropriar de uma parte do excedente produzido pelos trabalhadores. Finalmente, a seção VI: não há trabalho por parte do rentista. Ao longo do Livro III, Marx expõe o descolamento em relação ao trabalho, que vai desaparecendo, e, na ordem sucessiva, os agentes sociais vão aparecendo: o capitalista industrial (que tem a composição orgânica alta), o capitalista comercial, seguido do capitalista a juros e, por fim, os rentistas. Gradativamente, diz Grespan, vai restando apenas o princípio da propriedade privada e o trabalho desaparece. O rentista é a forma mais abstrata de capitalista, pois não tem capital constante nem variável, mas pura propriedade. A terra seria capital constante caso o rentista plantasse algo, mas então se converteria em capital produtivo. O fetiche da mercadoria na prática é fetiche da propriedade, que dá preço a algo que não tem valor nenhum. A terra e o dinheiro são mercadorias, mas ambos não possuem valor. O que os faz mercadorias é o fato de ser apropriados privadamente. Para isso se realizar, o jurídico estatal legitima e garante socialmente algo que não tem base social (econômica).

As taxas de lucro no capitalismo estão cada vez menores e Marx aponta algumas saídas para esse problema, tais como ampliação do mercado através do imperialismo, a possibilidade de extração cada vez mais brutal do valor produzido pelo trabalho vivo, uma

intensificação nos regimes de trabalho, um aumento da capacidade tecnológica. Por fim, a submissão completa de todo o aparato produtivo à dinâmica do capital especulativo com a constituição de conglomerados de produção comandados pelo sistema financeiro. Uma situação em que os industriais se submetem ao sistema financeiro: aqueles que estão diretamente ligados ao aparato produtivo se submetem ao sistema de autovalorização do capital. Essa submissão implica em toda a economia girar em torno de um eixo diferenciado do fetichismo. O capital parece que se autoproduz imediatamente, uma espécie de autopoiesis capitalística.

3.5. Do espaço-mercadoria à cidade-mercadoria pela mediação do empresariamento urbano

O desenvolvimento capitalista se reproduz baseado em uma dinâmica que considera os investimentos passados, realizados e consolidados material e simbolicamente, ao lado da necessidade de desvalorização do espaço. Esta é capaz de abrir novos horizontes para a acumulação de capital e a produção de novas oportunidades à reprodução do espaço na metrópole. A dinâmica entre o que será mantido e o que será reestruturado produz a própria imagem do capital como relação social, plena de contradições. Assim, a (re)produção do espaço define novas paisagens da acumulação.

A superação da industrialização como processo socioespacial indutor da urbanização nos coloca diante de novos conteúdos ao lado de um movimento que indica a passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro (CARLOS, 2000). O urbano é decisivo nesse contexto e é visto como chave para resolver a crise de acumulação do capital devido a suas contradições internas por meio da reprodução do espaço. Nesse contexto, intervenções urbanas aparecem como meios para a reprodução superar as “fronteiras urbanas” produzindo novos espaços. O urbanismo, por trás desse processo, torna o espaço estratégico.

A metrópole moderna, convertida em uma máquina, cujas engrenagens se aprimoram no movimento da reprodução, tem nos investimentos em transportes, serviços e novos equipamentos urbanos momentos da reprodução importantes para compreender a relação entre o global e o lugar mediada pela metrópole. Investigar em que medida essas estratégias criam as condições para a acumulação e, ao mesmo tempo, barreiras estruturais à reprodução futura engendrando novas crises parece pertinente.

No que tange à reprodução do espaço, a modernização aparece como um processo que se realiza na escala da metrópole e, concomitantemente, universaliza-se em direção ao mundial. Tal universalização se dá pela forma valor e tende à formação de uma realidade que impõe sua expansão mundial. Tais formas de expansão se fazem resultantes de suas contradições, de modo a garantir a reprodução condicionada por elementos críticos, ainda que se apresente como virtuosa e positiva. A reprodução é crítica do ponto de vista do capital: a crise da efetivação de suas possibilidades é algo imanente, próprio de sua racionalidade. Essa racionalidade não revela plenamente seu potencial não realizável apontando para uma expansão espacial e temporal reveladora de um projeto de modernização que visa à reprodução do capital.

LEFEBVRE (2008) localiza a produção do espaço como uma potência do capitalismo a partir dos anos 20 e 30 do século XX. O autor não desconsidera o espaço produzido anteriormente como espaço social histórico, mas demarca esse momento como aquele em que o capitalismo passa a se desenvolver tendo a produção do espaço como um dos seus setores econômicos mais importantes. Lefebvre não desenvolve essa ideia e a leitura parece indicar vinculação à expansão de uma economia produzida a partir do fordismo (produção e consumo em massa), produzindo a necessidade de um determinado tipo de urbano e de cidade que – considerando as especificidades históricas e da capacidade da centralidade econômica que a Europa tem para o Brasil – se expressam naquele momento a partir da Carta de Atenas. A arquitetura moderna emite diretrizes e concepções que não aderiram imediatamente em todas as cidades, em todo o desenvolvimento urbano, mas conduzem de alguma maneira a ação do Estado, tendo como ponto de partida uma abordagem instrumental do espaço. Esse é o plano que se tinha como condição desse momento, como uma transição completada após a guerra.

ROLNIK (2004), MARICATO (2002) e VILLAÇA (2004) destacam um traço importante do planejamento urbano brasileiro: a centralização da função do Estado na racionalização dos problemas urbanos. Para ROLNIK (2004, p.352), “a base dessa concepção é uma visão que alia a tradição do urbanismo higienista, em sua versão funcionalista pós- Carta de Atenas, a uma Economia Política Desenvolvimentista com forte protagonismo do Estado”. A relevância da racionalidade instrumental voltada a garantir uma cidade funcional e produtiva, expressão de coação e fragmentação de tempos-espacos da vida, foi fundamental para a reprodução de grandes cidades. Neste contexto, novos espaços e um cotidiano programado garantiram a reprodução do capitalismo e sua sobrevivência. Havia ali uma concepção de totalidade da cidade. O urbanismo e mesmo a razão instrumental do Estado organizavam o conjunto da sociedade, considerando a divisão social do trabalho. Essa é uma

das rupturas vividas nas últimas décadas. Essa concepção tende a ser cada vez mais fragmentada. Como avaliar esse movimento empírica e operacionalmente? Por exemplo, nas últimas décadas, a barganha envolvendo as leis de zoneamento com os empreendedores compreende um momento que revela a produção da materialidade das cidades de forma a não reproduzir as condições postas anteriormente pelo regramento rígido passado. Os processos de produção são diferentes e as necessidades da reprodução do capitalismo também, de tal maneira que existe uma dissonância entre a base material produzida no período anterior e os processos que estão se constituindo em uma outra escala hoje.

Não é possível mudar a metrópole em um ato, da forma como se transforma a produção de uma mercadoria qualquer. A produção da cidade como mercadoria mostra que se trata de uma mercadoria diferente e exige um tratamento diferenciado para sua reprodução. Um “planejamento aos fragmentos” foi a saída encontrada, elegendo-se porções da cidade sobre as quais o Estado e a iniciativa privada atuariam por diferentes instrumentos operacionais (operação urbana, concessão urbanística, etc) para produzir novos espaços na metrópole. Essa razão instrumental atuando em fragmentos é produtora de um aprofundamento da segregação. Não se trata mais da inclusão de todos, ainda que houvesse uma inclusão diferenciada e desigual no período anterior, mas já não se prevê a presença de todos os moradores nessas transformações urbanas.

A crise de acumulação dos anos de 1970 coloca até os dias que correm a reprodução do espaço em um patamar ainda mais significativo do ponto de vista do seu sentido para a produção capitalista. Se Lefebvre alertava que há quase 100 anos já havia um papel para o espaço, agora isso se acentua, o que torna o conflito maior e cada vez mais potente a contradição entre o uso e troca, ou seja, entre a apropriação e o espaço produzido com sentido produtivo. Por isso, os espaços públicos são produzidos como mera cenografia, expressão de um espaço cada vez mais para o mercado.

Na história do planejamento urbano, das intervenções e regulações que o Estado fez sobre a cidade, há ao menos três grandes períodos:

1) O surgimento das primeiras iniciativas de planejamento, de meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Período dos planos de “embellezamento” e “melhoramentos” para “glorificar e ajudar a impor o Estado” (VILLAÇA, 2004, p.192), que se encarregou de um processo de modernização urbana com ênfase na beleza monumental da cidade reformada por políticas sanitaristas (higienistas). Esse protagonismo estatal é relativo porque muitas obras aconteceram via concessões públicas ao setor privado. O Estado não era o único agente na condução do planejamento urbano no Rio de Janeiro e no Brasil. Essas

transformações instituíram um projeto classista de cidade, afastando os mais pobres e garantindo as centralidades produzidas para as classes dominantes, como apresentado no Capítulo 2.

2) Da década de 1930 até a década de 1980, momento inaugurado pelo surgimento de instrumentos de regulação e de intervenção sobre o espaço urbano, que não existiam antes. Por exemplo, as leis de zoneamento com técnicas específicas de intervenção sobre o espaço associadas ao zoneamento da cidade, propondo estruturas viárias que fizessem uma cidade – então movida a trilhos e charretes – para o carro e ônibus. O papel do Estado se torna premente quanto à regulação econômica e social, e, como afirmava Lefebvre, se tornou ativo na produção do espaço urbano como estratégia para a reprodução do capital. A eficiência do espaço para a circulação de fluxos de mercadorias e pessoas supera o ideal estético do “embelezamento” da cidade. O planejamento urbano defendia a adoção de formas ditas racionais para os problemas urbanos produzidos por uma urbanização induzida pela industrialização. Nesse período destacado por VILLAÇA (2004), acentua-se o discurso da aplicação racional dos recursos e dos conhecimentos técnico-científicos necessários ao controle e à resolução dos problemas do espaço urbano. Assim, cumpriu-se a “missão ideológica de ocultar problemas das maiorias urbanas e os interesses dominantes na produção do espaço urbano” (VILLAÇA, 2004, p.222).

3) Nessa trajetória, caminhou-se do pontual e localizado em direção ao “macrourbanístico” – o desenho urbano – na regulação territorial e na vida das pessoas. A partir dos anos de 1980, houve uma forte guinada na direção contrária ao que se vinha fazendo em planejamento. Há um retorno ao micro, associado a uma crise do planejamento e ao surgimento da ideia de revitalização/renovação urbana. Em seguida, aparece o planejamento estratégico urbano que, ao mesmo tempo, desloca para baixo e para algo específico; e para cima, no sentido em que passa a ser um planejamento, uma atividade de regulação e reorganização por meio da revitalização de um pequeno lugar pensando não apenas naquele lugar, naquela cidade, mas no mundo. A partir da década de 1980, registra-se um enfraquecimento do planejamento urbano tradicional (herdeiro do modernismo e do funcionalismo) que passa a dar lugar a uma visão empresarial e de gestão urbana. Há o discurso da mundialização fundamentando esse processo de retorno a coisas pontuais, mas agora pensando no global. A estratégia do capital requer um discurso: um novo modelo de urbanismo exaltado no cenário internacional, um desdobramento da ideologia neoliberal absorvida no Brasil como a nova racionalidade por meio do planejamento estratégico e do *marketing* urbano. A cidade torna-se veículo para o *marketing*, uma extensão da publicidade

corporativa de empresas locais interessadas em atrair investimentos e daquelas outras de fora da cidade interessadas em locais vantajosos e que ofereçam melhores oportunidades para maiores lucros. Trata-se de uma disputa em torno de vantagens locacionais e de um ambiente favorável ao desenvolvimento das empresas. Assim, não são as cidades que competem entre si, mas empresas em busca de redução de custos, vantagens competitivas e oportunidades para novos e grandes negócios.

A reprodução da metrópole como mercadoria em um mercado mundial de cidades conta com a submissão acrítica dos gestores urbanos à competição e à concorrência por capitais. Os instrumentos usados para facilitar os investimentos são incentivos públicos como isenções fiscais, subsídios, concessões, Operações Urbanas Consorciadas (OUCs), etc. Para RAEDER (2010, p.25), “a competição entre cidades teria relação com a própria divisão internacional do trabalho e com a busca de maiores vantagens na produção de bens e serviços”. Originalmente, as vantagens derivam dos recursos locais e da localização. Contudo, elas podem ser produzidas através de investimentos públicos e privados nas infraestruturas de modo a fortalecer a base econômica da metrópole (HARVEY, 2005). A reprodução da própria cidade como mercadoria não ocorre da mesma forma em todas as cidades, uma vez que sempre há peculiaridades em cada lugar; o reconhecimento de tais peculiaridades, entretanto, não impossibilita algumas conclusões mais gerais.

Nesse movimento, o global se transforma em um desejo e, segundo alguns, também em uma necessidade. As cidades precisariam de referências globais e, para esse tipo de divulgação, merecem registro os artigos de Castells e Borja defendendo que as cidades podem se tornar “atores” nesse tema, particularmente, CASTELLS e BORJA (1996). Estabelece-se a ideia de planejamento estratégico de cidade, a ideia do grande projeto (muito pequeno) enquanto o planejamento é um grande projeto com um *trade off* pequeno. Menos planejamento e mais intervenção localizada, ideia que se expande pelo mundo. Uma grande marca disso é o World Trade Center em Nova York e seu produto intermediário: a escavação para construção das bases gerou entulho suficiente para permitir o aterro de parte do rio Hudson e a construção de Battery Park City, um grande conjunto de prédios de negócios e residências junto a um parque, conjunto ganho do rio graças à escavação do complexo comercial e financeiro nos anos 1970. A Ópera de Sidney também data dos anos 1970, Docklands de Londres (anos 1980), Cannary Wharf e toda a área portuária londrina, La Défense (Paris, 1960 em diante, algo lento), Barcelona (1992), Bilbao e o Guggenheim (1992), Puerto Madero (Buenos Aires, 2001). Há uma circulação desse tipo de intervenção urbana em vários lugares do mundo e algumas características similares: *waterfronts*, lugares

de portos ou regiões ferroviárias haviam sido deslocadas, áreas ficam “obsoletas” com muitas terras públicas concentradas nas mãos do Estado ou de poucos proprietários.

No Brasil, há um debate sobre grandes projetos urbanos. A maior parte das vezes houve esse debate sem haver grandes projetos urbanos no país. Há um *check list* mínimo para conseguir conectar com o fenômeno e não se trata apenas de questão de linguagem, terminológica. É preciso um conjunto de elementos associados. O sociólogo Carlos Vainer identifica uma intervenção localizada, pontual e focada como “urbanismo acupuntural” em vez de planejamento. Tal intervenção possui um viés que dialoga com a ideia de cidade global, de centro financeiro ou de negócios pelos arranjos financeiros ali produzidos.

Esse processo é típico de um momento em que os Estados nacionais já não têm uma capacidade de financiamento da forma como agiam na época da substituição de importações nos anos 1970, com a exceção dos projetos em torno dos megaeventos, que contaram com bilhões de reais investidos pelo Estado brasileiro via endividamento público. Isso ganha um formato institucional e financeiro: agências público-privadas, formas de financiamentos mistas e por isso é preciso o discurso do global, como o de um centro de negócios. Formula-se um discurso de crise e de incapacidade estatal para sustentar os novos investimentos urbanos supostamente necessários às adaptações que as cidades necessitariam para concorrer no mercado mundial por recursos. O político e o econômico se apresentam, então, de modo articulado e dependente, revelando estratégias para a reprodução do espaço pela produção do imobiliário urbano.

É necessário a produção de uma marca vitoriosa para o exterior e para os brasileiros, marca de uma mercadoria urbana casada com um certo “patriotismo urbano” (VAINER, 2002a). Construir coalizões de apoio a esses projetos e dificultar resistências, vetos e oposições porque o discurso é o da “*growth machine*” (ARANTES, 2012), projeto que produz ganhos a todos porque gera emprego, riqueza e, por isso, seria benéfico e assim se dificulta politicamente uma oposição a ele. Nesse sentido, o projeto prevê a construção de grandes equipamentos urbanos, a realização de eventos que deem visibilidade e incrementem o potencial turístico. A visão crítica a esses processos carece de casos suficientes para responder a algumas perguntas básicas que estão associadas a esse tipo de projeto. É possível fazer habitação de interesse social alavancada por esse tipo de projeto? É possível fazer operação urbana com habitação de interesse social? A política importa ou, uma vez que se impõe um formato desejado economicamente, a política deve se curvar? É possível resistir à *gentrification* e seu efeito mais imediato, ou seja, uma mudança paulatina dos conteúdos sociais dos moradores em função do aumento do preço da terra e do aluguel?

Considero as ideologias não como discursos autônomos, separados da realidade econômica, mas como uma práxis discursiva colada à mercadoria (uma forma mundializada e mundializante); daí que a ideologia acaba não aparecendo como ideologia, pois a “racionalidade” do mundo da apropriação privada torna-se “natural”. Ideologia, então, não seria apenas discurso, mas uma vida cotidiana regulada, cujos significados são apresentados de modo “invertido”. Instala-se, nos dias de hoje, uma “nova” ideologia, que proclama que todo consenso é bom e que todo o conflito é danoso e, então, deve-se negá-lo, evitá-lo ou superá-lo de qualquer maneira. A possibilidade de conflitos é vista como uma ameaça à sobrevivência da sociedade e, assim, o consenso a todo preço será usado como pretexto para isolar o “conflituoso” ou obrigá-lo a negociar e aceitar a solução que se impõe quando contraria interesses. VAINER (2002a, p.91) escreve que,

“na verdade, esta condição está como que pressuposta desde o início, pois o discurso, a todo tempo, tratou a cidade como uma unidade: a cidade *compete*, a cidade *deseja*, a cidade *necessita*. Enquanto se discute se as cidades competem ou não, e o que elas desejam, aceita-se, como natural, a instauração da cidade como o sujeito – sujeito simples, coeso, sem qualificação. Por um ato de nomeação, como diria Bourdieu, pretende-se instaurar socialmente a existência daquilo que no discurso, a priori, se supôs existente” – grifos do autor.

O urbanismo como ideologia considera a metrópole sob a perspectiva dos problemas urbanos basicamente sob o viés da localização, o que significa uma visão do espaço como continente de problemas a administrar e a superar. O estudo dos problemas relativos à mobilidade urbana, à circulação de fluxos e de informações conduz à instrumentalização do conhecimento para a resolução de obstáculos à reprodução, pois parte da ideia da metrópole como lugar da produção de mercadorias, rede de circulação e de consumo, centro de informações e de decisões, “centro de gestão do território” para alguns. Tal consideração parte de uma redução arbitrária, na visão de LEFEBVRE (2001), pois é dogmática. Essa consideração possui dois aspectos solidários: um mental e outro social. O mental parte da racionalidade em meio a novas formas de organização da produção, antes no espaço da empresa, hoje no espaço urbano como espaço produtivo por excelência que (re)produz abstrações que vêm da história e outras novas. O aspecto social se refere à passagem da historicidade à espacialidade, “a noção de espaço que passa para o primeiro plano, relegando para a penumbra o tempo e o devir” (LEFEBVRE, 2001, p.43). Ao observar a história e a cidade, a impossibilidade da coincidência entre os processos que vêm da história e as novas formas urbanas produzidas pela industrialização induz o urbanismo a se (re)pensar como forma de conhecimento imbuída de missão corretiva e curativa, na acepção médica do termo, a fim de projetar e produzir a harmonia. Essa crítica lefebvriana se aplica adequadamente ao

urbanismo modernista e, hoje, a crise do modernismo evidencia a ruína da visão prospectiva da história, o desfazimento do imaginário do projeto moderno, cujo otimismo se esvai. Os urbanistas não mais acreditam nos poderes libertadores da racionalidade técnico-científica e que a arquitetura poderia intervir no mundo em direção à alteridade e à utopia. A visão de Le Corbusier sobre a arquitetura moderna como a síntese das artes para cumprir o projeto moderno e efetivá-lo é obnubilada perante a “crise urbana” (mundial), que dificulta ao urbanismo pensar a metrópole como totalidade em meio à extravagância do consumo estético de imagens produzidas no interior da reprodução do capital.

Confrontadas com a desconcentração industrial, o desemprego, os cortes orçamentários e a queda das receitas dos impostos, as cidades são reposicionadas por meio da combinação do marketing com a financeirização como centros internacionais de turismo, finanças, de informação e serviços de comunicação e de consumo. O Rio é apresentado como uma cidade vaidosa, assediada pelo capitalismo financeiro internacional, onde descobriu-se no espaço urbano uma fonte de enriquecimento que vem transformando a capital carioca em um artigo de consumo. Esse é um fenômeno que afeta outras cidades pelo mundo, como Barcelona, objetos de revitalizações a serviço dos interesses de grandes multinacionais. Cidades caricaturizadas, reduzidas a um pastiche de referências globalizadas, espaços onde a segregação se reproduz intensamente e a expulsão dos “consumidores não-qualificados” se realiza. Aparentemente, o objetivo dos administradores empresariais dessas cidades é atrair consumidores com alto poder aquisitivo quer como residentes, quer como turistas. ARANTES (2007) destaca o esforço da gestão empresarial das cidades em produzir um produto inédito a partir de uma fórmula repetida há décadas, dependendo de uma adequada política de *image-making*. Não há preocupação em enxergar a cidade como um todo (no Rio, o eixo Centro – zona Sul – Barra é privilegiado). A cidade é restringida a espaços selecionados, cujos costumes merecem ser exibidos, camuflando características que maculem a imagem (prostituição, tráfico, violência). Promove-se uma limpeza social para escamotear a realidade. Em outra obra, a autora escreve que

“o produto em questão será invariavelmente algo da família das imagens com impacto de massa, não só mundo afora, mas também na fabricação dos consensos domésticos. Vende-se um pouco de tudo nesse mercado de imagens, mas seja o que for, ascensão dissuasiva de uma nova superpotência (China) ou retorno de uma antiga (Rússia), ou mesmo o anúncio euforizante de que o futuro do ‘país do futuro’ demorou mais chegou, a base é uma só, até pela exigência elementar de uma sede: a cidade-imagem, a ser refeita, reembalada e relançada” (ARANTES, 2012, p.07).

O atual processo de reestruturação econômica desencadeou-se a partir de uma série de crises articuladas desde a década de 1970. A teoria econômica gerou o neoliberalismo como

resposta às crises conjunturais que hoje se percebem como uma grande crise estrutural, introduzindo certa racionalidade de mercado sobreposta a todas as demais lógicas capazes de elevar resistências, pretendendo dessa forma uma homogeneização. As relações de consumo de bens e serviços tornaram-se balizadoras para a produção de novos comportamentos e valores defendidos pelos arautos do neoliberalismo. A ascensão da cidade administrada como empresa se dá nesse contexto político-econômico de reversão dos 30 anos de expansão do pós-II Guerra Mundial.

No contexto de crise do capital, a luta por nichos de mercado passa pela diferenciação qualitativa dos produtos. No Livro III de “O Capital”, MARX (1988c; 1988d) mostra o surgimento de diferenças específicas como formas de aumento da concorrência e como o próprio capital enseja esse movimento de concorrência quando há poucos recursos para todos os capitalistas. Assim, resulta que a mais-valia é dividida de modo intenso entre os capitalistas. No momento de crise, aparece com maior premência a questão da qualidade e da marca, tanto no sentido de alternativa “natural” quanto no sentido da produção da “exclusividade” e da especificidade. É preciso produzir diferenciação para oferecer produtos ditos exclusivos e especiais. Criam uma marca comercial de cidade ou a reelaboram, reformam espaços públicos, oferecem a cidade como se fosse um novo produto com qualidades próprias em um contexto mundial. Tudo são estratégias para criação de nichos que se relacionam com um momento de concorrência brutal pela da mais-valia. Na seção VI, sobre a renda da terra, isso fica evidente.

Posto que o capital, neste momento, passa a realizar-se vendendo o espaço e/ou as particularidades desses espaços, o turismo e a financeirização da produção do espaço podem ser apontados como dois dos momentos da reprodução. Propostas voltadas à especialização do espaço são encaminhadas na forma de estratégias urbanas. Reproduz-se a Área Central como centralidade especializada para atrair serviços complementares às atividades financeiras e possibilidades em termos de turismo (negócios/cultura) com a instalação de equipamentos urbanos âncoras da expansão do setor terciário moderno da economia. Em tese, enquanto as atividades financeiras concentram-se em novos espaços, produzindo a cidade como negócio, a venda dos espaços de lazer e para o turismo oferece particularidades do espaço, mercantilizando os lugares, valendo-se de estratégias oficializadas pelo poder de gestão política do Estado. Tais espaços hegemônicos são sustentados por um *marketing* de cidade (construído pelo urbanismo) que mantém discursos e imagens interiorizadas no imaginário coletivo. Apontando uma das preocupações do urbanismo, LEFEBVRE(1986, p.35) afirma que “é o esteticismo o que unifica os fragmentos funcionais de um espaço deslocado, realizando

deste modo suas características homogêneas e fragmentadas”. A fórmula dessa nova estratégia urbanística vale-se do *marketing* de cidades, da exploração dos bens culturais, da potencialização dos indicadores de qualidade de vida, das intervenções urbanas pontuais e espetacularizadas, produzindo uma construção imagética carregada de positividade.

As abordagens correntes que analisam o movimento deterioração-revitalização partem de “uma espécie de reviravolta desconcertante, a rigor, sem mediações e sem maiores considerandos” (ARANTES, 2002, p.20). O planejamento analisaria a revitalização tão somente como um reflexo da ação de processos “nascidos” no bojo da crise do keynesianismo. A “crise” do paradigma fordista redefiniria os conteúdos espaciais de modo a expandir as potencialidades de extração de lucros e de maior produtividade do sistema, proporcionando um “reajuste”. O declínio das políticas econômicas inspiradas no keynesianismo colaborou para que se questionasse no nível local a legitimidade do Estado como regulador do uso do solo urbano. Esse ataque à atuação do Estado compunha uma estratégia visando ao abandono do planejamento estatal. Apesar disso, os urbanistas permaneceram ligados à perspectiva do Estado (com maior ou menor aderência), afirmando-o como a instância de decisões sobre os destinos da cidade. Neste sentido, todo o discurso do urbanismo é pautado pela apologia do Estado, capaz de equalizar os desequilíbrios e promover o desenvolvimento. Sob essa perspectiva, a “crise da metrópole” derivaria, então, da falta de planejamento urbano/estatal. A partir da formulação de um discurso de crise, justifica-se a necessidade de intervenções pelo *planejamento*.

A obsessão com o crescimento econômico relegou o planejamento urbano a um papel secundário e muitas vezes meramente formal no que se refere ao desenvolvimento urbano orientado sob a disciplina do Estado. Resultado desse movimento, a criação do discurso do Planejamento Estratégico aparece como saída para efetivar uma “gestão” eficiente da cidade, dita “democrática”, mas essencialmente corporativa. Uma estratégia que pensa no potencial de “venda dos lugares” capazes de reunir atrativos turísticos através da produção de um “discurso competente”. Dentre as orientações, o Planejamento Estratégico explora os “pontos fortes” e “corrige os pontos fracos”; busca encontrar as potencialidades, oportunidades e prever ameaças; procura direcionar as empresas para o melhor nicho de mercado a cada negócio, etc.

Cidades em crise, economias urbanas colapsadas, passaram a ser tratadas como laboratórios de “revitalizações urbanas”, instrumentalizadas por Parcerias Público-Privadas em áreas desvalorizadas. Por trás de tais iniciativas, a liberação de crédito realizada por bancos públicos e privados nacionais e de todo o mundo. Como aparência do fenômeno, a

estetização e a espetacularização, que passaram a ser administradas como formas de controle ao subsumir os conflitos sociais a consensos forjados em torno da empregabilidade e do crescimento econômico. A cidade administrada como empresa é tomada por coalizões voltadas à reprodução da propriedade imobiliária.

No caso do Rio de Janeiro, revitalizações urbanas não são as únicas formas de desenvolvimento econômico de centralidades da metrópole hoje. Nesta investigação, analiso o lugar das favelas no processo de (re)produção do espaço e penso que a valorização de determinados espaços periféricos se apresenta como novo negócio na urbanização contemporânea em um processo de valorização do espaço, superação da “fronteira urbana” e (re)produção da centralidade. Esse processo de valorização do espaço de favelas em um determinado eixo da cidade está relacionado às transformações decorrentes das intervenções promovidas a propósito de megaeventos, nova estratégia para a reprodução em metrópoles que são colocadas à “venda” no mercado mundial. O “novo” é a potência e a extensão do processo de urbanização hoje: sua mundialidade.

Uma nova concepção de cidade e de planejamento urbano se tornou hegemônica no Brasil e no Rio de Janeiro. Para efetivá-lo, uma coalizão de poder local vem se reproduzindo desde a primeira eleição de Cesar Maia como prefeito, em 1993. A eleição de Luiz Paulo Conde (criatura política de Maia) como sucessor seguida de duas reeleições sucessivas de Maia instauraram uma forma particular de fazer urbanismo no Rio. Aconselhado pelos consultores catalães, que ensinavam a fórmula do modelo Barcelona, esse grupo político liderou a produção do primeiro Planejamento Estratégico³³ do Rio ainda em 1993. Esse programa assinalava a importância da “união dos cariocas” e as “vantagens competitivas” da cidade naquele cenário. Sob a perspectiva neoliberal da administração da cidade como uma empresa, o novo planejamento do Rio instava a um consenso urbano, a uma maior aproximação do mercado em relação à gestão pública e a pensar a metrópole como uma empresa em competição com outras em um mercado altamente competitivo. Para BORJA e CASTELLS (1997), a metrópole seria a “multinacional do século XXI” e, assim, deveria ser conduzida como uma empresa através de parcerias público-privadas e a direção privada dos negócios públicos. Grandes projetos urbanos com apelo simbólico seriam propostos para manter a “multinacional” em destaque e atrair os investimentos e consumidores (turistas) desejados. Iniciativas culturais, como museus de grife, e uma sequência de megaeventos de todos os tipos seriam necessários para realizar o projeto. A agenda da administração pública

³³ Para maiores detalhes sobre o processo de elaboração desse Planejamento Estratégico do Rio, consultar VAINER (2002b).

valorizava especialmente aqueles megaeventos que respondessem pela atração massiva de turistas e capitais à cidade e que também tivessem potencial para projetar mundialmente a imagem do Rio como lugar receptivo, eclético, cultural, responsável, comprometido com causas nobres, organizado, inteligente, sustentável e criativo (o primeiro megaevento desse período a promover a imagem do Rio foi a ECO-92). De todas as iniciativas arroladas por Maia e Conde como intervenções urbanísticas pontuais em seus governos, COMPANS (2005) recorda que a maioria não obteve sucesso por falta de empresários interessados ou problemas políticos. As intervenções concentravam-se em infraestrutura de transportes e de telecomunicações, além da “revitalização” de espaços públicos em centralidades econômicas (Teleporto, Linha Amarela, orla da zona sul, garagens subterrâneas e revitalização da área portuária). A autora afirma que apenas o Rio Cidade e o Favela-Bairro podem ser considerados como “as duas principais intervenções físicas realizadas pelos governos Cesar Maia e Luiz Paulo Conde, juntamente como a Linha Amarela” (COMPANS, 2005, p.237). O prefeito que assumiu o Rio de Janeiro a partir de 2009 contou com um cenário político-econômico mais favorável à continuidade dos projetos desse grupo político hegemônico, ainda que dividido em células antagônicas. Eduardo Paes, assim como Conde, também foi politicamente forjado nas fileiras que apoiavam Cesar Maia. Paes assumiu a agenda política do grupo e, com o apoio do governo do Estado do Rio de Janeiro e do Governo Federal petista, acelerou a execução dos projetos urbanos neoliberais, tendo os megaeventos como principal horizonte.

Dentre os principais megaeventos arrolados no calendário do prefeito Eduardo Paes, destacavam-se a Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável realizada em junho de 2012), a Copa das Confederações (espécie de ensaio para a Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol, FIFA, ocorrida em junho de 2013), a Jornada Mundial da Juventude (megaevento da Igreja Católica que contou com a presença do Papa Francisco em julho de 2013), o Rock in Rio (festival de música em setembro de 2013). Todos esses eventos redundaram em esforços e investimentos para adaptar áreas da cidade às necessidades inerentes à realização das atividades. Esses investimentos exigiram a realização de obras para receber a estrutura exigida para cada evento, alteração da legislação em diferentes esferas do Estado, adaptações pontuais no sistema de transportes da cidade, reorganização da logística de atendimento à população e oferta de serviços públicos. Contudo, dois megaeventos são tidos como os principais catalisadores de recursos: a Copa do Mundo de Futebol Masculino da FIFA (2014) e os Jogos Olímpicos de Verão (2016). Assim, a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro estabelece a importância e a referência que os

megaeventos passam a representar para o Estado e os organizadores, bem como as empresas parceiras das iniciativas.

Um megaevento pode ser compreendido como um evento cultural ou esportivo produzido e encenado para uma escala internacional. Essa definição guarda um pré-requisito para a realização no Rio e em Barcelona: o megaevento possui uma certa escala, uma dimensão que o distingue do ordinário, garantindo visibilidade, marcas físicas e simbólicas, bem como estratégias para a reprodução do espaço. Os megaeventos ganham destaque em função do seu caráter extraordinário, dos ciclos de tempo em que ocorrem e de seus impactos nas cidades que os sediam.

Megaeventos como as Olimpíadas ou a Copa do Mundo possuem uma dimensão simbólica adquirida e mediatizada capaz de atrair a atenção do mundo para suas atividades, garantindo durante determinado período a aparente realização de uma fantasia e, ao mesmo tempo, a produção da imagem de um país que se coloca como potência econômica. A cidade que serve como laboratório a um megaevento como as Olimpíadas é fragmento elevado como falsa totalidade de modo a sintetizar em si o imaginário a respeito de um país. Esse movimento vem se realizando desde a década de 1980 com Los Angeles (1984), “um marco no processo histórico de transformação dos Jogos, no sentido do crescente poder empresarial em sua organização” (MASCARENHAS, 2011, p.32). Daí em diante viveríamos uma fase de “completa espetacularização” (OLIVEIRA, 2012, p.66).

A ascensão de uma gestão empresarial dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo é concomitante à formação das ideologias da “cidade-empresa” e da “cidade-pátria”, formadas no interior do neoliberalismo econômico. Nesse contexto, a produção do consenso em torno da suposta capacidade que os megaeventos e a Cultura (na forma de museus, por exemplo) detêm para geração de empregos e de riqueza condicionou a ação do Estado ao orientar um urbanismo que considera a cidade como uma empresa, perspectiva que esvazia politicamente a administração pública. Essa ideologia é reproduzida tanto em cidades do centro do capitalismo, quanto em metrópoles da periferia. Dessa forma, forja-se um consenso político generalizado sobre os benefícios dos megaeventos para a geração de emprego em cidades e espaços desvalorizados. Os megaeventos apareceriam, então, na chave da adaptação ao novo regime de acumulação pós-fordista no cenário de crescente globalização. Podemos considerar que a reestruturação econômica implicou em uma reestruturação urbana por meio de projetos mercadológicos que aparecem como projetos de sociedade na figura do “legado olímpico” e de uma estetização da paisagem urbana com o desenvolvimento de novos espaços de

consumo, como shopping centers, restaurantes temáticos, museus de grife, parques temáticos, *waterfronts* e áreas portuárias, reabilitação de edifícios e bairros históricos.

No caso do Rio de Janeiro, estudei os impactos decorrentes da lógica econômica dos megaeventos sobre três favelas da Zona Sul carioca. Dentre esses impactos, recordo brevemente o processo de “pacificação” de favelas por meio da militarização do espaço, a instalação de novas atividades econômicas formais reguladas pelo mercado, o estímulo ao turismo nas favelas, o fomento ao empreendedorismo e exploração comercial da cultura popular (inclusive com museificação), a formalização tendencial de um mercado imobiliário com preços de aluguel e compra/venda inflacionados devido à especulação, etc. A favela é compreendida como um “território”, que é delimitado pela militarização e por ideologia liberal que defende a participação empreendedora e ativa dos moradores para a superação de sua própria condição periférica. Assim, no Rio de Janeiro, administrado como empresa, estimula-se o empreendedorismo e a instrumentalização da cultura popular na favela e, como cidade-pátria, não deixa margem para o dissenso: forma-se um “pacto” em prol do desenvolvimento econômico da cidade, um “pacto” defendido pela Prefeitura como de comum interesse de todos os moradores do Rio. Dessa forma, a “pacificação” de favelas orienta a sociedade a considerar para esses espaços a naturalização da militarização ao lado da disciplina da indústria cultural. As elites políticas buscam para o Rio a aprovação do “mercado mundial” ao mesmo tempo em que generalizam o controle e a vigilância, neutralizando a política em nome da segurança como princípio básico da ação do Estado. As ações despolitizadoras do governo enquadram a cidade, convertida em objeto de controle policial. As políticas públicas de segurança de sucessivos governos no Rio de Janeiro trabalharam para alterar a imagem de “cidade perigosa” e “refém dos criminosos” para a de “cidade empresarial, pronta para receber os turistas em segurança” e, em um período mais recente, “cidade dos megaeventos” (BARREIRA, 2013).

Na cidade administrada como empresa rejeita-se qualquer dissenso a respeito dos projetos público-privados implementados em nome do crescimento econômico e da promoção urbana. A política não tem lugar na cidade reproduzida como mercadoria. Nessa cidade, há espaço apenas para as instruções normativas de uma vida urbana regada em torno de objetivos comerciais. Nesse sentido, por exemplo, a “pacificação” de favelas aparece como gestão da violência e do dissenso na periferia em torno da pauta urbana. As favelas aparecem, então, como espaços para promover o turismo ou como lugares a ser evitados, a depender da comunidade. A segurança pública é condição para a venda da cidade e o controle do espaço, particularmente o da periferia parece fundamental como estratégia que alimenta a segregação

socioespacial no Rio.

3.6. O “Modelo Barcelona” e o Rio de Janeiro

O paradigma que orienta a Prefeitura do Rio de Janeiro, recorte de nossas investigações, é o “modelo Barcelona”. Em evento em junho de 2012 (Seminário “A Olimpíada e a Cidade: Conexão Rio-Barcelona”)³⁴, a fim de apresentar o estágio da execução das obras, o atual Prefeito do Rio, Eduardo Paes apressou-se para apresentar Pasqual Maragall (prefeito de Barcelona à época das intervenções urbanas para os Jogos Olímpicos de 1992) como seu modelo de gestor: **“Eu quero ser você amanhã. Meu sonho é ser Pasqual Maragall”**, disse o Prefeito do Rio ao ex-Prefeito de Barcelona. Dentre as questões levantadas pelo alcaide, destaco duas que me parecem norteadoras de certo discurso do Estado: “como os Jogos Olímpicos podem deixar um legado, romper barreiras e paradigmas, obstáculos enfrentados há muito tempo?” e “como os objetos construídos poderão beneficiar a população após os Jogos Olímpicos de 2016?”. Cabe investigar que tipo de modelo balizou as intervenções no Rio.

Após décadas de ditadura franquista e em redemocratização, o governo espanhol intensificou a integração espanhola ao bloco europeu diante do desafio de realizar reformas e gerar desenvolvimento econômico. Barcelona, capital catalã, foi destacada no contexto da Espanha e projetada como cidade cosmopolita potencialmente capaz de atrair recursos financeiros para a realização dos Jogos Olímpicos de 1992. Na prática, a “cidade como máquina de crescimento econômico” (LOGAN e MOLOTCH, 2015) era atualizada de acordo com as diretrizes da produção de uma monumentalidade fundada no espetáculo, coordenada por uma coalizão política que apostava na arquitetura de grife e que forjou o consenso necessário à consecução dos projetos urbanos. A originalidade do caso de Barcelona permite perceber

“como os processos de transformação urbana direcionada para melhor integração e adaptação do espaço urbano às exigências da economia globalizada têm sido acompanhados de multiplicidade de representações urbanas, cuja finalidade é facilitar esse posicionamento internacional mediante o ‘marketing urbano’ e, por sua vez, tentar alcançar o grau de consenso social necessário para levá-las a cabo” (BENACH, 2006, p.447).

³⁴ Estive presencialmente no evento em questão e a frase proferida pelo Prefeito pode ser lida também na seguinte reportagem: RITTO, Cecília. “As lições de Barcelona para os jogos olímpicos do Rio”. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/as-licoes-de-barcelona-para-os-jogos-olimpicos-do-rio> Acessado em 30 de junho de 2012.

O primeiro prefeito socialista foi Narcís Serra i Serra, doutor em Economia, diretor de Estatística da Câmara de Comércio de Barcelona. Junto com Miquel Roca i Junyent, Serra havia impulsionado nos anos 60 e 70 um gabinete de estudos para a realização do Plan de la Ribera, concebido por Pere Durán i Farell. O Plan, aprovado pelo prefeito Porcioles em 1971, pretendia transformar o litoral de Barcelona mediante uma atuação especulativa, eliminando boa parte da edificação histórica industrial da zona. O Plan acabou não se realizando em função da resistência de grupos de moradores e entidades, como o Colegio de Arquitectos, que produziram um “Contraplan”. No entanto, a construção da Vila Olímpica de 1992 retomaria essa velha proposta com algumas modificações.

De acordo com BUSQUETS (2004), era evidente para os urbanistas que Barcelona continuava necessitando de uma reestruturação social e econômica que marcasse a mudança democrática pós-ditadura franquista e, consequentemente, a imagem da cidade. Com o aprendizado dos erros de condução do Plan de la Ribera, o mandato do prefeito socialista Narcís Serra dividiria a atividade urbanística em duas vertentes. Por um lado, se centraria numa escala mais próxima, criando ou reformando numerosas praças nos diferentes bairros de Barcelona, uma aposta na melhora cênica dos espaços de sociabilidade, característica do “modelo Barcelona”. Evidência disso é a materialização da praça dos Països Catalans no bairro de Sants, a praça Sóller em Nou Barris, o parque da Pegaso em Sant Andreu ou as remodelações da praça Reial e as praças de Gràcia, todas iniciadas e promovidas no mandato de Serra no Ayuntamiento (Prefeitura). Todas essas ações estão registradas na *Full Municipal* (“Folha Municipal”), um folheto destinado a informar e, ao mesmo tempo, fazer publicidade do trabalho da Prefeitura. Tentava, ainda, criar uma consciência de maior proximidade entre o poder público e os moradores. A Full Municipal iniciou uma longa trajetória de publicações municipais destinadas a aproximar as pessoas não somente do trabalho realizado pela Prefeitura, mas também de sua ideologia urbanística.

Por outro lado, planejou-se uma estratégia mais ambiciosa na transformação de Barcelona, um plano herdeiro do natimorto Plan de la Ribera. Dizia-se que era preciso repensar a estrutura viária de Barcelona, remodelar a orla, atualizar seus equipamentos esportivos e, acima de tudo, formular uma sinergia positiva para aporte de capital privado para reduzir o alto índice de desemprego que, em muitos bairros, superava 30% da população ativa. Em 1981, encaminhou-se a petição oficial para Barcelona realizar os XXV Jogos Olímpicos, ratificada pelo Rei.

Em 1982, Pasqual Maragall i Mira substituiu Serra como Prefeito de Barcelona na metade do mandato devido a um convite do novo governo do PSOE de Felipe González para

que o alcaide demissionário se tornasse ministro da Defesa. Maragall não apenas fez seu o projeto de Serra, mas soube convencer a sociedade catalã sobre as virtudes da aposta, somando-as e promovendo essa ilusão para os cidadãos, um componente necessário para ganhar a designação em 1986 por parte do Comitê Olímpico Internacional: Barcelona como sede dos Jogos de 1992. Nessa tarefa de “conscientização cidadã”, as publicações do Ayuntamiento tiveram máxima importância. Em 1983 publicou-se “*Plans i Projectes per a Barcelona, 1981-1982*”. A dupla definição de escalas (uma próxima e outra distante) quanto às intervenções desenvolvidas por meio de planos urbanísticos e projetos urbanos se repetiria com certa regularidade.

O principal artífice da publicação, assim como da natureza dos projetos apresentados era Oriol Bohigas i Guardiola, arquiteto e urbanista, diretor da Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona até 1980 e homem de confiança como conselheiro de Serra e Maragall. Bohigas dotou a Prefeitura de um corpus teórico e de um *modus operandi* de acordo com suas necessidades para levar adiante as mudanças radicais projetadas para Barcelona. Em 1985, Bohigas publicou “*Reconstrucció de Barcelona*”, outra tentativa a mais de argumentar não somente quanto ao itinerário proposto para os Jogos Olímpicos, mas também a urgência e a necessidade de levar a cabo tais projetos. O prefeito Maragall publicaria uma obra com tom biográfico no ano seguinte com um título muito semelhante ao de Bohigas: “*Refent Barcelona*” (“Refazendo Barcelona”). Neste texto, Bohigas rejeita os projetos grandiosos do franquismo em favor de intervenções específicas e pontuais em pequenas e médias operações no espaço urbano, tratando a “cidade como laboratório”. O arquiteto favoreceu a monumentalização arquitetônica dos projetos urbanísticos e do espaço público, favorecendo a rua e a praça. Inequivocamente, os espaços públicos carecem de verde, algo previsto e exigido (BARRIL e CATALÀ-ROCA, 1992). Escreve BOHIGAS (2004, p.180) que “um espaço urbano não é uma paisagem, em outras palavras, não é uma versão artificial ou mimética da natureza. É arquitetura com todas as suas características, adaptada aos métodos projetivos da própria arquitetura e motivado por seus objetivos sociais e culturais”. A negação do espaço público com elementos da natureza contradiz a tradição catalã da *eixida* (do latim *exire*, sair). A *eixida* era espaço de comunhão com a natureza onde identidades eram recriadas, de acordo com RESINA (2014). O autor esclarece por que esse traço da vida cotidiana catalã foi atacado pelo Estado: “na Barcelona socialista, a renovação da identidade – ou melhor, a própria identidade – não deve ser mencionada. A identidade é o que faz pessoas e grupos quererem persistir no ser. Ela resiste a transformações, e sem transformações não há mercadorização nem mais-valia” (RESINA, 2014, p.263).

A partir de 1986, o projeto olímpico considerou não apenas investimentos em grandes equipamentos esportivos, mas a cidade inteira foi abarcada pelas intervenções que rasgaram o centro histórico de Barcelona, reformaram a área portuária e a turistificaram. A alteração no uso do solo e a criação de monumentalidades em lugares estratégicos gerou novas centralidades pela cidade, aplicação de novas tecnologias, adaptação na infraestrutura de transportes e investimentos em política social. MONTANER (2004, p.205) elenca os pontos de partida para o projeto:

“remodelar a cidade aproveitando suas próprias qualidades e recuperando os escassos espaços livres existentes; apostar no fato singular dos Jogos Olímpicos de 1992 como motor da renovação da cidade; entender Barcelona como um laboratório urbano e social baseado em um urbanismo entendido como projeto; projetar as áreas e instalações olímpicas totalmente integradas à cidade; iniciar uma necessária e drástica reestruturação infraestrutural; potencializar a realização de grandes projetos; enfatizar o predomínio do espaço público”.

Barcelona sofreu tais intervenções mediante a criação de uma imagem de “cidade olímpica”, combinando a criação de um consenso social forjado e de reconhecimento internacional, promovendo o chamado “modelo Barcelona”. A Espanha se modernizou às custas de vultosos investimentos financeiros chancelados pelo Banco Central Europeu e garantidos por bancos privados. O “olimpismo” como ideologia ensejou “elaboradas estratégias do Estado que, em matéria de urbanismo, aproveita com extraordinária habilidade os acontecimentos políticos susceptíveis de favorecer a readaptação da cidade aos processos socioeconômicos dominantes, quando esta entra em determinados momentos críticos de seu desenvolvimento” (TELLO, 1993, p.508). RESINA (2014, pp.268-269) esclarece quais interesses econômicos locais também estavam subjacentes ao projeto olímpico, relacionados a empreendimentos de incorporação imobiliária e remoções mascarados pelo marketing urbano. Revela-se, assim, uma associação do megaevento ao rentismo:

“Em meados da década de 1970, a indústria da Catalunha chegava ao limite e era visível que a economia tinha de encontrar bases novas. Um novo plano metropolitano geral, aprovado em 1976, criou condições para a cidade pós-industrial como área de consumo intensificado. Não por coincidência, o projeto olímpico original afetou primariamente o distrito de Vallès, do outro lado do monte Tibidabo. O plano metropolitano visava exatamente essa área que, com uma superfície cinco vezes maior que a de Barcelona (477 Km²), mal continha o dobro da população da cidade. Também não foi por acaso que a Olimpíada finalmente foi para Barcelona pela mão de José Antonio Samaranch, presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI). Em 1974, Samaranch era presidente da Diputació de Barcelona (escritório do governo central na região). Também presidia a comissão permanente do Consorcio Urbanístico del Maresme, grupo de investimentos dedicado a planejar obras de infraestrutura na área metropolitana”.

Palavras de ordem eram divulgadas através da imprensa, tais como: “Barcelona posa’t guapa” (Barcelona, mostre-se bela); “Barcelona més que mai” (Barcelona mais do que

nunca); “La ciutat de tots” (A cidade de todos). Essas “ordens” faziam parte do marketing urbano para forjar o consenso em torno dos projetos olímpicos. O propósito era garantir estabilidade política e apoio público para vender a imagem de Barcelona para o exterior. Desde 1986, ano da confirmação da candidatura olímpica, até o verão de 1992 os fatos se sucederam com rapidez. Alguns dados desse momento inicial não eram muito reconfortantes, por exemplo, os 21% de desemprego. Os cinco anos de investimentos em infraestruturas viárias e a Vila Olímpica romperam essa tendência, contando com a expansão da indústria da construção. O “modelo Barcelona” cresceu em um marco político (tanto ao nível da Espanha quanto da Catalunha) aparentemente estável. Pasqual Maragall permaneceu como o prefeito de Barcelona até 1997 cumprindo um mandato de 15 anos e Jordi Pujol (eleito em 1980) se aposentou após 23 anos como *President* da Generalitat (a administração autônoma da Catalunha). O mandato presidencial de Felipe González (PSOE) também foi dilatado: eleito pela primeira vez em 1982 com maioria absoluta, repete em 1986 e 1989. No entanto, até o final da década nota-se como as classes médias urbanas começam a afastar-se do PSOE em paralelo aos primeiros casos de corrupção.

Clara manifestação do enfrentamento entre poderes, em 1987, o Parlament de Catalunya dissolve a Corporación Metropolitana de Barcelona para reorganizar o planejamento catalão a partir de outro modelo de desenvolvimento territorial e, conseqüentemente, político. Em seu lugar foram criadas instituições específicas (Entidad Metropolitana del Transporte e a Entidad Metropolitana de Servicios Hidráulicos y Tratamiento de Residuos). Completando o processo, em 1990 aprova-se o Decreto Legislativo 1/1990, contemporâneo da Ley del Suelo do governo socialista. Curiosamente, as diferenças entre os governantes eram sensivelmente menores frente à paralela aceleração do processo de privatizações de empresas públicas e de aquisição de empresas espanholas pelo capital estrangeiro. De modo pragmático, isso era visto como superação “moderna” de ciclos anteriores e como parte da transformação europeia que acompanhava o colapso soviético em pleno auge do discurso globalizador (MONTANER, 2004). A persistência do predomínio do capital nacional no âmbito da construção civil e do setor hoteleiro aparecia, assim, como moeda de troca dessa progressiva chegada do capital internacional. A situação continuou sem grandes variações até o final dessa década, em que, pela primeira vez, se ouvia falar de imobiliárias estrangeiras como Kepro ou Hines, assumindo a nova escala das operações projetadas em direção ao rio Besòs, nos limites de Barcelona (pretensão de construir um bairro do tipo subúrbio norteamericano na cidade).

Dentre as obras realizadas em Barcelona a propósito da realização dos Jogos

Olímpicos de 1992, grandes operações urbanas relacionadas às intervenções viárias produziram vias expressas para conexões urbano-metropolitanas de circulação rápida de modo a aumentar a mobilidade no espaço (“*cinturones de ronda*”) e servir de conexões também entre as quatro áreas olímpicas definidas para Barcelona. De acordo com DELGADO (2007), tais vias expressas produziram impacto social negativo, apontando a fragmentação do tecido urbano dos bairros, expropriações e reassentamentos, bem como favorecimento do transporte privado em detrimento do público. MONTANER (2004) argumenta que o êxito dos projetos olímpicos de Barcelona tem como base a integração de cada um dos quatro vértices de transportes e cada um dos vazios da cidade naquele momento, ou seja, o fato de cada projeto relacionado aos Jogos Olímpicos repercutir em toda a cidade podendo ser utilizados.

Cada uma das áreas olímpicas foi pensada para atender à cidade. Nesse sentido, Busquets elaborou a ideia de “áreas de nova centralidade”, comportando as quatro áreas olímpicas já previstas, além de novos nós urbanos onde se entrecruzam grandes vias de circulação e onde estações e linhas ferroviárias foram transferidas, liberando solo urbano com localização central. São pontos chave para orientar os fluxos de transportes e a mobilidade em Barcelona (carrer de Tarragona, plaça Cerdà, plaça de les Glòries, RENFE-Meridiana, Port Vell, prolongamento da Diagonal). Esses projetos tinham como função direcionar os fluxos de investimentos imobiliários a fim de distribuir pela metrópole as atividades e evitar especializações de áreas da cidade. Essas “áreas de nova centralidade” revelam o caminho escolhido pelo Ayuntamiento para a expansão urbana de Barcelona nas décadas seguintes aos Jogos Olímpicos: em direção à Poblenou e ao leste de Barcelona, com a avenida La Sagrera, o Fòrum e o distrito 22@. TOURINHO (2006, p.288) afirma que

“a capacidade de criar ‘centralidade sem centro’ evidenciada pelos megaempreendimentos demonstra que é possível extrair riqueza injetando riqueza, isto é, grandes investimentos são capazes de concentrar grandes lucros. Uma parte das chamadas ‘novas centralidades’ nada é senão criação artificial de espaço urbano (novas áreas), como local único, ainda que reproduzível, capaz de acumular e concentrar riquezas e distribuir ou canalizar lucros (intercâmbio). Do ponto de vista econômico, são receptáculos de rentabilidade, em que se concentram processos de intercâmbio entre a produção e o consumo favorecidos pela nova realidade comercial, em que a escolha dos locais de compra passou a ser regida por outros determinantes que não os fundamentalmente vinculados à facilidade de acesso. Do ponto de vista ideológico, são caça-níqueis que simulam a ‘vida urbana’, ainda que ajudem na produção e na reprodução da força de trabalho por sua participação nos processos da estrutura social. Do ponto de vista político, são fontes de atrito ou de prestígio dependendo do peso das instâncias que os promovem ou os combatem. Do ponto de vista territorial, alteram todo o conhecido até agora, uma vez que sua abrangência pode ser segmentada ou, ainda, deterritorializada com respeito ao território da metrópole no qual estão localizadas como enclaves”.

A construção dos anéis viários de Barcelona (vias para garantir a mobilidade pela

metrópole), a abertura de Barcelona ao mediterrâneo com a construção da Vila Olímpica, a criação de vários novos centros e as zonas olímpicas de Montjuïc, Diagonal e Vall d'Hebron são os principais projetos de infraestrutura para os Jogos de 1992. De acordo com BRUNET (1995), os investimentos realizados alcançaram o total de 956.630.090.000,00 pesetas (aproximadamente 6 bilhões de euros, sem correção monetária), sendo 1/3 do total destinado aos projetos de construção de vias. Do total investido, 32,7% tiveram origem no setor privado, o que gerou uma grande dívida pública. O prejuízo, do ponto de vista contábil, é reservado aos países-sedes.

O processo de produção do megaevento considera a cidade como um laboratório de intervenção colocando-a à venda no mercado mundial, em concorrência com outras cidades. O processo de produção do megaevento tem uma rotação longa, desde a escolha da cidade – ou país – como sede. A partir daí, inicia-se a aplicação de políticas públicas que aparecem como inovações voltadas ao aprimoramento de serviços, à mobilidade e para a criação de equipamentos específicos. Essas inovações podem ser pensadas como forma de aprimoramento da cidade como mercadoria e potencializar o valor do megaevento. Por exemplo, os consumidores do espaço necessitam de hotéis, atrativos turísticos, segurança pública, serviços adequados a sua mobilidade. Esses aprimoramentos de atributos/qualidades são promovidos durante o processo de organização como “work in progress” no sentido de que, em determinada data agendada, o megaevento será oferecido em perfeito estado. Isso estimula a cobrança elevada dos preços dos produtos e serviços secundários na cidade (inclusive para os moradores), bem como os serviços específicos ligados ao megaevento. O megaevento como mercadoria é uma das formas que o capital assume no processo de valorização. Para isso, conta com a reprodução da cidade como mercadoria. MARX (1988a, p.126) escreve que:

“O capital, como valor que se valoriza, abrange não só relações de classe com caráter social determinado que repousa na existência do trabalho como trabalho assalariado. Ele abrange não só isso, mas ele é um movimento, um processo de circuito através de diversos estágios. O valor percorre diversas formas, diversos movimentos, nos quais ele se conserva e, ao mesmo tempo, se valoriza, aumenta. Passa constantemente de uma forma a outra sem se perder nesse movimento e se transforma, assim, num sujeito automático.

De fato, o valor se torna aqui o sujeito de um processo pelo qual ele, com a troca constante de forma (dinheiro e mercadoria), altera sua própria grandeza, repele-se, como mais-valia, de si mesmo, como valor original, e se autovaloriza”.

As inovações aplicadas à cidade como mercadoria aumentam a produtividade da força de trabalho, particularmente no que se refere à mobilidade urbana. A construção civil recebe os recursos (públicos em sua maioria, resultante da mais-valia dos trabalhadores na forma de

impostos recolhidos) e os aplica para produzir parte das inovações. A cidade é reproduzida como mercadoria, mas também é locus produtivo para a realização da rotação do capital que se transformará mercadoria megaevento. Ao ser produzido e consumido como mercadoria, o megaevento redistribui a mais-valia global, beneficiando sobretudo rentistas que participam do negócio a partir das promessas de rendimentos futuros, auferidos após o pagamento dos juros bancários. As indústrias que produzem a mais-valia não se apropriam completamente do excedente, mas a transferem para outros setores. Nesse sentido, surgem disputas intercapitalistas pelos lucros dos setores não produtores de mais-valia. Para prevalecer uns sobre os outros, marcas são criadas para atração de lucros para esses setores.

Em 2010, o Planejamento Estratégico de Barcelona passou a incorporar a periferia metropolitana, fato que não se deu sem tensões dentro da estabilidade política desse tipo de projeto. Em todos os eventos em que assisti Jordi Borja palestrar durante o ano de 2015, o consultor catalão insistia na necessidade de “construir uma cidade coerente e mais justa” a partir do que ele chama de “cidade metropolitana”. Na mesa de abertura do “Fòrum Veïnal sobre l’Urbanisme de Barcelona” de 2015 (Fórum de Vizinhos/Moradores sobre o Urbanismo de Barcelona), Borja foi contundente quanto a um projeto para efetivar a integração das novas centralidades produzidas a propósito dos Jogos Olímpicos por meio da articulação do território metropolitano, incluindo os 35 municípios da área metropolitana de Barcelona. Para isso, na opinião de Borja, será preciso “blindar um consenso político e social sobre o que se quer fazer do futuro. As ferramentas do planejamento urbano hoje não ajudam, como o Plà Director Urbanístic, que regula o uso do solo e a habitação”. Ainda no referido evento, Borja afirmou que o Plano Diretor pode colaborar para abrir o debate, mas é preciso mais instrumentos para pensar ações metropolitanas. Ressaltou que é preciso produzir uma “identidade metropolitana” e um governo metropolitano para redistribuir os recursos pelo território da área metropolitana, uma nova forma de governança acima dos governos municipais.

A crítica de Jordi Borja não destoa daquela contida na obra de NEL.LO (2002), cujas colocações indicam um projeto em construção. De modo geral, o autor identifica a capital catalã como uma ameaça ao equilíbrio de todo o país (Catalunha). Assim, a dissolução de Barcelona no interior de uma unidade metropolitana com dezenas de municípios favoreceria politicamente toda a região. Defende ainda a difusão da urbanização pela Catalunha como uma forma de desenvolvimento induzido e administrado para reduzir as desigualdades sociais e econômicas na área metropolitana. A Catalunha industrial era polinuclear, com grandes centros de produção em cidades de tamanho médio como Sabadell e Terrassa. A

desindustrialização a partir da década de 1970 e a terciarização agravaram a concentração econômica e populacional em Barcelona, que incorporou à dinâmica metropolitana dezenas de municípios vizinhos. Indicando a intensificação do processo, NEL.LO (2002) afirma que o trem de alta velocidade ameaça incorporar as capitais das demais três províncias catalãs à dinâmica de Barcelona. O discurso de Borja e de Nel.lo surgem nesse contexto de reestruturação do território da Catalunha.

No Rio de Janeiro, grandes obras viárias também foram executadas, da mesma forma inspiradas no modelo Barcelona, enfatizando o transporte público: corredores exclusivos para ônibus articulados (como a TransOeste e a TransCarioca) e vias expressas para ligação transversal (TransOlímpica e TransBrasil). Essas quatro vias expressas rasgam o tecido urbano visando a conferir maior mobilidade urbana entre os espaços da cidade a ser utilizados durante as Olimpíadas, além da reurbanização de áreas periféricas da cidade promovendo valorização.

A Barra da Tijuca (zona oeste) representa o horizonte de expansão imobiliária da cidade com a oferta de produtos para as classes médias e de alta renda em condomínios fechados. Seu crescimento também aponta para a valorização dos bairros vizinhos, como o Recreio dos Bandeirantes e algumas áreas de Jacarepaguá. Além disso, a abertura das vias expressas TransOeste, TransOlímpica e TransCarioca – todas desembocando na Barra – aponta para a integração de bairros proletários e distantes ao circuito da troca por meio da infraestrutura de transportes, que facilita a mobilidade urbana. Com isso, bairros vizinhos à Barra são valorizados e populações pobres aí localizadas são removidas ora pelas obras de transportes e equipamentos esportivos, ora pelo aumento dos aluguéis e valores de compra e venda. Isso ocorre na Vargem Grande, na Vargem Pequena e no Camorim (que coabitam com a Barra a mesma região administrativa) e Guaratiba. Esses bairros encontram-se defronte ao mar ou áreas contíguas aos bairros litorâneos. De acordo com AZEVEDO e FAULHABER (2015), apenas o Plano de Reestruturação Urbana do Corredor T5/Transcarioca realizou a desapropriação de mais de 1600 lotes, liberando quase 1,5 milhão de metros quadrados de solo urbano. O projeto privilegiou a desapropriação de terrenos com áreas remanescentes reaproveitáveis para construção, de modo a possibilitar a remodelação dos bairros. O plano também estabelece um parâmetro urbanístico para as áreas sob a influência desse corredor, com coeficientes até quatro vezes maiores que os dos bairros que atravessa – em geral, loteamentos formais populares autoconstruídos –, a serem adquiridos via outorga onerosa. De acordo com ROLNIK (2015), o Comitê Olímpico Brasileiro, através de seu presidente Carlos Artur Nuzman, vetara a utilização da área portuária como principal lugar das intervenções

para os Jogos Olímpicos do Rio 2016. Nuzman, então, era um dos mais atuantes defensores dos Jogos na Barra da Tijuca, “bairro” da cidade dominado por um oligopólio de grandes proprietários: “Pasquale Mauro, Carlos Fernando de Carvalho (Carvalho Hosken), Tjong Hiong Oei (ESTA S.A.) e Múcio Athayde (Grupo Desenvolvimento)” (ROLNIK, 2015, p.356). A ação desses proprietários de terras se deu consoante à dos incorporadores, particularmente a Carvalho Hosken, proprietária da maior parte dos terrenos onde se construiu o Parque Olímpico.

Já os bairros de Copacabana (zona sul), Maracanã e Deodoro (ambos na zona norte) representam oportunidades pontuais para negócios. A ligação entre o complexo esportivo do Maracanã e a Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, era defendida pelo mercado imobiliário e pelo Estado como uma estratégia visando à criação de um “Central Park” carioca por meio de alterações na legislação urbanística (PEU de São Cristóvão já possui o gabarito sem limites) e da integração física entre os dois lugares utilizando-se de uma cobertura sobre a avenida Radial Oeste e o deslocamento do quartel do Exército Brasileiro ali localizado, empecilho que impediu a realização do projeto. Já Deodoro é um bairro do Rio tradicionalmente conhecido como “área militar” e possui vários estabelecimentos e quartéis das Forças Armadas, bem como imensos terrenos pertencentes à União. A experiência de alienação das propriedades da União na área portuária mostrou que o mesmo pôde ser feito em Deodoro de modo a criar oportunidades de negócios imobiliários para classes médias. Por sua vez, Copacabana sediou esportes aquáticos e está em construção a nova sede do Museu da Imagem e do Som (MIS), desenhada por um escritório de arquitetura estelar para atração de turistas interessados no consumo estético da forma-aparência do equipamento cultural.

O Mapa 6 a seguir apresenta todos os subcentros econômicos da cidade em grandeza comparada com o Centro do Rio, principal centralidade político-econômica da metrópole. Importante destacar a dispersão das centralidades por toda a metrópole de modo a gerar complementaridade ao “bairro Centro” no processo de implosão da centralidade original. Os principais subcentros comerciais da cidade são Copacabana e Botafogo (Zona Sul); Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Bangu (Zona Oeste); São Cristóvão, Tijuca e Madureira (Zona Norte). Já Ipanema e Leblon (Zona Sul); Recreio dos Bandeirantes, Santa Cruz e Campo Grande (Zona Oeste); Vista Alegre, Ilha do Governador, Penha, Bonsucesso, Del Castilho, Cachambi e Méier (Zona Norte) são subcentros comerciais secundários e complementares aos principais citados anteriormente. A Cidade Universitária (zona norte) aparece no mapa em função da produção de tecnologia e por sediar importantes empresas da área química e de extração mineral e petróleo.

Hierarquia

- Centro de Alcance Metropolitano
- Centro de Alcance Municipal e Intermunicipal
- Centro de Alcance Regional
- Subcentro de Alcance Local

- Shopping Centers
- Hospitais
- Equipamentos Olímpicos
- Terminal Metropolitano
- Estações Barcas

- Aeroportos
- Estações BRT's
- Estações Parador
- Estações Metrô
- Estações Trem

Ligações Estruturais - BRTs

- AV. BRASIL - TRECHO 1
- AV. BRASIL - TRECHO 2
- AV. BRASIL - TRECHO 3
- LIGAÇÃO B (PROJETADA)

- TRANSCARIOCA
- TRANSCARIOCA (INTEGRAÇÃO BRT TRANSOLÍMPICA)
- TRANSOESTE (1A ETAPA - BARRA - EST DA PEDRA)
- TRANSOESTE (2A ETAPA - EST DA PEDRA - SANTA CRUZ)
- TRANSOLÍMPICA

- Ligações Troncais Principais - BRS
- Ligações Troncais Secundárias - BRS
- Ligações Coletoras - BRS
- Metrovias
- Ferrovias

Anexo: V

Sistema de Centros de Comércio e Serviços da Cidade do Rio de Janeiro

Lei de Uso e Ocupação do Solo
da Cidade do Rio de Janeiro

Fontes de Dados: SMU/SMF/IPP
Sistema de Projeção: UTM
Datum: SAD 1969

0 2.000 4.000 8.000 12.000 Metros

Conectando os subcentros, aparecem a avenida Brasil, a Linha Vermelha, a TransCarioca, a TransOlímpica, e a Linha Amarela (Figura 32). Essas vias expressas produzem um anel viário ao redor da cidade e cruzam o Rio de Janeiro do aeroporto internacional do Galeão até a Barra da Tijuca, principal núcleo olímpico. As vias expressas olímpicas também passam pela ou desembocam na Barra da Tijuca. Aperfeiçoar a mobilidade urbana no Rio era uma das metas do Estado. A cidade teve sua frota automobilística ampliada na última década e escassos investimentos em transportes públicos foram registrados. As políticas para expansão do sistema metroviário são pálidas e se resumiram à cara expansão da Linha 1 em direção à Barra, nomeada como Linha 4. A alternativa aventada pela Prefeitura da Cidade consiste na criação de BRTs (*Bus Rapid Transit*), um sistema de ônibus articulados de alta capacidade que utiliza corredores para circular com maior velocidade por vias expressas pontuadas por estações de embarque e desembarque de passageiros. A integração de porções do espaço metropolitano favorece a mobilidade urbana e o surgimento de novos negócios imobiliários em áreas mais afastadas das principais centralidades.

Figura 32. As principais vias do Rio de Janeiro após as intervenções urbanas em mobilidade e transportes. Fonte: Empresa Olímpica Municipal.

Em Barcelona, a área do Porto Autônomo (outro eixo de intervenções urbanas) sofreu alterações de modo a “realizar a integração do mar com a Cidade Velha” por meio do reordenamento da fachada marítima. O mesmo aconteceu na área do bairro de Poblenou, garantindo grandes operações imobiliárias com fortes interesses especulativos. No Rio de Janeiro, o discurso da integração da cidade com o mar ganhou relevo no antigo Porto do Rio, sendo o mar substituído no discurso pela degradada baía de Guanabara, cuja despoluição parcial estava prevista como um dos legados dos Jogos Olímpicos.

Figura 33. Praça Mauá vista da cobertura do Museu de Arte do Rio (MAR). Destaque para o VLT no centro da imagem e para o Museu do Amanhã, no canto superior esquerdo. Fonte: autor, 2016.

O Porto Maravilha é o projeto de intervenção urbana realizado por meio de concessão público-privada reunindo construtoras e bancos em torno do Consórcio Porto Novo por 15 anos, incluindo entre seus objetivos a demolição do Elevado da Perimetral de modo a abrir o front marítimo, construção de novos acessos, “reurbanização” dos três morros da área (ocupados por três tradicionais e antigas favelas da cidade), construção de túneis e iniciativas de preservação do ambiente cultural. O chamado “Porto Maravilha” é um grande projeto urbano que prevê a transformação gradativa dos usos da área portuária para outros

residenciais e de negócios via outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, vendidas por meio de Cepacs, cotadas e para venda na bolsa de valores. Diante da grande coalizão política articulando as três esferas do Executivo, os entraves patrimoniais públicos foram retirados (maioria dos terrenos pertencentes à União), os terrenos públicos desvalorizados vendidos para a concessionária que administraria os três bairros da área portuária e as intervenções efetuadas. A concessionária responsável tem direito a revender os terrenos agora valorizados diante da reforma urbanística empreendida na área. Pretende-se a venda dos imóveis a moradores de classe média. Em Barcelona, a renovação da fachada marítima junto com a construção das Vilas Olímpicas substituiu antigos galpões industriais e tecido residencial de baixa renda pelo uso residencial de classe média e de alta renda ao lado de serviços e comércio para atender ao turismo. O Porto Olímpico e o Palácio de Congressos são dois fixos relevantes que marcam essas intervenções consideradas gentrificadoras.

Gentrificar significa que um bairro ou um conjunto de edifícios com certos níveis de degradação recebe investimentos, públicos ou privados, para sua transformação, de maneira que se produz um incremento em seu valor e provoca a substituição das classes populares que habitavam tais áreas por classes médias. Trata-se de um retorno do capital a áreas desvalorizadas e/ou deterioradas na cidade (SMITH, 2015). Autores como BUSQUETS (2004), MONTANER (2004) e CAPEL (2005) desconfiam da aplicabilidade do conceito de *gentrification* para o caso de Barcelona. Por outro lado, ARANTES (2002), VAINER (2002a), SMITH (2009) posicionam-se à favor da efetividade da *gentrification* em Barcelona, descartando a possibilidade de se tratar de uma exceção momentânea na reprodução.

Assim como no Rio, em Barcelona, o plano mais ambicioso do conjunto de intervenções era o plano urbanístico da Vila Olímpica. A Vila Olímpica, o Porto Olímpico e a nova frente marítima são intervenções associadas a um complexo de animação turística, consumo e lazer. A Vila Olímpica se converteu em um dos espaços simbólicos da renovação urbana em Barcelona e expressa a realização da cidade-mercadoria, sendo a cidade transformada em cenário de consumo após a reconversão da antiga cidade industrial em espaço urbano adaptado às necessidades do consumo. No Rio de Janeiro, um Parque Olímpico foi criado dentro da Barra da Tijuca para atender aos interesses imediatos dos Jogos Olímpicos e, em seguida, colocado à disposição do mercado imobiliário da cidade. O Parque Olímpico é visto pela Prefeitura como o principal legado, reunindo um conjunto de equipamentos esportivos e para moradia, garantindo a continuação da expansão dos investimentos imobiliários na zona oeste do Rio, eixo de crescimento econômico metropolitano há anos.

Entre 1993 e 1998, Barcelona encontrava-se entre dois megaeventos: os XXV Jogos Olímpicos e o Forum de las Culturas. Esse período pode ser caracterizado por um paradoxo: por um lado, em diferentes âmbitos, Barcelona colhe os êxitos derivados da transformação urbanística olímpica e, por outro, se inicia o final de uma “lua de mel” entre a administração pública e os cidadãos. Há um despertar do sonho dos Jogos com os deveres cumpridos e aprovados, ainda que, ao mesmo tempo, com uma grande dívida financeira que coincide com uma crise econômica na Espanha.

Apesar desse contexto de crise, novos equipamentos culturais pendentes foram inaugurados, como o Teatre Nacional, o Auditori, o Centre de Cultura Contemporània de Barcelona (CCCB) e o Museu d’Art Contemporani de Barcelona (MACBA). Enquanto o CCCB, aberto no início de 1994, se inseriu na dinâmica da cidade como foco dinamizador tanto do entorno como da cultura urbana, o Teatre Nacional e o MACBA despertaram duras críticas desde o início pelo predomínio da forma sobre os conteúdos dos equipamentos. O MACBA conseguiu uma progressiva integração e aceitação em seu entorno a partir da gestão de Manuel Borja-Villel (1998-2007). Esse museu é símbolo da *gentrification* pela qual o bairro do Raval passou (ARANTES, 2012).

Em setembro de 1997 Joan Clos é colocado à frente do Ayuntamiento em substituição a Pasqual Maragall, que também havia sido alçado ao cargo substituindo Narcís Serra na década de 1980. Clos seria eleito em 1999 e reeleito em 2003. Jordi Hereu seria seu substituto em setembro de 2006.

Durante esses anos, as elites políticas de Barcelona continuavam colhendo êxitos internacionais. O desafio de ser uma “cidade situada no mapa” da cultura, da educação e do turismo se viu a cada ano referendado pelo aumento da chegada de visitantes e investidores. O número de pernoites na cidade não parou de aumentar após os Jogos Olímpicos de 1992. A cidade conseguia oferecer eventos culturais ao nível mundial que a posicionavam em um lugar privilegiado na rede global de cidades. Um dos mais destacados no campo da arquitetura e do urbanismo foi a celebração em 1996 do XIX Congresso Internacional de Arquitectos, da União Internacional de Arquitetos (UIA). Seguindo certo reflexo dos Jogos Olímpicos de 1992, esse congresso obteve em Barcelona seu maior êxito jamais alcançado, superando a previsão dos organizadores e a própria capacidade de organização e de logística do evento.

No número 13 da revista da FAVB (“La Veu del Carrer”), em 1993, um artigo assinado pelo historiador Pere Solà sobre o conceito de cultura e criadores culturais deixava claro um enfrentamento que marcou a gestão municipal. Cada vez mais se considerava

criadores culturais como agentes isolados e não a sociedade em seu conjunto. Solà fazia referência ao então responsável pela área de cultura da Prefeitura, o arquiteto Oriol Bohigas, que se queixava da desapareição dos agentes culturais tradicionais, como a burguesia ou os grêmios:

“Segundo Oriol Bohigas, a sociedade civil não tem culpa por essa situação: nem os burgueses nem os artesãos se encontram agora em condições econômicas de fazer nada significativo para a cidade. Com um enorme ceticismo, uma grande desconfiança (...) contra a cidadania disse que: a cultura tinha que passar pela administração e pelos impostos. Não se dá conta que a administração (e os administradores) somente podem atuar se tiverem poderosos interlocutores na sociedade civil e esta não passa somente pela natureza econômica. Parece que o ideal da administração passa por uma sociedade civil dócil e maleável, uma espécie de tábula rasa onde os construtores de ideias possam desenhar as figuras geométricas perfeitas as suas utopias” (p.56).

Com antecedência de anos, esse artigo assinala alguns problemas entre sociedade e instituições que se agravariam ao final do período do “modelo Barcelona”: confundir cultura com indústria cultural, interpretar os investidores como sociedade civil, a sociedade como tábula rasa e a arquitetura como cenografia para o turismo. Após os Jogos, o discurso pelo qual Barcelona era vendida foi reformulado para enfatizar uma certa “multiculturalidade”, a “Barcelona diversa”, subproduto de certo consenso olímpico passado: “a marca de uma imagem de diversidade cultural na qual se destaca, sobretudo, a boa convivência entre os cidadãos” (BENACH, 2006, p.457). A imagem da “cidade multicultural” contrasta com a da Barcelona olímpica, representação que apresentava a cidade como um bloco monolítico sem conflitos ou interesses. A ênfase na “multiculturalidade” destaca a relevante presença de um contingente de imigrantes de diversas partes do mundo em meio a uma sociedade catalã fechada e orgulhosa de suas tradições e idioma. A recente crise imigratória derivada da guerra civil na Síria reforçou essa imagem da “multiculturalidade” em função da política de recepção do Ayuntamiento favorável aos refugiados (a atual prefeita, Ada Colau Ballano, ao lado de outros alcaides da Espanha, lidera o grupo das “Cidades-Refúgios” para quem escapa do Oriente Médio). No tocante à arquitetura, Barcelona continua sendo vendida como detentora de um vasto patrimônio cultural, herdeira do modernismo catalão, que produziu uma urbanização peculiar na área conhecida como Eixample (Ensanche ou “expansão/extensão”) e edifícios icônicos (SERRATOSA, 1995). Barcelona possui um grande acervo artístico em seus museus, concentrando-se em obras nacionais (catalães). A existência de um grande conjunto arquitetônico medieval no Barri Gòtic e na Ciutat Vella ao lado de experiências modernistas converte a cidade em um museu pleno de atrativos para os turistas e estudiosos.

No âmbito da revitalização em áreas desvalorizadas, a Prefeitura do Rio de Janeiro se utilizou da estratégia dos novos museus e estabelecimentos culturais como monumentos responsáveis por um estetismo usado para potencializar a intensidade dos fluxos turísticos, a exemplo do que ocorreu com o museu de Frank Gehry em Bilbao. No norte da Espanha, em uma antiga e desvalorizada área industrial, a cidade de Bilbao despontava como capital de uma região separatista (País Basco) com movimento terrorista reconhecido por seus atentados. Em 1997, Bilbao inaugura a filial espanhola da franquia Museu Guggenheim, projetado pelo arquiteto estelar Frank Gehry, inserindo a capital basca no roteiro turístico europeu, o que atraiu milhões de turistas apenas para apreciar a forma-aparência do museu em pétalas metálicas. O Guggenheim estetizou o centro da cidade de Bilbao, atrai turistas e aumenta o volume de negócios, servindo como um troféu aos políticos locais, importando menos o que se expõe e mais a forma arquitetônica. Para ESTEBAN (2007, p.70),

“a arte proporciona apenas uma parte da atividade e da identidade do Guggenheim, apesar de que estamos falando de algo que se define como um museu. Esta parcialidade se deve a que seus objetivos não são primordialmente artísticos. Em uma estrutura **ornamental**, a atividade mais apreciada está em função de algo a mais que a arte, do mesmo modo que um aquário espetacular como o de Valencia não se construiu para investigação científica” [grifo meu].

A Prefeitura do Rio de Janeiro também tentou sediar uma das franquias do Museu Guggenheim durante a gestão do ex-prefeito César Maia. Em 2000, o então prefeito contratou o arquiteto Jean Nouvel para desenhar a sede latino-americana da franquia de museus no Píer Mauá. O objetivo defendido pela municipalidade apontava a instalação do museu na deteriorada área portuária da cidade como um marco para fomentar a revitalização dos antigos bairros portuários. Devido a questões orçamentárias e legais, o projeto foi frustrado na origem.

Em 2008, a Prefeitura do Rio anunciou a criação do Museu do Amanhã – no mesmo lugar em substituição ao Guggenheim –, agora projetado pelo discutível arquiteto Santiago Calatrava, inaugurado em 2015. Ao mesmo tempo, vinha construindo a caríssima Cidade da Música (hoje Cidade das Artes) na Barra da Tijuca, projeto de Christian de Portzamparc finalizado em 2013. O prefeito da cidade a partir de 2009, Eduardo Paes, encampou a estratégia dos novos museus e anunciou a criação na praia de Copacabana da arrojada nova sede do Museu da Imagem e do Som (MIS) a ser inaugurado em 2017, desenhada pelos mesmos arquitetos responsáveis pelo High Line Park de Nova York. Além dessa iniciativa, Eduardo Paes inaugurou o eclético Museu de Arte do Rio (MAR) em 2013 na área portuária. Lado a lado com a pobreza nas favelas, museus-monumentos. Na produção do discurso da

ordem, a Cultura é somada à Segurança em um movimento voltado à valorização de certos espaços urbanos (PALLAMIN, 2000).

Figuras 34 e 35. Na primeira imagem, o Museu do Amanhã, no Porto Maravilha. Na segunda, detalhe do Museu de Arte do Rio (MAR). Fonte: autor, 2016.

Dessa forma, a Prefeitura do Rio apostou nos megaeventos e na museificação para produzir novos espaços na metrópole, o que garantiria a reprodução econômica e visibilidade na competição por capitais e turistas. Esses projetos urbanísticos são realizados a partir da produção de um discurso baseado em um “*patriotismo cívico*”, de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da cidade. Esta promoção interna deve apoiar-se em obras e serviços visíveis, tanto os que têm um caráter monumental e simbólico como os dirigidos a melhorar a qualidade dos espaços públicos e o bem-estar da população. Esse discurso revela-se despolitizador, já que nega a possibilidade do dissenso em torno dos projetos. Megaeventos são vendidos como saídas para a reprodução do capital e aumento do crescimento econômico. Os consensos são construídos estrategicamente e qualquer oposição é desqualificada sob acusações de déficit de patriotismo para com a cidade ao negar o pretenso potencial gerador de riqueza e empregos defendido pelos agentes promotores.

Mas, de que tipo de emprego se trata? Em artigo no jornal O Estado de S.Paulo³⁵, o economista da FEA-USP José Pastore avaliou as estimativas do Governo quanto à quantidade de empregos gerados pela Copa de 2014 no Brasil. O presidente da Embratur havia garantido que a Copa gerara 1 milhão de empregos. O Ministério do Esporte, por sua vez, estimou a cifra em 3,6 milhões de postos de trabalho. Nas últimas Copas, as estimativas dos países-

³⁵ PASTORE, J. O emprego depois da Copa. In: Jornal O Estado de S.Paulo, em 15 de julho de 2014. Disponível em <http://www.economia.estadao.com.br/noticias/geral,o-emprego-depois-da-copa-imp-,1528780>. Acessado em 20/06/2015.

sedes do megaevento haviam superestimado a geração de empregos, como se viu em seguida. Pastore afirma que, na verdade, “a Copa do Mundo é simplesmente uma grande festa que, como toda festa, gera oportunidades de trabalho temporário e de curta duração”. De acordo com o economista Edson Domingues, da UFMG, citado por Pastore, “o total de empregos gerados pelo torneio deve ter ficado em torno de 185 mil, na maioria temporários e ligados às atividades de turismo, alimentação, transporte, produção e vendas de bens alusivos ao evento – camisetas, bandeiras, flâmulas e adereços”. As contratações no turismo são de curta duração e, escreve Pastore, “é pouco provável que a Copa do Mundo tenha removido os focos de preocupação e apreensão dos estrangeiros em relação à insegurança e à violência no Brasil”, o que dificulta a transformação do país em um polo de atração de turistas do nível de França ou Espanha, por exemplo. Os feriados decretados nas cidades-sedes afetaram as atividades comerciais e limitaram a contratação de temporários. O setor da construção civil voltado para a ampliação e reforma da infraestrutura gerou empregos temporários enquanto havia obras. Restaram os empregos relativos à gestão dos equipamentos resultantes das obras. Nos primeiros cinco meses de 2014, houve geração de novos empregos formais 32% menor do que em 2013 e 46% menor que em 2012. Após analisar os dados das 20 maiores economias do mundo nos últimos 30 anos anteriores a sua pesquisa – sendo que algumas delas sediaram megaeventos nesse período – SZYMANSKI (2002, p.8) conclui que “no ano do evento, o impacto de sediar uma Copa do Mundo tem um efeito negativo, sugerindo que o crescimento econômico declina em vez de aumentar”, crescendo o endividamento público. Os Jogos Olímpicos de Atenas mostram que a conta do megaevento saiu cara: o orçamento inicial previa gastos da ordem de 4,5 bilhões de euros e, ao final, estima-se que 12 bilhões de euros foram gastos com o evento esportivo.

No caso de Barcelona – e da Espanha, por extensão –, a estratégia da museificação foi amplamente utilizada nas últimas duas décadas. Barcelona, centro arquitetônico e artístico ímpar, reúne ricos conjuntos remanescentes de arquitetura medieval, além de exemplares da arquitetura modernista aos quais, hoje, somam-se obras icônicas da arquitetura de grife estelar. Todo o cenário cultural de Barcelona gira em torno da riqueza arquitetônica e da circulação de turistas e consumidores que utilizam permanentemente os principais espaços da cidade. Em Barcelona encontramos alguns fundamentos do urbanismo contemporâneo, pois é lá que se verifica a origem do Planejamento Estratégico, aplicado àquela cidade e franqueado para outras metrópoles ao redor do mundo, como o Rio de Janeiro.

Dentre os fixos culturais utilizados como âncoras para o crescimento econômico e a atração de turistas, há exemplos de edifícios concebidos por arquitetos famosos internacionais

sob o prisma de uma “cultura global”, um estilo arquitetônico internacional que desafia os materiais utilizados para a produção dos fixos e conflitam com particularidades do lugar, ainda que seus idealizadores defendam a “inspiração” em elementos do patrimônio cultural e natural para definir a forma. O Museu d’Art Contemporani (MACBA, projetado por Richard Meier e inaugurado em 1995), o Teatre Nacional de Catalunya (projetado por Ricardo Bofill e inaugurado em 1997) e o Auditori de Barcelona (projetado por Rafael Moneo e inaugurado em 1999) já apontariam para a superação do “modelo Barcelona” antes mesmo da inauguração em 2004 do Fórum das Culturas (projetado pelo escritório Herzog & De Meuron), realizado para induzir mais um surto de desenvolvimento na capital catalã no início do século XXI. Nesta ocasião, a Cultura aparece como destaque no discurso da revitalização urbana ao justificar e induzir as inovações em uma área desvalorizada de Barcelona ao lado do distrito 22@, pólo de tecnologia inaugurado em 2000. Para ARANTES (2010, p.176),

“com a passagem da prevalência histórica do capital industrial para a hegemonia das finanças globalizadas – o reino do capital fictício, segundo Marx –, surgem, nas novas paisagens urbanas, figurações surpreendentes produzidas por uma arquitetura de ponta, aquela que explora os limites da técnica e dos materiais, quase sem restrições, inclusive orçamentárias. O que se vê por toda parte são formas que aparecem como o exato contrário da sobriedade tectônica e espacial, submetidas, via de regra, ao rigor da geometria euclidiana, que dominava a arquitetura moderna. Em sua ‘liberdade’ inventiva, alimentam-se, nesta nova fase do capitalismo, de um paradoxo técnico-formal: quanto mais polimorfo, retorcido, desconstruído, ou ‘liquefeito’ e reduzido à quase-imaterialidade, o edifício arquitetônico – que deveria ser o objeto construtivo, material e estável por excelência –, maior seu sucesso de público e, portanto, seu valor como imagem publicitária”.

Figuras 36 e 37. *Imagens do Museu d’Art Contemporani de Barcelona (MACBA) e o Mercat Encants Nous, próximo à árida Plaça de les Glòries Catalanes. Fonte: autor, 2015.*

A realização de megaeventos e a museificação são impostas como uma forma possível de adaptação ao novo regime de acumulação chamado pós-fordista e “pós-industrial” no contexto do cenário de crescente globalização. Assim, a partir da década de 1980, as cidades que se confrontavam com a desindustrialização, o desemprego, a queda de receitas dos

impostos, seriam reposicionadas como centros internacionais de finanças, de informação e serviços. Os projetos para a realização de megaeventos baseiam-se em um discurso que defende essa estratégia como forma de dinamização da economia local e redefinição da imagem da cidade e de um país no competitivo cenário mundial, combinando (em tese) os capitais estrangeiros a ser atraídos com investimentos públicos e privados nacionais. Os megaeventos responderiam, ao final, pela oferta de um “legado” às cidades que os sediam por meio de reestruturações, adaptações e alinhamento desses lugares aos fluxos internacionais. Acompanhando as reflexões de BENACH (2006), no caso de Barcelona, é possível dividir as transformações urbanas em dois momentos distintos: entre a transição democrática espanhola iniciada em 1979 até a realização do Fórum das Culturas em 2004, e a partir daí até 2015, ano em que assume o Ayuntamiento a esquerda organizada no Barcelona en Comú. Benach explica que o “modelo Barcelona” calcado em megaeventos esmaece ao longo da década de 1990 e passa a concorrer com a lógica da museificação (concebida como “deriva do modelo”). Importante destacar que, no caso do Rio de Janeiro, megaeventos e museificação são estratégias complementares e fazem parte do mesmo projeto. A apropriação da Cultura como produto e lógica potencializada por uma ideologia desenvolvimentista aparece como uma nova qualidade do processo, em que:

“rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos, nesse processo de ‘revalorização urbana’ – sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo (como contestar?...). E para entrar neste universo dos negócios, a senha mais prestigiosa – a que ponto chegamos! (de sofisticação?) – é a Cultura. Essa é a nova grife do mundo ‘*fashion*’, da sociedade afluyente dos altos serviços a que todos aspiram” ARANTES (2002, p.31).

SEABRA (2011, p.96) afirma que “está em curso uma economia simbólica (ou economia do símbolo) que articula discursos, imagens e representações na concepção de produtos, de objetos e de coisas, com o sentido de transformá-los em bens econômicos por seus atributos de excepcionalidade, no mercado de caráter monopolista”. A apropriação rentista da Cultura a concebe como um bem simbólico, estabelece um monopólio (exclusividade) sobre o mesmo e o projeta no mercado envolto em discursos e imagens, integrando-o aos nexos da economia. A cidade como objeto também entra no circuito da valorização-desvalorização e é reproduzida como mercadoria considerando suas partes, tornadas síntese ideal de uma cidade à venda. Submetida aos interesses rentistas/monopolistas, estratégias são articuladas para direcionar investimentos públicos e privados.

A Cultura é objetificada como política capaz de gerar empregos, de agregar valor às mercadorias (sendo ela própria tornada “mercadoria cultural”), de contribuir ao incremento dos fluxos turísticos. Incorpora-se ao discurso oficial o conceito de indústria cultural destituído de função crítica, de qualquer negatividade. De acordo com HARVEY (2005), a Cultura se transformou em um gênero de mercadoria no movimento da globalização capitalista combinada a desenvolvimentos político-econômicos locais e a uma mudança dos valores estéticos. A Cultura, através da obra de arte, da festa programada, das comemorações, da arquitetura, tem uma renda auferida em função da exclusividade de sua manifestação, uma renda com base no poder monopolista de proprietários privados. O poder monopolista serve para assegurar as “alegações de singularidade e autenticidade [...] articuladas enquanto alegações culturais distintivas e irreplicáveis” (HARVEY, 2005, p.227). Fato é que tais alegações de singularidade, autenticidade, particularidade, especialidade são construídas e fundamentadas por poderosos discursos ideológicos reproduzidos pelo Estado, pelos grupos econômicos privados e por organizações da sociedade civil voltadas ao “empreendedorismo urbano”. Otilia ARANTES (2002) afirma que a Cultura é parte decisiva do mundo dos negócios e o é como grande negócio. Sobre o mesmo processo, ESTEBAN (2007, pp.36-37) assevera que “faz alguns anos, o símbolo da inovação nas cidades migrou dos negócios ou das instituições políticas para a cultura, uma mudança que não surge de novas paixões culturais, mas da necessidade de situar-se no mercado do turismo e de fazer visível o bem-estar da classe média local”. Nesse contexto, aparecem os grandes arquitetos-estrelas para dar forma arquitetônica, produzindo marcas para as cidades competirem no mercado por turistas e investimentos.

O caso que interessa é o dos novos, exuberantes e modernos museus de grife, reproduzidos em diferentes metrópoles e que possuem destaque na Espanha e em Barcelona. A eclosão dos novos museus pode ser considerada como fruto do arrocho neoliberal promovido na passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro, aparecendo como forma de subsumir a arquitetura e a cultura no processo de valorização através de mecanismos de financiamento envolvendo endividamento público e privado para a consecução de projetos ambiciosos. Na chave do financiamento dos megaprojetos por meio do mecanismo de endividamento, as considerações de HARVEY (2005, 2008, 2011) tendem a iluminar o que o geógrafo chama de processo de apropriação rentista.

SEABRA (2011) afirma que a possibilidade de ganho diante desse processo está descolada da produção (capital industrial). Venho afirmando que isso não é completamente possível e, ainda que a extração de mais-valia seja reduzida devido aos setores envolvidos na

produção da cidade e do megaevento como negócios, existe uma disputa em torno da distribuição da mais-valia global e em torno da equalização. Pedro ARANTES (2010) argumenta que se trata de uma ilusão a respeito do desaparecimento da produção no contexto da produção da Cultura como mercadoria, particularmente dos novos museus. A própria “desmaterialização” das obras é uma imagem forjada para desvincular a produção da mercadoria cultural de qualquer laço com o mundo da produção, incluindo o próprio canteiro de obras da construção civil. ARANTES (2010) esclarece que o discurso da imaterialidade da produção da mercadoria cultural contribui para invisibilizar certa “‘vanguarda da desintegração’ do mundo do trabalho: concentram trabalhadores imigrantes e de origem étnica, precarizados do ponto de vista dos direitos, com baixos salários e jornadas extensas, [...] além do alto grau de informalidade decorrente das cadeias de subcontratação”. Assim, ao contrário do que afirma SEABRA (2011), não há desarticulação com a produção do valor. A produção dos novos museus está envolta pelo fetichismo que, engenhosamente, faz crer que a produção dos novos museus é resultado do gênio individual: as qualidades do gênio do arquiteto são canalizadas à mercadoria cultural pela divisão do trabalho invisibilizada, são gravadas na mercadoria e depois retornam para os consumidores como algo gerado sem mediações no mundo da produção. Esses novos museus, novas “catedrais” para certa fruição, aparecem sob um véu sagrado alienante que os expia o “pecado original” da acumulação. Caberia, então, de alguma forma, uma “profanação” dessa representação. O trabalho de profanação consistiria em voltar à produção, o que significaria também desenterrar o que está enterrado, revelar o que está escondido pelo fetiche. Decifrando as relações sociais de produção quebra-se o “feitiço” da mercadoria cultural. Contudo, AGAMBEN (2005, p.107) escreve que “se profanar significa restituir ao uso comum aquilo que havia sido separado na esfera do sagrado, a religião capitalista em sua fase extrema aponta à criação de um Improfanável absoluto”.

AGAMBEN (2005) desenvolve uma reflexão original acerca da museificação, que nos permite pensar esses novos museus dentro da reprodução do espaço. O filósofo italiano marca o museu não mais como um edifício específico, mas um *processo* que projeta a possibilidade real da “museificação do mundo”. Tudo seria passível de conversão em museu: uma cidade inteira, uma área declarada patrimônio natural ou histórico e, até mesmo, grupos de indivíduos representantes de uma cultura imaterial que se perde. Agamben afirma que a impossibilidade de uso tem seu lugar no museu como dimensão separada a qual se transfere aquilo que no passado foi percebido como verdadeiro e decisivo e já não é mais. A ideia da museificação do mundo expõe “a impossibilidade de usar, de habitar, de fazer experiência”

(2005, p.110). Assim, pode-se pensar a museificação, agora, a partir de uma imagem lefebvriana, a da implosão-explosão. O museu “implode” devido à perda de significado, de sentido, em função da submissão da Cultura à lógica do espetáculo, do turismo e do consumo; ao mesmo tempo, o museu “explode” devido ao que JAMESON (2006) chama de “hedonismo estético”: o museu tornado grife e lido apenas como forma-aparência pelos consumidores.

Pode-se ainda extrapolar essa ideia da “explosão” do museu em direção ao espaço urbano como um todo. Nesse sentido, a explosão do museu significaria a extensão pelo espaço dos estilhaços da forma anterior, reproduzidos agora como fragmentos localizados. AGAMBEN (2005, p.108) escreve que “o consumo, que destrói necessariamente a coisa, não é senão a impossibilidade ou a negação do uso, que pressupõe que a substância da coisa permaneça intacta”. Essa substância é reproduzida e partes da cidade são museificadas: em Barcelona, por exemplo, a Ciutat Vella, o Barri Gòtic, Montjuïc, o Porto Olímpico, a Vila Olímpica, a nova fachada marítima, Poblenou, etc. Todos os espaços objetos de revitalizações urbanas em Barcelona parecem ter sofrido o processo de museificação nos termos de Agamben (alguns, como o Moll de la Fusta, destinado ao lazer e à sociabilidade, tornou-se um não-lugar, *desintegrado*, como afirma ARANTES, 2012). Contraditoriamente, a forma do museu de grife colocada a serviço da reprodução econômica garante, na verdade, a emergência da cidade em detrimento do museu. Em outras palavras, penso que, ao valorizar a forma-aparência do museu-que-já-não-é-mais-museu, o capital reelabora os conteúdos e revaloriza o espaço ao transformar este em estilhaço daquele. Seguir o debate pela via do capital financeiro, sua relação com a forma arquitetônica e por Agamben parece ser um caminho fértil para pensar Barcelona hoje. ARANTES (2010) fornece pistas importantes nessa direção.

No incontornável texto de Paul VALÉRY (1993) “O problema dos museus”, de 1923, o autor pergunta o que leva as pessoas a visitarem o museu, definido como “uma estranha desordem organizada” (idem, p.53). O autor problematiza o museu tradicional excessivamente repleto de obras de arte que, reunidas, poluem a visão e levam ao estupor dos sentidos em função da profusão de imagens. O museu se converte em um lugar onde, quem quer ver tudo o que existe dentro, nada vê, não se consegue memorizar e se perde a particularidade das obras. Os museus neutralizariam a arte ao convertê-la em entretenimento, pois uma relação distraída na apreciação da obra de arte é uma apreensão banal, artificial, ligada ao consumo (ARANTES, 1991). Essa museofobia de Valéry em relação ao museu tradicional aparentemente é o outro da museofilia dos novos museus: em ambos os casos a cultura é neutralizada e já não existe mais distinção entre um museu e um shopping center,

ambos lugares de recreação, de acordo com Otília Arantes. Em geral, os novos museus e os tradicionais compartilhariam um público interessado em um tipo de fruição que pouco tem a ver com a apreciação da obra de arte em si e mais com uma experiência social em torno do lazer. Ramon, personagem de Milan KUNDERA (2014, p.11), ainda que desejoso de visitar a exposição de obras de Chagall no museu do Jardim de Luxemburgo, “sabia de antemão que não teria forças para se deixar transformar de bom grado numa parte daquela interminável fila que lentamente se arrastava em direção ao caixa; observou as pessoas, as fisionomias paralisadas pelo tédio, imaginou as salas, onde seus corpos e seus comentários cobririam os quadros”. Como alternativa, foi passear numa aleia do parque, onde encontrou diversas belas estátuas de rainhas, poetas, pintores e sábios franceses cercadas pela indiferença dos passantes, que provavelmente acreditavam que lugar de arte é dentro do museu. Cabe ressaltar que essa concepção de fruição da obra de arte difere da noção contemporânea de recepção estética, que considera a produção do significado da obra no processo de fruição e leitura, descartando-se um significado anterior, restrito e imutável. Essa perspectiva valoriza o potencial que a obra tem para geração de significados não determinados previamente. Para PALLAMIN (2000, p. 61),

“diluem-se, assim, certas fronteiras na consideração do que seja ‘obra’, uma vez que sua concretização estética faz-se de modo aberto às indeterminações e ambiguidades da realização de seus sentidos. Não estando previamente entrincheirados nem sendo expressão de um relativismo irrestrito, seus sentidos perfazem-se numa região intermediária (de limites imprecisos) de convergência, ou de charneira, entre obra e público, ou entre obra, públicos e situações urbanas”.

Já para LEFEBVRE (1968), o museu é o lugar onde o conceito de arte se afirma e o perito consegue descobrir particularidades que filiam as obras a escolas e as aproximam, restituindo a arte como conjunto. Essa posição aparentemente se coaduna com aquela de Proust, de acordo com o exposto por ADORNO (1998): o mais importante é que a obra desperte sensações no observador, ainda que a qualidade estética da obra seja inferior. Ao mesmo tempo, Lefebvre considera o museu como o cemitério de obras:

“as telas, os quadros justapõem-se, pendurados uns ao lado dos outros, sem relação inerente a cada um deles (senão no conhecimento). As obras pictóricas escapam ao gozo. Fossilizadas nas galerias, aí morrem; já lá chegam mortas, separadas das condições, da sua razão e da sua finalidade (o prazer do possuidor). O museu, indispensável à comunicação das obras, anuncia o fim da atividade criadora. As obras entram no museu uma vez ‘acabadas’, depois do fim do artista, da sua atividade, da sua tendência, da sua escola, da sua época. A instituição tem sem dúvida algo de parasitário e de mortal. Uma vez consolidada, oferece ao consumo devorante, igualmente parasitário, as obras acumuladas durante os séculos da produção específica” (LEFEBVRE, 1968, p.146).

É possível aproximar Umberto ECO (2014) a essa posição, pois o italiano reflete sobre um relicário quando se refere ao museu: um receptáculo para o qual multidões de peregrinos se dirigem a fim de adorar um objeto sagrado. Se extrapolarmos o argumento de Eco ao pensar os novos museus na chave do sagrado, pode-se observar essas novas catedrais para consumo estético como um verdadeiro relicário cujo conteúdo sagrado perdeu magia frente à força estética do receptáculo. Na verdade, em muitos museus produzidos como marca para cidades à venda no mercado mundial, o conteúdo pouco importa e o edifício é o objeto estético a ser admirado e consumido. PEZZINI (2014, p. 44) escreve que “o museu enfatiza seu caráter de ícone metropolitano, capaz de outorgar um grande reconhecimento a lugares em busca de uma identidade perdida ou que tentam reencontrar ou chegar a ser um ponto de referência para os fluxos turísticos e cosmopolitas dos viajantes da sociedade do ócio”. E acrescenta: “a ideia de museu como centro de gravidade de grandes operações urbanísticas; como instrumento de visibilidade para os administradores da cidade e como elemento de atração espetacular, lugar de consumo e de hospitalidade urbana” (idem, p.51).

Argumenta-se que a década de 1990 foi importante para a Espanha se reposicionar estrategicamente no rol de países que preferencialmente recebem capitais internacionais. Durante a década de 1980, o rearranjo promovido pelo Governo de Madrid para adaptar a Espanha às diretrizes e necessidades da União Europeia promoveu um crescimento econômico acelerado e a entrada de investimento externo direcionado para a especulação financeira e imobiliária (DELGADO, 2007). Em 1992, ocorrem no mesmo ano megaeventos por toda a Espanha (Olimpíadas de Barcelona, Feira Industrial de Sevilla, Madrid Capital Cultural da Europa e o Quinto Centenário), coroando os investimentos e esforços realizados ao longo da década anterior. Barcelona atraiu capitais públicos (de outras esferas do Estado e da União Europeia) e privados (grandes construtoras espanholas e internacionais, bancos e fundos de investimentos, seguradoras). Várias obras não foram concluídas a tempo dos megaeventos e tiveram suas inaugurações no final da década de 1990. A Generalitat e o Ayuntamiento se endividaram e novos megaeventos foram planejados para a primeira década do século XXI, mas longe de alcançar o sucesso comercial e de público de 1992. O “modelo Barcelona” parece ter se encerrado – se é que existiu, como duvida BENACH (2006).

Atualmente, complementar e concomitantemente ao debate sobre a gestão metropolitana de Barcelona, ganha relevância o projeto da “Barcelona, smart city”. Não é meu interesse aprofundar esse tema “pós-modelo Barcelona” neste momento, mas creio ser importante pontuar a disputa existente entre dois grupos: aquele herdeiro da antiga coalizão político-econômica que, desde a década de 1970, vinha reproduzindo a estratégia de

intervenções urbanas para megaeventos. Uma facção deste grupo se encontrava na gestão da cidade de Barcelona até 2015, através do partido de centro-direita nacionalista catalão Convergència i Unió (CiU); e um outro grupo identificado com uma esquerda preocupada com a crítica social a respeito da situação em que se encontra a sociedade barcelonina no presente momento. Este grupo representa um coletivo de movimentos sociais sob a bandeira do Barcelona en Comú, vencedor nas eleições municipais de 2015.

Os defensores da smart city a veem como um novo momento para desencadear uma série de intervenções urbanas com a finalidade de adaptar o espaço às novas tecnologias para atrair empresas do terciário superior. Algumas categorias geográficas aparecem no discurso desse grupo. Por exemplo, o *lugar* como “espaço de conteúdos identitários e simbólicos”, de acordo com Josep M. Piqué, consultor a serviço de empresas para convencer o atual governo a aderir a essa estratégia urbana. O lugar aparece como “dinamizador dos processos de criatividade e inovação”. Já o *território*, por sua vez, é “espaço transformado”, aquilo entendido como fragmento da cidade que sofreu uma revitalização urbana sob as diretrizes do projeto smart city. O principal polo em Barcelona associado a esse tipo de atividade econômica é Poblenou, antigo bairro industrial, revitalizado a partir da criação do distrito 22@. De acordo com Piqué, a cidade é plataforma para produção de conhecimento, ou seja, os “territórios urbanos” – nos termos do consultor – “como plataformas de talento”. Nesse tipo de intervenção, a tecnologia não exclui o verde: o discurso da sustentabilidade e da produção limpa é onipresente. Os apoiadores de Barcelona como uma smart city demandam um novo plano de mobilidade, uma rede de fibra ótica e sinal wi fi generalizado pela cidade, novo sistema de aquecimento e resfriamento de galerias subterrâneas e um novo sistema de coleta de lixo. Todos os serviços supervisionados pelos fabricantes dos softwares inteligentes, como a IBM. A CiU, de acordo com Piquet, pretendia reduzir gradativamente a relevância de Barcelona e sua região metropolitana, ampliando a da Catalunha a fim de buscar um “reequilíbrio territorial”. Resultado desse movimento, o Plano Estratégico de Barcelona de 2010 passou a ser metropolitano, contando com núcleos de bairros metropolitanos atravessando a esfera de ação dos municípios em um claro processo de descentralização.

O grupo que assumiu o Ayuntamiento de Barcelona em 2015 observa cautelosamente esse tipo de projeto. A criação do distrito 22@ em 2000 contou com a participação do setor público, que assumiu algumas infraestruturas, mas a gestão dos investimentos na prática cabe às empresas. De acordo com SOLÉ (2004, s.p.), ocorreu uma “acumulação de capital às custas de redistribuição social. O processo de homogeneização opera o preço do solo como um mecanismo discriminatório no âmbito de um grande negócio imobiliário e, também, não

esqueçamos, revalorizado pela prática urbana pública”. Esse tipo de resultado contraria o programa debatido coletivamente ao longo de um ano, entre junho de 2014 e maio de 2015. O programa apoiado pela população defende uma gestão democrática, com participação popular através de constantes reuniões em praças públicas entre membros eleitos para o Consistório (a Câmara Municipal) e os gestores de fato, liderados pela militante do direito à moradia e contra despejos Ada Colau Ballano.

A crise, que aparece como financeira, impactou a Espanha e a Catalunha violentamente, produzindo desemprego em massa e precarização do trabalho, aliado aos cortes orçamentários efetuados pelo governo espanhol, pela Generalitat e pelo governo municipal. A crise e o recuo do Estado expuseram parte da população a carências (despejos, cortes de luz e água, fome). Diante desse cenário, a eleição da esquerda radical (que faz a crítica social radical) posicionou-se contra a perda de direitos e vem lutando contra esse processo de empobrecimento. Ao mesmo tempo, debate um novo modelo de cidade “para todos, com atenção à vida cotidiana nos bairros e um urbanismo compartilhado”, disse a regidora (secretária) de Urbanismo, Ecologia e Mobilidade de Barcelona Janet Sanz Cid em entrevista concedida a mim. Os projetos urbanísticos passam pela “recuperação dos espaços públicos”, particularmente as áreas de La Sagrera, Glòries e as margens do rio Besòs, no leste da cidade. Pelo que pude apurar, o Ayuntamiento de Barcelona incorporou o discurso do desenvolvimento metropolitano sob o ponto de vista da reorganização dos serviços públicos de modo a otimizar e compartilhar os custos orçamentários entre os municípios. Ao mesmo tempo em que “Barcelona é uma cidade de êxitos”, também há uma “cidade esquecida pelo urbanismo de espetáculo que atendia apenas a alguns bairros da cidade”, diz a regidora. Hoje, o projeto em curso enfrenta a pauta da contaminação do ar com o fechamento de importantes ruas aos automóveis e a criação de superquadras (“superilles”); da habitação social e a punição aos grandes proprietários (bancos, sobretudo) que especulam com imóveis fechados; da mobilidade e da distribuição de equipamentos sociais públicos. As medidas contra o turismo predatório foram adotadas há mais de um ano, logo no início do mandato: restrição aos apartamentos turísticos para curta temporada, que impactam a vida cotidiana dos moradores dos bairros.

A gestão de Barcelona caminha em direção a um novo modelo de cidade ou apenas mitiga os males mais imediatos da crise econômica? Ainda parece cedo para concluir algo. Há pouco mais de 1 ano e meio, a esquerda chegou ao Ayuntamiento e as dificuldades são muitas: um governo em minoria e todos os poderes econômicos e midiáticos contrários ao grupo. Apesar disso, Janet Sanz afirma que “faz quatro anos que as pessoas nas praças

aprenderam uma máxima: ‘aos poucos se vai longe’”, referindo-se ao 15-M espanhol e à ascensão das plataformas cidadãos. A regidora diz que “é necessário efetuar uma verdadeira mudança institucional a partir das cidades e demonstramos que o dogma neoliberal dos ‘cortes necessários’ não era mais do que isto: dogma. Colocamos em prática uma mudança na política fiscal e econômica para garantir maior investimento nos direitos sociais”. Em Barcelona, entre muitas medidas, foram aprovadas novas políticas sociais e de moradia pública, estão “recuperando o controle democrático do turismo e efetuando uma mudança no modelo econômico centrando no reforço ao tecido social, empregos de qualidade e cooperação”. Janet Sanz encerrou a entrevista emocionada afirmando mais uma vez que “aos poucos se vai longe”.

A ideologia da “smart city” também é reproduzida no Rio de Janeiro. As iniciativas para o desenvolvimento de pólos tecnológicos na metrópole tiveram nos telecentros do início do século XX e na defesa das “cidades digitais” dois momentos importantes na produção do discurso e valorização imobiliária com a construção de alguns edifícios inteligentes na Cidade Nova. No mencionado Seminário “A Olimpíada e a Cidade: Conexão Rio-Barcelona”, organizado pela Prefeitura do Rio em 2012, já se pretendia vender a cidade apoiada em um tripé que tem a tecnologia, a sustentabilidade e a cultura como fundamentos: cidade inteligente – cidade sustentável – cidade criativa. O urbanismo no Rio parece apontar para esse caminho após a era dos megaeventos.

Figura 38. *Um legado duradouro.*
Fonte: Divulgação O Globo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

PALAVRIO

nesse itinerário que vai do aleatório ao arbitrário, do murmúrio ao vozerio, você – usuário – é chamado a decifrar, num cenário ilusório, que mistério há (ou desvario) por trás do vocabulário transitório e vário desta cidade: rio.

André Vallias.

Os espaços favelados da metrópole são historicamente vistos como um problema e tal concepção produz consequências negativas para os moradores de tais lugares. Considerando que a favela é espaço produzido para atender às necessidades da reprodução do capital e ocupada por trabalhadores excluídos do controle dos meios de produção e da propriedade privada, a negação da favela é também a negação da própria metrópole. Se a favela é necessária e funcional à reprodução do capital e se o capital se reproduz por meio da reprodução da metrópole, me parece que a negação da favela é a negação da própria metrópole e da possibilidade de vida social em comum no espaço público. A absorção de algumas favelas pelo mercado imobiliário e pelo turismo é uma falsa aceitação de tais espaços periféricos, tanto é assim que “o problema da favela” via de regra ainda é resolvido por remoções para áreas distantes da zona sul e a valorização de algumas favelas se dá via expulsão dos favelados por mecanismos da lógica do mercado. A valorização das favelas prescinde dos favelados.

A favela é entendida no Rio de Janeiro por suas carências e suas ausências, omitindo-se que tal precariedade é produto do processo de produção do espaço urbano periférico, desigual e contraditório, nos termos da industrialização. A favela não está fora da metrópole, não é a anticidade e tampouco não está “não-urbanizada”. O termo “(re)urbanização de favelas” forçosamente esconde que a favela é o urbano. O bairro, considerado em oposição à favela, é parte de um mesmo processo de formação: favela e bairro são formas urbanas do mesmo processo. No limite, “bairro” e “favela” diferenciam-se quanto à definição formal, à morfologia, ao tipo de habitação e ao modo como a vida é considerada. No fundo, o termo “favela” é um preconceito contra um bairro pobre. No que se refere à prática social, a favela é

bairro. Enquanto isso, certos bairros são verdadeiros não-lugares (aqui estou pensando na Barra da Tijuca, por exemplo).

Para SEGADAS SOARES (1990), a noção de bairro no Rio de Janeiro é geográfica e baseia-se num sentimento dos indivíduos derivado da consciência de residir em um lugar da metrópole, sentimento originado de uma série de elementos que conferem originalidade e diferencia esse fragmento do conjunto de bairros do Rio. TRICART³⁶ (apud SEGADAS SOARES, 1990, p.106) escreve que “um bairro é caracterizado, ao mesmo tempo, por certa paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por sua função”. A autora afirma que o bairro se define por sua paisagem urbana e morfologia espacial, incluindo os “tipos de casas, idade e estilo das construções, disposição das ruas, etc.; seu conteúdo social, isto é, nível e modo de vida de seus habitantes; sua função, isto é, seu papel dentro do organismo urbano (residência, produção, comércio, administração, etc.)”. A geógrafa também considera relevante o sítio do bairro, ou seja, o local onde se formou e se desenvolveu. No Rio, ainda há o relevo que “fragmenta a cidade em elementos, separados uns dos outros, que adquirem assim uma individualidade de bairro” (TRICART apud SEGADAS SOARES, 1990, p.106). Cabe uma advertência: a leitura da formação dos bairros do Rio por uma geografia de inspiração regional francesa ao mesmo tempo em que reconhece as particularidades e o sentimento de pertencimento de moradores a um recorte espacial também abre uma janela para o estabelecimento de “tipos sociais” e “modos de vida” genéricos bem ao gosto de segregacionistas que apostam na diferenciação e no preconceito para desconstituir o caráter de bairro de uma favela. Isso é patente na leitura do artigo “Bairros, bairros suburbanos e subcentros” de Lysia BERNARDES (1990b).

Um bairro é simultaneidade; é passado e também é futuro como virtualidade. O bairro são as relações mais imediatas, as relações do lugar, as relações de identidade das pessoas que se reúnem naqueles lugares. Cabe ao geógrafo analisar os elementos dispostos a fim de compreender as transformações do bairro e sua eventual descaracterização em função da mudança de conteúdo social e da paisagem. Para SEABRA (2003, p.22), “pela disposição dos caminhos, das ruas, das casas é possível inferir sobre a vida de bairro, esta que, em verdade, é o conteúdo do bairro, é aquilo que o define”. E acrescenta:

“Cada bairro com um perfil traduzia um conteúdo cultural. É com todas as suas especificidades que a vida de bairro tem estado no substrato mais fundo do processo de urbanização. Nela sempre se situaram os embates entre aquilo que é novo, e quer emergir, e aquilo que deve perecer. Nela se pôde verificar longas continuidades, permanências sem força de transformação que puderam até parecer anacronismos” (SEABRA, 2003, p.22).

³⁶ TRICART, J. “L’habitat urbain”. In: TRICART, J. **Cours de Géographie Humaine**, fascicule II, 1958, p.147.

Se as favelas aqui estudadas surgiram antes do processo de industrialização como pequenas aglomerações de barracas, será justamente o crescimento da metrópole em função da expansão do setor produtivo que absorverá tais núcleos e os expandirá, formando lugares particulares com todos os elementos considerados para a caracterização de um bairro. Não restaram marcas das barracas originais e a morfologia da favela hoje revela um espaço labiríntico constituído pela medida do corpo como referência para o deslocamento entre becos e vielas. A desqualificação dos espaços favelados como não-bairros visa a um rebaixamento dos mesmos resultante da hierarquização do espaço orientada pela propriedade privada. Muitos bairros do Rio de Janeiro surgiram e cresceram em simbiose com a industrialização. As favelas certamente fazem parte desse movimento. O tratamento das favelas como espaços “ilegais”, exógenos à “cidade formal” ou estilhaços da “cidade partida” é reforço ideológico da segregação a qual esses fragmentos urbanos estão submetidos na prática.

As implicações do processo de fragmentação – homogeneização – hierarquização do espaço impõem mais mediações entre as relações dos moradores das favelas e a metrópole. Tratam-se de mediações que, na prática, garantem a dominação do espaço pelas normas e estratégias que invadem concretamente a vida cotidiana. As estratégias apontam para uma cadeia de mediações que reduzem possibilidades de apropriação do espaço e são necessárias para integrá-lo ao processo de reprodução capitalista: a regularização tendencial do mercado imobiliário, o zoneamento urbano e a disciplinarização da favela escorada na “pacificação” e, claro, o tráfico de drogas, a violência urbana e o medo (ou a representação dele).

A morfologia dos fragmentos possui sentido apenas se incorporados à lógica do nível da metrópole diante de processos da ordem distante atuando no espaço urbano, mobilizando pessoas e espaços, integrando a partir das necessidades da reprodução, assim como desintegrando-os quando se tornam óbices. SEABRA (2003, p.23) adverte que “a única maneira de estudar o bairro, sem cair no fragmento e nele permanecer, sem ficar preso a um pedaço da realidade que por ter uma dinâmica própria seduz, é considerar que a metrópole é totalidade de referência para o bairro, e enquanto totalidade a metrópole é a sociedade”. Se ainda existem bairros no Rio de Janeiro, certamente as favelas são alguns deles. As favelas são lugares onde novas sociabilidades, novos encontros e experiências evidenciam a diferença na sociedade brasileira. O desafio é pensar a metrópole a partir da favela, uma prática que remove a subalternidade da periferia e a coloca politicamente no centro.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. **A Cidade Caleidoscópica: coordenação espacial e convenção urbana: uma perspectiva heterodoxa para a economia urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. O Mercado Informal de Solo em Favelas e a Mobilidade Residencial dos Pobres nas Grandes Cidades: um marco metodológico. In: ABRAMO, P. (Org.). **Favela e Mercado Informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras.** Coleção Habitare, v. 10. Porto Alegre – ANTAC, 2009.
- ABREU, M. A. e BRONSTEIN, O. **Políticas públicas, estrutura urbana e distribuição da população baixa renda na área metropolitana do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: CNPU/IDRC/IBAM, 1978.
- ABREU, M. A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- _____. A Cidade, a Montanha e a Floresta. In: FRIDMAN, F. e HAESBAERT, R. (Orgs.). **Escritos sobre Espaço e História.** Rio de Janeiro: Garamond, 2014a.
- _____. Da Habitação ao Habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. In: FRIDMAN, F. e HAESBAERT, R. (Orgs.). **Escritos sobre Espaço e História.** Rio de Janeiro: Garamond, 2014b.
- _____. Reconstruindo uma História Esquecida: origem e expansão das favelas do Rio de Janeiro. In: FRIDMAN, F. e HAESBAERT, R. (Orgs.). **Escritos sobre Espaço e História.** Rio de Janeiro: Garamond, 2014c.
- ADORNO, T. W. Museu Valéry-Proust. In: ADORNO, T. W. **Prismas: crítica cultural e sociedade.** São Paulo: Editora Ática, 1998.
- AGAMBEN, G. **Estado de Exceção.** São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. **Profanaciones.** Barcelona: Editorial Anagrama, 2005.
- ALVAREZ, I. P. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. In: CARLOS, A. F. A., VOLOCHKO, D. e ALVAREZ, I. P. **A Cidade como Negócio.** São Paulo: Contexto, 2015.
- ALVITO, M. **As Cores de Acari: uma favela carioca.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- ARANTES, O. Os Novos Museus. In: **Novos Estudos CEBRAP.** São Paulo, n.31, outubro de 1991.

- _____. Uma Estratégia Fatal: A Cultura nas Novas Gestões Urbanas. In: ARANTES, O, VAINER, C. e MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. **Berlim e Barcelona: duas imagens estratégicas**. São Paulo: Annablume, 2012.
- ARANTES, P. F. **A Arquitetura na Era Digital-Financeira**. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.
- AZEVEDO, L. e FAULHABER, L. **SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro olímpico**. Rio de Janeiro: Morula Editorial, 2015.
- BARREIRA, M. Cidade Olímpica: sobre o nexos entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro. In: **Sinal de Menos**. Ano 5, n.9, 2013.
- BARRIL, J. e CATALÀ-ROCA, F. **Barcelona: la conquesta de l'espai**. Barcelona: Polígrafa, 1992.
- BATISTA, V. M. **Introdução Crítica à Criminologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- BELTRAME, J. M. B. **Todo dia é segunda-feira**. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.
- BENACH, N. Producción de imagen en la Barcelona del 92. In: **Estudios Geográficos**. Tomo LIV, n.212, jul-sept, 1993.
- _____. Perspectivas culturais para o estudo da cidade. In: CARLOS, A. F. A. e CARRERAS, C. **Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole**, São Paulo: Contexto, 2005, pp.70-80.
- _____. Barcelona 1979-2004: de cidade olímpica a metrópole multicultural. In: CARLOS, A. F. A. e OLIVEIRA, A. U. **Geografias das Metrôpoles**. São Paulo: Contexto, 2006, pp.445-466.
- _____. La reinención de la ciudad en un contexto global mundializado. In: MARTÍNEZ HERMIDA, M. **Ciudad y Comunicación**. Madrid: Fragua Editorial, 2010, pp.109-122.
- BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: Um Haussmann Tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1992.
- BERNARDES, L. M. C. **Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX**. Boletim Carioca de Geografia. Rio de Janeiro, 1959.

- _____. Expansão do espaço urbano no Rio de Janeiro. In: BERNARDES, L. M. C e SEGADAS SOARES, M. T. **Rio de Janeiro: cidade e região**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1990a.
- _____. Bairros, bairros suburbanos e subcentros. In: BERNARDES, L. M. C e SEGADAS SOARES, M. T. **Rio de Janeiro: cidade e região**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1990b.
- _____. Evolução da Paisagem Urbana do Rio de Janeiro. In: ABREU, M. A. (org.). **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.
- BONAMICHI, N. C. **Favela on Sale: regularização fundiária e gentrificação de favelas no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.
- BONDUKI, N. **Origens da Habitação Social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BORJA, J. **Luces y Sombras del Urbanismo de Barcelona**. Barcelona: UOC, 2010.
- BRITO, F. e OLIVEIRA, P. R. **Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BRUNET, F. **An economic analysis of the Barcelona'92 Olympic Games: resources, financing and impact**. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics UAB, 1995.
- BURGOS, M. B. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (orgs.). **Um Século de Favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- _____. Cidade, Territórios e Cidadania. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol.48, n.1, 2005, pp.189-222.
- BUSQUETS, J. **Barcelona: evolución urbanística de una capital compacta**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2004.
- CAPEL, H. **El Modelo Barcelona: un examen crítico**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2005.
- CARLOS, A. F. A. **A (Re)produção do Espaço Urbano: o caso de Cotia**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.
- _____. O Consumo do Espaço. In: CARLOS, A. F. A. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999a, pp.173-186.
- _____. “Novas” Contradições do Espaço. In: DAMIANI, A. L. et al. (orgs.) **O Espaço no Fim de Século: A Nova Raridade**. São Paulo: Contexto, 1999b, pp.62-74.
- _____. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole**. Tese (Livre-Docência). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

- _____. A Reprodução da Cidade como “Negócio”. In: CARLOS, A. F. A. e CARRERAS, C. **Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: LABUR Edições, 2007a.
- _____. A "Geografia Crítica" e a Crítica da Geografia. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XI, núm. 245 (03), 2007b.
- _____. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011a.
- _____. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A.F.A, SOUZA, M.L. e SPOSITO, M.E.B. (orgs.) **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2011b.
- _____. A Tragédia Urbana. In: CARLOS, A. F. A., VOLOCHKO, D. e ALVAREZ, I. P. **A Cidade como Negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.
- CARVALHO, L. A. **Contribuição ao estudo das habitações populares**: Rio de Janeiro: 1866-1906. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1995.
- CARVALHO, M. B .C. A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura. In: **O Social em Questão**. Ano XVI, nº 29, 2013, pp.285-308.
- CASTELLS, M. e BORJA, J. As Cidades como Atores Políticos. In: **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: n.45, julho de 1996.
- _____. **Local y Global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. Madrid: Taurus/United Nations for Human Settlements/Pensamiento, 1997.
- CASTRO, P. R. de. Título de propriedade levando cidadania para comunidades carentes. In: **Jantar Debate Instituto Millenium**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vthiDTnTd_0> Acesso em: 30 jul. 2015.
- _____. **Galo cantou: a conquista da propriedade pelos moradores do Cantagalo**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- CHACON, C. S. **Empreendedorismo Urbano e Violência Estatal no Rio de Janeiro Contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016.
- CHESNAIS, F. O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. **A Finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

- COCCO, G. (org.). **A Cidade Estratégica: Nova Retórica e Velhas Práticas no Planejamento do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- COLLINS, J. The Economics of a New Global Strategy. In: **Ending the Drug Wars**. Report of the LSE Expert Group on the Economics of Drug Policy, May 2014
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. Os Centros de Gestão do Território: Uma Nota. **Território**, nº 1(1), 1996, pp.23-30.
- DAMIANI, A. L. As Contradições do Espaço: Da Lógica (Formal) à (Lógica) Dialética, a Propósito do Espaço. In: DAMIANI, A. L. et al. (orgs.) **O Espaço no Fim de Século: A Nova Raridade**. São Paulo: Contexto, 1999a, pp.48-61.
- _____. A Crise da Cidade: os termos da urbanização. In: DAMIANI, A. L. et al. (orgs.) **O Espaço no Fim de Século: A Nova Raridade**. São Paulo: Contexto, 1999b, pp.118-131.
- DEFFONTAINES, P. Meditação Geográfica sobre o Rio de Janeiro. In: **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros SRRJ, N.os 3 e 4, 1959.
- DELGADO, M. **La Ciudad Mentirosa: fraude y miseria del “modelo Barcelona”**. Madrid: Catarata, 2007.
- DOMÍNGUEZ ROCA, L. J. Centralidad y Políticas Urbanas. Reflexiones sobre el “Deterioro” y la “Rehabilitación”. **GEOUSP**, nº 18. São Paulo: USP/FFLCH, 2005, pp.213-232.
- ECO, U. El Museo en el Tercer Milenio. In: ECO, U. e PEZZINI, I. **El Museo**. Madrid: Casimiro Libros, 2014.
- ESTEBAN, I. **El Efecto Guggenheim: del espacio basura al ornamento**. Barcelona: Anagrama, 2007.
- FAUSTO, R. Abstração real e contradição: sobre o trabalho abstrato e o valor. In: FAUSTO, R. **Lógica e Política**. T.1. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- FAVB. Federación de las Asociaciones de Vecinos de Barcelona. **La Barcelona de Maragall**. Barcelona: FAVB, n.10-11, nov-dic. 1992.
- FERNANDES, T. F. N. **Policimento de Proximidade em Comunidades Socialmente Fragmentadas**. Dissertação (Mestrado em Ciências Policiais). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, 2015.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.

- FREIRE-MEDEIROS, B. **A Construção da Favela Carioca como Destino Turístico**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- _____. A Favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. In: **RBCS**, vol.22, no 65, outubro/2007.
- _____. Entre tapas e beijos: a favela turística na perspectiva de seus moradores. In: **Revista Sociedade e Estado**, vol.25, no 01, janeiro/abril 2010.
- FRIDMAN, F. **Propriedade Fundiária, Parcelamento da Terra e Processo de Urbanização no Município do Rio de Janeiro**. In: Anais do XVI Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 20 a 23 de outubro de 1992.
- _____. Os Donos da Terra Carioca: Alguns Estudos de Caso. In: **Espaço & Debates**. São Paulo, v.37, n.14, pp.10-18, 1994.
- GERAS, N. Essência e aparência: a análise da mercadoria em Marx. In: COHN, G. (org.). **Sociologia: para ler os clássicos**. Rio de Janeiro: Azougue, 2009.
- GIANNOTTI, J. A. Contra Althusser. In: GIANNOTTI, J. A. **Exercícios de Filosofia**. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- _____. Identidade pela Contradição. In: GIANNOTTI, J. A. **Certa Herança Marxista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GOLDMANN, L. **Dialética e Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GOTTDIENER, M. A Teoria da Crise e a Reestruturação Socioespacial: O Caso dos Estados Unidos. In: VALLADARES, L. e PRETECEILLE, E. (orgs.). **Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios**. São Paulo: Nobel/ Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990.
- GREMAUD, A. P., VASCONCELLOS, M. A. S. e TONETO JÚNIOR, R. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2012.
- GRESPLAN, J. **O Negativo do Capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 1998.
- _____. As Formas da Mais-Valia: concorrência e distribuição no Livro III de O Capital. In: **Crítica Marxista**, n.33. pp.09-30, 2011.
- HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- HARVEY, D. **The Urbanization of Capital: studies in the history and theory of capitalist urbanization**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1985.
- _____. **Los Límites del Capitalismo y La Teoría Marxista**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

- _____. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- _____. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HERRERA, L. M. G. Elitización: Propuesta en Español para el Término Gentrificación. **Biblio3W. Revista Bibliográfica de Geografía e Ciencias Sociales**. nº 332, 2001.
- INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE (IETS). **Primeira Análise da Pesquisa Socioeconômica e do Perfil de Gestão de Risco das Populações dos Morros Santa Marta, Babilônia e Chapéu Mangueira**. Rio de Janeiro: IETS, 2010.
- JAMESON, F. **A Cultura do Dinheiro: Ensaio sobre a Globalização**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. **A Virada Cultural: reflexões sobre o pós-moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KUNDERA, M. **A Festa da Insignificância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- LEFEBVRE, H. **Posição: Contra os Tecnocratas**. São Paulo: Moraes Editores, 1968.
- _____. **A Reprodução das Relações de Produção**. Porto: Escorpião, 1970.
- _____. **O Pensamento Marxista e a Cidade**. Póvoa de Várzea: Odisséia, 1972.
- _____. O Espaço e o Estado. Tradução de José Augusto de Martins Pessoa (Do original: **De l'Etat**. Paris: Union Générale d'Éditions, t.IV, 1978, pp.259-324), *mimeo*.
- _____. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- _____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LEITE, M. P. Da “Metáfora da Guerra” ao Projeto de “Pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo, v. 6, n. 2, p.374-389. Set. 2012.
- LOGAN, J. R. e MOLOTCH, H. La Ciudad como Máquina de Crecimiento. In: OBSERVATÓRIO METROPOLITANO DE MADRID (Org.). **El Mercado contra la Ciudad: globalización, gentrificación y políticas urbanas**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2015.
- MACHADO DA SILVA, L. A. A Continuidade do ‘problema da favela’. In: OLIVEIRA, L. L. (org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

- _____. **Afinal, qual é a das UPPs?** Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2010.
- MAGALHÃES, A. F. É possível equacionar o problema da pobreza via economia de mercado? A política de formalização da propriedade imobiliária em Hernando de Soto. In: **Cadernos PUR/UFRJ**, v. XXI, p. 99-130, 2008.
- _____. O Direito à Cidade nas Favelas do Rio de Janeiro: conclusões, hipóteses e questões oriundas de uma pesquisa. In: **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 14, n. 28, pp. 381-413, jul/dez 2012a.
- _____. A Configuração da Propriedade Imobiliária em Favelas e seus Processos de Formalização: análise a partir de um estudo de caso. In: MELLO, M. A. S., MACHADO DA SILVA, L. A., FREIRE, L. L. e SIMÕES, S. S. **Favelas Cariocas: ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012b.
- _____. O "Galo cantou", mas não foi para os moradores das favelas: problematizando a política estadual de titulação de favelas. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 1, fev. 2013.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias – planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O, VAINER, C. e MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARQUES, E. De volta aos capitais para melhor entender as políticas urbanas. In: **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, v.35.n.02, pp.15-33, julho de 2016.
- MARTÍNEZ I RIGOL, S. A *Gentrification*: Conceito e Método. In: CARLOS, A. F. A. e CARRERAS, C. **Urbanização e Mundialização: Estudos sobre a Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004, pp.98-121.
- MARTINS, S. Crítica à Economia Política do Espaço. In: DAMIANI, A. L. et al. (orgs.) **O Espaço no Fim de Século: A Nova Raridade**. São Paulo: Contexto, 1999, pp.13-47.
- MARTINS, F. E. S. **A (re)produção social da escala metropolitana: um estudo sobre a abertura de capitais nas incorporadoras e sobre o endividamento imobiliário urbano em São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.
- MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. **O Capital**. Vol. I. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1988a.
- _____. **O Capital**. Vol. II. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1988b.

- _____. **O Capital**. Vol. IV. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1988c.
- _____. **O Capital**. Vol. V. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1988d.
- _____. **Capítulo VI Inédito de O Capital, resultados do processo de produção imediata**. São Paulo: Centauro, 2004.
- _____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MARTÍNEZ, J. **La pobreza en Barcelona en los años del Big Crap (2008-2014)**. Barcelona: Editorial UOC, 2014.
- MASCARENHAS, G., BIENESTEIN, G., SÁNCHEZ, F. (Orgs.). **O Jogo Continua: megaeventos esportivos e cidades**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- MENEZES, P. V. Vivendo entre “dois deuses”: uma análise da rotina, sociabilidade e mobilidade nas duas primeiras favelas “pacificadas”. In: **Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 26 a 30 de outubro de 2015.
- MIRALLES, R. e SIERRA, P. **Barcelona: arquitectura contemporània 1979-2014**. Barcelona: Ediciones Polígrafa, 2014.
- MITCHELL, D. Culture in cultural geography. In: MITCHELL, D. **Cultural Geography: a critical introduction**. Oxford: Blackwell, 2000.
- MOLINA, F. S. **Mega-eventos e Produção do Espaço Urbano no Rio de Janeiro: da “Paris dos Trópicos” à “Cidade Olímpica”**. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.
- MONTANER, J. M. La evolución del modelo Barcelona. In: BORJA, J., MUXI, Z. (orgs.). **Urbanismo en el Siglo XXI**. Barcelona: ETSAB/Ediciones UPC, 2004.
- MORAGAS, M. & BOTELLA, M. (ogs.). **Las Claves del Éxito: impactos sociales, deportivos, económicos y comunicativos de Barcelona 92’**. Barcelona: LiberDuplex, 1996.
- MÜLLER, M. L. Exposição e método dialético em O Capital. In: **Boletim SEAF**, n.2, 1982.
- NUNES, G. **Rio, Metrópole de 300 Favelas**. Petrópolis: Vozes, 1976.

- OLIVEIRA, C. R. Produzindo o Espaço do Ócio. In: DAMIANI, A. L., CARLOS, A. F. A. e SEABRA, O. C. L. **O Espaço no Fim de Século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.
- OLIVEIRA, F. **Os Direitos do Antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. **Crítica à Razão Dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- NELLO, O. **Cataluña, Ciudad de Ciudades**. Lleida: Editorial Milenio, 2002.
- PALLAMIN, V. M. **Arte Urbana; São Paulo: Região Central (1945-1998)**: Obras de Caráter Temporário e Permanente. São Paulo: Fapesp, 2000.
- PARISSE, L. **Favelas do Rio de Janeiro**: evolução – sentido. Rio de Janeiro: PUC/CENPHA, 1969.
- PAULANI, L. A Autonomização das Formas Sociais e Crise. In: **Crítica Marxista**, n.29, pp.25-31, 2009.
- _____. A Autonomização das Formas Verdadeiramente Sociais na Teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo. In: **Economia** (Brasília), v.12, pp.49-70, 2011.
- PEZZINI, I. Semiosis del Nuevo Museo. In: ECO, U. e PEZZINI, I. **El Museo**. Madrid: Casimiro Libros, 2014.
- RAEDER, S. **Jogos & Cidades**: ordenamento territorial urbano em sedes de megaeventos esportivos. Brasília: Ministério do Esporte, 2010.
- RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RESINA, J. R. **A Vocação de Modernidade de Barcelona**: ascensão e queda de uma imagem urbana. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- REZENDE, V. **Planejamento Urbano e Ideologia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- RIBEIRO, F. V. **A Luta pelo Espaço**: da segurança da posse à política de regularização fundiária de interesse social em São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- RIBEIRO, L. C. Q. e OLINGER, M. A favela na cidade-commodity: a construção de uma questão social. In: MELLO, M. A. S., MACHADO DA SILVA, L. A., FREIRE, L. L. e SIMÕES, S. S. **Favelas Cariocas**: ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- ROBIRA, R. T. Áreas Metropolitanas: espaços colonizados. In: CARLOS, A. F. A. e CARRERAS, C. **Urbanização e Mundialização**: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005.

- ROCHA, O. P. **A era das demolições**: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1995.
- ROLNIK, R. Planejamento Urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas. In: RIBEIRO, L. C. Q., SANTOS JÚNIOR, O. A. (orgs.). **Globalização e Fragmentação da Reforma Urbana**: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- _____. **Guerra dos Lugares**. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROSDOLSKI, R. **Gênese e Estrutura de *O Capital* de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2001.
- ROUBINI, N. e MIHN, S. **A Economia das Crises**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.
- SAAD, S. S. **Guggenheim Bilbao**: o museu franquia dez anos depois. Dissertação (Mestrado em Filosofia). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.
- SACK, R. **Human territoriality**: Its Theory and History. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SAFATLE, V. **Quando as Ruas Queimam**: manifesto pela emergência. São Paulo: N-1 Edições, 2016.
- SÁNCHEZ, F. **A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial**. Chapecó: Argos, 2003.
- _____. et al. Megaeventos e Metrôpoles. Insumos do Pan-2007 e as perspectivas para as Olimpíadas de 2016. In: OLIVEIRA, F. L. et. al. **Grandes Projetos Metropolitanos**: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra e Capital, 2012.
- _____. et al. (org.). **A Copa do Mundo e as Cidades**: políticas, projetos e resistências. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2014.
- SANTOS, C. R. S. Da urbanização do território ao urbanismo da requalificação dos espaço centrais: a reprodução do espaço urbano como fronteira interna da expansão capitalista. In: **GEOUSP**, São Paulo, n.24, pp.28-49, 2008.
- SANTOS, J. C. F. **O Álibi Cultural**: novas formas para a valorização e reprodução do espaço na metrópole contemporânea. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2012.

- SARUE, B. **Grandes Projetos Urbanos e a Governança de Metrôpoles**: o caso do Porto Maravilha do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.
- SASSEN, S. **As Cidades na Economia Mundial**. São Paulo: Nobel, 1998.
- SEABRA, O. C. L. **Urbanização e Fragmentação**: Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão. Tese (Livre-Docência). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.
- _____. El Nudo Gordiano de la Cultura en el Movimiento de la Formación. In: ZUSMAN, P. B., HAESBAERT, R., CASTRO, H. e ADAMO, S. **Geografías Culturales**: aproximaciones, intersecciones y desafíos. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Ciencias y Letras de la Universidad de Buenos Aires, 2011.
- SEGADAS SOARES, M. T. O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro. In: BERNARDES, L. M. C e SEGADAS SOARES, M. T. **Rio de Janeiro**: cidade e região. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1990.
- SERRATOSA, A. (coord.). **Semiòtica de l'Eixample Cerdà**. Barcelona: Fundació Urbs i Territori Ildefons Cerdà, 1995.
- SHACHAR, A. A Cidade Mundial e sua Articulação ao Sistema Econômico Global. In: BECKER, B. K. et al. (orgs.). **Abordagens Políticas da Espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.
- SILVA, F. E. **Favela, que negócio é este?** Um estudo sobre o projeto de urbanização da favela do Jaguaré no contexto dos negócios urbanos e de sua reprodução crítica. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- SILVA, J. S. As Unidades Policiais Pacificadoras e os novos desafios para as favelas cariocas. In: MELLO, M. A. S., MACHADO DA SILVA, L. A., FREIRE, L. L. e SIMÕES, S. S. **Favelas Cariocas**: ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- SIMÕES JR., J. G. Revitalização de Centros Urbanos. **Polis**, nº 19. São Paulo: Publicações Polis, 1994.
- SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**: Natureza, Capital e a Produção do Espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

- _____. Gentrification, the Frontier, and the Restructuring of Urban Space. In: FAINSTEIN, S. e CAMPBELL, S. (orgs). **Readings in Urban Theory**. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996a.
- _____. **The New Urban Frontier – Gentrification and the Revanchist City**. New York: Routledge, 1996b.
- _____. SMITH, N. Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano. In: **GEOUSP**, nº 21. São Paulo: USP/FFLCH, 2007, pp.15-31.
- _____. Son los museos tan solo un vehículo al servicio del desarrollo inmobiliario? In: MACBA (org.). **Ideas Recibidas. Un vocabulario para la cultura artística contemporánea**. Barcelona: MACBA, 2009.
- _____. Hacia una teoría de la gentrificación. Un retorno a la ciudad por el capital, no por las personas. In: HERRERA, L. M. G. e SABATÉ BEL, F. **Neil Smith: gentrificación urbana y desarrollo desigual**. Barcelona: Icaria/Espacios Críticos, 2015.
- SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SOLÉ, J. B. Nuevas Tecnologías y Renovación Urbana: luces y sombras del distrito 22@. In: **Scripta Nova**. Barcelona, Universitat de Barcelona, v.8, n.170 (34), 2004
- SZYMANSKI, S. The Economic Impact of the World Cup. In: **World Economics**. Vol.3. No.1. January-March 2002. pp.01-09.
- TELES, V. S. **A Cidade nas Fronteiras do Legal e Ilegal**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.
- TELLO, R. Barcelona Pós-olímpica: de ciudad industrial a escenario de consumo. Universitat de Barcelona. **Estudios Geográficos**, año LIV, n.212, jul-set 1993.
- TOURINHO, A. O. Centro e Centralidade: uma questão recente. In: CARLOS, A. F. A. e OLIVEIRA, A. U. **Geografias das Metrôpoles**. São Paulo: Contexto, 2006.
- URRY, J. **O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Garamond, 2007.
- VAINER, C. B. Pátria, Empresa e Mercadoria. In: ARANTES, O, VAINER, C. e MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002a.
- _____. Os liberais também fazem planejamento urbano? In: ARANTES, O, VAINER, C. e MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002b.

- VALÉRY, P. O Problema dos Museus. In: **Revista MAC**. São Paulo, n.2, pp.53-55, nov.1993.
- VALLADARES, L. P. **Passa-se uma Casa**: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- _____. A Gênese da Favela Carioca: a produção anterior às ciências sociais. In: **RBCS**. Vol.15, n.44, outubro de 2000.
- _____. **A Invenção da Favela**: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.
- VAZ, L. F. **Contribuição ao Estudo da Produção e Transformação do Espaço da Habitação Popular**: as habitações coletivas no Rio antigo. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985.
- VILLAÇA, F. J. M. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, C. e SCHIFFER, S. R. (orgs.). **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: FUPAM/EDUSP, 2004.
- WACQUANT, L. **Punir os Pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2007.
- WASELFISZ, J. J. **Homicídios e Juventude no Brasil**. Mapa da violência 2013. Brasília: Governo Federal, 2013.

ANEXOS

ANEXO 1

Final do Documento

Legislação - Lei Ordinária

Lei nº 3135/2000**Data da Lei** 05/12/2000

▼ Texto da Lei

LEI N.º 3.135 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2000

Declara como de Especial Interesse Social, para fins de urbanização e regularização, a área favelada delimitada no anexo, e estabelece os respectivos padrões especiais de urbanização.

Autor: Poder Executivo

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,

faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada como Área de Especial Interesse Social, para fins de inclusão em programa de urbanização e regularização, nos termos dos artigos 141 e 142 da [Lei Complementar n.º 16, de 4 de junho de 1992](#), a área delimitada no Anexo.

Art. 2º - A área de que trata o artigo 1º será urbanizada e regularizada pelo Poder Executivo, observados os artigos 147 a 155 da [Lei Complementar n.º 16, de 4 de junho de 1992](#), respeitando os seguintes padrões de urbanização, parcelamento da terra, uso e ocupação do solo:

I - sistema viário e de circulação, com acessos satisfatórios às moradias, compreendendo ruas, vielas, escadarias e servidões de passagens;

II - condições satisfatórias de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e iluminação pública;

III – uso predominantemente residencial.

Parágrafo Único - O Poder Executivo adotará os procedimentos necessários à regularização urbanística e fundiária, aprovando projetos de parcelamento da terra e estabelecendo normas que respeitem a tipicidade da ocupação e as condições de urbanização.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LUIZ PAULO FERNANDEZ CONDE

ANEXO

FAVELA SANTA MARTA (IV R.A. – Botafogo)

Partindo do alinhamento do lado par da Rua Marechal Francisco de Moura em sua interseção com a divisa lateral esquerda do Lote 51 do PAL 40.713 seguindo por esta e por seu prolongamento na direção Nordeste por 50,10m. Deste ponto segue perpendicular na direção Noroeste por 185,07m

contornando e incluindo a área destinada à implantação do Plano Inclinado. Deste ponto segue perpendicular por 5,54m até encontrar a divisa lateral direita do nº 284 com testada para a rua São Clemente. Segue por esta na direção Noroeste por 98m até encontrar a curva de nível +180m, deste ponto segue em linha reta na direção Leste por 20,00m até encontrar a curva de nível +185m. Segue por esta na direção Leste por 65,00m, deste ponto segue em direção Nordeste por 13,00m até a curva de nível +190m. Segue por esta até encontrar o prolongamento da rua Doutor Oswaldo Seabra contornando-o, incluindo-o e seguindo em direção Oeste por 40,00m. Deste ponto segue em linha reta na direção Noroeste por 84,00m até encontrar o vértice Nordeste do campo de futebol, contornando-o e incluindo-o até encontrar o marco que limita a Comunidade em sua porção superior. Segue por este até encontrar, nas proximidades da curva de nível +165m, a canaleta de drenagem existente no extremo oeste da Comunidade. Segue por esta, incluindo-a até encontrar a curva de nível +137m, segue por esta na direção Sudoeste por 58,90m. Deste ponto segue em direção Sudeste por 19,00m até a curva de nível +125m. Segue por esta, por 51,10m em direção Nordeste até encontrar a canaleta de drenagem. Segue por esta na direção Sudeste, incluindo-a até encontrar a curva de nível +79m. Segue por esta na direção Sudoeste por 29,20m. Deste ponto segue em direção Sudeste por 18,20m até encontrar a curva de nível +72m. Segue por esta na direção Leste por 33,60m até encontrar a canaleta de drenagem. Segue por esta, na direção Sudeste por 95,40m, incluindo-a, até encontrar a divisa lateral esquerda do Lote3 do PAL 40.713. Segue por esta na direção Nordeste por 31,15m. Deste ponto segue em direção Sudeste por 12,50m até encontrar a divisa lateral esquerda do Lote 31 do PAL 10.036. Segue por esta e por seu prolongamento, na direção Nordeste até encontrar a divisa lateral esquerda do Lote 38 do PAL 40.713. Segue por esta e por seu prolongamento, na direção Nordeste até encontrar o alinhamento do lado par da Rua Marechal Francisco de Moura. Segue por este na direção Sudeste até encontrar a divisa lateral esquerda do Lote 51 do PAL 40.713, no ponto inicial desta poligonal.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial de 07/12/2000

Status da Lei	Em Vigor
----------------------	----------

▼ Ficha Técnica

Projeto de Lei nº	Proj. Lei 2178/2000	Mensagem nº	
Autoria	Poder Executivo		
Data de publicação DCM	07/12/2000	Página DCM	
Data Publ. partes vetadas		Página partes vetadas	
Data de publicação DO		Página DO	

Observações:

REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 30870, DE 3/7/2009

Sancionado Lei nº 3135/2000 em 05/12/2000

Tempo de tramitação: 25 dias.

Publicado no D.O.RIO em 06/12/2000 pág. 3/4 - SANCIONADO

Publicado no DCM em 07/12/2000 pág. 6 - SANCIONADO

Forma de Vigência	Sancionada
--------------------------	------------

ANEXO 2

www.LeisMunicipais.com.br

Versão consolidada, com alterações até o dia 11/04/2011

DECRETO Nº 30.870 DE 3 DE JULHO 2009.

(Vide revogação dada pelo Decreto nº [33.648/2011](#))

REGULAMENTA A LEI Nº 3.135, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2000, ESTABELECENDO AS NORMAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA COMUNIDADE DE SANTA MARTA, EM BOTAFOGO.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que a comunidade de Santa Marta foi declarada como área de especial interesse social pela Lei nº 3.135 de 05 de dezembro de 2000;

CONSIDERANDO que a comunidade de Santa Marta está sendo urbanizada pelo poder público, através do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, DECRETA:

Art. 1º O uso e ocupação do solo da área de especial interesse social - AEIS da comunidade de Santa Marta, declarada pela Lei nº 3.135, de 05 de dezembro de 2000, obedecerão às normas estabelecidas neste Decreto, consoante o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 3.135 de 05 de dezembro de 2000.

Art. 2º São partes integrantes deste Decreto os seguintes anexos:

I - Anexo I - Delimitação da área de especial interesse social.

II - Anexo II - Localização e número de pavimentos das edificações existentes.

III - Anexo III - Delimitação de subzonas e número máximo de pavimentos por subzona.

IV - Anexo IV - Áreas impróprias para ocupação.

V - Anexo V - Delimitação das áreas públicas e privadas.

VI - Anexo VI - Formulário para autorização de obras e concessão de habite-se.

Art. 3º São permitidos todos os usos e atividades complementares ao uso residencial, não poluentes e que não causem incômodo à vizinhança e que não impliquem a comercialização (compra e venda) e armazenagem de:

I - Ferro velho;

II - Produtos inflamáveis (exceto tintas e vernizes) e explosivos;

III - Gás liquefeito de petróleo;

VI - Armas e munições.

Parágrafo único. As atividades que estejam submetidas às normas e regulamentos específicos para fins de licenciamento e alvará deverão ser aprovadas pelos órgãos competentes.

Art. 4º O número máximo de pavimentos, de qualquer natureza, das novas edificações ou acréscimo das existentes obedecerá ao definido no Anexo III do presente decreto.

§ 1º Fica proibida a construção de novas edificações, exceto as de iniciativa e responsabilidade do poder público e aquelas destinadas ao reassentamento de população situada em áreas de risco e de preservação ambiental e em áreas objeto de projeto de urbanização da comunidade.

§ 2º No caso das edificações de iniciativa do poder público, assim como aquelas destinadas ao reassentamento de população situada em áreas de risco e de preservação ambiental e em áreas objeto de projeto de urbanização da comunidade, as edificações poderão ter até 4 pavimentos de qualquer natureza.

Art. 5º As edificações deverão apresentar condições suficientes de higiene, segurança e habitabilidade, e respeitar o alinhamento definido pelo Anexo V deste Decreto.

Art. 6º Ficam consideradas regularizadas todas as edificações existentes constantes do Anexo II deste Decreto para fins de concessão de habite-se e inscrição imobiliária.

Parágrafo único. Ficam excetuadas as edificações que tiverem mais de três pavimentos.

Art. 7º A autorização de obras e o habite-se das edificações serão concedidos mediante solicitação em formulário específico, constante do Anexo II deste Decreto.

Art. 8º Nas áreas da Rua Jupira e Marechal Francisco Moura que estejam fora dos limites da área de especial interesse social, as condições de uso e ocupação do solo deverão obedecer as disposições das legislações existentes para estes locais.

Art. 9º Deverão ser implementadas pelos Órgãos competentes campanhas elucidativas junto à população residente, a fim de esclarecer os parâmetros urbanísticos aos quais as edificações estarão submetidas para o licenciamento e regularização de obras novas.

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 2009 - 444º da Fundação da Cidade

EDUARDO PAES

D.O RIO 06.07.2009

ANEXO 3

Atos do Prefeito

DECRETO N.º 32398 DE 18 DE JUNHO DE 2010

Reconhece como Logradouros Públicos da Cidade do Rio de Janeiro, com denominações oficiais aprovadas, as ruas, travessas, praças, largos e escadarias situados na Comunidade Santa Marta, no bairro de Botafogo, na IVª Região Administrativa.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 02/265.349/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam reconhecidos como logradouros públicos da Cidade do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto 5625, de 27 de dezembro de 1985, com denominações oficiais aprovadas de: **RUA DA LIGHT**, o logradouro antes conhecido como Rua da Light, que começa na Rua Marechal Francisco de Moura, lado par, 193m depois da Rua Barão de Macaúbas, e termina com 142m de extensão; **RUA RAIMUNDO RUFINO**, o logradouro antes conhecido como Rua da Assembléia, que começa na interseção entre o final do alinhamento par da Rua Marechal Francisco de Moura e a Praça Santa Marta, 38m depois da Rua da Light, e termina com 87m de extensão; **RUA DAS CRIANÇAS**, o logradouro antes conhecido como Rua das Crianças, que começa na Praça Santa Marta, prolongando-se em direção ao Noroeste, e termina em escadaria, com 41m de extensão; **BECO DO PECADO**, o logradouro antes conhecido como Beco do Pecado, que começa na Praça Santa Marta, prolongando-se em direção ao Sudoeste, e termina com 38m de extensão; **RUA MESTRE DINIZ**, o logradouro antes conhecido como Rua Padre Hélio, que começa no Beco do Pecado, lado par, 17m depois da Praça Santa Marta, e termina com 102m de extensão; **RUA PADRE BELISÁRIO VELLOSO**, o logradouro antes conhecido como Rua Padre Velloso, que começa no final da rua Mestre Diniz, 2m depois do Beco Lua Nova, junto ao entroncamento das Ruas Mestre Diniz e Boitatá, e termina com 298m de extensão; **RUA JOSÉ MANOEL MACHADO**, o logradouro antes conhecido como Rua Diamante Negro e Rua Royal, que começa na Rua Mestre Diniz, lado par, 38m depois do Beco do Pecado, e termina com 36m de extensão; **RUA LUIZA DA SILVA**, o logradouro sem denominação anterior conhecida, que começa na Rua Mestre Diniz, lado ímpar, 47m depois do Beco do Pecado, e termina com 22m de extensão; **RUA TRÊS AMIGAS**, o logradouro antes conhecido como Rua da Glória, que começa na Rua Mestre Diniz, lado par, 17m depois da Rua José Manoel Machado, e termina com 32m de extensão; **RUA NOSSA FÉ**, o logradouro antes conhecido como Rua da Boa Fé, que começa na Rua Mestre Diniz, lado par, 9,5m depois da Rua Três Amigas, e termina com 101m de extensão; **BECO LUA NOVA**, o logradouro antes conhecido como Beco Lua Nova, que começa na Rua Mestre Diniz, lado par, 36m depois da Rua Nossa Fé, e termina com 55m de extensão; **BECO CANTO DAS ANDORINHAS**, o logradouro antes conhecido como Beco Andorinhas, que começa na Rua Padre Belisário Velloso, lado par, 37m depois do seu início, e termina com 38m de extensão; **RUA DO JABUTI**, o logradouro antes conhecido como Rua do Jabuti, que começa na Rua Padre Belisário Velloso, lado par, 38m depois do Beco Canto das Andorinhas, e termina com 77m de extensão; **BECO DA ESTRELA GUIA**, o logradouro antes conhecido como Beco da Estrela, que começa na Rua do Jabuti, lado par, 39m depois da Rua Padre Belisário Velloso, e termina com 20m de extensão; **RUA DA MINA D'ÁGUA**, o logradouro antes conhecido como Rua da Mina, que começa na Rua Padre Belisário Velloso, lado

ímpar, 55m depois da Rua LUIZA DA SILVA, e termina com 80m de extensão; **BECO DOS AMIGOS**, o logradouro antes conhecido como Beco dos Amigos, que começa na Rua do Jabuti, lado par, 35m depois do Beco da Estrela Guia, e termina com 27m de extensão; **RUA DO SILÊNCIO**, o logradouro antes conhecido como Rua do Silêncio, que começa na Rua Padre Belisário Velloso, lado par, 27m depois da Rua do Jabuti, e termina com 79m de extensão; **RUA NOVA MATRIZ**, o logradouro antes conhecido como Rua da Matriz, que começa na Rua do Jabuti, lado ímpar, 18m depois da Rua do Silêncio, e termina com 74m de extensão; **RUA DO MENGÃO**, o logradouro antes conhecido como Rua do Mengão, que começa na Rua Nova Matriz, lado par, 26m depois da Rua do Jabuti, e termina com 102m de extensão; **RUA DO OLIVAL**, o logradouro antes conhecido como Rua das Oliveiras, que começa na Rua do Mengão, lado ímpar, 55m depois da Rua Nova Matriz, e termina com 36m de extensão; **RUA RIZA JULIA**, o logradouro antes conhecido como Rua Cabo José, que começa na Rua do Mengão, lado ímpar, 17m depois da Rua do Olival, e termina com 93m de extensão; **BECO DO SAMBISTA**, o logradouro antes conhecido como Beco do Sambista, que começa na Rua RIZA JULIA, lado par, 61m depois da Rua do Mengão, e termina com 15m de extensão; **ESCADARIA ALABÁ**, o logradouro antes conhecido como Rua das Oliveiras, que começa na Rua Nova Matriz, lado par, 40m depois da Rua do Mengão, e termina com 44m de extensão; **BECO CAMÉLIA ROSA**, o logradouro antes conhecido como Beco Santa Cristina, que começa na Rua Nova Matriz, lado ímpar, 12m depois da Rua do Jabuti, e termina com 19m de extensão; **RUA DO CÔCO VERDE**, o logradouro antes conhecido como Rua do Coqueiro, que começa na Rua do Silêncio, lado ímpar, 39m depois da Rua do Noturno, e termina com 38m de extensão; **RUA AROMA DE ROSAS**, o logradouro antes conhecido como Rua da Roseira, que começa na Rua do Silêncio, lado ímpar, 7m depois da Rua do Côco Verde, e termina com 108m de extensão; **RUA ABAYOMI**, o logradouro antes conhecido como Beco da Samambaia, que começa na Rua Aroma de Rosas, lado ímpar, 24m depois da Rua do Silêncio, e termina com 12m de extensão; **RUA DO POÇO PEQUENO**, o logradouro antes conhecido como Rua do Pocinho, que começa na Rua Padre Belisário Velloso, lado par, 41m depois da Rua do Silêncio, e termina com 107m de extensão; **BECO DO ARGEU**, o logradouro antes conhecido como Beco do Argeu, que começa na Rua Padre Belisário Velloso, lado ímpar, 10m depois da Rua da Mina d'Água, e termina com 52m de extensão; **TRAVESSA DO FRATERNINO**, o logradouro sem denominação anterior conhecida, que começa na Rua Padre Belisário Velloso, lado ímpar, 15m depois do Beco do Argeu, e termina com 22m de extensão; **RUA DO NOTURNO**, o logradouro antes conhecido como Rua do Noturno, que começa na Rua do Silêncio, lado ímpar, 11m depois da Rua Padre Belisário Velloso, e termina com 64m de extensão; **RUA DA SERENIDADE**, o logradouro antes conhecido como Rua Cosme e Damião, que começa na Rua Padre Belisário Velloso, lado ímpar, 17m depois da Travessa do Fraterno, e termina com 134m de extensão; **RUA AMOS DA SILVA**, o logradouro sem denominação anterior conhecida, que começa na Rua Padre Belisário Velloso, lado ímpar, 16m depois da Rua da Serenidade, e termina com 29m de extensão; **RUA BOYRÁ**, o logradouro sem denominação anterior conhecida, que começa na Rua Padre Belisário Velloso, lado ímpar, 10m depois da Rua Amos da Silva, e termina com 72m de extensão; **BECO DO MAMOEIRO**, o logradouro antes conhecido como Beco do Mamoeiro, que começa na Rua da Serenidade, lado par, 28m depois da Rua Padre Belisário Velloso, e termina com 40m de extensão; **RUA CIDADE NOVA**, o logradouro antes conhecido como Rua Cidade Nova, que começa na Rua da Serenidade, lado ímpar, 55m depois da Travessa do Fraterno, e termina com 149m de extensão; **RUA DO VIOLEIRO**, o logradouro antes conhecido como Rua do Seresteiro, que começa na Rua Padre Belisário Velloso, lado par, 16m depois da Rua do Noturno, e termina com 34m de extensão; **TRAVESSA ALEGRIA DO MORRO**, o logradouro antes conhecido como Beco Alegria, que começa na Rua Padre Belisário Velloso, lado ímpar, 46m depois da Rua Boyrá, e termina com 29m de extensão; **RUA DOS BRIGADEIROS**, o logradouro antes conhecido como Rua dos Brigadeiros, que começa na Rua Padre Belisário Velloso, lado

par, 38m depois da Rua do Violeiro e termina com 58m de extensão; **RUA VERDE ESPERANÇA**, o logradouro antes conhecido como Rua da Esperança, que começa na Rua Padre Belisário Velloso, lado ímpar, 31m depois da Travessa Alegria do Morro, e termina com 27m de extensão; **RUA DE CIMA**, o logradouro sem denominação anterior conhecida, que começa na Rua Padre Belisário Velloso, lado ímpar, 24m depois da Rua Verde Esperança, e termina com 15,50m de extensão; **PRAÇA DA ESTAÇÃO DO ALTO**, a praça situada no trecho final do alinhamento par da Rua Padre Belisário Velloso, adjacente à Estação final do plano inclinado; **RUA DAKOTA**, o logradouro antes conhecido como Rua da Amizade, que começa na Rua Boyrá, lado ímpar, 25m depois da Rua Padre Belisário Velloso, e termina com 36,50m de extensão; **BECO PASSAREDO**, o logradouro antes conhecido como Beco Rouxinol, que começa na Rua Boyrá, lado par, 6m depois da Travessa Alegria do Morro, e termina com 25m de extensão; **LARGO DO CANTÃO**, o logradouro antes conhecido como Largo do Cantão, situado ao final da Rua Jupira, 98m depois da Rua Marechal Francisco de Moura; **RUA PEQUENA** o logradouro antes conhecido como Beco do Ipê, que começa no Largo do Cantão, partindo em direção Leste-Sudeste, e termina com 33m de extensão; **RUA DAISY RAMOS**, o logradouro antes conhecido como Beco do Império, que começa no Largo do Cantão, partindo em direção Nor-Nordeste, e termina com 75m de extensão; **RUA DA NOVIDADE**, o logradouro antes conhecido como Beco dos Prazeres, que começa na Rua Daisy Ramos, lado par, 6m depois de seu início, e termina com 25m de extensão; **BECO DA ALFAIATARIA**, o logradouro antes conhecido como Beco do Alfaiate, que começa na Rua Daisy Ramos, lado ímpar, 52m depois do Largo do Cantão, e termina com 37m de extensão; **BECO DA NOVA MANHÃ**, o logradouro antes conhecido como Beco Amanhecer, que começa na Rua Daisy Ramos, lado ímpar, 9m depois do Beco da Alfaiataria, e termina com 24m de extensão; **BECO AMARILIS**, o logradouro antes conhecido como Beco do Cantão, que começa no Largo do Cantão, partindo em direção Norte, e termina com 11m de extensão; **BECO DIACUI**, o logradouro antes conhecido como Beco do Castelo, que começa no Largo do Cantão, partindo em direção Nor-Noroeste, e termina com 18m de extensão; **RUA CENDI**, o logradouro antes conhecido como Rua da Luz, que começa no Largo do Cantão, partindo em direção Noroeste, e termina com 18m de extensão; **RUA JEQUITIBÁ-AÇU**, o logradouro antes conhecido como Rua da Mangueira, que começa no Largo do Cantão, partindo em direção Sudeste, e termina com 79m de extensão; **RUA COROA IMPERIAL**, o logradouro antes conhecido como Rua São Carlos, que começa na Rua Jequitibá-Açu, lado par, 15m depois do Largo do Cantão, e termina com 34m de extensão; **RUA DOS GETULISTAS**, o logradouro antes conhecido como Rua Presidente Vargas (trecho inferior), que começa na Rua Jequitibá-Açu, lado par, 12m depois da Rua Coroa Imperial, e termina com 54m de extensão; **RUA ÍRIS AMARELO**, o logradouro sem denominação anterior conhecida, que começa na Rua Jequitibá-Açu, lado par, 16m depois da Rua dos Getulistas, e termina com 16m de extensão; **RUA CAMÉLIA BRANCA**, o logradouro antes conhecido como Beco do Campista, que começa na Rua Jequitibá-Açu, lado par, 35m depois da Rua Íris Amarelo, e termina com 96m de extensão; **RUA DA PONTE**, o logradouro antes conhecido como Rua da Ponte, que começa na Rua Cendi, lado ímpar, 6m depois da Rua Coroa Imperial, e termina com 21m de extensão; **RUA PADRE JOSÉ MARIA NATUZZI**, o logradouro antes conhecido como Rua Sol Nascente, que começa na Rua Padre Belisário Velloso, lado ímpar, 8m depois da Rua da Rua Daisy Ramos, e termina com 31m de extensão; **RUA BOITATÁ**, o logradouro sem denominação anterior conhecida, que começa no entroncamento das Rua Padre Belisário Velloso e Mestre Diniz, e termina com 11m de extensão; **PRAÇA LEONARDO REZENDE**, a praça compreendida entre as Ruas Getulistas, Íris Amarelo e Camélia Branca.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 18 de junho de 2010; 446º ano da fundação da Cidade.
EDUARDO PAES

AVISO

A Imprensa da Cidade comunica aos órgãos e entidades municipais que a Agência do D.O. Rio não aceitará a publicação de extrato de contrato que esteja em desacordo com o § 2º do art. 441 do RGCAF.

Preço das publicações (centímetro de coluna)	
Empresas Públicas, Fundações e Sociedades de Economia Mista do Município	R\$ 5,00
Terceiros (entidades externas ao Município)	R\$ 60,00
Os textos para publicação devem ser apresentados em disquete, digitados em fonte Arial, corpo 12, em linhas de 13 centímetros de largura, acompanhados de uma cópia impressa em jato de tinta ou laser, com assinatura e identificação do responsável.	
As páginas do Diário Oficial são formadas por três colunas de 08 centímetros.	
Preço do Diário Oficial	
Exemplar avulso (venda na Agência D.O.RIO)	R\$ 0,90
Exemplar atrasado (sujeito à disponibilidade)	R\$ 1,20
Assinatura semestral	R\$ 250,00
Assinatura semestral (retirado no balcão)	R\$ 170,00
Entrega de matérias para publicação e forma de pagamento: A entrega das matérias, os pagamentos de publicações e a aquisição de exemplares atrasados devem ser efetuadas diretamente na Agência D.O. Rio – Centro Administrativo São Sebastião –CASS – Rua Afonso Cavalcanti, 455 – Térreo – Cidade Nova.Tel.: 2503-2284. As contratações ou renovações de assinaturas deverão ser efetuadas pelos telefones 3295-8650 (PABX), 3295-8676. Fax.: 3295-8690 ou 2580-2700. As assinaturas serão pagas por intermédio de bloquitos emitidos pela Empresa e endereçados aos assinantes.	
Para reclamações sobre publicações dirigir-se à Diretoria Industrial da Imprensa da Cidade, Av. Pedro II, nº 400 São Cristóvão – CEP 20941-070 – Tel. 3295-8650 (PABX), no prazo de 10 dias da data da veiculação.	

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Municipal da Casa Civil

Empresa Municipal de Artes Gráficas S/A

Imprensa da Cidade

Diretor Presidente: Franck Correa de Oliveira

Diretor de Administração e Finanças: Paulo Cesar de Castro

Diretor Industrial: Frederico Dias Martins De Paola

A CAPA DO DIÁRIO OFICIAL É PRODUZIDA PELA
COORDENADORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO DA SECRETARIA
MUNICIPAL DA CASA CIVIL

FOTOLITO E IMPRESSÃO:

GRÁFICA EDITORA JORNAL DO COMÉRCIO S.A.

ANEXO 4

Final do Documento

Legislação - Lei Ordinária

Lei nº 3688/2003**Data da Lei** 24/11/2003

▼ Texto da Lei

LEI N.º 3.688 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2003

Declara como de Especial Interesse Social, para fins de urbanização e regularização, as áreas que menciona, e estabelece os respectivos padrões especiais de urbanização.

Autor: Poder Executivo

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,

faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam declaradas como Áreas de Especial Interesse Social, para fins de inclusão em programas de urbanização e regularização, nos termos do [§ 1.º do art. 141 da Lei Complementar n.º 16, de 4 de junho de 1992](#), as áreas cujos limites estão descritos nos Anexos I, II, III e IV desta Lei.

Art. 2.º As áreas de que trata o art. 1.º serão urbanizadas e regularizadas pelo Poder Executivo, observados os [arts. 147 a 155 da Lei Complementar n.º 16, de 4 de junho de 1992](#), respeitando os seguintes padrões de urbanização, parcelamento da terra, uso e ocupação do solo:

I — sistema viário e de circulação com acesso satisfatório às moradias, compreendendo ruas, vielas, escadarias e servidões de passagens;

II — condições satisfatórias de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e iluminação pública;

III — dimensões do lote mínimo definidas em função da especificidade da ocupação já existente e de condições de segurança e higiene;

IV — uso predominantemente residencial.

Parágrafo único. O Poder Executivo adotará os procedimentos necessários à regularização urbanística e fundiária, aprovando projetos de parcelamento da terra e estabelecendo normas que respeitem a tipicidade da ocupação e as condições de urbanização.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CESAR MAIA

ANEXO I VILA JOÃO LOPES (XXXIII R.A. — REALENGO)

O limite da Comunidade tem início no entroncamento da Estrada Manuel Nogueira Sá com a Rua

Margarida Maria Alves (não reconhecida) com a qual forma ângulo de -64° , subindo por esta (incluída), por 231,02m até a curva de nível dos 71m, neste ponto conforma ângulo de 142° na direção SO e prossegue por 4,53m em linha reta até a curva de nível dos 73m, neste ponto forma ângulo de -98° SO, daí prossegue por 28,55m até a curva de nível dos 89m; neste ponto conforma ângulo de 168° NO e prossegue por 19,59m nesta mesma direção até formar ângulo de -149° SO, deste ponto prosseguindo por mais 6,13m até a curva de nível dos 91m ponto em que conforma ângulo de -166° ; daí seguindo por 29,07m na direção SO até conformar ângulo de -144° ; neste ponto prolongando-se na direção SO por 23,89m até tocar a curva de nível dos 92m, aí formando ângulo de -154° SO; e deste ponto prolongando-se por uma linha reta de 7,24m até encontrar a curva de nível dos 90m, e formar ângulo de 136° ; deste ponto prossegue por uma reta de 1,77m até formar ângulo de -151° ; daí prosseguindo por uma linha reta de 7,04m na direção SO, neste ponto conformando ângulo de 121° na direção NO e seguindo por 3,95m até tocar a curva de nível dos 88m; neste ponto conforma ângulo de 160° NO; daí prossegue por 9,91m até conformar ângulo de 177° NO na curva de nível dos 85m; deste ponto prosseguindo por 16,79m até conformar ângulo de 133° ; daí por mais 18,95m na direção NO, até o ponto em que forma ângulo de 165° NO; prosseguindo a linha nesta mesma direção por 6,26m, aí formando ângulo de -113° SO e deste ponto por uma reta de 14,31m até tocar a curva de nível dos 95m, daí conforma ângulo de -174° SO e prossegue em linha reta por mais 2,25m até formar ângulo de 89° , daí seguindo por 9,37m na direção NE até a curva de nível dos 90m, ponto em que conforma ângulo de 85° NE; daí prosseguindo por 3,79m até formar ângulo de 71° N; e deste ponto por mais 7,42m até formar ângulo de 94° NO; daí prosseguindo por mais 2,11m até conformar ângulo de 121° NO, avançando por mais 10,33m até a curva de nível dos 80m para neste ponto formar ângulo 101° NO; daí prosseguindo por mais 5,30m para neste ponto formar ângulo de 94° NO, daí por 9,68m até a curva de nível dos 71m, para neste ponto conformar ângulo de -150° SO, seguindo daí por mais 25,49m na direção NO até tocar a curva de nível dos 72m, para neste ponto conformar ângulo de 121° , deste ponto seguindo por uma reta de 20,42m na direção NO, até conformar ângulo de -149° SO; daí por uma reta de 12,06m nesta mesma direção até tocar a curva de nível dos 78m, para neste ponto conformar ângulo de -122° SO; seguindo daí por mais 7,39m até tocar a curva de nível dos 82m, ponto em que conforma ângulo de -73° ; daí prossegue por mais 11,62m até encontrar a curva de nível dos 86m, para neste ponto formar ângulo de -122° SO; daí seguindo por uma linha reta de 17,01m até tocar a curva de nível dos 95m e neste ponto formar ângulo de 178° ; seguindo por esta por mais 7,97m e neste ponto conformando ângulo de -158° SO; daí por 24,88m até conformar ângulo -136° ; e daí prosseguindo por mais 12,12m até conformar ângulo de -47° SE; deste ponto seguindo por 0,86m até formar ângulo de -137° SO, prosseguindo daí por mais 17,89m e neste ponto conformando ângulo de -47° SE; daí por uma linha de 1,90m até formar ângulo de -128° SO; deste ponto por 10,21m em linha reta aí conformando ângulo de -142° SO e por mais 17,96m nesta direção até encontrar o prolongamento da Rua Vila das Mangueiras (não reconhecida), com a qual conforma ângulo de 133° NO; por esta prosseguindo por 185,14m até encontrar a Estrada Manuel Nogueira de Sá com a qual conforma ângulo de 84° NE; e por esta (incluído apenas lado ímpar), fechando o limite da Comunidade.

ANEXO II

VILA MANGUEIRAL (XVIII R.A. — CAMPO GRANDE)

O limite da Comunidade tem início no Largo do Rodão, ao fim da rua San Marino, por seu lado direito, seguindo em direção norte pelo lado ímpar da Rua Mangueiral até encontrar a margem direita do Canal do Rio Cabuçu. Por essa margem do referido Canal, à jusante, até encontrar o Rio da Prata e desse ponto por um segmento medindo 20,00m, ortogonal à margem oposta do Canal do Rio Cabuçu em direção sudeste sob a Estrada do Iaraquã. Desse ponto por uma linha paralela à margem esquerda do citado canal, distando 12,00m da margem, até o limite com o PAL nº 42.786 incluído, seguindo em direção leste até encontrar os fundos dos lotes da rua Manoel de Mattos Souza. Seguindo em direção norte pelo prolongamento da linha dos fundos destes lotes, confronta-se ainda com o Loteamento Bairro Maria José atravessando o prolongamento das ruas Soldado Wenceslau Spancerski, Soldado Valdemar de Almeida, Soldado José de Sousa até encontrar a divisa da fazenda Montenegro e do Loteamento de mesmo nome. Por estas divisas

até encontrar a rua Mangueiral e por essa até o Largo do Rodão, fechando o limite da Comunidade.

ANEXO III
(ESTE ANEXO FOI RETIFICADO PELA LEI Nº 4.815*, de 25/04/2008)

PAVÃO-PAVÃOZINHO (V R.A. — COPACABANA)

O limite da Comunidade Pavão-Pavãozinho é dividido em duas poligonais distintas. A primeira poligonal possui formato irregular, com área de 63.652,38 m² e com perímetro de 1915,11 m, com vértice inicial na Estrada de Cantagalo, perfazendo linha poligonal irregular, ao longo da divisa com a AEIS da comunidade do Cantagalo, composta de dez segmentos de 22,42 m, 5,21 m, 2,45 m, 4,97 m, 1,98 m, 4,90 m, 7,52 m, 5,21 m, 3,72 m, 6,63 m, com ângulos, referenciados ao RN determinado pelas coordenadas UTM, de 91o, 91o, 82o, 89o, 358o, 83o, 7,52o, 5,21o, 3,72o e 6,63o, respectivamente, a partir desse ponto, acompanhando as edificações existentes, perfazendo linha poligonal irregular, até o encontro com o lixoduto existente, no setor conhecido como Vietnam, composta de trinta e oito segmentos de 30,69 m, 5,10 m, 3,24 m, 8,15 m, 2,74 m, 2,10 m, 7,25 m, 5,10 m, 10,70 m, 6,19 m, 5,17 m, 3,81 m, 7,89 m, 4,03 m, 15,47 m, 3,72 m, 8,02 m, 4,55 m, 11,32 m, 4,59 m, 11,24 m, 3,46 m, 10,10 m, 3,05 m, 9,05 m, 3,69 m, 9,76 m, 7,78 m, 9,22 m, 10,49 m, 12,57 m, 17,16 m, 12,77 m, 16,15 m, 8,20 m, 31,46 m, 4,57 m, 41,58m, em ângulos, referenciados ao RN acima referido, de 12°, 103°, 11°, 107°, 137°, 107°, 16°, 107°, 16°, 286°, 16°, 288°, 16°, 286°, 16°, 101°, 11°, 101°, 11°, 98°, 8°, 282°, 12°, 284°, 17°, 287°, 17°, 80°, 100°, 8°, 87°, 8°, 1°, 353°, 87°, 351°, 293° e 0°, respectivamente, a partir desse ponto, seguindo o alinhamento externo do lixoduto existente, perfazendo segmento de 24,42 m, em ângulo, referenciado ao RN acima referido, de 95°, até o encontro com o alinhamento externo da Avenida Pinheiro, a partir desse ponto, perfazendo o segmento de 18,31 m, em ângulo, referenciado ao RN acima referido de, 187°, até o final das edificações existentes, a partir desse ponto, perfazendo linha poligonal irregular composta de cinco segmentos de 13,46 m, 25,21 m, 46,67 m, 60,80 m, 109,73 m, em ângulos, referenciados ao RN acima referido, de 97°, 111°, 130°, 40° e 329°, respectivamente, até o encontro com a escadaria lateral projetada, seguindo essa mesma escadaria, perfazendo linha poligonal irregular composta de vinte e um segmentos de 13,41 m, 19,02 m, 3,80 m, 3,51 m, 8,21 m, 13,04 m, 14,44 m, 12,51 m, 11,75 m, 3,93 m, 7,86 m, 3,93 m, 3,93 m, 15,03 m, 39,05 m, 2,48 m, 41,71 m, 7,94 m, 16,87 m, 12,72 m, 12,77 m, em ângulos, referenciados ao RN acima referido, de 350°, 303°, 218°, 278°, 5°, 38°, 306°, 347°, 323°, 236°, 295°, 54°, 324°, 47°, 337°, 66°, 337°, 50°, 342°, 254° e 340°, respectivamente, até o encontro com a praça projetada para o setor denominado Serafim, contornando essa mesma praça, perfazendo linha poligonal irregular composta de dez segmentos de 7,80m, 5,08 m, 10,01 m, 16,07 m, 4,30 m, 16,39 m, 17,40 m, 12,11 m, 2,99 m, 4,65 m, em ângulos, referenciados ao RN acima referido, de 336°, 352°, 269°, 242°, 0°, 267°, 178°, 258°, 266° e 255°, respectivamente, até o encontro com o alinhamento externo do muro existente, seguindo esse alinhamento até o encontro com o alinhamento da Rua Saint Roman, seguindo entre os No. 16 e o No. 1168 da Av. Na. Sa. de Copacabana, perfazendo linha poligonal irregular composta de dois segmentos de 29,61 m e 7,37 m, em ângulos, referenciados ao RN acima referido, de 245°, 153° e respectivamente, até o encontro com o muro de divisas lateral projetado entre o novo acesso proposto e o imóvel de No. 16 da Rua Saint Roman, a partir desse ponto seguindo o alinhamento externo desse muro, em segmento de 30,48 m e ângulo, referenciado ao RN acima referido, de 64°, a partir desse ponto, seguindo o alinhamento externo do muro existente até o alinhamento frontal da Igreja Na. Sa. da Anunciação, na Rua Saint Roman, perfazendo linha poligonal irregular composta de oito segmentos de 1,91 m, 14,36 m, 2,03 m, 0,86 m, 12,53 m, 12,68 m e 14,60 m, seguindo o alinhamento externo do muro da Igreja até o encontro com o alinhamento da escadaria projetada perfazendo linha poligonal irregular composta de dois segmentos de 19,79 m e 2,16 m, em ângulos, referenciados ao RN acima referido, de 196° e 283°, respectivamente, seguindo o alinhamento externo da escadaria, perfazendo linha poligonal irregular composta de dois segmentos de 13,63 m e 30,83 m, até o encontro com o muro de divisas lateral com o imóvel de No. 48 da Rua Saint Roman, seguindo o alinhamento da escadaria projetada até o encontro com o muro de divisas fundos existente dos imóveis de Nos. 48 e 52 da Rua Saint Roman, seguindo os fundos de lotes até o terreno para relocação, perfazendo linha poligonal irregular composta de cinco segmentos de 20,93 m, 8,66 m, 3,40 m, 15,96 m e 6,96 m, até o encontro com o muro de divisas projetado com imóveis destinados a unidades habitacionais projetadas, a partir desse

ponto seguindo o alinhamento externo desse muro, perfazendo linha poligonal irregular composta de quatro segmentos de 0,51 m, 24,74 m, 35,80 m e 25,56 m, até o alinhamento com muro existente junto à Av. Pavãozinho, em segmento de 20,36 m, até o encontro com o alinhamento externo dos imóveis localizados entre os imóveis de Nos. 74 e 100, da Rua Saint Roman, referentes aos prédios habitacionais existentes da Cehab, acompanhando as divisas desse imóveis, perfazendo linha poligonal irregular composta de cinco segmentos de 26,27 m, 21,94 m, 9,48 m, 26,72 m e 30,24 m, até o encontro com o muro de fundos existentes dos imóveis 100, 106, 108, 112, 114, 116, 122, 128, 136, 138, 142 e 146 da Rua Saint Roman, a partir desse ponto, acompanhando o alinhamento externo desse muro ao longo da Av. Pavãozinho, perfazendo linha poligonal irregular composta de dezesseis segmentos de 23,90 m, 6,02 m, 8,19 m, 27,44 m, 7,20 m, 13,51 m, 12,24 m, 20,45 m, 17,02 m, 24,41 m, 2,48 m, 48,00 m, 4,15 m, 5,15 m, 8,06 m e 5,59 m, até o encontro com o alinhamento do meio-fio externo da Estrada do Cantagalo, perfazendo linha composta de dois segmentos de 6,03 m e 2,33 m, em ângulos, referenciados ao RN acima referido de 219° e 99°, arco com raio de 14,68 m, ângulo de abertura de 117°, início em 6° e término em 123°, e perímetro de 29,94 m, e dois segmentos de 5,92 m e 9,61 m, em ângulos, referenciados ao RN acima referido, de 230° e 239°, até o encontro com o vértice inicial. A segunda poligonal é formada por polígono regular com área de 391,83 m² e perímetro de 82,23 m, composto por quatro segmentos, com vértice inicial no alinhamento do muro existente da divisa frontal do imóvel localizado na Rua Saint Roman, junto e ao lado do No. 89, perfazendo linha poligonal, acompanhando o alinhamento externo dos muros de divisas com os imóveis de Nos. 148, 152 e 160, da Rua Sá Ferreira, composta de quatro segmentos de 26,00 m, 15,00 m, 26,00 m e 15,00 m, com ângulos referenciados ao RN acima referido, de 196°, 106°, 16° e 286°, respectivamente, até o encontro com o vértice inicial.

ANEXO IV

(ESTE ANEXO FOI RETIFICADO PELA LEI Nº 4.815*, de 25/04/2008)

CANTAGALO (VI R.A. — IPANEMA)

O limite da Comunidade Cantagalo é dividido em duas poligonais distintas.

A primeira poligonal possui formato irregular, com área de 62.384,96m² e com perímetro de 1.555,68 m, com vértice inicial na Rua Teixeira de Melo, entre os imóveis de números 72 e 56, distando 5,44 m do alinhamento do meio-fio da rua, e 2,85 m do alinhamento da fachada do imóvel de No. 76, perfazendo linha poligonal de três segmentos de 17,58 m, 1,89 m e 18,44 m, com ângulos, referenciados ao RN determinado pelas coordenadas UTM, de 267o, 177o e 267o, acompanhando o alinhamento dos imóveis existentes até o encontro com o alinhamento do muro de divisa lateral existente, perfazendo, em alinhamento com esse muro, poligonal de três segmentos de 14,36 m, 0,97 m e 67,40 m, em ângulos, referenciados ao RN acima referido, de 266o, 170o e 267o, respectivamente, até o encontro com o muro existente de divisas de fundos entre a comunidade e os imóveis da Rua Nascimento Silva, acompanhando o alinhamento externo desse muro, ao longo da Rua Cândido das Neves, perfazendo linha poligonal de quatro segmentos de 30,53m, 21,22m, 15,72m e 13,73m, seguindo o alinhamento externo do muro existente, perfazendo linha poligonal em dois segmentos de 3,17 m e 74,26 m, até o final do alinhamento do muro de divisas, e seguindo em poligonal irregular, contornando as edificações existentes, formada de nove segmentos de 22,23 m, 19,59 m, 20,74 m, 7,62 m, 9,66 m, 7,65 m, 1,48 m, 3,63 m e 29,08 m, em ângulos referenciados ao RN acima referido, de 264o, 174o, 179o, 94o, 222 o, 172o, 253o, 312o, 227o, respectivamente, até o encontro com o alinhamento do guarda-corpo existente da Estrada do Cantagalo, seguindo o alinhamento deste até a entrada para a rua de acesso ao pavimento subsolo do Ciep-João Goulart, acompanhando o alinhamento do guarda-corpo que contorna essa rua até o alinhamento da fachada do imóvel do referido Ciep, seguindo esse alinhamento até o encontro com o alinhamento externo da escada de acesso proposta ao setor conhecido como Nova Brasília, seguindo o alinhamento externo dessa escada, em segmento único de 33,29 m com ângulo, referenciado ao RN acima referido, de 204o, e perfazendo, a partir do final desse segmento, poligonal irregular, contornando o alinhamento externo de escada proposta e edificações existentes, composta de 29 segmentos de 12,87 m, 9,05 m, 12,46 m, 5,84 m, 13,15 m, 8,84 m, 11,67 m, 8,92 m, 10,61 m, 3,55 m, 2,30 m, 12,23 m,

9,85 m, 12,11 m, 17,11 m, 10,54 m, 10,06 m, 5,10 m, 25,68m, 10,70 m, 9,96 m, 4,70 m, 12,34 m, 2,60 m, 16,38 m, 8,15 m, 3,23 m, 5,10 m e 30,69 m, e ângulos, referenciados ao RN acima referido, de 256 o, 251o, 168 o, 260o, 174o, 77o, 177o, 89o, 174o, 263o, 173o, 263o, 175o, 83o, 185o, 183o, 175o, 87o e 179o, respectivamente, até o alinhamento da divisa com a poligonal da AEIS da Comunidade de Pavão-Pavãozinho, perfazendo a partir desse ponto, poligonal irregular composta por 10 segmentos de 6,63 m, 3,72 m, 5,18 m, 7,52 m, 4,90 m, 1,99 m, 4,97 m, 2,49 m, 5,21 m e 26,41 m, e ângulos, referenciados ao RN acima referido, de 94o, 9o, 92o, 176o, 83o, 360o, 89o, 82o e 91o e 90o, respectivamente, até o encontro com o alinhamento do meio-fio da Estrada de Cantagalo, atravessando esta Estrada em segmento de 10,69 m e ângulo de 113o, referenciado ao RN acima referido, até o encontro com o alinhamento do muro existente de divisas de fundos entre o imóvel da Cehab, localizado na esquina da Estrada de Cantagalo e Rua Saint Roman com a Comunidade de Cantagalo, seguindo o alinhamento externo desse muro em segmento de 11,88 m e ângulo, referenciado ao RN acima referido de 107o, perfazendo, a partir desse ponto, poligonal irregular, composta de quatro segmentos de 2,97 m, 11,39 m, 11,01 m e 11,55 m, e ângulos, referenciados ao RN acima referido, de 194o, 106o, 102o e 107o, respectivamente, até o encontro com o alinhamento do muro de divisas lateral entre o imóvel da Cehab, acima descrito, e o imóvel de No. 172 da Rua Saint Roman, onde se localiza o Cemasi Municipal projetado, denominado Casa de Copacabana, acompanhando, em segmento de 27,05 m, o alinhamento externo desse muro até o encontro com o alinhamento do muro de divisas frontal da edificação de No. 172 da Rua Saint Roman com a Estrada do Cantagalo, acompanhando o alinhamento externo desse muro em três segmentos de 12,26 m, 22,50 m e 7,78 m, até o encontro com o alinhamento do muro de divisas lateral entre o imóvel de No. 172 e o imóvel de No. 178 da Rua Saint Roman, acompanhando o alinhamento externo desse muro em segmento de 37,47 m até o final desse muro, a partir desse ponto, perfazendo poligonal irregular, em três segmentos de 26,78 m, 20,39 m e 11,47 m, e ângulos, referenciados ao RN acima referido, de 99o, 110o e 114o, respectivamente, até o encontro com o alinhamento da divisa lateral do imóvel de No. 204 da Rua Saint Roman com a escadaria existente da Rua da Associação, perfazendo um segmento de 37,22 m, até o encontro com o final do alinhamento do muro de divisa frontal do referido imóvel de No. 204 da Rua Saint Roman, perfazendo poligonal irregular em três segmentos de 8,15 m, 1,59 m e 6,74 m, e ângulos, referenciados ao RN acima referido, de 102o, 92o e 68o, até o encontro com o alinhamento do muro de divisa lateral do imóvel de No. 208 da Rua Saint Roman e acompanhando o alinhamento externo desse muro, em segmento de 42,46 m, até o encontro com o alinhamento do muro existente de divisas de fundos entre os imóveis de Nos 208, 214 e 222 da Rua Saint Roman com a Rua Cristóvão de Alencar, acompanhando o alinhamento externo desse muro em dois segmentos de 19,13 m e 18,99 m, a partir desse ponto, perfazendo poligonal irregular, contornando edificações existentes, composta de dois segmentos de 21,13 m e 1,78 m e ângulos, referenciados ao RN acima referido, de 14o e 290o, respectivamente, até o encontro com o alinhamento de muro existente, ao longo do limite lateral da Rua Cristóvão de Alencar, acompanhando o alinhamento externo desse muro, em sete segmentos de 23,42 m, 8,17 m, 8,74 m, 8,43 m, 28,10 m, 1,36 m e 8,77 m, até o encontro com o limite externo da Quadra Esportiva projetada junto à Rua Custódio de Mesquita, perfazendo poligonal irregular acompanhando o alinhamento externo da quadra e da praça projetadas, em quatro segmentos de 12,98 m, 15,92 m, 4,01 m e 30,94 m e ângulos, referenciados ao RN acima referido, de 67o, 336o, 88o e 357o, respectivamente, a partir de desse ponto, perfazendo segmento de 24,43 m e ângulo, referenciado ao RN acima referido, de 93o, até o encontro com o alinhamento externo de muro existente ao longo da Rua Cândido das Neves, perfazendo poligonal irregular, acompanhando o alinhamento externo do referido muro, em cinco segmentos de 10,30m, 2,19 m, 18,01 m e 2,90 m, até o encontro com o alinhamento de lixoduto proposto, perfazendo poligonal irregular constituída por segmento de 22,43 m e ângulo, referenciado ao RN acima referido, de 31o, de arco de círculo com centro de raio de 28,95 m e ângulo de abertura de 56o, referenciado ao RN acima referido, definido por arcos de 28,95 m e ângulos, referenciados ao RN acima referido, de 121o e 177o, respectivamente, e de segmento de 2,52 m e ângulo, referenciado ao RN acima referido, de 87o, a partir desse ponto perfazendo poligonal irregular contornando a edificação da lixeira proposta, em segmento de 2,06 m e ângulo, referenciado ao RN acima referido, de 177o, até o encontro com a divisa lateral proposta para imóvel da Comlurb, de No. 52 da Rua Teixeira de Melo até o encontro com o alinhamento da divisa frontal projetada para o imóvel da Comlurb, fechando a delimitação da AEIS até o vértice inicial, em segmento de 23,15 m e ângulo, referenciado ao RN acima referido, de 355o.

A segunda poligonal é formada por polígono regular com área de 372, 35 m² e perímetro de 88,91 m, composto por quatro segmentos, com vértice inicial no alinhamento do muro existente de divisa lateral entre os imóveis de Nos. 15 e 19 da Travessa das Escadinhas-Saint Roman, perfazendo 27,93 m e ângulo, referenciado ao RN acima referido, de 180°, até o encontro com o alinhamento proposto para o muro de divisas de fundos entre o imóvel a ser constituído para futura creche e o imóvel remanescente do desmembramento proposto para o imóvel de No. 15 da Travessa das Escadinhas-Saint Roman, acompanhando o alinhamento externo de muro projetado, perfazendo um segmento de 11,81 m e ângulo, referenciado ao RN acima referido, de 288°, até o encontro com o alinhamento da divisa lateral entre os imóveis de Nos. 15 e 11 da Travessa das Escadinhas-Saint Roman, acompanhando o alinhamento externo desse muro proposto, perfazendo um segmento de 35,30 m e ângulo, referenciado ao RN acima referido, de 198°, até o encontro com o alinhamento do muro de divisa frontal existente do imóvel de No. 15 da Travessa das Escadinhas-Saint Roman com a Rua Saint Roman, perfazendo um segmento de 13,87 m e ângulo, referenciado ao RN acima referido, de 75° até o vértice inicial.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial de 27/11/2003

Status da Lei	Em Vigor
---------------	----------

▼ Ficha Técnica

Projeto de Lei nº	Proj. Lei 1346/2003	Mensagem nº	
Autoria	Poder Executivo		
Data de publicação DCM	27/11/2003	Página DCM	
Data Publ. partes vetadas		Página partes vetadas	
Data de publicação DO		Página DO	

Observações:

Sancionado Lei nº 3688/2003 em 24/11/2003

Tempo de tramitação: 194 dias.

Publicado no D.O.RIO em 25/11/2003 pág. 4 E 5 - SANCIONADO

Publicado no DCM em 27/11/2003 pág. 5 E 6 - SANCIONADO

Forma de Vigência	Sancionada
-------------------	------------

▼ Leis relacionadas ao Assunto desta Lei

PRÓXIMO >>	<< ANTERIOR	- CONTRAIR	+ EXPANDIR	BUSCA ESPECÍFICA
<h4>▼ Leis Ordinárias</h4>				
5558 2013 Em Vigor	Declara a Comunidade Recanto Familiar, no Bairro do Humaitá, de Especial Interesse Social, para fins de Urbanização e Regularização Fundiária.			
5533 2012 Em Vigor	Declara como Área de Especial Interesse Social, para Fins de Urbanização e Regularização Fundiária, do nº 19 ao nº 198, da Rua dos Botocudos, Bairro dos Bancários, na Ilha do Governador.			
5521 2012 Em Vigor	Declara como de Especial Interesse Social, para fins de urbanização e regularização urbanística e fundiária, a área que menciona e estabelece os respectivos padrões especiais de urbanização.			
5520 2012 Em Vigor	Declara como de Especial Interesse Social para fins de urbanização e regularização a área que menciona.			
5462 2012 Em Vigor	Declara o loteamento Shalom, no Bairro de Jacarepaguá, como Área de Especial Interesse Social, para fins de urbanização e regularização fundiária.			
5458 2012 Em Vigor	Declara a Comunidade Cancela Preta, no Bairro Bangu, como Área de Especial Interesse Social, para fins de urbanização e regularização fundiária			
5449 2012 Em Vigor	Declara como de Especial Interesse Social, para fins de urbanização e regularização urbanística e fundiária, a área que menciona e estabelece os respectivos padrões especiais de urbanização.			

ANEXO 5

www.leismunicipais.com.br

Versão consolidada, com alterações até o dia 11/04/2011

DECRETO Nº 33.015 DE 5 DE NOVEMBRO DE 2010.[\(Vide revogação dada pelo Decreto nº 33.648/2011\)](#)**REGULAMENTA A LEI Nº 4.815 DE 25 DE ABRIL DE 2008, ESTABELECEANDO AS NORMAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA COMUNIDADE DO MORRO DO CANTAGALO, NO BAIRRO DE IPANEMA, VI RA - LAGOA.**

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 16 de 04 de junho de 1992 dispõe que a política habitacional do município visa à redução do déficit habitacional e a melhoria da infra-estrutura urbana, com prioridade para a população de baixa renda sendo que estes objetivos serão atendidos através de programas específicos e pela legislação urbanística;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 16 de 04 de junho de 1992 que prevê padrões específicos de urbanização e ocupação do solo para as áreas de Especial Interesse Social;

CONSIDERANDO que a comunidade do Morro do Cantagalo foi declarada área de especial interesse social pela Lei nº 3.688 de 24 de novembro de 2003 e modificada pela Lei nº 4.815 de 25 de abril de 2008, e a necessidade de definição de parâmetros e normas construtivas para esta comunidade;

CONSIDERANDO o § único do art 2º da Lei 3.688 de 24 de novembro de 2003 que delega ao Poder Executivo a definição de normas urbanísticas e edificações que respeitem a tipicidade da ocupação e as condições da urbanização, DECRETA:

Art. 1º O uso e ocupação do solo da área de especial interesse social - AEIS da comunidade do Morro do Cantagalo, declarada pela Lei nº 3.688, de 24 de Novembro de 2003, modificada pela Lei nº 4.815 de 25 de abril de 2008, obedecerá às normas estabelecidas neste Decreto, consoante o parágrafo único do art. 2º da Lei 3.688 de 24 de novembro de 2003.

Art. 2º São partes integrantes deste Decreto os seguintes anexos:

I - Anexo I - Delimitação da área de especial interesse social e das áreas públicas e privadas.

II - Anexo II - Delimitação das subzonas e do gabarito máximo permitido.

III - Anexo III - Levantamento da localização e do número de pavimentos existentes.

IV - Anexo IV - Formulário para autorização de obras e concessão de habite-se.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no item II do art 2º deste decreto, a área fica dividida em 5 (cinco) subzonas, caracterizadas de acordo com sua morfologia, topografia e tipologia construtiva, da seguinte forma:

- SBZ1 - Área ao longo das vias de principal acesso a comunidade - 3 pavtos;
- SBZ2 - Área de encosta, conhecida como Caixa ou Miolo - 3 pavtos;
- SBZ3 - Área de encosta, conhecida como Nova Brasília - 2 pavtos;
- SBZ4 - Área de encosta em declive, conhecidas como Buraco Quente, Quebra Braço e Ribanceira - 1 pavto;
- SBZE1 - Área de uso especial: Complexo CIEP Presidente João Goulart e Espaço Criança Esperança
- SBZE2 - Área de uso especial: Complexo Rubem Braga - Torre do elevador panorâmico, mirantes, escadas de acesso e estação do Metrô.

Art. 3º São permitidos todos os usos e atividades complementares ao uso residencial, não poluentes, que não causem incômodo à vizinhança e que venham a auxiliar na melhoria da qualidade de renda da população residente.

Parágrafo único. As atividades que estejam submetidas às normas e regulamentos específicos para fins de licenciamento e alvará deverão ser aprovadas pelos órgãos competentes.

Art. 4º Fica vedado iniciar a construção de novas edificações, exceto as de iniciativa e responsabilidade do poder público destinadas ao reassentamento de população situada em áreas de risco, de preservação ambiental e em áreas objeto de projeto de urbanização da comunidade, que poderão ser licenciados observando os Decretos específicos.

§ 1º Serão permitidas reconstruções, modificações, reformas e acréscimos de pavimento nas edificações existentes, comprovadamente para melhoria das condições de higiene, segurança e habitabilidade, desde que:

I - seja comprovada sua existência na data da publicação da Lei nº 4.815 de 25 de abril de 2008, que declarou a área como de especial interesse social;

II - atenda ao gabarito máximo permitido para a área definido no Anexo II do presente Decreto.

III - não se constituam em novas unidades habitacionais.

§ 2º Serão submetidos à análise especial dos órgãos competentes os projetos relativos a reconstruções, acréscimos e modificações que ultrapassem o 2º pavimento, e as intervenções que necessitem de movimentos de terra - cortes e aterros, construções de muros de contenção, desvios e/ou canalização de cursos d'água, e instalação de redes de drenagem e de esgotamento sanitário em logradouros.

Art. 5º As edificações poderão ter de 1 (um) a 3 (três) pavimentos de qualquer natureza, excetuando-se o aproveitamento da laje da cobertura, segundo o definido nas subzonas, obedecendo ao estabelecido no Anexo II do presente Decreto.

§ 1º Considera-se como aproveitamento permitido da cobertura a utilização da laje do último pavimento, tolerando-se cobrimento parcial ou total por telhas-vãs ou outros elementos construtivos não permanentes como toldos, pergolados, caramanchões; tendo seus limites protegidos por guarda-corpo ou mureta de até 1,20m de altura.

§ 2º A utilização da laje da cobertura, constituindo terraço coberto, é tolerada para usos não permanentes, tais como áreas de lazer e serviço, não sendo permitida sua compartimentação ou fechamento.

§ 3º Será tolerada a instalação de caixas d'águas cobertas ou reservatórios, antenas, para-raios, que não poderão exceder a altura de 2,30m acima do piso do terraço.

Art. 6º Os pilotis serão considerados como pavimento o computando-se a razão de 1 pavimento a cada 2,5 metros de altura, arredondando-se as frações para o número inteiro superior;

Art. 7º É permitido o aproveitamento de parte da edificação para o uso comercial e de serviços, desde que a atividade não cause incômodo à vizinhança, de acordo com o definido no art. 3º.

Art. 8º As edificações deverão apresentar condições suficientes de higiene, segurança e habitabilidade, e respeitar o alinhamento definido pelo Anexo I deste Decreto.

Art. 9º Ficam consideradas passíveis de regularização todas as edificações existentes que se incluam nos parâmetros definidos pelo presente Decreto para fins de concessão de habite-se e inscrição imobiliária.

Parágrafo único. Ficam excetuadas as edificações que tiverem mais de 03 (três) pavimentos.

Art. 10 As unidades residenciais deverão conter, no mínimo um compartimento habitável, um banheiro com instalação sanitária e uma cozinha, podendo esta última ser conjugada ao compartimento habitável.

Art. 11 A autorização de obras e o habite-se das edificações serão concedidos mediante solicitação em formulário específico, constante do Anexo IV deste Decreto.

Art. 12 Deverão ser implementadas campanhas elucidativas pelos Órgãos competentes junto a população residente para o esclarecimento do presente Decreto e dos parâmetros urbanísticos aos quais as edificações estarão submetidas para o licenciamento e o aceite.

Art. 13 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 2010 - 446º da Fundação da Cidade EDUARDO PAES

D. O RIO 08.11.2010

O PRESENTE DOCUMENTO SE DESTINA A COMPROVAR A EXISTENCIA LEGAL DA EDIFICAÇÃO E SUA ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA VIGENTE. PARA ESSE EFEITO O IMÓVEL DEVERÁ MANTER CONDIÇÕES ADEQUADAS DE SEGURANÇA, HIGIENE E HABITABILIDADE E PERFEITO FUNCIONAMENTO DAS INSTALAÇÕES DE LUZ E FORÇA, ESGOTO, ÁGUA POTAVEL E TELEFONE.

Os anexos encontram-se disponíveis, ainda, no Paço Municipal

Data de Publicação no Sistema LeisMunicipais: 04/12/2015

ANEXO 6

Jusbrasil - Legislação

23 de setembro de 2016

Lei 2704/98 | Lei nº 2704 de 08 de dezembro de 1998

Publicado por Câmara Municipal do Rio de Janeiro (extraído pelo Jusbrasil) - 17 anos atrás

Autor: Poder Executivo [Ver tópico \(6 documentos\)](#)

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada como Área de Especial Interesse Social, para fins de inclusão em programa de urbanização e regularização, nos termos do [parágrafo 1º](#), do art. 141, da Lei Complementar n.º 16, de 4 de junho de 1992, a área delimitada no Anexo. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

Art. 2º - A área de que trata o art. 1º será urbanizada e regularizada pelo Poder Executivo, observados os artigos 147 a 155 da Lei Complementar n.º 16, de 4 de junho de 1992, respeitando os seguintes padrões de urbanização, parcelamento da terra, uso e ocupação do solo: [Ver tópico \(2 documentos\)](#)

I - sistema viário e de circulação, com acessos satisfatórios às moradias, compreendendo ruas, vielas, escadarias e servidões de passagens; [Ver tópico](#)

II - condições satisfatórias de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e iluminação pública; [Ver tópico](#)

III - uso predominantemente residencial. [Ver tópico](#)

Parágrafo Único - O Poder Executivo adotará os procedimentos necessários à regularização urbanística e fundiária, aprovando projetos de parcelamento da terra e estabelecendo normas que respeitem a tipicidade da ocupação e as condições de urbanização. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. [Ver tópico \(1 documento\)](#)

LUIZ PAULO FERNANDEZ CONDE

ANEXO ÚNICO

Partindo do entroncamento da Rua Ana Maria Noronha com a Avenida Niemeyer; seguindo por esta em direção nordeste até encontrar a divisa dos fundos dos lotes dos domicílios com testada para o córrego do Tambá; seguindo por esta divisa e seu prolongamento, em direção noroeste, até encontrar o Caminho da Boa Vista; seguindo por este e seu prolongamento, em direção noroeste, até encontrar a Avenida João Goulart; seguindo por esta, em direção oeste, até encontrar a Rua Dr. Olinto Magalhães; seguindo por esta, em direção nordeste, por cinquenta metros de extensão; deste ponto, seguindo em direção noroeste, por quarenta e cinco metros de extensão; deste ponto, seguindo em direção norte, por vinte e cinco metros de extensão; deste ponto, seguindo em direção sudeste, por quinze metros de extensão, deste ponto, seguindo em direção norte, por vinte metros de extensão, no encontro com a Rua Major Toja Martins Filho; seguindo por esta, em direção noroeste até encontrar o marco físico; seguindo pelo marco físico que delimita a comunidade até encontrar a Rua Dom Eugênio Sales; seguindo por esta, em direção nordeste, até o entroncamento com a Rua Eliana Athaide; deste ponto, seguindo pela divisa dos fundos dos lotes da Rua Dom Eugênio Sales e seguindo paralelamente com a Avenida Niemeyer, cruzando a Rua Oscar Niemeyer e Rua Roger Van Der Weid até encontrar a Rua Ana Maria Noronha, ponto de partida.

Disponível em: <http://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/268190/lei-2704-98>

ANEXO 7

DECRETO N.º 8.322 DE 18 DE JANEIRO DE 2000

RECONHECE COMO LOGRADOUROS PÚBLICOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, COM DENOMINAÇÕES OFICIAIS APROVADAS, AS RUAS, AS TRAVESSAS, OS BECOS, A PRAÇA E O PROLONGAMENTO QUE MENCIONA, SITUADOS NO BAIRRO VIDIGAL, NA VI REGIÃO ADMINISTRATIVA – LAGOA.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO,

no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do processo administrativo n.º 16/002.458/98,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declarados logradouros públicos da Cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista o Decreto n.º 5625, de 27 de dezembro de 1985, com denominações oficiais aprovadas de **RUA LEÔNCIO RODRIGUES CARDOSO**, o logradouro antes conhecido como Rua Frei Henrique (A), que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado par, 36m depois do Beco Tintureiro do Vidigal, e termina com 42m de extensão; **RUA SYLVIO MORAES**, o logradouro antes conhecido como Rua Nova, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado ímpar, 11m depois do Beco Camélia do Vidigal, e termina com 40m de extensão; **RUA SAMUEL RODRIGUES MUNIZ**, o logradouro antes conhecido como Rua Luiz Cláudio Lima, que

decreto logradouro vidigal

começa na Avenida Presidente João Goulart, lado ímpar, 82m depois da Rua Sylvio Moraes, e termina na Avenida Presidente João Goulart, com 227m de extensão; **RUA NILZA DOS SANTOS REIS**, o logradouro antes conhecido como Rua 01, que começa na Rua Samuel Rodrigues Muniz, lado ímpar, 66m depois da Avenida Presidente João Goulart, e termina com 28m de extensão; **RUA BENTO AFFONSO RUBIÃO**, o logradouro antes conhecido como Avenida Presidente João Goulart (A), que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado ímpar, 6m depois da Rua Samuel Rodrigues Muniz, e termina com 145m de extensão; **RUA BERNARDO NEVES**, o logradouro antes conhecido como Rua Armando de Almeida Lima, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado par, 29m depois da Rua Leôncio Rodrigues Cardoso, e termina com 136m de extensão; **TRAVESSA JORNALISTA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Hebert Betinho de Souza, que começa na Rua Bento Affonso Rubião, lado par, 7m depois da Avenida Presidente João Goulart, e termina na Travessa Radialista do Vidigal, com 57m de extensão; **TRAVESSA RADIALISTA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Manoel Fernandes, que começa na Rua Bernardo Neves, lado ímpar, 47m depois da Avenida Presidente João Goulart, e termina com 45m de extensão; **BECO MAÇÃ DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Santo Antonio e Rua Joaquim Rufino, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado par, 362m depois da Rua Benedito Calixto, e termina com 142m de extensão; **BECO PÊRA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua 1º de Maio, que começa 21m antes do Beco Maçã do Vidigal, lado ímpar, de um ponto 28m depois da Avenida Presidente João Goulart, e

N

termina com 45m de extensão; **BECO UVA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Madre Tereza de Calcutá, que começa no Beco Maçã do Vidigal, lado ímpar, 32m depois do Beco Pêra do Vidigal, e termina no Beco Carambola do Vidigal, com 106m de extensão; **BECO LARANJA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Diniz, que começa no Beco Maçã do Vidigal, lado ímpar, 12m depois do Beco Uva do Vidigal, e termina no Beco Tangerina do Vidigal, com 87m de extensão; **BECO TANGERINA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua da Felicidade, que começa no Beco Laranja do Vidigal, lado ímpar, 52m depois do Beco Maçã do Vidigal, e termina no Beco Amora do Vidigal, com 107m de extensão; **BECO AMEIXA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Vicente Ferreira Mariano e Rua Dom Hélder Câmara, que começa no Beco Tangerina do Vidigal, lado ímpar, 15m depois do Beco Laranja do Vidigal, e termina no Beco Tangerina do Vidigal, com 148m de extensão; **BECO SAPOTI DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Mario, que começa no Beco Tangerina do Vidigal, lado ímpar, 29m depois do Beco Ameixa do Vidigal, e termina com 27m de extensão; **BECO MELANCIA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Sérgio Teixeira da Luz, que começa no Beco Sapoti do Vidigal, lado par, 5m depois do Beco Tangerina do Vidigal, e termina no Beco Ameixa do Vidigal, com 27m de extensão; **BECO ABACATE DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Amaro Ribeiro, que começa Beco Ameixa do Vidigal, lado ímpar, 9m depois do Beco Manga do Vidigal, e termina com 20m de extensão; **BECO JAMELÃO DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Leôncio Rodrigues Cardoso, que começa no Beco Ameixa do Vidigal, lado ímpar, 12 antes do Beco Tangerina

do Vidigal, e termina no Beco Amora do Vidigal, com 65m de extensão; **BECO AMORA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Regina de Carvalho, que começa 36m antes do Beco Tangerina do Vidigal, lado par, de um ponto 70m depois do Beco Laranja do Vidigal, e termina com 190m de extensão; **BECO PITANGA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Dr. Plínio dos Santos, que começa no Beco Amora do Vidigal, 77m antes do fim do Beco Amora do Vidigal, e termina com 60m de extensão; **BECO ROMÃ DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Major Toja Martinez Filho, que começa no Beco Pitanga do Vidigal, lado par, 38m depois do Beco Amora do Vidigal, e termina com 85m de extensão; **BECO CEREJA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua 25 de Dezembro e Rua Marcio Machado, que começa no Beco Uva do Vidigal, lado par, 14m depois do Beco Maçã do Vidigal, e termina no Beco Mecânicos do Vidigal, com 202m de extensão; **BECO CAQUI DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua da Figueira, que começa no Beco Cereja do Vidigal, lado par, 19m depois do Beco Uva do Vidigal, e termina no Beco Ameixa do Vidigal, com 179m de extensão; **BECO JACA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Frei Xavier, que começa no Beco Cereja do Vidigal, lado par, 14m depois do Beco Caqui do Vidigal, e termina com 34m de extensão; **BECO MELÃO DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Padre Anchieta, que começa no Beco Cereja do Vidigal, lado ímpar, 66m depois do Beco Uva do Vidigal, e termina com 98m de extensão; **BECO FIGO DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Amaro Ribeiro do Espírito Santo, que começa no Beco Caqui do Vidigal, lado par, 20m depois do Beco Cereja do Vidigal, e termina com 54m de

extensão; **BECO ABACAXI DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Marlene Cardoso, que começa no Beco Figo do Vidigal, lado ímpar, 32m depois do Beco Caqui do Vidigal, e termina no Beco Cereja do Vidigal, com 143m de extensão; **BECO MANGA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Bernardo Neves, que começa no Beco Caqui do Vidigal, lado par, 25m depois do Beco Abacaxi do Vidigal, e termina no Beco Ameixa do Vidigal, com 34m de extensão; **BECO CARAMBOLA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua 31 de Julho, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado par, 139m depois do Beco Maçã do Vidigal, e termina no Beco Melão do Vidigal, com 130m de extensão; **BECO GENIPAPO DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Manoel Pereira, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado par, 43m depois do Beco Carambola do Vidigal, e termina com 26m de extensão; **BECO AÇAÍ DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Silvío de Moraes, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado par, 65m depois do Beco Genipapo do Vidigal, e termina com 42m de extensão; **BECO UMBU DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua João XXIII, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado par, 56m depois do Beco Açaí do Vidigal, e termina com 39m de extensão; **BECO PITOMBA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua João XXIII-A, que começa no Beco Umbu do Vidigal, lado par, 5m depois da Avenida Presidente João Goulart, e termina com 26m de extensão; **BECO JABUTICABA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Luiz Carlos Soares, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado par, 23m depois do Beco Umbu do Vidigal, e termina com 49m de extensão; **BECO MECÂNICOS DO**

VIDIGAL, o logradouro antes conhecido como Rua 12 de Outubro, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado par, 9m depois do Beco Jaboticaba do Vidigal, e termina com 196m de extensão; **BECO BOMBEIROS DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua 19 de Abril, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado par, 38m depois do Beco Mecânicos do Vidigal, e termina com 24m de extensão; **BECO MARCENEIRO DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Frei Henrique, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado par, 71m depois do Beco Bombeiros do Vidigal, e termina na Rua Leônicio Rodrigues Cardoso, com 195m de extensão; **BECO VIOLETAS DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Dr. André Freijó Barroso, que começa 24m antes da Avenida Presidente João Goulart, lado par, de um ponto 50m depois do Beco Marceneiro do Vidigal, e termina com 158m de extensão; **BECO ELETRICISTA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Nadir Marcelino, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado par, 88m depois do Beco Violetas do Vidigal, e termina com 60m de extensão; **BECO PEDREIRO DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Carlos Rosa, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado par, 10m depois do Beco Eletricista do Vidigal, e termina com 34m de extensão; **BECO ENFERMEIRO DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Carlos Pernambuco, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado par, 63m depois do Beco Pedreiro do Vidigal, e termina na Avenida Presidente João Goulart com 54m de extensão; **BECO DESENHISTA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Cabo Silva, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado par, 32m depois do Beco Enfermeiro do Vidigal, e termina com 45m

de extensão; **BECO TINTUREIRO DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua do Samba, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado par, 42m depois do Beco Desenhista do Vidigal, e termina com 40 m de extensão; **BECO ROSA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Nelson Bispo, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado ímpar, 1.030m depois da Avenida Niemeyer, e termina com 31 m de extensão; **BECO CRAVO DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Madre Ana Coimbra, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado ímpar, 127m depois do Beco Rosa do Vidigal, e termina com 77m de extensão; **BECO MARGARIDA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua 12 de Julho e Rua do Artur, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado ímpar, 30m depois do Beco Cravo do Vidigal, e termina na Avenida Presidente João Goulart, com 222m de extensão; **BECO HORTÊNSIA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Dr. Winde Jesus, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado ímpar, depois do Beco Margarida do Vidigal, e termina com 25m de extensão; **BECO ORQUÍDEA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Carlos Machado, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado ímpar, 8m depois do Beco Hortência do Vidigal, e termina no Beco Violetas do Vidigal, com 84m de extensão; **BECO JASMIM DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido com Rua Dom João, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado ímpar, 146m depois do Beco Violetas do Vidigal, e termina com 31m de extensão; **BECO GERÂNIO DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua do Tiburcio, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado ímpar, 18m depois do Beco Jasmim do Vidigal, e termina com 51m de

extensão; **BECO LÍRIO DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Engenheira Maria Eugênia Montano, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado ímpar, 112m depois do Beco Gerâneo do Vidigal, e termina com 25m de extensão; **BECO CAMÉLIA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Carlos Duque, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado ímpar, 53m depois do Beco Lírio do Vidigal, e termina com 94m de extensão; **BECO TULIPA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Carlos Duque (A), que começa no Beco Camélia do Vidigal, lado ímpar, 28m depois da Avenida Presidente João Goulart, e termina com 37m de extensão; **BECO AZALÉIA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua 02, que começa no Beco Margarida do Vidigal, lado ímpar, 47m antes da Avenida Presidente João Goulart, e termina com 44m de extensão; **BECO JARDINEIRO DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Engenheira Aida Mirian, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado ímpar, 50m depois da Rua Samuel Rodrigues Muniz, e termina com 132m de extensão; **BECO ARTISTA DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua 03, que começa na Avenida Presidente João Goulart, lado par, 103m depois da Travessa Jornalista do Vidigal, e termina com 25m de extensão; **BECO QUITANDEIRO DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua Armando Lima (A), que começa na Rua Bernardo Neves, lado par, 10m depois do Beco Mecânicos do Vidigal, e termina no Beco Feirante do Vidigal, com 51m de extensão; **BECO FEIRANTE DO VIDIGAL**, o logradouro antes conhecido como Rua 20 de Janeiro, que começa no Beco Mecânicos do Vidigal, lado par, 23m depois do Beco Cereja do Vidigal, e termina no Beco Cereja do Vidigal, com 40m de extensão;

PRAÇA MIRANTE DO VIDIGAL, o logradouro antes conhecido como Praça do Mirante, situada no lado par do Beco Quitandeiro do Vidigal, de um ponto 28m depois da Rua Bernardo Neves; **AVENIDA PRESIDENTE JOÃO GOULART**, o trecho situado no prolongamento final deste logradouro, com 761m de extensão, a partir de 1.291m depois da Avenida Niemeyer, passando assim a Avenida Presidente João Goulart a terminar com 2.052m de extensão.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de Janeiro de 2000 - 436º ano da fundação da Cidade.

LUIZ PAULO FERNANDEZ CONDE

ANEXO 8

Regulamenta a Lei n.º 2704, de 08 de dezembro de 1998, estabelecendo as normas de uso e ocupação do solo da comunidade do Morro do Vidigal, no bairro do Vidigal, VI R.A. - Lagoa

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Nº 16 de 04 de junho de 1992 dispõe que a política habitacional do município visa à redução do déficit habitacional e a melhoria da infra-estrutura urbana, com prioridade para a população de baixa renda sendo que estes objetivos serão atendidos através de programas específicos e pela legislação urbanística;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Nº 16 de 04 de junho de 1992 que prevê padrões específicos de urbanização e ocupação do solo para as áreas de Especial Interesse Social;

CONSIDERANDO que a comunidade do Morro do Vidigal foi declarada área de especial interesse social pela Lei 2704 de 08 de dezembro de 1998 e a necessidade de definição de parâmetros e normas construtivas para esta comunidade;

CONSIDERANDO o § único do art. 2º da Lei 2704 de 08 de dezembro de 1998 que delega ao Poder Executivo a definição de normas urbanísticas e edilícias que respeitem a tipicidade da ocupação e as condições da urbanização.

DECRETA:

Art. 1.º O uso e ocupação do solo da área de especial interesse social - AEIS da comunidade do Morro do Vidigal, declarada pela Lei 2704 de 08 de dezembro de 1998, obedecerão às normas estabelecidas neste Decreto, consoante o parágrafo único do art. 2.º da referida Lei.

Art. 2.º São partes integrantes deste Decreto os seguintes anexos:

I – Anexo I – Delimitação da área de especial interesse social e das áreas públicas e privadas

II – Anexo II – Número máximo de pavimentos permitidos e delimitação das áreas impróprias para ocupação.

III – Anexo III - Formulário para licenciamento de obras e concessão de habite-se.

Art. 3.º São permitidos os usos e atividades complementares ao uso residencial, não poluentes, que não causem incômodo à vizinhança e que venham a auxiliar na melhoria da qualidade de vida da população residente.

Parágrafo único. As atividades que estejam submetidas a normas e regulamentos específicos para fins de licenciamento e alvará deverão ser aprovadas pelos órgãos competentes.

Artº 4.º Fica vedado iniciar a construção de novas edificações, exceto as de iniciativa e responsabilidade do poder público destinadas ao reassentamento de população situada em áreas de risco, de preservação ambiental e em áreas objeto de projeto de urbanização da comunidade, que poderão ser licenciados observando os Decretos específicos.

Parágrafo único. Serão permitidas reconstruções, modificações, reformas e acréscimos de pavimento nas edificações existentes, comprovadamente para melhoria das condições de higiene, segurança e habitabilidade, desde que:

I- seja comprovada sua existência na data da publicação da Lei 2704 de 08 de dezembro de 1998, que declarou a área como de especial interesse social;

II- atenda ao gabarito máximo permitido para a área definido no Anexo II do presente Decreto.

III- não se constituam em novas unidades habitacionais.

Art. 5.º O número máximo de pavimentos, de qualquer natureza, obedecerá ao definido no Anexo II do presente Decreto.

Art. 6.º Ficam consideradas passíveis de regularização todas as edificações existentes constantes do Anexo II deste Decreto para fins de concessão de habite-se e inscrição imobiliária.

§ 1.º Ficam excetuadas as edificações que tiverem mais de 03 (tres) pavimentos.

§ 2.º Ficam excetuadas as edificações que ocupam as áreas de risco e impróprias para ocupação figuradas no Anexo II deste decreto que serão objeto de políticas públicas específicas de reassentamento.

Artº 7.º As edificações deverão apresentar condições suficientes de higiene, segurança e habitabilidade, e respeitar o alinhamento definido pelo Anexo I deste Decreto.

Art. 8.º As unidades residenciais deverão conter, no mínimo um compartimento habitável, um banheiro com instalação sanitária e uma cozinha, podendo esta última ser conjugada ao compartimento habitável.

Art. 9.º A autorização de obras e o habite-se das edificações serão concedidos mediante solicitação em formulário específico, constante do Anexo III deste Decreto.

Art.10 Deverão ser implementadas pelos Órgãos competentes campanhas elucidativas junto à população residente, a fim de esclarecer os parâmetros urbanísticos aos quais as edificações estarão submetidas para o licenciamento e regularização de obras.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 2011; 446º ano da fundação da Cidade

EDUARDO PAES

1:10.000
ESCALA GRÁFICA

LEGENDA:

--- DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE
ESPECIAL INTERESSE SOCIAL

■ ATÉ 2 PAVIMENTOS

■ ATÉ 3 PAVIMENTOS

□ PARQUE ECOLÓGICO

■ ÁREA PÚBLICA

□ ÁREA ILUSTRADA A INTERVENÇÃO
SOMENTE PELO PODER PÚBLICO

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

VIDIGAL
Área de Especial Interesse Social declarada pela
Lei 2704/96

Número máximo de pavimentos permitido
e área imprópria para ocupação

ANEXO 11 DO DECRETO Nº DE DE DE

Prefeito

Secretário Municipal de Urbanismo

ANEXO 9

RIO

Cartas dos Leitores

● É conclusão solitária do GLOBO afirmar que o Rio tem condições de sonhar com uma redução da criminalidade sem que o Estado apele para barbárie. A maioria, que sobrevive no Rio pagando altíssimos impostos, taxas e contribuições aos governos municipal, estadual e federal, não quer sonhar, o que ela quer é viver com resultados positivos na fundamental área da segurança. As estatísticas não podem ser utilizadas para justificar o injustificável. Assim como elas não são capazes de esperar que a inércia, a omissão e a falta de vontade política de nossos dirigentes passados, presentes e futuros são as raízes da violência que impedia no estado.

LEOPOLDO MOSQUEIRA GOMES
(por e-mail, 17/11), Rio

● O jornal definiu como barbárie e agressão os "cascudos" levados por um assaltante. Barbárie e agressão sofremos eu e minha família — nove adultos e uma criança — no dia 7/11, quando, das 14h30m às 17h30m, fomos feitos reféns em nossa residência por assaltantes armados de pistola e granada. Se tivéssemos sido chacinados certamente não teríamos ocupado os mesmos espaços dispensados ao "pobre" meliante.

ADILSON DE OLIVEIRA MARTINS
(por e-mail, 17/11), Rio

● Muito me causou estranhamento a nota desta redação sobre as cartas enviadas pelos leitores criticando a reportagem sobre o assaltante que apareceu com o olho inchado. A população não aguenta mais esta falsa demagogia de que a violência não resolve a situação da violência, ou que a violência gera mais violência. Pas-

Com os nervos à flor da pele

Medo da violência leva cariocas a botarem em xeque valores básicos do estado de direito

Maria Elisa Alves e Paulo Marquiere

A violência no Rio chegou a tal ponto que moradores estão pondo em xeque valores básicos do estado de direito: a imagem do assaltante Rafael da Silva Alves, de 22 anos, que estava com o rosto vermelho e o olho direito inchado ao ser apresentado pela polícia, do mingo, na Delegacia de Atendimento ao Turista (Deat), provocou polêmica. Rafael, preso em flagrante depois de assaltar um casal de chilenos na Lagoa, havia chegado à delegacia sem ferimentos. A publicação no GLOBO das fotos de Rafael antes e depois dos ferimentos dividiu opiniões. Para algumas pessoas, a discussão sobre os direitos humanos deveria ter ficado em segundo plano. Para outras, a polícia não pode, em hipótese alguma, transgredir a lei.

— As pessoas de bem já não agüentam mais — desabafo o comerciante Roberto Marmelino, que ficou indignado

pulos com ninguém. Por que vamos ter com eles? — indaga Vazquez.

A violência também tem levado o funcionário público Fernando Arthur Queirós de Barros a relativizar suas noções sobre direitos humanos:

— É lógico que ninguém quer que a polícia saia por aí torturando, mas, do jeito que o Rio está, não podemos ser hipócritas. Não tem nada demais um bandido levar uns tapas. Afinal, ele tem feito muito mal à sociedade, que precisa começar a se defender.

Reação seria motivada pelo medo

● Para Leonarda Musumeci, pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança da Universidade Cândido Mendes (Cesec), a reação de algumas pessoas é motivada pelo medo da violência:

— É assustador como as pessoas, amedrontadas, reagem de forma irracional. A ilegalidade no caso é Abílio. Se

trás dela, está a lógica de que não basta prender o acusado e levá-lo para a delegacia. É preciso torturá-lo, fazer justiça com as próprias mãos. Só que num estado de direito existe um sistema jurídico. A polícia não está aí para bater.

Para a psicanalista Beatriz Kuhn, idealizadora do grupo Bastal, que procura discutir soluções para os problemas da cidade, o apoio à violência contra Rafael é facilmente explicável:

— A cidadania no Rio está de tal forma oprimida pela criminalidade que até pessoas mais lúcidas estão manifestando um ódio primário pelos bandidos. Ao sentirem essa raiva, querem também vingança. Essa é uma reação imediata, emocional, mas é preciso elaborar o ódio, pensar que, num estado de direito, não se pode bater num preso.

Um dos motivos de indignação da sociedade, para ela, é que as leis acabam sendo benevolentes com os bandidos:

— As leis têm muitos atenuantes e é quase impossível que um bandido fique preso por muito tempo. Quem fica com

Cartas dos Leitores

● A falta de bom senso dos leitores que reagiram à publicação da foto do ladrão antes e depois de ser espancado bem demonstra o caos institucional em que vivemos. Bandidos fazem o de sempre: crimes, violência e arbitrariedades. Quando o poder público, no caso a polícia, faz as mesmas coisas, é o começo do fim das instituições públicas e do estado de direito. Pior ainda quando tem o respaldo da sociedade, que parece não saber mais distinguir o legal do arbitrário.

CEZAR BASTOS
(via Globo Online, 17/11), Rio

● Que a polícia é violenta, eu já sabia. Também já sabia que a população passa por uma inversão de valores que atinge todas as camadas. O que me deixou assustado foram as cartas dos leitores. Entendo que a população esteja com medo e revoita diante da violência. Mas pior que o ato do bandido ou o da polícia é esta reação agressiva da sociedade, que nos afunda mais no caos.

MARIO HENRIQUE RODRIGUES ASCOLY
(por e-mail, 17/11), Rio

● A nota da redação sobre as cartas de leitores indignados com o tratamento dado ao assaltante de tutas merece ser complementada com o registro do entendimento municipalmente firmado de que a imprensa livre é uma instituição privada que exerce um duplo papel: protetora e representante do estado de direito. A reportagem do GLOBO, me parece, visou proteger o estado de direito e não a criminalidade.

ATALIBA PINHEIRO ESPRITO SANTO
(por e-mail, 17/11), Rio

Medo da violência leva cariocas a botarem em xeque valores básicos do estado de direito

Maria Elisa Alves e Paulo Marquero

A violência no Rio chegou a tal ponto que moradores estão pondo em xeque valores básicos do estado de direito: a imagem do assaltante Rafael da Silva Alves, de 22 anos, que estava com o rosto vermelho e o olho direito inchado ao ser apresentado pela polícia, do mingo, na Delegacia de Atendimento ao Turista (Deat), provocou polêmica. Rafael, preso em flagrante depois de assaltar um casal de chilenos na Lagoa, havia chegado à delegacia sem ferimentos. A publicação no GLOBO das fotos de Rafael antes e depois dos ferimentos dividiu opiniões. Para algumas pessoas, a discussão sobre os direitos humanos deveria ter ficado em segundo plano. Para outras, a polícia não pode, em hipótese alguma, transgredir a lei.

— As pessoas de bem já não aguentam mais — desabafa o comerciante Roberto Marcelino, que ficou indignado com a publicação das fotos. — Não sou a favor da justiça pelas próprias mãos, mas, às vezes, é preciso fazer vista grossa e deixar rolar. Temos de dar atenção às vítimas. Aos facinoras, é pau neles. O engenheiro Hernan Vazquez tem opinião parecida. Argentino que se fixou no Rio há 24 anos, diz ter mudado vários hábitos por causa da violência.

— Esses bandidos não têm escrú-

pulos com ninguém. Por que vamos ter com eles? — indaga Vazquez.

A violência também tem levado o funcionário público Fernando Arthur Queirós de Barros a relativizar suas noções sobre direitos humanos:

— É lógico que ninguém quer que a polícia saia por aí torturando, mas, do jeito que o Rio está, não podemos ser hipócritas. Não tem nada demais um bandido levar uns tapas. Afinal, ele tem feito muito mal à sociedade, que precisa começar a se defender.

Reação seria motivada pelo medo

• Para Leonarda Musumeci, pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança da Universidade Cândido Mendes (Cesec), a reação de algumas pessoas é motivada pelo medo da violência:

— É assustador como as pessoas, amedrontadas, reagem de forma irracional. A ilegalidade no caso é óbvia. Se a polícia faz isso, como podemos confiar nela? Como ela pode fazer cumprir a lei se é a primeira a descumprir-la?

A antropóloga Haydeé Caruso, coordenadora dos programas de ações de segurança do Viva Rio, afirma que a reação de algumas pessoas está dentro de "uma tradição jurídica inquisitorial".

— É uma tradição inquisitorial a reação da polícia com os cidadãos. Por

trás dela, está a lógica de que não basta prender o acusado e levá-lo para a delegacia. É preciso torturá-lo, fazer justiça com as próprias mãos. Só que num estado de direito existe um sistema jurídico. A polícia não está aí para bater.

Para a psicanalista Beatriz Kuhn, idealizadora do grupo Bastal, que procura discutir soluções para os problemas da cidade, o apoio à violência contra Rafael é facilmente explicável:

— A cidadania no Rio está de tal forma oprimida pela criminalidade que até pessoas mais lúcidas estão manifestando um ódio primário pelos bandidos. Ao sentirem essa raiva, querem também vingança. Essa é uma reação imediata, emocional, mas é preciso elaborar o ódio, pensar que, num estado de direito, não se pode bater num preso.

Um dos motivos de indignação da sociedade, para ela, é que as leis acabam sendo benevolentes com os bandidos:

— As leis têm muitos atenuantes e é quase impossível que um bandido fique preso por muito tempo. Quem fica sem o direito de ir e vir são os cidadãos.

A presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, Cecília Coimbra, diz que a questão cultural contribui para que as pessoas tenham reações radicais:

— A questão da violência passa por outras questões. Foi construída uma concepção de que alguns segmentos são menos humanos do que outros e por isso merecem lições exemplares.

Cláudio Duarte

damental área da segurança. As estatísticas não podem ser utilizadas para justificar o injustificável. Assim como elas não são capazes de espezinhar que a inércia, a omissão e a falta de vontade política de nossos dirigentes passaram, presentes e futuros são as raízes da violência que se imporia no estado.

LEOPOLDO MOSQUEIRA GOMES (por e-mail, 17/11), Rio

• O jornal definiu como barbárie e agressão os "casos" levados por um assaltante. Barbárie e agressão sofremos eu e minha família — nove adultos e uma criança — no dia 7/11, quando, das 14h30 às 17h30m, fomos feitos reféns em nossa residência por assaltantes armados de pistola e granada. Se tivéssemos sido chacinados certamente não teríamos ocupado os mesmos espaços dispensados ao "pobre" meliante.

ADILSON DE OLIVEIRA MARTINS (por e-mail, 17/11), Rio

• Muito me causou estranhamento a nota desta redação sobre as cartas enviadas pelos leitores criticando a reportagem sobre o assaltante que apareceu com o olho inchado. A população não aguenta mais esta falsa demagogia de que a violência não resolve a situação da violência, ou que a violência gera mais violência. Passar a mão sobre a cabeça destes marginais é que não resolve mais.

JOMAR V. PRESIMIC (por e-mail, 17/11), Rio

• Olho inchado de bandido virou barbárie? Isto é um insulto aos cidadãos de bem, aos turistas, aos policiais diariamente metralhados e, principalmente, à memória do réporter Tim Lopes.

CELIA ALMEIDA (17/11), Rio

• Depois de uma montanha de cartas criticando o GLOBO por dar ênfase ao olho inchado do bandido "coitadinho", vem o jornal dizer que respeita a opinião dos leitores mas que vai continuar com a mesma demagogia de sempre. O momento é para ação enérgica contra esses bandidos, e não para políticas de Primeiro Mundo.

WASHINGTON AMORIM (via Globo Online, 17/11), Rio

• Assinante do GLOBO há mais de 10 anos, poucas vezes vi tanta indignação nas cartas dos leitores como

fim das instituições públicas e do estado de direito. Pior ainda quando tem o respaldo da sociedade, que parece não saber mais distinguir o legal do arbitrário.

CEZAR BASTOS (via Globo Online, 17/11), Rio

• Que a polícia é violenta, eu já sabia. Também já sabia que a população passa por uma inversão de valores que atinge todas as camadas. O que me deixou assustado foram as cartas dos leitores. Entendo que a população esteja com medo e revolta diante da violência. Mas pior que o ato do bandido ou o da polícia é esta reação agressiva da sociedade, que nos afunda mais no caos.

MARIO HENRIQUE RODRIGUES ASCOLY (por e-mail, 17/11), Rio

• A nota da redação sobre as cartas de leitores indignados com o tratamento dado ao assaltante de turistas merece ser complementada com o registro do entendimento mundialmente firmado de que a imprensa livre é uma instituição privada que exerce um duplo papel: proteger e representar o estado de direito. A reportagem do GLOBO, me parece, visou proteger o estado de direito e não a criminalidade.

ATALIBA PINHEIRO ESPRITO SANTO (por e-mail, 17/11), Rio

• Acredito que todos temos o mesmo desejo: uma sociedade justa, livre da violência e do crime. Mas é assustador saber que 21 leitores (100% das cartas publicadas) defenderam a violência e o crime como solução. Pois que elas não se enganam: violência policial é crime. E não distingue culpados de inocentes. Se desta vez a imprensa mostrou um criminoso como vítima de tal abuso, incontáveis vezes ela já denunciou maus-tratos que inocentes sofreram nas mãos de torturadores fardados.

THIAGO TUDESCO (via Globo Online, 17/11), Niterói, RJ

• Foram 21 cartas. Todas enfáticas na posição que seus autores esperam ver como norteadora da polícia carioca. Todas aprovam a prática da tortura e a execução de suspeitos no interior das dependências das instituições repressivas do estado, como se este mecanismo fosse eficiente redutor de criminalidade. Estão todos enganados.

• **Asinante do GLOBO** há mais de 10 anos, poucas vezes vi tanta indignação nas cartas dos leitores como em 17/11, sobre o preso espancado. Porém lamento e repudio a nota da redação, que não respondeu aos leitores que perguntaram pela falta de apoio aos direitos humanos dos assaltados e esfaqueados.

MARILIA SARAVA LOUREIRO
(via Globo Online, 17/11), Rio

• Ao afirmar precipitadamente que houve barbárie, o jornal faz um juízo de valores sobre um fato cujos detalhes desconhece. Não passou pela cabeça do redator que, por vez, um preso eventualmente drogado pode exigir da polícia uma reação mais brusca, até mesmo em sua autodefesa.

FERNANDO PAULO DE OLIVEIRA
(por e-mail, 17/11), Rio

• Estão de parabéns os leitores cariocas. A população já está cheia de ver a imprensa ficar idolatrando bandido. Qual a intenção?

JULIO CESAR DE SOUZA
(via Globo Online, 17/11), Cabo Frio, RJ

• Parece-me que o jornal desconhece o quanto são debochados esses meliantes quando são apanhados pela polícia, desafiando não só a autoridade como também a paciência de seus repressores. Se o GLOBO quisesse realmente colaborar para a redução desse tipo de violência deveria mostrar as tais fotos para o comando da polícia para que este, aí sim, tomasse as providências cabíveis.

AGNALDO RODRIGUES VIEIRA
(via Globo Online, 17/11), Rio

• Em respeito a seus leitores, melhor seria que o GLOBO fizesse apenas um mea culpa. Também reprovo todo e qualquer tipo de brutalidade, independentemente do agente que a pratica. Mas, havendo dúvida, há que se ficar sempre em favor do policial que, em sua grande maioria, exerce o seu ofício sem o equipamento e treinamento adequados, se expõe, arrisca a própria vida para prender criminosos, para logo depois vê-los de volta às ruas praticando os mesmos delitos.

MARIO ALFREDO CRUZ
(por e-mail, 17/11), Rio

CORPO A CORPO

CLÁUDIO BEATO

'A polícia não pode ultrapassar a legalidade'

• Coordenador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, o sociólogo Cláudio Beato diz que a sociedade está tão descrente da Justiça que acaba defendendo práticas ilegais.

Maria Elisa Alves

O GLOBO: Por que as pessoas não ficam indignadas quando vêem um assaltante ser agredido?

CLÁUDIO BEATO: No Brasil, há a descrença da sociedade na Justiça. Há tanta impunidade e é tão fácil ver bandidos serem soltos pouco depois de terem sido presos que as pessoas começam a pensar diferente. Aham

O que as pessoas não percebem é que, ao defenderem essas práticas, geram um problema maior. Quando o policial agredir, gera uma reação dos bandidos na mesma proporção. O traficante atrai para matar o policial porque sabe que vai ser morto por ele e não apenas preso.

• **A violência no Rio tem ajudado a aumentar esse sentimento de revolta da população?**

BEATO: Um ditado americano diz que o conservador é o sujeito liberal que foi assaltado. No Rio, não é a primeira vez que as pessoas se mostram favoráveis a práticas extralegis. Quando um assaltante foi executado por um policial, anos atrás, em frente a um shopping da cidade, muita gente aplaudiu. Da mesma forma, há grupos de extermínio, financiados por comerciantes, que muitas vezes têm apoio dos moradores.

• **O apoio da população a reações truculentas da polícia faz com que ela transgrida cada vez mais?**

BEATO: Sim, e isso não pode acontecer. A polícia não pode ultrapassar a legalidade, se não viveremos na selva. O que diferencia o estado e a barbárie é justamente o fato de todas as pessoas terem que ser tratadas igualmente.

tado, como se este mecanismo fosse eficiente redutor de criminalidade. Estão todos enganados.

JORGE ALBERTO ROCHA
(por e-mail, 17/11), Rio

• Alguns leitores disseram abertamente que "se o ladrão apanhou, foi pouco". Outro dia, na mesma seção Cartas dos Leitores, um mais exaltado defendeu o desejo de ter armas para defender sua honra. Essas pessoas deveriam saber que há muitos violências justamente em lugares onde a polícia não tem respaldo da população para usá-la.

JOÃO ONETO
(via Globo Online, 17/11), Rio

• Não cabe à polícia julgar quem é culpado ou não e sim à Justiça. É bom lembrar uma frase de Mahatma Gandhi: "Olho por olho, dente por dente — e ficaremos todos cegos e bangueles". Direitos humanos para bandido, sim! Lembro outra frase de Gandhi: "Não há caminho para a paz; a paz é o caminho".

ANDRÉ MENDES
(via Globo Online, 17/11), Rio

• As críticas de leitores ao GLOBO por publicar a foto de um preso espancado é, antes de absurda, ingênua. Desde quando tortura é sinônimo de segurança? Quando a sociedade admite métodos bárbaros para se defender é porque a barbárie já chegou ao ápice.

MARCOS MARQUES DE OLIVEIRA
(por e-mail, 17/11), Niterói, RJ

• Fiquei feliz com o destaque dado na reportagem ao espancamento sofrido pelo ladrão de turistas. Não podemos mais permitir que a polícia rasgue as leis em prol de um sentimento maléfico de vingança. A polícia não é instrumento de vingança de ricos contra os pobres.

BRUNO PEREIRA DE MEDEIROS
(via Globo Online, 17/11), Rio

• O cidadão tem o direito de se defender de agressões — aí se apresenta a legítima defesa. O que não pode, até porque a sociedade não deu tal procuração nem a lei permite, é o Estado, por meio de qualquer um de seus entes, vingar os cidadãos atacados.

ANTONIO VICENTE PORPHIRO
(via Globo Online, 17/11), Niterói, RJ

ANEXO 10

LITERATURA DE CORDEL

“Brasileiro finge de morto pra comer a PEC do politiqueiro”

Autor: Manoel de Santa Maria (Junho, 2013)

Se os políticos corruptos
Confiavam piamente
Que o brasileiro jazia
Deitado eternamente
Naquele tal berço esplêndido
Erraram redondamente

O Governo imaginava
Que quando a bola rolasse
O brasileiro, vidrado
E encantado, enxergasse
Só as pernas do Neymar
Mesmo que o céu desabasse.

Legislar e governar
Não é só rolar a bola,
Engabelar os carentes
Com migalha e bolsa-esmola.
Felizmente, essa galera
Resolveu entrar de sola!

Não pode, em nome da Copa,
A Saúde adoecer,
A Segurança insegura,
O Saber emburrecer,
E a manada de elefantes
Branco que só faz crescer!

A imprensa internacional
Destaca que os brasileiros,
Após séculos de abuso,
Despertam justiceiros,
Exigindo providências
Dos velhos politiqueiros!

A juventude, calada,
Parecia adormecida
Desde o ano nove dois;
Demonstrou sinal de vida.
O passe livre é apenas
O seu ponto de partida.

Foi preciso a minoria

Esclarecida e valente
Sair da hibernação,
Dando um largo passo à frente,
Esquentar o rabo deles,
Para aprenderem a ser gente!

É o povo dando o troco,
Dizendo: “aqui, seus canalhas!
Foi meu voto que botou
Vocês aí, suas tralhas!
Eu sou seu patrão e posso
Reduzi-los a migalhas!”

Todos com barbas de molho,
Alckmin, Anastasia;
Cabral descobriu as asas
Da mamata e mordomia.
Assim, se barbas tivesse,
A Dilma as molharia!

Essa revolta nas ruas
Já deu mais um resultado.
Até o nosso Supremo
Sentiu-se envergonhado,
E depois de quatro décadas
Já prendeu UM deputado!

Vândalos e criminosos,
Maldosamente infiltrados
Nas revoltas populares,
Cara limpa ou mascarados,
Só mancham o movimento,
Adiando os resultados.

São bandido disfarçados,
Investigar é preciso.
Depredar o patrimônio
É um ato sem juízo.
No final, o nosso imposto
Vai cobrir o prejuízo.

Será que essa minoria
De jovens politizados
Pode conscientizar
Milhões de pobres coitados
Que em troca de migalhas
Foram anestesiados?

Quem elegeram o PT
Apesar os Mensalões;

Nas longas filas do SUS,
De posse de seus cartões,
Ainda ficam expostos
A mil contaminações!

Nos currais eleitorais
Os “bolsistas” pedem bis,
Hipnotizados, votam
Aonde aponta o nariz.
Não frequentam passeatas,
Nem refletem no país.

Aí reelegem Collors,
E Malufs, e Sarneys;
Mais o Casal Molequinho,
Todos acima das leis,
Caras de pau, fixas [sic] podres,
Com regalias de reis!

Blefe de Crime Hediondo
Do seu Renan Canalheiros,
Na sua fala macia,
Não convence os brasileiros.
Ele joga pra torcida,
Junto com os seus parceiros!

Com a Progressão de Pena
E o “bom comportamento”,
Mil recursos e leis brandas,
Não vão punir o avaro.
Só o confisco dos bens
Dói no bolso do nojento!

Faltando também votar
E aprovar o Decreto,
Extinguindo de uma vez
O cruel voto secreto
No momento de julgar
Parlamentar incorreto.

Com as campanhas políticas
Claramente antecipadas,
As questões mais relevantes
Foram negligenciadas.
A Educação agoniza,
A inflação dá risadas.

Com a reforma política
Adiada eternamente
Perdem tempo discutindo

Matéria incipiente:
Plebiscito ou Referendo?
Assim nada vai à frente.

Arrocho fiscal eterno,
Tanto imposto arrecadado.
Em troca o contribuinte
Vê escasso resultado.
Torrando a paciência
Com tudo paralisado.

Eles não vão se coçar
Se o povo intervir [sic].
Foi assim no “Fora Collor”,
“Diretas Já”- Cabe agir.
Pois só de fora pra dentro
As reformas vão surgir.

Recente, em dois mil e doze,
Bilhões foram desviados
Do orçamento da União;
Eram pra ser aplicados
Nas mazelas da saúde,
Mas foram surrupiados!

O governo agora quer
Maquiar e mascarar
Toda a sua incompetência
Já falando em recrutar
Milhares de falsos médicos
De Cuba e mais além-mar.

Autoridades no assunto
Afirmaram que esta Nação
Faz mais médicos por ano
Que o Tio Sam espião,
E Tio Sam tem o dobro
Da nossa população.

E nomeações brotando
Mais que chuchu na rameira;
Não existe mais critério,
Aptidão nem carreira,
Nem formação específica...
Capacidade é besteira!

Festival de incompetência
No desvio de função.
Até mesmo um iletrado
Na pasta da educação.

O intuito é agradar
Quem dá suporte ao PaTrão.

Eis aí o resultado
Quando o caso é premiar
Incompetentes que prestam
Apoio parlamentar.
É um preço muito alto
Que o povo tem que pagar.

Tem até um homofóbico,
Infeliz Feliciano,
À frente da Comissão
Do direito Desumano,
Planejando a cura gay
Com seu pensamento insano!

Padrão FIFA passou longe
Dessa zorra e papel feio.
Todo mundo dá palpite
No Ministério alheio.
Parece casa das primas
Sem um negão como esteio.

Mal comparando, parece
Um pesadelo passado
Na farra do mensalão;
A farsa do Ali barbado,
Com seus quarenta ladrões...
Filme de horror reprisado!

“Os Jogos Olímpicos no Rio e no Brasil”

Autor: Manoel de Santa Maria
(Agosto, 2016)

Olimpíadas em agosto...
pergunta: a gosto de quem?
A gosto de quem tem grana,
só a gosto de quem tem
tutu do feijão e o açúcar
amargo a quem tem vintém.

Só a gosto do turista
figurão que traz do além
moeda forte e estável:
dólar, euro, até o yen.
A nossa aqui não tem “peso”
quando vai ao armazém.

E nesses tempos bicudos,
inflação e violência.
Políticos e empresários
decretam nossa falência
ameaçando até mesmo
nossa tênue independência!

A maior crise moral,
ética e financeira,
(desempregos, demissões)
na história brasileira;
o país todo atolado
na lama da roubalheira!

Nosso problema é de junta
no Congresso Nacional.
Implantar concurso público
e fixa limpa geral.
Sobrando alguém dessa corja,
que curse o antigo Mobral!

Somos ouro, prata e bronze
em desorganização...
fazer tudo n’última hora,
e a tal ciclovía então
não resistiu a uma onda...
sorte não termos tufão!

INEA, IBAMA e Governos
deviam se envergonhar
em obrigar os atletas

a nadar e velejar
de boca e nariz fechados
e sem poder respirar.

A Saúde agonizando
sem leitos nos hospitais
e medicamentos básicos,
nem esparadrapo tem mais,
enquanto os ladrões recebem
cuidados especiais!

Corrupção na Política,
no Esporte, e a FIFA no sal.
Os Russos ameaçados
pelo doping marginal.
mas o Comitê Olímpico
cedeu perdão parcial.

Essas nossas Olimpíadas
pousam num país falido,
(na hora e lugar errados)
combalido e corroído
pela zica da Política
e o empresário bandido!

Descaso com a coisa pública,
falta de planejamento,
amadorismo total;
no fim, o empreendimento
como os imóveis dos jogos
não paga o investimento.

E com todos os percalços
nesse “tomara que caia”
dos condomínios “da Austrália”
quem lembram o Sérgio Naya
o jeito é chamar o síndico
ressuscitando o TIM MAIA!

E em meio a esse caos,
uma balbúrdia geral,
Chefes de Estado do mundo,
uns cinquenta no total,
vêm prestigiar os Jogos
neste palco mundial.

Mas a grande maioria
dos *corteses* Presidentes
e até atletas de ponta
declararam-se desistentes.

Temem a violência e “zicas”,
dos noticiários frequentes.

O brasileiros é de briga
e até boxeador.
Mas nos combates da vida
quase sempre é perdedor;
dá murro em faca de ponta
nesse Sistema opressor!

Campeão da Marcha Atlética,
tem mesmo é que rebolar
para aguentar o rojão
cozinhando o calcanhar
no esgoto ou asfalto quente
escolhendo onde pisar!

No “basquete” do batente
acaba sendo *enterrado*;
e no futebol da vida
é chutado e goleado
“indoor” e até “outdoor”,
dentro e fora do gramado!

Saltimbanco e salteador,
um competidor de fato.
Por natureza e herança
esportista, atleta nato.
Pula do ônibus e aterrissa
em mei’fio, asfalto ou mato!

E nos esportes aquáticos
nada só contra a corrente.
Corre de bando ou polícia
E tem como concorrente
bala perdida ou achada,
mão atrás outra na frente!

À parte horrores, temores,
enchentes, balas perdidas
e outras pragas aladas
quem atormentam nossas vidas,
só o bálsamos do esporte
e as multidões *redimidas*!

Mas não dá pra torcer contra...
afinal, somos Brasil!
E até debaixo d’água
nossa paixão é febril;
e quando a *bola* rola

corações pulsam a mil!

Queixas e reclamações
E até cangurus à parte
nossos Jogos são bem-vindos,
e o mundo escapa ao descarte
só por meio do Esporte,
da Educação e da Arte!

Porque Esporte é saúde,
vigor físico e mental.
A Educação dignifica
na escala intelectual;
E a Arte é o culto aos deuses;
Três escudos contra o mal!

Que as conquistas dos atletas
do Brasil e do estrangeiro
reergam a autoestima
dos povos do mundo inteiro.
Quem sabe esse sonho utópico
seja um dia verdadeiro!?

O país vai receber
alguns milhões de turistas,
jornalistas, empresários,
pessoas comuns, artistas;
um caldeirão de culturas
e bandeiras otimistas!

Com toda dor, toda crise
Nós vamos querer vencer
até no cuspe em distância...
vamos vibrar pra valer.
Nem na moeda e palitinho
ninguém vai querer perder!

Que venha o ouro inédito
no Futebol Feminino
com Marta e suas meninas,
e também no Masculino
e em todas modalidades
soe alto o nosso Hino!

Nesse momento supremo,
com feijão ou sem feijão,
seja com crise ou sem crise,
com ladrão ou sem ladrão,
com terror ou sem terror,
vale agora a união...

em torno do objetivo
que é vencer ou vencer!
O futuro a Deus pertence,
hoje o negócio é torcer.
O amanhã no nosso voto
é que vamos resolver!

Yes! Temos Olimpíadas!
E que transcorram em paz,
no anseio do Barão
Coubertin que hoje jaz
inerte, mas seu espírito
não descansará jamais...

almejando que esse símbolo
com os cinco continentes
entrelaçados e unidos
fortaleça as correntes
da harmonia entre os povos,
e as guerras façam-se ausentes!

E que os nossos mandatários
dos Jogos tirem a lição
que em seu sonho John Lennon
imaginou a canção:
“...pessoas do mundo inteiro
formando uma só Nação”!